CARLOS ZACARIAS DE SENA JÚNIOR
(ORGANIZADOR)

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DOS COMUNISTAS NO BRASIL

CARLOS ZACARIAS DE SENA JÚNIOR
(ORGANIZADOR)

Salvador
EDUFBA
2016

Feito o Depósito Legal

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Gabriel Cayres

FOTO DE CAPA
Midia Ninja (modificada)

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO
Equipe Edufba

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Capítulos de história dos comunistas no Brasil / Carlos Zacarias de Sena Júnior (organizador). - Salvador : EDUFBA, 2016.
283 p.

ISBN 978-85-232-1522-4

1. Comunismo - Brasil - História. 2. Partido Comunista Brasileiro. 3. Brasil - Política e governo - Séc. XX. I. Sena Júnior, Carlos Zacarias de.

CDD - 324.281

Editora afiliada à

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

Sumário

★ PARTE III
DO MANIFESTO DE JANEIRO DE 1948 À DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958 E ALÉM

Prefácio

Em 1962, quando o PCB completava 40 anos de existência, o seu principal fundador, Astrojildo Pereira, lançou um pequeno volume sobre *A formação do PCB,* uma coletânea de pequenos artigos escritos em diferentes ocasiões, que tratava do período durante o qual fora o principal dirigente da organização. Comentava então que já era hora de se fazer monografias sobre a história do Partido. Naquele momento de ascensão da luta operária e popular e também de crescimento do PCB, de fato, começaram a circular alguns livros sobre a história das lutas da classe operária, uma parte dos quais na forma de memórias.

A instauração da ditadura militar burguesa em 1964 colocou esse campo narrativo na clandestinidade, o qual ficou resguardado para a atividade acadêmica de pesquisadores estrangeiros, os chamados *brazilianists*. O avanço paulatino da resistência democrática a partir de 1975 e também o avanço relativo dos partidos de esquerda na Europa instigaram a pesquisa sobre a história do movimento operário e das organizações de esquerda, em particular sobre o PCB.

A organização de arquivos e a publicação de memórias são parte importante desse cenário cultural. A fundação do Arquivo de História Social na UNICAMP e do Arquivo Histórico do Movimento Operário, em Milão, Itália, ambos nos anos 70, foi um marco importante. Por pouco mais de uma década os estudos sobre o movimento operário, o sindicalismo, o PCB, foram uma verdadeira febre, com significativo número de publicações.

A derrota do movimento operário em nível internacional com a consolidação do globalismo neoliberal, inclusive no Brasil, fez com que esses estudos refluíssem drasticamente passando a ocupar apenas pequenos nichos em instituições universitárias. A crise orgânica do PCB e a homologação à ordem da maior parte das esquerdas, a começar pelo PT e PCdoB, contribuiu muito para o desinteresse.

Nos últimos anos, todavia, percebe-se uma retomada da pesquisa com novos enfoques historiográficos. Um número grande de dissertações de mestrado e teses de doutorado tem aparecido num amplo esforço de colmar lacunas no conhecimento histórico. A história do PCB nucleada na direção

nacional, na orientação politica geral e mesmo na política internacional está bem delineada nos dias de hoje, em particular até 1964. O período posterior ainda demanda pesquisa e análise, que vem sendo feita aos poucos. Um veio importante de pesquisa que deve ser aprofundado é o da história regional e a história dos militantes de base, importante para se conhecer a cultura política do partido para além dos documentos políticos oficiais.

Gramsci dizia que a história das classes subalternas é sempre fragmentada e incompleta, não só pela dificuldade de serem acessados os documentos e a memória, mas também porque as classes dominantes agem com assiduidade para desorganizar os subalternos e fragmentar a sua história, cultivando o esquecimento das lutas travadas, da experiência e do conhecimento adquiridos. Assim, a história das classes subalternas, da classe operária em particular, é parte da sua organização e da sua consciência. Dai não ser casual que o conhecimento histórico e a consciência de classe sigam uma mesma tendência. No entanto, destaca Gramsci, a história dos subalternos só pode se completar quando esses deixarem de serem subalternos e se fizerem Estado e configurarem uma nova hegemonia.

A ofensiva do capital em crise, nas últimas décadas foi capaz de destruir a classe operária que estava organizada com alguma solidez em sindicato e partido. A fragmentação do mundo do trabalho por meio da inovação tecnológica e do novo gerenciamento, além de feroz ataque ideológico, fez com que a própria existência da classe fosse posta em dúvida, o que facilitou a submissão dos sindicatos e dos partidos operários, já muito enfraquecidos.

A autoconstrução da classe, como o esforço de Sísifo, recomeça depois da grande derrota dos anos 90. Procuram-se novas formas de luta e de organização adequados à enormidade e diversidade do proletariado. Operadores políticos que buscam oferecer orientação ao movimento de construção da classe voltam a aparecer, ainda débeis, mas com clareza do momento histórico. Os indícios nessa direção podem ser identificados no renovado interesse na obra de Marx, inda mais que a publicação (ainda parcial) de suas obras completas apresenta os primeiros resultados teóricos e metodológicos. Claro que até que essa obra máxima seja filtrada para a consciência popular muito tempo e trabalho intelectual ainda serão demandados. Mas o auxilio vem também de trabalhos de resgate histórico e de acompanhamento das lutas atuais travadas pelo proletariado que se recompõe aos poucos.

De fato, a crítica histórica da trajetória do movimento operário e socialista / comunista do século XX é crucial para um novo aprendizado político que se propõe. Não só para saber dos erros, das derrotas, mas também dos momentos de glória e luta heroica contra a exploração

capitalista e a opressão colonial. Para saber também como uma classe se construiu, lutou, alcançou seus limites e foi destroçada pela ação do capital em crise desesperadora.

O livro que o leitor agora manuseia pode ser considerado uma contribuição muito bem vinda para ampliar o combate no cenário aqui esboçado. Numa feliz e elogiável colaboração entre as Universidades públicas da Bahia foi possível a realização de um evento científico de calibre sobre a história do Partido Comunista no Brasil, lembrando os 90 anos de fundação, ocorrida em 1922. O livro é composto por ensaios de diversos estudiosos da trajetória do movimento operário e comunista no Brasil e se divide em três partes e parte da formação do movimento operário até a derrota de 1964, quando se estabeleceu a ditadura militar.

O movimento operário no Brasil foi composto, em grande medida, por trabalhadores migrantes que abraçaram a ideologia do anarco-sindicalismo. Era uma classe operária de perfil artesanal e manufatureiro, que organizou sindicatos combativos com o fito de resistir à exploração desenfreada e também de educar a classe no senso do orgulho, da esperança, da cultura. A ascensão e queda do anarco-sindicalismo no Brasil ocorreu entre 1906 e 1935. A derrota consumada em 1920, fez com que uma vertente do movimento operário buscasse uma solução na fundação de um partido operário, que viria a ser o PCB, fundado em 1922, com clara inspiração na revolução russa, no bolchevismo e na Internacional Comunista.

Os primeiros anos de vida do PCB foram dedicados a uma tarefa muito árdua, que incluía definir a nova identidade e ideologia, unificar a classe operária e coser alianças políticas e sociais com setores das camadas médias urbanas, além de buscar estabelecer alguma presença no campesinato. O objetivo era a realização de uma revolução democrática, cuja eclosão dependeria da juventude militar, vista como representante das demandas da pequena burguesia urbana, mas que abriria um processo de disputa entre a burguesia e o proletariado pela hegemonia. A vitória do proletariado redundaria numa ditadura democrática e a da burguesia numa ditadura burguesa que manteria os vínculos com o imperialismo. De todo modo, do que se tratava era de uma revolução burguesa, ou seja, do processo de urbanização e industrialização do País e da construção de um Estado nacional.

Por razões politico-ideológicas, sem dúvida, mas essencialmente pela natureza incipiente da classe operária e pela dispersão dos grupos sociais subalternos a revolução democrática não se fez possível. Mesmo a burguesia não teve condições de dirigir a revolução dado que a sua visão de mundo liberal não tinha como conduzir o País à industrialização. Assim,

no momento em que o arranque da industrialização ocorria, a partir de 1934, a classe operária, por meio da ANL, e a burguesia liberal travavam as ultimas batalhas em nome de seus projetos de revolução burguesas. Ambas foram derrotadas e acabou por se impor uma variante de revolução burguesa ao modo de uma revolução passiva. O PCB passou então a ser um agente constitutivo da revolução passiva que lutou sempre por uma conversão democrática da revolução burguesa. O pico dessa luta foi o período 1961-1964, quando a grave derrota novamente assolou o PCB e todo o movimento operário.

A revolução burguesa completou-se não ao modo de uma revolução democrática, mas com o aprofundamento da revolução passiva, completada em fins dos anos 70, meio século depois de desencadeada. Depois da fase formativa da classe operária, ainda na fase de um capitalismo embrionário e de predomínio organizativo e ideológico do anarco-sindicalismo, e da fase na qual o PCB foi um agente da revolução passiva, que em nome da classe operária pressionava o Estado e a burguesia pela democracia e pela emancipação nacional e popular, ambas derrotadas, em 1978 uma nova fase se iniciou. Essa terceira fase, cuja tarefa era a de limitar a hegemonia burguesa e lutar pelo socialismo, e que ganhou a marca do PT, também foi derrotada nesse objetivo.

O livro que passa a ser lido, no entanto, apresenta elementos da primeira fase, mas delimitou a sua tarefa na análise da trajetória do PCB da fundação até os desdobramentos da derrota de 1964, apenas para reafirmar que essa é uma contribuição importante, mas muita história ainda há que ser feita para que o movimento de emancipação do trabalho possa ser vitorioso.

Marcos Del Roio
Prof. Titular de Ciências Políticas da UNESP-FFC.

Apresentação

Uma trajetória de 90 anos há de proporcionar muita história. Os comunistas no Brasil não tem sua história necessariamente ligada ao Partido Comunista Brasileiro, chamado Partido Comunista do Brasil até 1961. Temos partidos e movimentos de esquerda que não se vinculam àquela organização fundada em 1922, mas o ano que assistiu a Semana de Arte Moderna e que viu 17 militares e um civil marcharem pela Avenida Atlântica para serem fuzilados pelas forças do governo de Epitácio Pessoa deve ser lembrado como marco na organização de forças sociais que convergiram para fundar a agremiação política mais antiga do Brasil, a matriz principal de muitas outras.

Os comunistas têm muitas histórias e uma historiografia sólida se ergueu para estudar seu passado. Desde os textos memorialísticos, passando pelos trabalhos de sociólogos e politólogos que junto com brasilianistas fundaram as pesquisas acadêmicas sobre o assunto, a historiografia sobre os comunistas no Brasil teve sempre muita atenção dos interessados da parte da história política do nosso país. Por ocasião da passagem dos 90 anos de fundação do PCB, o Grupo de Pesquisa História dos Partidos e Movimentos de Esquerda na Bahia (HPMEB), sediado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), com apoio da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Instituto Latino Americano de Estudos Sociais (ILAESE) realizou, entre os dias 12 e 14 de junho de 2012, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), o Seminário sobre os Comunistas no Brasil.

Contando com a presença de convidados de diversas universidades do Brasil, o evento só pôde ser realizado através do financiamento das instituições apoiadoras e pelo empenho de colegas como Iuri Roberto Ramos (UNEB), Daniel Romero (IFBA/ILAESE), José Alves Dias (UESB), Marcelo Lins (UESC), Eurelino Coelho (UEFS) e Lucileide Costa Cardoso

(UFRB). A estes professores pesquisadores, juntaram-se os membros do Grupo de Pesquisa HPMEB, muito especialmente o colega Igor Gomes dos Santos (IFBA) e às estudantes e bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Yasmin Onofre e Rafaela Cardoso, além de Gabriela Messias, para realizar este seminário sobre os comunistas no Brasil que pretendeu ser o primeiro de muitos que virão.

Na altura da realização do evento, as universidades federais e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estavam em greve e a realização do Seminário só foi possível ocorrer com a autorização do Comando Local de Greve dos Docentes (CLG) da UFBA. A atividade ocorreu no âmbito do edital Universal, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o livro que agora vem a público foi financiado com recursos do edital PRODOC/2011 da UFBA, que incluiu, ainda, as bolsistas Daiana Barbosa e Mariely Rosário que também integram o Grupo HPMEB.

Introdução:

Por que uma história dos comunistas brasileiros?

Carlos Zacarias de Sena Júnior

Surgido de uma conferência proferida em 1996 no Isaac Deutscher Lecture, "Podemos escrever uma história da Revolução Russa?", artigo de Eric Hobsbawm presente na coletânea de ensaios *Sobre história,* começa por prestar homenagens ao historiador polonês, autor da magistral trilogia sobre Trotsky – *O profeta armado*, *O profeta desarmado* e *O profeta banido*. Através do texto, escrito poucos anos após a queda do Muro de Berlim e da desagregação da União Soviética, Hobsbawm apresenta a premissa de que "cada geração faz suas próprias perguntas novas sobre o passado".[1]

A obra de Hobsbawm é bastante conhecida no Brasil, principalmente a sua trilogia das "eras" – *das revoluções, do capital, dos impérios* –, mas também seus diversos livros e artigos que passam em revista as aventuras e desventuras da nossa modernidade.[2] Partindo do postulado enunciado acima, sobre o qual não temos nenhuma oposição, Hobsbawm aventa a hipótese de que, embora ainda estejamos longe de termos arrefecidas das paixões despertadas pela Revolução Russa, seria possível alcançarmos o

---

1 HOBSBAWM, E. Podemos escrever uma história da Revolução Russa? In: HOBSBAWM, E. *Sobre história. Ensaios*. São Paulo: Companha das Letras, 1998. p. 256. A referência da última edição brasileira da trilogia sobre Trotsky é a seguinte: DEUTSCHER, I. *Trotsky:* o profeta armado, o profeta desarmado, o profeta banido. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 3 v.

2 HOBSBAWM, E. *A era das revoluções. Europa, 1789-1848*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; HOBSBAWM, E. J. *A era do capital. 1848-1875*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios*. 1875-1914. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ponto em que a "temperatura" em torno deste debate venha a se abrandar, se aproximando dos níveis das polêmicas que envolvem, por exemplo, a Reforma Protestante.

Hobsbawm faz alusão à parcialidade das conclusões relativas a problemas que permanecem em curso e que, incontornavelmente, despertam paixões ideológicas, para se perguntar "sobre o que podem legitimamente concordar os historiadores da Revolução Russa?".[3] Ou seja, seria possível extrairmos algum nível de consenso sobre um acontecimento que dividiu a história do século XX e que continua sendo terreno de disputas acirradas no campo da memória e da história? Para responder a tais questões Hobsbawm faz sucessivas e importantes incursões sobre a história contrafactual para concluir, entre outras coisas, que a Revolução vingou na Rússia como não poderia ter vingado em nenhuma outra parte do mundo e que, talvez, uma Rússia democrática tivesse sido mais bem sucedida do que o regime dos bolcheviques.[4]

Pode parecer surpreendente que o grande historiador marxista britânico, ex-militante do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), estivesse disposto a corroborar com certas teses sobre a validade universal da democracia ou acerca da superioridade deste regime sobre a "ditadura do proletariado". Não obstante, uma leitura atenta nos faz crer que é exatamente isso que faz Hobsbawm ao promover concessões a uma historiografia hostil ao marxismo e ao legado de Lenin, ainda que, aqui e ali, não ceda às tentações revisionistas que propõem a "tese da continuidade" que atribui ao dirigente bolchevique a responsabilidade pelo stalinismo.

Se são conhecidos os textos do historiador britânico, é bastante improvável que os brasileiros tenham tido notícia da obra do historiador norte-americano Kevin Murphy. Apresentado aos brasileiros em um artigo publicado na *Revista Outubro* em 2008, Murphy é um importante historiador social da Revolução Russa, como são também: Alexander Rabinowich, Lars Lih, Stephen Cohen, Steve Smith, Terry Martin, Jeferry Rossman, Lyanne Viola, entre outros desconhecidos entre nós.[5] Tais autores

3 HOBSBAWM, E. Podemos escrever uma história da Revolução Russa? op. cit., p. 257.

4 HOBSBAWM, 1998, p. 264.

5 MURPHY, K. Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm. *Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas,* São Paulo, n. 17, p. 41-65, 2008. Das edições em inglês, ainda aguardando tradução brasileira, citamos alguns títulos: MURPHY, K. *Revolution and counterrevolution. Class struggle in a Moscow Metal Factory.* Chicago: IL, Heymarket Books, 2007. RABINOWITCH, A. *The Bolsheviks come to power. The Revolution of 1917 in Petrograd.* Chicago: Illinois; London: Pluto Press, 2004. RABINOWITCH, A. *The Bolsheviks in power. The first year the soviet rule in Petrograd.* [Bloomington]: Indiana University Press, 2008. SMITH, S. *Red Petrograd. Revolution in the factories, 1917-1918.* Cambridge: Cambridge University Press, 1983. LIH, L. *Lenin rediscovered*: what is to be done? in context.

são utilizados por Murphy para desenvolver uma polêmica contra as posições expressas por Hobsbawm em torno das possibilidades de se escrever uma história da Revolução Russa e, mais do que isso, em torno das controvérsias políticas que a história permanece ensejando quanto ao tema das revoluções. O artigo de Murphy, que tem título homônimo ao de Hobsbawm, foi preparado a partir de uma conferência enquanto o estadunidense recebia o prêmio Tâmara e Issac Deutscher pelo seu livro *Revolution and counterrevolution: class struggle in a Moscow Metal Factory*.[6]

Murphy e Hobsbawm, embora marxistas, assumem posições distintas quanto ao tema relativo à historiografia sobre a Revolução Russa, pois, para o historiador norte-americano, o britânico assumiu uma perspectiva inconsistente em sua abordagem produzida depois da queda da União Soviética, ecoando perguntas feitas pela historiografia conservadora e anticomunista. Para afirmar sua posição, Murphy cita a deferência com que Hobsbawm se refere à obra de Orlando Figes, *A tragédia de um povo,* publicada no Brasil pela editora Record, apenas três anos depois da edição britânica original.[7]

Murphy evoca as obras clássicas dos marxistas, como a *História da Revolução Russa*, de León Trotsky, e *O ano I da Revolução Russa*, de Victor Serge, além de obras de outros marxistas, não contemporâneos dos episódios de 1917 e que foram além da Revolução Russa, como Pierre Broué, Tony Cliff e Ernest Mandel, para reivindicar uma tradição que, segundo historiador estadunidense, permanece insuperada, mesmo no sentido historiográfico e acadêmico do termo.[8]

Escrevendo há dez anos do texto de Hobsbawm, Murphy avaliou que as expectativas produzidas em torno da abertura dos arquivos da ex-União Soviética não chegaram a desmentir o que já se conhecia sobre a Revolução Russa e a própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS),

---

Chicago Illinois: Haymarket Books, 2008. Entre os dos poucos autores traduzidos encontra-se COHEN, S. *Bukharin:* uma biografia política. 1888-1938. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

6 MURPHY, op. cit.

7 A edição brasileira: FIGES, O. *A tragédia de um povo. A Revolução Russa, 1891-1924*. Rio de Janeiro: Record, 1999. A edição inglesa tem a seguinte referência: FIGES, O. *A people´s tragedy.* The Russian Revolution, *1891-1924*. Harmondsworth: Penguin, 1996.

8 A última edição da obra de Trotsky no Brasil tem a seguinte referência: TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007. Quanto a Victor Serge, mais conhecido no Brasil pela obra SERGE, V. *Memórias de um revolucionário. 1901-194*1. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, a referência completa é a seguinte: SERGE, V. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007. Pierre Broué e Ernest Mandel ganharam edições diversas no Brasil devido a sua ligação com organizações vinculadas à IV Internacional. Já Tony Cliff, teórico trotskista jude-britânico, nascido na Palestina, apesar de pertencer a mesma linhagem de intelectuais como o belga Mandel e o francês Broué, ainda não ganhou traduções no Brasil.

de maneira que conclui que o caminho tomado pela historiografia no presente, caracteriza-se por um desvio ideológico, pois caso se tratasse de uma questão de fontes e de novas evidências históricas, “a interpretação padrão da Revolução Russa estaria avançando pela esquerda, em direção à interpretação marxista clássica” e não o contrário. Para Murphy, os problemas relativos à interpretação acadêmica do fenômeno revolucionário, muito especialmente da Revolução Russa, nunca se relacionaram “à falta de acesso fontes”, mas foram, principalmente, problemas políticos, pois “[r]evoluções inevitavelmente evocam partidarismos”.[9]

A esta altura o leitor deve estar se perguntando sobre o porquê de não haver traduções entre nós de obras da historiografia social e marxista norte-americana ou de qualquer outra parte do planeta que apresente simpatias pela Revolução Russa, por Lenin, por Trotsky e pelos bolcheviques. Em contrapartida, o que pareceria improvável em se tratando de leitores de um livro que trata dos comunistas, alguém poderia se perguntar sobre por que se deve escrever a história dos comunistas brasileiros. De uma forma ou de outra, vale à pena discutir um pouco as características do nosso mercado editorial relativo ao tema das revoluções, dos partidos e movimentos de esquerda e dos comunistas.

Como muitos devem saber, proliferam no Brasil edições de aberto teor anticomunista, como o citado livro de Orlando Figes, que logo ganhou edição brasileira, apesar das suas mais de mil páginas. Outro exemplo elucidativo desse viés são as obras do professor da Universidade da Flórida, Robert Gelatelly, *Lenin, Stalin e Hitler: a era da catástrofe social* (2010), além dos franceses *O livro negro do comunismo* (1999) e *Cortar o mal pela raiz. História e memória do comunismo na Europa* (2006), organizadas por Stéphane Courtois.[10] Ao lado dessas traduções, a obra de Richard Pipes, acadêmico especializado na URSS e assessor da presidência dos Estados Unidos da América (EUA) para assuntos soviéticos, entre outras obras herdeiras da “sovietologia” anticomunista que fazem a festa dos interessados pela literatura ainda inspirada nos tempos da Guerra Fria.[11]

O fato é que os ventos do mercado editorial sopram tanto para os lados da viabilidade comercial quanto para os lados dos interesses ideológicos que estes podem conter, de maneira que ao lado das publicações que

9 MURPHY, 2008, p. 45.

10 FIGES, 1999; GELATELLY, R. *Lenin, Stalin e Hitler*: a era da catástrofe social. Rio de Janeiro: Record, 2010; COURTOIS, S. et al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999; COURTOIS, S. et al. *Cortar o mal pela raiz. História e memória do comunismo na Europa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

11 PIPES, R. *História concisa da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 1997.

aspiram disputar seriamente os leitores, como algumas das obras descritas acima, editadas por conhecidos historiadores acadêmicos ou respeitados especialistas em relações internacionais, inundam as prateleiras das livrarias obras sobre curiosidades históricas, ou sobre a vida íntima e privada de famosos, caracterizando uma historiografia de baixa qualidade, mas de grande apelo comercial.

O efeito colateral de todo este movimento é que talvez se possa dizer que a historiografia no Brasil parece ter alcançado a maturidade comercial encontrada em países da Europa e também nos Estados Unidos, onde a história acadêmica disputa o grande público com edições preparadas por historiadores ou jornalistas sem muito critério metodológico ou apreço pela verdade. Tal movimento levou muitos historiadores a renunciarem ao discurso de que a história tem qualquer função social, abrindo espaço para a imagem que os historiadores pouco ou nada podem nos dizer sobre o presente.

No caminho oposto, os discursos sobre o passado assumem a função de anatemizar as lutas e as revoluções, que passam a ser tomados como anomalias que se deve execrar.[12] A propósito, entre os livros de não-ficção mais vendidos no Brasil estão o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, e seus sucedâneos *Guia politicamente incorreto da História da América Latina* e *Guia politicamente incorreto da História do mundo*, do jornalista Leandro Narloch, o segundo escrito em coautoria com Duda Teixeira, que se empenham firmemente em "denunciar" o que lhes parecem ser os mitos de uma historiografia dominada pelos marxistas, com propósitos políticos esquerdizantes.[13] Além dessas obras, textos como *1808, 1822* e *1889*, de Laurentino Gomes da Silva, também jornalista, continuam despertando o interesse a curiosidade do leitor por aspectos supostamente bizarros ou tragicômicos do nosso passado.[14]

Não fosse pelo fato de que alguns investigadores sérios se arvoram a elogiar este tipo de historiografia, poderíamos ignorar tais autores, que não teriam muito a nos dizer sobre o passado. Todavia, quando uma parcela de historiadores sente-se pressionado pelo grau de espetacularização

---

12 Sobre o assunto, veja-se LOFF, M. Depois da Revolução? Revisionismo histórico e anatemização da revolução. In: MELO, D. B. de (Org.). *A miséria da historiografia*. Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 53-65.

13 NARLOCH, L. *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2009; NARLOCH, L. *Guia politicamente incorreto da História da América Latina*. São Paulo: Leya, 2011; NARLOCH, L. *Guia politicamente incorreto da História do Mundo*. São Paulo: Leya, 2013.

14 GOMES, L. *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007; GOMES, L. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010; GOMES, L. *1889*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013.

alcançado pela história vendida no mercado, havemos de refletir mais de perto sobre o que ganhamos e o que perdemos com a popularização da história nos termos que esta se apresenta atualmente.[15]

Entre as coisas que ganhamos com a vulgarização da história estão as revistas vendidas nas bancas. De certo modo, a tentativa de aproximar a historiografia acadêmica do público leitor mais vasto através de textos escritos na medida do interesse do senso comum e em linguagem acessível, é, sem sombra de dúvida, uma das grandes aquisições da história nos últimos anos. É verdade que aqui e ali se pode perceber algum exagero quando os periódicos descabam para temas que atiçam o gosto duvidoso pelo bizarro, pelo curioso e pela intimidade dos personagens do passado. Sobre o assunto, uma das mais importantes revistas de história vendidas nas bancas, *a Revista de História da Biblioteca Nacional*, já dedicou dossiês à domesticação dos bichos, às amantes, às sociedades secretas, à astrologia e a outros temas antes pouco acessados pelos historiadores. Em contrapartida, não se viram dossiês sobre o mundo árabe, relacionados a temas tão quentes como a chamada Primavera Árabe, à crise econômica capitalista, às guerras imperialistas ou às formas de contestação da ordem que alcançaram o planeta nos últimos anos. Também, não se viram edições especiais dedicadas aos comunistas no Brasil nos 90 anos da fundação do PCB. O que se viu foram números que, aspirando trazer ao público temas tradicionais da história sem o cuidado devido, acabaram por provocar a ira dos historiadores dedicados ao assunto.[16] Se é verdade que se trata de uma opção editorial, não se pode negar que uma revista consolidada, caso pretenda respeitar os seus leitores, deve, também, dedicar suas páginas aos temas tidos por tradicionais da história.

---

15 Elogios aos autores podem ser encontrados não apenas nas orelhas de alguns desses livros, mas em entrevistas de historiadores concedidas a jornais e revistas. Em todo caso, há que se observar que tais obras têm muito mais críticos do que defensores.

16 A propósito do dossiê *Guerrilheiros*, publicado em março de 2013 pela *Revista de História da Biblioteca Nacional*, a historiadora Anita Prestes escreveu: “[n]o referido dossiê, com a exceção talvez do artigo assinado por Edson Teles, não há uma análise substantiva do contexto histórico, – econômico, social e político – da época, nem da situação internacional então existente. Não é apresentado um exame da ofensiva então em curso de parte das potências imperialistas – em primeiro lugar dos EUA – contra os movimentos populares e revolucionários no continente latino-americano, a partir da vitória da Revolução Cubana em 1959. Falta uma apreciação das condições sócio-políticas do Brasil naqueles ‘anos de chumbo’, que poderia revelar a inviabilidade do recurso às armas na luta contra a ditadura no referido período, uma vez que inexistiam no país forças sociais e políticas organizadas e conscientes, preparadas não só para apoiar, mas também participar de um processo de rebelião armada com vistas à derrubada da ditadura”. Anita Prestes ainda aponta uma série de erros históricos contidos no referido número. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/cartas-e-dialogos/ideais-de--chumbo-ou-ideais-de-democracia-e-justica-social>. Acesso em: 19 abr. 2014.

De outro lado, não se pode negar que ganhamos alguma coisa quando sentimos a necessidade de romper os casulos de uma historiografia petrificada para fazer boa história, sem medo do debate com outras formas de abordagem e sem uma negação *a priori*. Já se disse alhures, que não se pode fazer boa política fazendo má história. A premissa, verdadeiramente necessária, como recurso de condenação de uma historiografia que fazia dos seus compromissos ideológicos o horizonte único da observação do passado, serve para reforçar a perspectiva acerca de qual herança os historiadores devem renunciar. Com efeito, ao criticar uma história-tradição exercida pelo oficialismo dos partidos comunistas, que faziam do "culto reacionário do passado" uma forma de celebração das vitórias e escamoteamento das heranças estorvantes, Georges Haupt aponta para as mazelas de uma história utilitária que só funciona como instrumento de legitimação do presente.[17]

Não obstante, à parte a história-tradição referida por Haupt, a história do movimento operário, dos partidos e movimentos de esquerda, incluindo-se a história dos comunistas, foi, pioneiramente, objeto de investigação de historiadores engajados, fundamentalmente de marxistas de conhecidas inserções partidárias. Assim, como fugir aos compromissos últimos da transformação do mundo que exigem um permanente esforço de análise do passado como recurso pragmático à política do presente? Seria possível se fazer uma história isenta de partidarismos? Por que se deve escrever uma história dos comunistas e por que essa história não poderia ser escrita por militantes?

De acordo com Eric Hobsbawm, historiadores da classe operária "situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo".[18] A tradição da historiografia britânica a qual se filiavam diversos militantes do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), entre eles Christopher Hill e Edward Thompson, importantes historiadores das revoluções inglesas e da classe operária, ensejou uma linhagem de grandes historiadores que nunca se furtaram a este compromisso, não obstante fossem competentes e conscienciosos historiadores. É justamente esta historiografia que permanece influenciando parte importante da historiografia brasileira sobre o movimento operário e o Partido Comunista.[19]

---

17 HAUPT, G. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 215, mar./ago. 1985.

18 HOBSBAWM, E. História operária e ideologia. In: HOBSBAWM, E. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 17.

19 Veja-se sobre o assunto SENA JÚNIOR, C. Z. de. Os trabalhadores e suas organizações: uma tentativa de pensar os sujeitos sociais e suas representações políticas. In: NEGRO, A. L.; SALES SOUZA, E.; BELLI-

Ao se crer no caminho dos debates em torno de temas como a Revolução Russa, ou outros discutidos acima, não se pode acreditar em nenhum tipo de isenção dos historiadores, sejam eles marxistas ou não, militantes de um partido ou meros profissionais da academia, todos falam de um lugar específico. Todavia, não fazem necessariamente pior ciência os que professam uma posição política, nem são objetivos e imparciais os que assim se dizem apenas por não serem militantes. Em todo caso é sempre necessário que a busca da objetividade seja o horizonte comum da prática historiográfica, e mesmo que nenhuma forma de conhecimento positivo seja produzida por historiadores, devemos estar atentos às interferências de discursos ideológicos que reverberam mais compromissos políticos do que ciência. Como sugere José Honório Rodrigues:

> Tudo compreender não significa tudo louvar. Há uma forma de historiografia que aprova tudo que aconteceu e teve conseqüência, sem reparar no seu significado moral. Esta espécie muito difundida de 'positivismo', que torna o historiador um simples '*claqueur*' dos fatos e acontecimentos, não pode ser considerada história de alto estilo e muito menos científica. A verdadeira história é uma ciência humana. Não teme verdades incômodas, porque serve à Verdade e não aos sucessos políticos do dia.[20]

A história não teme verdades incômodas, porque está a serviço de um tipo específico de verdade. Com efeito, se renunciamos irremediavelmente aos compromissos com o presente, como o querem certas correntes da historiografia que não são necessariamente ocupadas por jornalistas, mas por filósofos e historiadores sérios e com carreiras acadêmicas consolidadas, devemos imaginar que mais cedo ou mais tarde o público que queremos alcançar vai acabar se perguntando o motivo de prestarem atenção nos nossos livros se todo discurso perde seu referencial e passa a ser ele próprio o significante. Ou seja, longe da história popular vendida nas bancas e livrarias, há outra forma de historiografia que pretende que a história não tem nada a dizer sobre o presente, porque o passado é a raridade, o contingente e o mero acaso.

A este respeito, uma importante e sutil inflexão foi observada nos últimos anos relacionada a temas e abordagens antes considerados clássicos, como o da história política, por exemplo. Em primeiro lugar, a introdução da noção de cultura política no campo da história política *stricto sensu*

NI, L. (Org.). *Tecendo histórias*: espaço, política e identidades. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 249-268.

20 RODRIGUES, J. H. *Teoria da história do Brasil. Introdução metodológica*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 40.

engendrou a abertura de um leque de diálogos e consubstanciou um deslocamento do olhar do político sobre os sujeitos históricos conscientes, para dimensões do inconsciente e da cultura propriamente dita. Ao lado desta questão, e não menos importante, a desvalorização dos atores históricos tradicionais, como a classe e o partido, por exemplo, que perderam espaço para outros sujeitos, deu o tom das novas abordagens, de maneira que onde antes os historiadores buscavam a história da classe operária ou das suas representações políticas; onde antes se tomava por base a militância institucional, os dirigentes e a organização propriamente ditas, hoje se tem a história dos militantes anônimos, por vezes desvinculados dos processos institucionais e diretivos, como se se tratasse de uma "história vista de baixo", oposta a uma história vista de cima; onde antes se esmiuçava a relação da organização com a sua base, compreendendo que nenhuma história política de partido pode deixar também de ser uma história social dos sujeitos que o partido pretende representar, hoje se procura uma história dos elementos de representação simbólica e de outras racionalidades incorporadas da cultura política; onde antes se buscavam as relações entre os aspectos nacionais e internacionais da atuação dos partidos, hoje se buscam histórias locais como se se pudesse recortar as conexões do passado ao sabor do olhar do historiador do presente; onde antes se combinava a apreciação dos fatores condicionantes (necessidade) e da agência humana (vontade), hoje se acusa como "determinismo" qualquer recurso à noção de causalidade; onde antes havia clássicos do marxismo, como Lenin, Trotsky e Gramsci, por exemplo, hoje há Foucault, Certeau, Deleuze, Derridá e outros ícones do pós-modernismo.

Obviamente que a entrada em cena deste tipo de história despertou os historiadores do seu sono profundo. É verdade que lhes retirou as certezas, provocando a busca por outras abordagens, outros temas, outros objetos e mesmo outros marxismos não necessariamente desvinculados das tradições clássicas. Por conseguinte, nenhuma resposta apressada ou recorrência a qualquer discurso de autoridade pode ter o efeito de decidir o debate imediatamente. Faz-se necessário discutir caso a caso os problemas levantados pela historiografia contemporânea, mas, acima de tudo e mais importante, os problemas desta historiografia.

No que tange ao aspecto dos problemas levantados pela historiografia contemporânea, uma parte já foi aqui discutida quando recorremos a Gerges Haupt para demonstrar as mazelas da história-tradição praticada pelas versões oficiais dos partidos e pelos discursos tradicionais e oficialistas dos historiadores arraigados no passado. Convém mencionar, contudo, que este tipo de história não chegou a existir no Brasil no que tange

aos estudos sobre o PCB, tendo predominado entre nós uma história de tipo monográfico, iniciada nos anos 1960 com o clássico, *Formação do PCB* de Astrojildo Pereira, em que se abordava as conjunturas importantes da história do PCB.[21] A obra do ex-dirigente do PCB, Astrojildo Pereira, ficou como um dos poucos registros da tentativa de se construir uma história do Partido Comunista Brasileiro nos anos 1960. O golpe empresarial-militar de 1964 certamente impediu outros projetos no mesmo sentido, de modo que é somente nos anos 1980 que uma grande quantidade de memórias de ex-militantes e ex-dirigentes vieram preencher o vácuo da literatura sobre os comunistas no Brasil, constituindo-se numa parte importante da história dos partidos e movimentos de esquerda antes dos anos 1980.[22]

Com a abertura política, a redemocratização e a legalização dos PCs em meados da década de 1980, houve um breve ensaio que se poderia chamar de tentativa de se construir uma história-tradição do PCB com os livros *Contribuição à história do PCB* de Nélson Werneck Sodré, e , *Breve história do PCB* de José Antônio Segatto, que eram muito mais que tentativas de sínteses de intelectuais que militavam ou estavam próximos do partido, do que de historiografia oficial propriamente dita.[23] Também da década de 1980 são as obras de Edgar Carone e de Moisés Vinhas que reúnem documentos e pequenos capítulos de sínteses de importantes momentos da história do PCB, dando o tom da historiografia do período que, entre outras coisas, demonstrava grande preocupação na preservação de fontes para futuras investigações.[24]

---

21 Na publicação do livro *Formação do PCB*, havia a notícia de que o partido intentava construir uma história a partir da nomeação de uma comissão para cumprir a tarefa. De acordo com Astrojildo Pereira, haveria muitas dificuldades neste tipo de empresa, haja vista a dispersão da documentação existente e as condições adversas que a permanente ilegalidade haviam imposto ao partido, que necessitava de "reduzir ao mínimo certos documentos", preferível os esforço na constituição de uma história monográfica do PCB. Cf. VIANNA, M. G. Nas origens do comunismo brasileiro. In: PEREIRA, A. *Formação do PCB*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. p. 18; PEREIRA, 2012, p. 30.

22 Há, sem dúvida, uma boa quantidade de memórias publicadas sobre o PCB até os anos 1990, quando a historiografia sobre o tema parece alcançar uma certa independência e maioridade. Ainda nos anos 1960, Leôncio Basbaum publicou *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Em seguida vieram as obras de Octávio Brandão, Gregório Bezerra, Heitor Ferreira Lima e João Falcão, apenas para citar algumas das mais importantes. BRANDÃO, O. *Combates e batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; BEZERRA, G. *Memórias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 2 v.; LIMA, H. *Caminhos percorridos*: memórias de militâncias. São Paulo: Brasiliense, 1982; FALCÃO, João. *O partido comunista que eu conheci:* (20 anos de clandestinidade). 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

23 SODRÉ, N. W. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984; SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

24 Professor da Universidade de São Paulo (USP) e simpatizante do PCB, Edgar Carone era irmão de Maxim Tolstoi Carone, dirigente da juventude comunista nos anos 1930. Grande especialista na história do movimento operário e dos comunistas brasileiro, Edgar Carone se notabilizou pelo pioneirismo e pela publicação de larga quantidade de documentos inéditos. Sobre o Partido Comunista Brasileiro, sua obra mais importante é a trilogia *O PCB*. (*1922-1943*; *1943 a 1964*; *1964-1982*) São Paulo: Difel, 1982,

Quanto à historiografia acadêmica sobre os comunistas que teve por base as monografias sugeridas por Astrojildo Pereira, no início dos anos 1990, quando os ares da democracia pareciam se consolidar no Brasil, surgiram trabalhos de peso, como os de Marcos Del Roio, Paulo Sérgio Pinheiro, Marly Gomes Vianna, Anita Leocádia Prestes, entre outros.[25] No início do século XXI, Dainis Karepovs e Murilo Leal deram importantes contribuições à história do trotskismo no Brasil, abordando as incontornáveis e acirradas polêmicas entre comunistas e trotskistas, cuja obra pioneira é a de José Castilho Marques Neto, publicada em 1993.[26]

Na primeira década do século XXI, um setor da história social brasileira de matriz thompsoniana procurou superar a história política dos comunistas, propondo em alternativa uma abordagem que privilegia a história social e a classe operária. Quanto a este movimento, cujos resultados ainda são incertos, não se pode deixar de dizer dos compromissos políticos que moveram os jovens intelectuais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), quase todos ligados ao Partido dos Trabalhadores, que pretenderam tomar os sujeitos sociais como os principais atores das conjunturas do século XX.[27]

---

3 v. Tendo ingressado no PCB nos anos 1930, o pernambucano Moisés Vinhas participou de importantes momentos na história do partido, como a insurreição de 1935, a reorganização do PCB pós-Estado Novo, a luta contra a ditadura, que o levou a ser condenado à prisão por 10 anos. De sua autoria *O Partidão*: a luta por um partido de massas, 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982, é uma obra que pode ser descrita como estando entre a história e a memória.

25 DEL ROIO, M. *A classe operária na Revolução Burguesa. A política de alianças do PCB*: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil*: 1922-1935. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; VIANNA, M. de A. G. *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora. Os caminhos da luta antifascista no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Dessa mesma linhagem, convém mencionar ainda os vários trabalhos de PRESTES, A. L. *Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945)*. A virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001; PRESTES, A. L. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/1958)*: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010, entre outros, além da obra de SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988; SEGATTO, J. A. *Reforma e revolução*: as vicissitudes políticas do PCB. 1954-1964. São Paulo: Brasiliense, 1995; MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada. A política dos comunistas*. São Paulo: Boitempo, 1999; SENA JÚNIOR, C. Z. de. *Os impasses da estratégia*: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Annablume, 2009 e FALCÃO, F. *Os homens do passo certo. O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Sundermann, 2012.

26 MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária*: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; KAREPOVS, D. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938.* São Paulo: Editora da UNESP: HUCITEC, 2003; LEAL, M. À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

27 Apenas para citar alguns estudos recentes de matriz thompsoniana, vejam-se os trabalhos da coletânea, que funciona como uma espécie de livro-manifesto: FORTES, A. et al. *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Vejam-se também: SILVA, F. T. da. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003; TOLEDO, E. *Travessias revolucionárias*: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Editora da Unicamp, 2004; SCHMIDT, B. B. *Em busca da terra*

No início dos anos 2000 surgiu uma inflexão revisionista que pretendia deslocar as abordagens mais diretamente políticas da história dos comunistas no Brasil a partir da introdução da noção de cultura política. Tal movimento tem um texto paradigmático publicado no ano 2002, *Prisioneiros do mito*, de Jorge Ferreira, que pretendeu ser a primeira obra a utilizar uma abordagem etnográfica tomada da antropologia para esquadrinhar a militância comunista buscando perceber as "atitudes", "representações sociais" e "códigos de comportamentos" que formariam um conjunto de "crenças, idéias [sic] e valores socialmente reconhecidos por um grupo ou classe social".[28] Na execução desse projeto, Jorge Ferreira, que é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), buscou na antropologia de Mircea Eliade os elementos principais de suas referências, transformando a história dos comunistas e do PCB numa espécie de vertente da história das religiões.[29]

Sobre as tentativas de introduzir novidades e modas intelectuais na historiografia tradicional sobre o movimento operário, que aqui chamamos de revisionismo em função de suas intencionais motivações políticas relativas ao tema dos comunistas, Hobsbawm já havia expressado suas ressalvas. O historiador britânico, enquanto considerava o alargamento do campo da história operária que transitava das abordagens mais políticas, ideológicas ou mesmo econômicas, para uma história social mais ampla, afirmou:

> A aplicação de novos conceitos, em geral emprestados das ciências sociais, é igualmente perigosa, *se não está claro em nossa mente o que estamos tentando descobrir ou explicar*; ou, se o leitor prefere o jargão – qual é o nosso modelo. O perigo é ainda maior porque, como Ernst Gombrich assinalou recentemente, a natureza da profissão acadêmica é tal que estimula a originalidade e o modismo. As formulações mais implausíveis podem ter certeza de estarem incluídas em todas as subsequentes notas de rodapé e bibliografias, se forem novidades, apesar de serem facilmente descartadas. Para que alguém analise o sindicato por ofício à luz das discussões

da promissão: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004. NEGRO, A. L. *Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização de trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004. Alternativamente a intepretação thompsoniana, vejam-se os trabalhos de MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos. Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998 e SANTANA, M. A. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

28 FERREIRA, J. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 14-15.

29 De acordo com o autor: "Embora os comunistas se apresentassem como produto mais acabado do longo processo de dessacralização do mundo, eles não conseguiram repudiar por completo a herança religiosa das sociedades do passado". FERREIRA, op. cit., p. 15.

> antropológicas sobre parentesco artificial, é somente uma questão de tempo, se é que já não se fez isso; e eu não duvido que haja quem já tenha analisado os sindicatos operários como sistemas de parentesco patrão-cliente.[30]

O irônico ceticismo de Hobsbawm tinha razão de ser, passados 40 anos da publicação do artigo "História operária e ideologia". A historiografia do movimento operário enveredou por caminhos insólitos, abandonando as abordagens consideradas tradicionais e tidas por adequadas pelo historiador britânico. Com efeito, desde que o termo "cultura política" encantou boa parte dos historiadores do movimento operário e do Partido Comunista, a historiografia da classe operária e também dos partidos e movimentos de esquerda, depois de transitar dos estudos inseridos nos quadros da política e das ideias para o domínio do social, desaguou no campo da cultura e da representação, por vezes, eivada com um verniz de sofisticação pós-moderna.[31] Contribuíram para esta inflexão, a queda do Muro de Berlim e a decomposição da URSS, que desencadearam uma ofensiva ideológica através das teses sobre o fim da história, implicando no abandono dos projetos coletivos e uma crise das utopias que demarcaram boa parte do século XX.

No terreno da teoria, a *debacle* do chamado "socialismo real" refletiu-se em uma crise que provocou o abandono do marxismo por parte de diversos marxistas, o que fez com que muitos se refugiassem nas primeiras modas intelectuais que sopraram da Europa e dos Estados Unidos.[32] Como corolário desse movimento, as expectativas criadas em torno da abertura dos Arquivos de Moscou para o grosso dos historiadores herdeiros da sovietologia estadunidense, desencadearam um *frisson* de especulações sobre possíveis revelações bombásticas. Como tais revelações não se confirmaram, somente por uma operação chamada por Murphy de "interpretação ideologicamente seletiva da era revolucionária", a historiografia pôde caminhar para a direita, e não para a esquerda, escusando-se de confirmar aquilo que os clássicos do marxismo haviam dito.[33]

---

30 HOBSBAWM, 1987, p. 28-29, grifo do autor.

31 Para uma análise mais ampla sobre o culturalismo na historiografia brasileira, veja-se: As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. LOFF, 2014, p. 67-98.

32 Sobre os efeitos da última crise do marxismo e o fenômeno do transformismo em parte da esquerda brasileira, veja-se: COELHO, E. *Uma esquerda para o capital. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2012.

33 MURPHY, K., Podemos escrever uma história da Revolução Russa?, op. cit., p. 61-62. Ainda sobre as "revelações bombásticas" dos Arquivos de Moscou, nem mesmo o assumido revisionista Bruno Groppo, que assina um texto com Bernard Pudal, admite que se promoveram revelações espetaculares: "Ainda

No final das contas a distopia teórica aludida por Hobsbawm na historiografia da classe operária, tem entre seus exemplos mais acabados a obra do historiador brasileiro Jorge Ferreira, que não se limitou a investigar o partido como instituição, mas recorreu aos elementos da cultura e da representação que os militantes anônimos tinham do comunismo, para explicar o fenômeno político. Obviamente que não podemos conceder essa história tão cara aos militantes e à própria historiografia brasileira, pioneiramente elaborada pelos egressos do PCB, a uma abordagem que inspire, nem de longe, algum tipo de anticomunismo.[34] Da mesma forma, dizemos com Murphy, que nos apoiamos nos ombros de uma tradição bastante rica, que apesar de tudo, ainda não foi ultrapassada pelas modas acadêmicas.[35] Isso porque, em parte pela reedição das guerras imperialistas, insurreições, revoluções e golpes de Estado que padronizaram as mudanças políticas durante a modernidade, em parte porque governos identificados com a esquerda alcançaram o poder em diversos países, enfim, considerando que o interesse pelo passado se move na medida das questões colocadas pelo presente, as novas gerações seguirão fazendo perguntas sobre padrões de transformação e sobre as regularidades históricas, da mesma forma em que se indagarão sobre os “porquês” de se fazer uma história dos comunistas, das revoluções e das utopias do século XX.

Considerando que o novo século trouxe consigo um renovado interesse pela história e por uma história crítica, e que aborda temas de reconhecida relevância social, a demanda de conhecimento do marxismo, da Revolução Russa, da história dos comunistas e de temas consorciados à transição socialista, não cessou de crescer no Brasil. Destacam-se, sobretudo, as recentes publicações de obras inéditas de Marx, Engels e Gramsci, assim como as de Trotsky e Lenin, estes últimos publicados por editoras ligadas aos partidos e movimentos de esquerda, o que deixa em aberto às perspectivas de possíveis futuros não inscritos nas doutrinas providenciais, mas nas perspectivas aduzidas pelas lutas.[36]

---

que demasiado cedo para um balanço da situação, parece poder afirmar-se que o acesso às fontes não levou, pelo menos até a data presente, a por fundamentalmente em causa as interpretações propostas pela historiografia mais séria, mas sim a corrigi-las em questões secundárias e a completa-las: prova, se disso necessitássemos, de que podia ser efectuado um trabalho científico sério mesmo sob condições pouco favoráveis”. GROPPO, B.; PUDAL, B. Uma realidade múltipla e controversa. In: DREYFUS, M. et al. *O século dos comunismos*. Lisboa: Notícias editorial, 2004. p. 24.

34 Sobre o problema do anticomunismo na historiografia, polemizei contra esta tendência em um artigo recente: SENA JÚNIOR, C. Z. Mito, memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo; LOFF, 2014, p. 99-121.

35 MURPHY, K., Podemos fazer uma história da Revolução Russa? op. cit., p. 63.

36 As editoras citadas neste parágrafo são: a Boitempo, que projeta publicar a obra completa de Marx e Engels a partir das do projeto das edições MEGA; a Expressão Popular, com relações com o MST; e a

Em todo caso, a resposta à pergunta que dá título a esta introdução pode, em parte, ser respondida pelos textos que compõe esta coletânea. Neste conjunto de trabalhos oriundos do Seminário sobre os comunistas no Brasil, ocorrido nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, no mês de junho de 2012, o leitor poderá encontrar histórias para todos os gostos. As opções, todavia, não vão muito além das abordagens que tem o político e o social como terrenos privilegiados. Isso porque, para os autores da coletânea, refratários às modas intelectuais e ao elogio fácil do mercado, tão ou mais importante do que interpretar o mundo, é continuar lutando para que a humanidade torne o passado citável em sua plenitude, sendo isso possível apenas com a sua emancipação de todas as formas de subalternidades.[37]

Os artigos que compõem esta coletânea foram elaborados entre 2012 e 2013, ainda em meio aos debates, celebrações e reflexões que ocorreram em torno da efeméride pelos 90 anos da fundação da primeira efetiva organização comunista do Brasil, o PCB, chamado Partido Comunista do Brasil até 1961, depois disso denominado Partido Comunista Brasileiro. Por conta disso, neste livro poderão ser encontrados alguns dos mais importantes temas, debates, inspirações, orientações e práticas que motivaram e movimentaram os comunistas brasileiros enquanto estes se apresentavam como alternativa de representação dos explorados e oprimidos deste imenso país tropical.

Sendo uma obra coletiva, abordagens distintas serão encontradas, mas em se tratando de obra de historiadores, não se deixa de notar o forte componente de narrativa que perpassa todos os artigos. Em função disto, o organizador desta coletânea optou por reunir em três partes separadas os 11 artigos que compõe este livro, adotando o critério cronológico como elemento de divisão entre a parte I "Das origens a Aliança Nacional Libertadora (ANL)", a parte II, "Resistência e legalidade" e a parte III "Do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de Março de 1958 e além".

No primeiro artigo da coletânea, "Observações sobre as ideias socialistas, anarquistas e comunistas na imprensa (1902-1924)", de Marly de Almeida Gomes Vianna, o leitor encontrará os debates que envolveram diversas correntes do movimento operário na agitada conjuntura de inícios do século XX, até 1924. Com a mão firme de uma historiadora experiente e profunda conhecedora dos debates que animaram os vários períodos da organização comunista, Marly Vianna percorre os meandros das lutas

---

Sudermann, ligada ao PSTU, além de outras menores.

37 BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011, p. 223.

sociais e políticas que inspiravam os jornais operários editados por anarquistas, socialistas e pelos primeiros grupos que se aproximaram do bolchevismo e que, posteriormente, convergiram para a fundação do PCB.

Buscando deslindar os primeiros passos do PCB na Bahia, Marcelo da Silva Lins discute as movimentações de militantes e sindicalistas, baianos e forasteiros, que trabalharam pela fundação do Partido Comunista na Terra de Todos os Santos e nas cercanias das fazendas de cacau do sul do estado. Em seu texto, Marcelo Lins descreve a impossibilidade de precisar a data de emissão da “certidão de nascimento” do partido na Bahia, e realiza importantes reflexões sobre o período e o trabalho de organização dos comunistas dessa localidade.

No artigo de Raimundo Nonato Pereira Moreira, o “renegado” Antônio Maciel Bonfim, o famoso Miranda, é o personagem central dessa importante tentativa de entender a trajetória dessa lenda maldita na memória dos comunistas brasileiros. Sem se comprometer com os acusadores de Miranda, em perspectiva biográfica, o autor busca compreender o personagem no limite entre a história e a memória.

A Campanha em torno de 50% de abatimento para estudantes, levada a cabo por militantes comunistas em 1935, é o tema do texto de Dainis Karepovs. Investigando a atuação dos estudantes brasileiros em torno de uma bandeira que mobilizaria a juventude por décadas, Karepovs discute a atuação dos jovens comunistas no contexto do surgimento, expansão e extinção da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Em seguida, o artigo de Rafael Fontes inaugura a parte II da coletânea. Fomentando a reflexão sobre os caminhos da juventude baiana na conformação de projetos de inserção intelectual e política cotidiana, o autor busca entender a conformação de uma cultura comunista, em permanente intercâmbio com outras perspectivas.

De minha própria autoria, o artigo “O esteio da ordem” busca entender os significados táticos e estratégicos da política do PCB para a classe operária nos anos 1940. Em vista dos impasses estratégicos e pressões dos sujeitos sociais que lutavam pela transformação do mundo, busco analisar como os comunistas se posicionaram diante dos grandes desafios que opunham o capital ao trabalho nos estertores da guerra.

Os Comitês Populares Democráticos (CPD) são o tema do artigo de Raquel Oliveira Silva, que contextualiza a ampliação da influência dos comunistas, enquanto estes se converteram em um partido com influência de massas e tentavam alcançar a maioria do “povo”, pretendendo-se livrar da pecha de “partido do proletariado”.

A insubordinação comunista frente à "esquerdização" do PCB, de Ede de Assis Ricardo Soares, é o tema do texto que abre a parte III da coletânea. Pretendendo discutir as implicações da opção política de saída pela esquerda provocada pelos Manifesto de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950, e sua consecução prática na vida do PCB em uma cidade do interior da Bahia, o autor percorre os meandros do debate surgido no contexto de superação/conservação da tática de União Nacional.

A famosa Declaração de Março de 1958 é o objeto de apreciação de Frederico José Falcão que adentra aos debates partidários para tentar compreender os significados da inflexão na linha política do partido e os debates que ela provocou. Na construção do seu argumento, o autor vai além da discussão das polêmicas em torno da Declaração de Março de 1958, tentando entender o que realmente estava em jogo e o que mudava na concepção estratégica do Partido enquanto este se via confrontado com outras organizações de esquerda que surgiam como alternativa ao PCB.

Eurelino Coelho aborda o rico debate ocorrido entre 1956 e 1959 que levou o PCB a superar sua compreensão de que o Brasil ainda era um país feudal. Situando o seu discurso entre "a classe" e "a nação", os comunistas brasileiros se viram pressionados a realizar um significativo giro tático que culminaria na "nova política" dos anos 1960, década em que surgiram novas opções de organizações de esquerda.

A trajetória e a função da *Revista Internacional (Problemas da Paz e do socialismo)*, de longa vida no PCB, é o objeto de discussão do texto de Muniz Gonçalves Ferreira no artigo que fecha a coletânea. Em seu texto, o autor discorre sobre as mudanças ocorridas na concepção do PCB entre os anos 1958 e 1990, avaliando a vinculação internacional do partido neste período através dos periódicos que publicava.

O objetivo desta coletânea é tanto oferecer um panorama provisório dos estudos sobre o Partido Comunista em nosso país, como reafirmar a primazia das abordagens contidas nos textos, essencialmente políticas, embora não exclusivamente. Longe do monolitismo reinante na história-tradição rechaçada por Haupt, impera nesta obra uma pluralidade de concepções e pontos de vista, ainda que não se deva encontrar aqui adesão aos modismos intelectuais de ocasião. Os ventos que sopraram na historiografia brasileira dos últimos anos, e que se tornaram um vendaval a derrubar estruturas de pensamento e teorias de toda espécie, ainda não fizeram estrago entre os historiadores que aqui escrevem. Entre estes, a boa polêmica é bem vinda, mas não ao ponto de se fazer uma má história.

PARTE I

DAS ORIGENS A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL)

Observações sobre ideias socialistas, anarquistas e comunistas na imprensa (1902-1924)

Marly de Almeida Gomes Vianna

> Por que a história do movimento operário? [...] Ir ao passado é sentido ainda como uma necessidade absoluta pelos militantes? [...] Por que essa história? Com que objetivo? A quem e a que ela serve, em relação ao movimento operário? [...] Não será melhor perguntar em que consiste, como funcionam os bloqueios da consciência histórica? Como superá-los para fazer surgir uma tomada de consciência, uma nova sensibilidade em relação aos problemas do passado? Uma análise crítica [...] deve colocar de um lado a produção histórica e de outro a memória coletiva, *em relação ao modo como o movimento operário, ou talvez as organizações que se dizem do movimento operário se referem à sua própria história*, com o uso que eles fazem dela e com a função política e ideológica que eles lhe dão. [...] A classe operária, postulada classe teleológica, tem necessidade da consciência histórica e, portanto, da consciência de seu passado, para cumprir sua missão.[1]

Transformando um pouco a frase de Haupt, que destaquei na citação acima, tenho a intenção de entender como as lideranças que se diziam do movimento operário expressaram sua política e sua ideologia com a

1 HAUPT, J. *L´historien et le mouviment social.* Paris: Maspero, 1980. p. 19-23.

finalidade de levar consciência à classe que queriam representar e ganhar adeptos para sua causa entre outras camadas da população.

Trata-se, não de pesquisar a imprensa operária, mas de procurar entender, através de jornais, revistas, panfletos e manifestos como, nas condições concretas do Brasil, os trabalhadores organizados – fosse a que nível fosse – pensavam sua situação, baseados nas ideologias que se consolidavam no mundo e na sua reelaboração interna.

Os limites cronológicos propostos neste trabalho são: 1902, a formação de um primeiro partido socialista organizado, e época também em que o anarquismo se tornou mais presente no movimento operário; e 1924, com a aceitação pelo IV Congresso da Internacional Comunista (IC) do Partido Comunista do Brasil (PCB), como membro efetivo da organização.[2]

Outro objetivo do estudo é perceber como e de que forma os ideais socialistas (marxistas ou anarquistas), profundamente antiautoritários, conviveram e em muitos casos incorporaram aspectos do pensamento autoritário e principalmente elitista da sociedade brasileira; até que ponto as ideologias mais influentes nos setores que formaram o PCB – o sindicalismo revolucionário no movimento operário e o positivismo nos setores das camadas médias urbanas, sobretudo militares – com suas cargas de messianismo libertário, culto ao progresso e elitismo, respectivamente, conviveram com e reelaboraram o socialismo marxista.

Procuro discutir, principalmente, a possibilidade da organização de um movimento revolucionário atuante, com base de massas, numa sociedade com classes sociais ainda não suficientemente diferenciadas, hierarquizada e autoritária, com uma classe operária recém-formada e brutalmente reprimida, uma burguesia sem experiência de práticas liberais e camadas médias pouco identificadas com o mundo do trabalho. Se considerarmos que não havia espaço para uma organização revolucionária com influência de massa em tal sociedade, cabe indagar sobre o papel de grupos e lideranças mais avançados na proposta de transformação revolucionária da sociedade, em um contexto objetivamente limitado.

Nesse trabalho, exploro principalmente as formas do discurso político-ideológico dos socialistas, anarquistas e comunistas que, por mais correto que fosse em seus conteúdos, não conseguiram chegar ao coração das massas. A principal hipótese levantada neste trabalho é que esses grupos de esquerda, em que pese sua real vontade de transformar o mundo, de realizar uma revolução social, de sua generosidade e fraternidade para com

---

2 O presente trabalho é a primeira parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida e que chegará até o ano de 1954.

o próximo não conseguiram, como vanguarda militante, fugir dos parâmetros ideológicos impostos pela burguesia. Dito de outra forma, a esquerda não conseguiu formar uma contraideologia, mantendo-se no terreno delimitado pela burguesia e lutando com as armas que esta lhe oferecia.

A análise dos jornais operários, na quase totalidade anarquistas, dos primeiros 20 anos do século XX, é importante para o entendimento da construção do pensamento do que chamo generalizadamente, de "esquerda brasileira" e, especificamente, dos grupos comunistas que se juntaram no Partido Comunista do Brasil. Este foi não só o primeiro partido político de âmbito nacional formado no país, como o aglutinador de várias correntes democráticas, fosse qual fosse seu nível de adesão às ideias socialistas.

Considero importante identificar qual o nível de concordância entre o discurso ideologicamente militante dos líderes (anarquistas, socialistas e comunistas) com a ideologia que permeava o conjunto da classe operária. De que forma o discurso impresso, que expressa um tipo de visão de mundo, acolheu "às ideias mais simples e menos estruturadas que circulam entre o povo simples".[3]

A propaganda ideológica entre o movimento operário, em especial, a veiculada pelo movimento anarquista do início do século, de um modo geral não era construída de baixo, ou pelo menos levando em conta uma linguagem acessível à maioria do operariado. Como chama a atenção Dario Canale[4], não eram casuais as queixas de anarquistas e também de comunistas sobre a "incapacidade dos trabalhadores brasileiros de assimilarem suas doutrinas". [5] Nosso trabalhador "é de uma incultura espantosa, e ainda vergado ao peso detestável das taras dos seus ancestrais selváticos, supersticiosos e fetichistas".[6] Ao mesmo tempo em que o PCB, a partir de 1922, sem base de massa que lhe respaldasse a atuação política, voltava-se para as diretivas da III Internacional, os socialistas tentaram conciliar uma plataforma que atendesse ao movimento operário sem propostas de mudanças sociais radicais. Quanto aos anarquistas, suas propostas de radicais transformações sociais careciam de organização política para levá-las adiante.

Também o fato das posições do marxismo, do anarquismo ou do evolucionismo ter seduzido os intelectuais, independentemente da dimensão do

---

3 RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 25.

4 CANALE, D. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013.

5 CANALE, op. cit., p. 271.

6 DIAS, E. A Igreja e o proletariado. *Movimento Comunista,* n. 11, p. 293.

movimento operário, foi um forte elemento de descaracterização do movimento comunista e socialista no Brasil – o que de nenhuma forma menospreza a participação de intelectuais nesses movimentos. O problema é que a intelectualidade brasileira da época, além da fraqueza teórica decorrente de uma sociedade ainda fortemente vinculada à escravidão, sem tradição de ensino superior e de mercado editorial, carecia do respaldo de um forte movimento operário e os conhecimentos sobre o marxismo também eram bastante precários. O Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, por exemplo, só foi traduzido para o português em 1923-1924, e, segundo Canale, era uma tradução de segunda mão e de qualidade bastante discutível.[7] O Manifesto do Partido Comunista é um dos livros mais conhecidos no mundo.

O desprezo generalizado pelas práticas da democracia liberal; o autoritarismo orgânico-disciplinar dos partidos ligados à III Internacional e o fato de ser inerente a toda organização que visa uma transformação radical da sociedade a repulsa pelas formas institucionais correntes, limitou muito o espaço das organizações de esquerda. Por outro lado, os grupos anarquistas, muito atuantes nas duas primeiras décadas do século, limitaram-se a aguerridas manifestações de protesto e denúncia – especialmente através de sua imprensa. Seu programa para o futuro era a proposta de uma sociedade sem governo – sem autoridade, construída por homens que convenceriam as grandes massas da justeza de suas posições através, principalmente, da educação.

OS SOCIALISTAS

No início da década de 1840, o médico Benoît J. Mure e o engenheiro Louis L. Vauthier pregavam, no Brasil, um socialismo sansimoniano e patrocinavam publicações de cunho socialista. Benoît Mure, por exemplo, contribuiu para a edição, em Niterói, do jornal *O socialista da Província do Rio de Janeiro*, publicado de 1845 a 1847. Moniz Bandeira lista cerca de vinte publicações "socialistas", entre 1860 e 1869 e pode-se constatar a fragilidade delas pelo pequeno tempo de sua existência.[8]

Houve ainda, sob a influência do socialismo utópico, a formação de vários clubes que difundiam ideais socialistas. Entre os propagandistas do socialismo havia pessoas oriundas da classe operária como José Veiga, França e Silva e Mariano Garcia, mas a maior parte deste grupo fazia

7 CANALE, 2013, p. 234.

8 BANDEIRA, M. *O ano vermelho*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 15-16.

parte das camadas médias urbanas, como os professores Vicente de Souza e Eugênio Borba, o jornalista Gustavo de Lacerda, o advogado Evaristo de Moraes e os médicos Estevam Estrela, Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Estes três últimos formaram em Santos, em 1889, o Círculo Socialista que, para Astrojildo Pereira, foi a mais antiga organização marxista de que se tem notícias no Brasil.[9] Em 12 de dezembro de 1889, foi escrito o manifesto do círculo, divulgado pela imprensa em 1902. Esses pioneiros da difusão do socialismo no Brasil estavam imbuídos das ideias positivistas e evolucionistas em voga à época.

Evaristo de Moraes Filho assinalava, já em 1890 – pouco depois da fundação da II Internacional e da Proclamação da República –, o surgimento dos primeiros partidos socialistas, no Distrito Federal, São Paulo e Porto Alegre. No Distrito Federal, Evaristo destaca três deles: o primeiro, criado por Gustavo de Lacerda, que editou o jornal *Voz do povo*, de curta duração. O jornal e o partido tinham cunho bastante reformista, parecem ter sido criados para que seus líderes concorressem às eleições à primeira Constituinte republicana, em que foram derrotados.[10] Outro partido, criado por Luiz França e Silva, também reformista, tinha como objetivo alcançar mudanças sociais, sem criar conflitos, através do sufrágio universal. O jornal do partido, chamado de *Eco Popular*, dizia na sua edição de n.º 35, em maio de 1892: "O Partido Operário não almeja escalar o poder nem monopolizar a direção suprema dos negócios públicos". Segundo Moraes, este partido recrutou para suas fileiras principalmente pessoas da pequena burguesia e das camadas médias urbanas. Foi esse partido que convocou o Congresso Operário de 1892 que, embora com pequena repercussão, foi considerado por alguns como o Primeiro Congresso Operário Brasileiro.[11] O terceiro partido citado por Moraes, conhecido como Partido Operário Nacional, foi fundado por José Augusto Vinhaes, tenente da Marinha, que em 1903 criou o Centro Doméstico, dando origem o Centro Cosmopolita (rede de hotéis, restaurantes e congêneres).

Em 1895, o Círculo Socialista de Santos transformou-se em Centro Socialista de Santos, que editou, por mais de um ano, um jornal quinzenal chamado de *A questão social*, cujo primeiro número apareceu a 15 de setembro daquele ano. Sem nenhuma dúvida, o Centro Socialista teve importância na história da organização da classe operária e na difusão de ideias socialistas. No entanto, é difícil concordar com Astrojildo Pereira

---

9 PEREIRA, A. *Formação do PCB, 1922/1928*. Lisboa: [s.n.], 1976. p. 35-36.

10 MORAES FILHO, E. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados: UNB, 1981. p. 17 et seq.

11 MORAES FILHO, op. cit., p. 17.

em ter sido Silvério Fontes o pioneiro do marxismo no Brasil. O pensador francês Benoît-Malon, a grande influência ideológica no Centro, dificilmente poderia ser chamado de marxista. O editorial do primeiro número de *A questão social* era bem claro a esse respeito:

> Apresenta-se hoje na arena jornalística *A Questão Social*, defendendo uma causa justa – a reivindicação dos direitos do proletariado. Na Europa, onde o socialismo chegou a seu período de maturação histórica, a propaganda vai fazendo grande proselitismo. Ali, como na América do Norte, não se confunde a doutrina que já entrou em sua *fase positiva,* nem com a república, como a ensinou Platão, nem com a utopia, como a idealizou Tomas Morus. Resultado de estudos acurados duma plêiade de pensadores, representando o *primus inter pares* Karl Marx, o socialismo encontrou, principalmente na Alemanha, sua base científica. Não queremos dizer com isso que o problema social seja uma reforma exclusivamente econômica: que o socialismo seja unicamente uma questão de ventre. É incontestável que deve ocupar o primeiro lugar a transformação econômica, pois dela nascerá a principal reivindicação proletária. Entretanto, forçoso é confessar que as aspirações humanas devem ser integralizadas e a questão social passa a ser complexa, isto é, tanto literária quanto filosófica, tanto afetiva quanto estética, tanto moral como política. E seremos nós indiferentes ao estudo desses problemas, quando talentos de primeira ordem tanto se têm preocupado com a sua difícil solução? Entre nós, as condições *atuais não nos permitem encarar o socialismo como medida que se imponha por uma agitação revolucionária*. Desfraldando a bandeira do *coletivismo reformista*, *A Questão Social*, sem paixões, que considera antagônicas à *idéia [sic] de progresso*, (propõe-se) a lutar tenazmente para que sejam mais rápidos os efeitos do *movimento evolucionista científico*, que deve dar em resultado a nova organização da Sociedade. Por maiores que sejam as preocupações dos excessivamente tímidos e as apreensões dos privilegiados, a repercussão no Brasil das idéias que se agitam no velho mundo há de ser fatal, a bem dos interesses gerais da coletividade. Oxalá o esforço que ora fazemos, pugnando pela implantação da doutrina regeneradora, encontre eco em todos os que combatem pelo nivelamento das classes, entrando com o contingente de sua colaboração para que se levante, em breve, o majestoso edifício da solidariedade e da justiça de classe. [12]

12 grifo do autor.

Foram essas ideias que influenciaram o pensamento socialista da Primeira República. O informe ao Congresso Socialista de Londres, em 1896, declara que:

> No Brasil, o socialismo se encontra ainda em estado embrionário. Nas províncias do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, é onde ele cresce mais, graças à emigração italiana e alemã. Em Santos há uma União Operária, um Partido Operário, que são social-democratas. Em 1895 alguns intelectuais fundaram um Centro Socialista, grupo que é também social-democrata, mas fortemente influenciado pelas obras de Benoît-Malon, que o senhor Magalhães Lima divulgou nessas regiões. Esse grupo publica em português um jornal bimensal – *A questão social*. Os homens mais em vista da social democracia brasileira são os senhores Silvério Fontes, Sóter Araújo, Carlos Escobar, Esperidião de Médicis, Mariano Garcia, Cirilo Costa, Benedito Ramos, etc. Há grupos operários alemães (União Geral dos Trabalhadores) na província de São Paulo, que formam o núcleo do Partido Operário. Aí se publica, em quatro línguas, o jornal hebdomadário social-democrata *O socialista*. Os socialistas anarquistas são muito perseguidos de três anos para cá. Não publicam mais nenhum jornal, mas editam folhetos, reedições e traduções. Os italianos fornecem o mais forte contingente ao socialismo anarquista e em sua maior parte são comunistas. [13]

O II Congresso Socialista Brasileiro aconteceu em São Paulo, entre 28 de maio e 1º de junho de 1902, com mais de 50 delegados. A maioria dos partidos socialistas apelava com frequência para a caridade, a bondade e a justiça que, segundo eles, os patrões deveriam demonstrar para com os proletários os quais, por sua vez, deveriam ter espírito de tolerância e evitar "abalos subversivos".

Não cabe aqui listar todos os partidos operários e socialistas criados à época, dos quais citaremos mais adiante apenas os principais itens de seus programas. Coloca-se em pauta a opinião de Evaristo de Moraes Filho que contradiz as ideias sobre um socialismo brasileiro totalmente e artificialmente importado. Diz ele, sobre programas e resoluções desses partidos:

> Ao contrário do que afirmam alguns críticos, não concordamos que tenham sido alienados da realidade brasileira, como que feitos e escritos para a Europa. Pelo contrário, com um mínimo de ideologia

13 HOMON, A. *Le socialisme e le congrès de Londres*. Paris: [s.n.], 1897. Cf. PEREIRA, A. Sívério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil. *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p. 407-8, nota 5, abr.,1962.

> e de utopia, procuravam esses socialistas da primeira hora ser bem práticos, atentos às necessidades de toda ordem, materiais e espirituais, da classes trabalhadora naciona [sic]. Tudo que eles reivindicavam fazia-se urgente entre nós, pela melhoria da qualidade de vida do pequeno proletariado que ia surgindo.[14]

A concordância com Moraes não leva a desconsiderar a importância dos imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e alemães nas primeiras tentativas de organização das lutas operárias no Brasil. Sendo a esmagadora maioria do operariado, trouxeram com eles a experiência política de seus países originários e foram os responsáveis, principalmente, pela criação da imprensa operária.

As principais reivindicações dos primeiros partidos socialistas brasileiros podem ser divididas em dois grupos. Em primeiro lugar, aquelas que dizem respeito a melhores condições de vida para o operariado, tais como: melhoria das condições de trabalho, higiene e segurança; habitações higiênicas, confortáveis e baratas; contra as injustiças na cobrança de impostos; jornada de trabalho de oito horas; educação gratuita, formal e profissional; organização de um montepio para os operários, em caso de invalidez, velhice e morte; seis horas de trabalho para menores entre 14 e 16 anos e proibição do trabalho de menores de 14; descanso remunerado de um dia e meio por semana. Tais reivindicações eram as principais questões para a classe.

A segunda ordem de reivindicações era claramente política. Assim o Programa do Partido Operário do Brasil, de 1890, colocava como seu primeiro ponto: "Sustentar, por todos os meios ao seu alcance, ou pelos representantes de classe que ele mandar à Assembléia Legislativa, ou por intermédio do próprio centro executivo, todos os direitos das classes, seja qual for sua categoria".[15]

O Partido Operário de São Paulo, também de 1890, propôs: "Eleger representantes que vão ao Parlamento defender os interesses dos operários e promover a realização de medidas de interesse das classes".[16] Por sua vez, o programa do Partido Operário Brasileiro, de 1893, diz que

> [...] a socialização da produção, sob o regime atual da propriedade, concentra em poder da classe capitalista todos os rendimentos

14 MORAES FILHO, 1981, p. 19.

15 Ibid., p. 239.

16 Ibid., p. 240.

> sociais, ficando por este fato a classe trabalhadora submetida a uma exploração física e moral cada vez mais acentuada;
> Considerando que por estas condições econômicas da sociedade atual a classe trabalhadora jamais poderá emancipar-se da tutela do capital, sem que se aproprie dos meios de produção, isto é, dos instrumentos de trabalho e das matérias primas, pela restituição do solo à coletividade;
> [...] procurar obter, *por todos os meios legais*, a maior soma de propriedades coletivas e preparar disciplinarmente as forças para fazer-se sentir nos destinos políticos e econômicos do Brasil.[17]

O que caracterizou os socialistas, e principalmente, o que os diferenciava dos anarquistas, era a ideia de um socialismo conquistado na legalidade, a importância que davam às lutas eleitorais, os apelos à compreensão e à caridade dos industriais para com os trabalhadores e, muitas vezes, a afirmação de não serem revolucionários. Comparando a politização dos operários imigrantes que por aqui chegavas com os nacionais, um dos fundadores do jornal socialista *Avanti!*, Antônio Piccarolo – expôs seu ponto de vista a respeito das primeiras tentativas de socialismo no Brasil:

> Indivíduos vindos da Europa, especialmente da Itália, trazendo consigo a convicção e o ideal socialista procuraram [sic] transplantá-los no Brasil, fundando um partido socialista brasileiro. Parece perfeitamente ocioso dizer que estas tentativas encontraram sorte por completo negativa, tendo a semente caída em terreno impreparado e contrário a todo desenvolvimento socialista.[18]

OS ANARQUISTAS

Apesar de bastante conhecidos, considero importante lembrar alguns pontos básicos do anarquismo, definidos por Enrico Malatesta, em seus *Princípios gerais do anarquismo*, porque sua influência foi predominante no Brasil, pelo menos no sindicalismo revolucionário, através de seu discípulo Neno Vasco. Para Malatesta, os princípios gerais ácratas são:

> 1º. Abolição da propriedade, capitalista ou estatal, da terra, das matérias primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém

---

17 MORAES FILHO, 1981, p. 241, grifo do autor.

18 PICCAROLO, 1908 apud MORAES FILHO, op. cit., p. 118-119.

> tenha meios de explorar o trabalho dos outros e para que todos, assegurados os meios de produzir e de viver, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se livremente uns com os outros no interesse comum e de conformidade com as afinidades e simpatias pessoais.
>
> 2º. Abolição do Estado e de qualquer poder que faça as leis para impô-las aos outros; portanto, a abolição de todos os órgãos governamentais e de todos os elementos que lhes são próprios, bem como de toda e qualquer instituição dotada dos meios de constranger e punir.
>
> 3º. Organização da vida social por iniciativa das associações livres e das livres federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas conforme a vontade de seus componentes guiados pela ciência e pela experiência e libertos de toda obrigação que não se origine da necessidade natural, à qual todos de bom grado se submeterão quando lhe reconheçam o caráter inelutável.
>
> 4º. A todos serão garantidos os meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar, particularmente às crianças e a todos que não sejam incapazes de prover a própria subsistência.
>
> 5º. Guerra a todos os preconceitos religiosos e a todas as mentiras, mesmo que se ocultem sob o manto da ciência. Instrução completa para todos, até aos graus mais elevados.
>
> 6º. Guerra às rivalidades e aos preconceitos patrióticos. Abolição das fronteiras, confraternização de todos os povos.
>
> 7º. Libertação da família de todas as peias, de tal modo que ela resulte da prática do amor, livre de toda influência estatal ou religiosa e da opressão econômica ou física.[19]

Gigi Damiani, também anarquista italiano e com grande atuação no Brasil, definiu o anarquismo como "A concepção de um futuro para a Humanidade que exclua todo princípio de autoridade, de domínio e de exploração do homem pelo homem".[20] E para o anarquista brasileiro, Edgar Leuenroth,

---

19 MALATESTA apud LEUENROTH, E. *Anarquismo, roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963. P. 17.

20 DAMIANI apud Ibid., p. 21.

> A anarquia, em filosofia positiva, é a concepção de um estado social em que o indivíduo, dono e soberano de sua pessoa, se desenvolverá livremente e no qual as relações sociais se restabelecerão entre os membros da sociedade segundo as suas opiniões, as suas afeições, as suas necessidades, sem constituição de autoridade política. Numa palavra, a Anarquia é a negação do Estado sob qualquer forma que se apresente, substituído pela iniciativa individual, exercendo-se diversamente e harmonicamente. A doutrina preconizada pela Anarquia é o *anarquismo.* Essa doutrina não é, de nenhum modo, uma concepção de sonhadores. É, pelo contrário, a conclusão social da filosofia e de toda a ciência moderna que tem por objetivo o estudo do homem e da sociedade. As bases do anarquismo são ao mesmo tempo filosóficas, morais, políticas e econômicas.[21]

Outro ponto importante do anarquismo foi o repúdio ao parlamento e à ação eleitoral. É ainda Edgar Leuenroth quem fala:

> Quanto ao Parlamento:
>
> 1º A assembléia parlamentar é *incompetente* para decidir sobre qualquer assunto da vida social. Um congresso de técnicos (médicos, engenheiros, sapateiros, etc), discute com conhecimento de causa o que é de seu ofício; num Parlamento, cada ponto de vista, cada ramo do saber tem sempre para o tratar uma minoria, sendo, no entanto, a maioria que decide.
>
> 2º O seu poder limita-se a formular leis, sendo *impotentes* para as fazer aplicar, quando porventura cheguem a contrariar os interesses das classes dominantes, dos proprietários, que têm nas suas mãos as autoridades e os próprios favorecidos, seus dependentes, por meio dos salários.
>
> 3º Ambiente burguês é politicamente dominado pelos interesses capitalistas e financeiros, exerce uma inevitável corrupção sobre os que para lá entram, vindos do seio do povo trabalhador e animados das melhores intenções.
>
> 4º Dispensa o povo de agir diretamente e entretém as impaciências populares tanto mais eficazmente quanto mais atroadores e 'revolucionários' forem os discursos ali proferidos.*Quanto* à ação eleitoral:

21 PICCAROLO, 1908 apud MORAES FILHO, 1981, p. 31, grifo do autor.

> 1º Trata-se de obter número, e para isso fazem-se apenas vagas afirmações, esconde-se o ideal revolucionário e entra-se em combinações e intrigas.
>
> 2º A ação eleitoral e parlamentar leva ao socialismo uma chusma de aventureiros da pequena burguesia, de profissionais da política e do intelectualismo, etc. que corrompem e desviam o movimento.[22]

Charles Melato e Jean Graves, teóricos libertários, escrevendo sobre as teorias anarquistas, colocaram que, enquanto os marxistas

> [...] queriam o advento do 'quarto Estado'; os anarquistas-comunistas proclamavam a abolição do Estado e a soberania do indivíduo. Assim surgiram as escolas do socialismo autoritário e do socialismo libertário, tendo a primeira como lema a ditadura do proletariado e a segunda a igualdade social sem governo de nenhuma espécie.[23]

É importante lembrar essas definições porque elas serão, ao pé da letra, divulgadas pelos anarquistas brasileiros. Chamo a atenção para os aspectos éticos, educacionais e individualistas das teorias que fundaram o anarquismo.

> Anarquismo é, em verdade, a substituição pela liberdade da regulamentação da produção, do trabalho, do consumo, da educação, das relações sociais. Os anarquistas propõem-se a substituir a organização autoritária pela organização voluntária, pelo livre contrato espontaneamente formado e eternamente dissolúvel, não ligando os homens mais do que pela comunidade de interesses e pela reciprocidade das conseqüências, das afinidades e das simpatias.[24]

A assertiva do anarquista brasileiro, Fábio Luz reforça este aspecto:

> O anarquista é um homem ansioso da felicidade e do amor, da justiça e paz e por isso se transforma em mártir de um ideal, em servidor abnegado de uma filosofia e de uma doutrina. Para ele, a felicidade individual depende da felicidade geral; a felicidade geral será uma resultante da igualdade econômica. Não pode haver

22 LEUENROTH, 1963, p. 57-58.

23 MELATO; GRAVE apud RODRIGUES, E. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. p. 67.

24 HAMON apud Ibid., p. 68.

> felicidade individual enquanto a dor acutilar a maioria dos homens, a fome for o quinhão dos proletários, o frio e a miséria o futuro do trabalho.[25]

Nos primeiros anos do século XX foram os anarquistas que tiveram maior influência no movimento operário, sendo responsáveis por intensa propaganda em seu meio, através de inúmeros jornais, pela organização das lutas dos trabalhadores e pelos primeiros congressos operários. Lutavam basicamente pelas mesmas reivindicações levantadas pelos socialistas: jornada de oito horas, aumento salarial, abolição de multas, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, férias remuneradas, higiene nos locais de trabalho, etc. Não admitiam, no entanto, ao contrário dos socialistas (e mais tarde dos comunistas) qualquer organização de caráter político. Os anarquistas revolucionários consideravam que o sindicato não tinha caráter político e sim reivindicatório, sendo por isso a única forma de organização que aceitavam. Quer dizer, do ponto de vista organizativo, suas reivindicações não ultrapassavam as de melhores condições de vida e trabalho para a classe operária. Sua propaganda era fundamentalmente ideológica e doutrinária – daí a importância da imprensa – e pelo que chamavam de ação direta: greves, boicotes e sabotagens – não aceitando de nenhuma maneira a luta eleitoral. Em 1918 houve uma tentativa de levante armado, por parte dos anarquistas, que fracassou por ter um agente policial infiltrado em seu meio.

Edgar Leuenroth[26] escreveu sobre a dificuldade de registrar as primeiras atividades anarquistas no Brasil, dizendo que para fazê-lo teve que seguir as atividades de Neno Vasco, de quem falaremos mais adiante. Leuenroth afirma que os anarquistas começaram sua atividade no Brasil logo depois da Proclamação da República, com uma série de publicações, além de comícios e conferências, e ativa participação no movimento operário e na organização de grupos. Conforme se observa no trecho a seguir,

> A reunião desses grupos se processa também livremente, à margem das normas disciplinares mais ou menos autoritárias. Isto é, da mesma forma que os elementos componentes de cada grupo, estes também se unem por livre acordo, de conformidade com as normas do mais amplo federalismo, articulando-se local, regional e nacionalmente por intermédio de comissões de relações, sem nenhuma atribuição de mando. [...] *Organiza-se na base do livre acordo e das*

25 LUZ apud RODRIGUES, 1969, p. 68.

26 LEUENROTH, 1963.

> *diferentes espécies de afinidades: afinidades pessoais, de tendências, de iniciativas, etc., sendo que esses agrupamentos têm duração mais ou menos prolongada ou simplesmente ocasional.*[27]

Segundo o mesmo autor, o movimento começou nos centros mais importantes do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e a partir daí se espalhou para outros estados.

Um traço específico do anarquismo, bastante forte no Brasil, foi o anticlericalismo, que mereceu, inclusive, um jornal especialmente dedicado ao tema, intitulado *A Lanterna*, dirigido por Leuenroth. Diz ele:

> A expressão anticlericalismo, tornando-se integral, como o fazem os anarquistas, abrange:
>
> a) Luta contra os padres – para mostrar as contradições de suas vidas com as doutrinas que professam [...]; b) Luta contra a influência política da Igreja – pela ação direta pela propaganda extra-parlamentar; c) Denúncia do poder econômico da Igreja, da Igreja como empresa, como auxiliar da exploração capitalista, como divisora do proletariado, fautora do crumirismo [sic]. (Este ponto é importantíssimo.[28]

Apesar de seu radical anticlericalismo, os anarquistas, curiosamente, não conseguiram fugir à linguagem religiosa. Em seu jornal, totalmente dedicado aos ataques à religião, dizem, por exemplo:

> Portanto, é claro que nada temos a ver contra os honrados companheiros que não são anarquistas. A estes estimamo-los tanto ou mais do que aqueles que o são e isso por força desse elementar sentimento de justiça que nos leva a conceder a preferência, a nossa simpatia àqueles que mais dela necessitam – porque são estes certamente para nós os mais desgraçado. [29]

Difícil não se lembrar da afirmativa cristã que declara que "Deus ama mais aos pecadores, pois são os que mais precisam Dele". Em outro artigo diz Helio Negro descreve: "Saíste a campo a pregar o novo verbo com o ardor de verdadeiros apóstolos! Nas vossas palavras havia o fogo da sacra

---

27 LEUENROTH, 1963, p. 105.

28 LEUENROTH, 1963, p. 100.

29 A LANTERNA. São Paulo: [s.n.], n. 258, 29 ago. 1914. p. 2.

paixão convincente!”. [30] É comum também que descrevam o anarquista como vítima não só do capitalismo, mas da sociedade em geral: “[...] É por isso que o homem que sustentar essa idéia bela e sã que se chama anarquia está desprezado por toda a parte, até pela própria família, no lar paterno, como se fosse um cão leproso [...]. [31] Esta colocação certamente não atraía a maior parte do proletariado.

A educação para o movimento anarquista sempre foi fundamental. Tal aspecto ficou bastante evidente no trecho a seguir:

> Os operários, que para nada precisam da burguesia, senão somente para serem por ela explorados [...] devem protestar contra toda essa ladravaz canalha e fazer conhecer, no momento preciso, a sua força que, em estado latente se acha e que somente espera a fagulha, que é o livro, para fazê-la estourar e rebentar o já enfraquecido invólucro que o comprime, o capitalismo.[32]

A futura sociedade anarquista tinha um aspecto bastante idílico, como a descreve José Oiticica:

> [...] as indústrias divulgar-se-ão em todo o país; as fábricas surgirão no meio dos campos, a cidade difundir-se-á, por assim dizer, no campo, as casas serão contornadas por hortas e jardins, como atualmente nas grandes cidades, novas estradas sulcarão os territórios e uma troca mais útil do que a das mercadorias, uma troca de idéias e uma correspondência de sentimentos e de (ilegível) fraternos estabeler-se-á ente os grupos de uma região e outra. Cada nação (região), tendo os seus agricultores e artífices, cada indivíduo trabalhando nos campos e nalguma arte industrial, unirá aos seus conhecimentos científicos o conhecimento de uma profissão. [33]

Ou, em palavras ditas no Congresso Anarquista Sul-Americano “São esses mesmos anarquistas os precursores da felicidade universal [...] Povo! São estes que farão o teu amanhã uma série infinda de felicidades; são estes que tornarão a tua vida futura um mar de rosas [...]”. [34] Havia também certa dose de moralismo, pregando não só contra o álcool, um real problema para muitos operários, e também contra os bailes.

---

30 GERMINAL-BARRICATA. São Paulo: [s.n.], n. 1, 16 mar. 1913. p. 1.

31 A VOZ DO TRABALHADOR. São Paulo: [s.n.], 15 ago. 1909. p. 1.

32 A LANTERNA. São Paulo: [s.n.], n. 288, 15 abr. 1916.

33 GERMINAL-BARRICATA. São Paulo: [s.n.], n. 5, 13 abr. 1913. p. 3.

34 NA BARRICADA. São Paulo: [s.n.], n. 21, 28 out. 1915. p. 2.

Em um discurso para o movimento operário, comentado pelo jornal, dizia-se que o orador apelou para que "[...] os trabalhadores abandonassem as tabernas e a trocassem o copo pelo livro e terminou dizendo que o dia em que as tabernas estiverem desertas os trabalhadores empregarão suas energias, que o álcool consome, em fazer a expropriação da burguesia". [35]

Outro traço do anarquismo foi à defesa de um neo-malthusianismo, que embora justificado com coerência, aparece como um amargurado protesto pela exploração sofrida pelos trabalhadores.

> Baseado em processos científicos, o neo-malthusianismo propaga a limitação da prole. E por que não? Parecerá isso a muitos trabalhadores, adeptos como são, em geral, da moral cristã, uma imoralidade inqualificável. No entanto, é bem mais imoral aumentar a humanidade de milhares de seres nascidos para escravos, engendrar filhos e criá-los para a exploração e para a matança no trabalho, nas guerras, como o magarefe engorda a rez para o corte. O neo-malthusianismo bem interpretado, inteligentemente praticado, não poderá deixar de ser um bem para o trabalhador.[36]

Muitas vezes, as críticas à política e à religião surgem de maneira bastante simplista:

> [...] Tampouco os trabalhadores podem ser políticos, porque a política é a arte de governar, isto é, de enganar os outros; e como a mania de querer enganar ou governar os outros é sempre de resultados funestos, também conclui-se daí que os trabalhadores devem detestar a política.
>
> Por último, os trabalhadores não devem ser religiosos, porque a religião, qualquer que ela seja, embrutecem em vez de ilustrar. E os trabalhadores, naturalmente, não quererão ser brutos. [37]

Nos primeiros anos do século, os anarquistas desempenharam um papel fundamental na organização do movimento operário.

> Pela ação dos anarquistas iniciou-se no Brasil o movimento sindical de resistência do proletariado, firmando-se sua orientação de luta anticapitalista. Além dos congressos, dos quais surgiu a

35 A GUERRA SOCIAL. São Paulo: [s.n.], n. 2, 16 jul. 1911. p. 2.

36 DIAS, C. O direito humano de reivindicar. *A Guerra Social*, São Paulo, n. 8, p. 2, 5 nov. 1911.

37 PROLETÁRIOS e burgueses. *A Guerra Social*, São Paulo, n. 27, 14 nov. 1912. p. 1.

> Confederação Operária Brasileira, teve grande destaque no movimento a gloriosa Federação Operária de São Paulo, fundada em 1905, bem como as federações do Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Pará, que agregavam, além dos sindicatos profissionais, várias Ligas Operárias espalhadas por todos os pontos do país.[38]

Os sindicalistas revolucionários defendiam a organização sindical, porque para eles, o sindicalismo era

> [...] um movimento que agrupa, por meio de associações (locais, industriais, regionais, federais, nacionais e internacionais), os trabalhadores, visando a defesa comum de seus interesses imediatos e futuros, materiais e morais, profissionais, intelectuais e sociais. Dentro do sistema que preconiza, figuram em primeiro lugar a transformação da sociedade e a abolição das classes. O sindicalismo possui, como bases morais, a solidariedade e o auxílio mútuo. Propugna a unidade humana, a colaboração intrínseca dos trabalhadores manuais e intelectuais, formando uma só família universal.[39]

Foi imensa a contribuição de anarquistas portugueses, espanhóis e italianos no Brasil, dentre os quais destaca-se Neno Vasco, uma das figuras libertárias de maior importância, aqui e em Portugal, com grande atuação na imprensa anarquista e teórico do sindicalismo revolucionário. Neno Vasco (1878-1920), cujo nome era Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos, nasceu em Portugal. Chegou ao Brasil em 1901, para encontrar seu pai, radicado em São Paulo e logo entrou em contato com anarquistas brasileiros, como Benjamim Mota e Ricardo Gonçalves. Foi diretor do jornal *O amigo do povo*, que começou a circular em 1902 na capital paulista. Logo, a seguir lançou a revista *Aurora* e escreveu nas páginas do jornal *A voz do trabalhador,* onde discutiu as relações entre anarquismo e sindicalismo.

Voltou para Portugal em 1911, mantendo correspondência com os jornais anarquistas brasileiros. O seu principal livro foi *A concepção anarquista do sindicalismo*, publicado em 1923 e reeditado em 1984.[40] Neno Vasco detalha sua concepção:

---

38 LEUENROTH, 1963, p. 107.

39 BERNARD apud RODRIGUES, 1969, p. 136.

40 Sobre Neno Vasco ver SAMIS, A. *Minha pátria é o mundo inteiro*: Neno Vasco, o anarquista e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra livre, 2009.

> O que no sindicalismo é essencial é a organização e a ação de classe do proletariado, é o *movimento sindical*. Os operários, não porque têm conscientemente este ou aquele ideal quanto à sociedade futura, mas porque são assalariados e precisam de lutar contra os patrões, agrupam-se em sindicatos (*sociedades de resistência* era muito mais apropriado), fora de qualquer partido político, como aliás as associações econômicas da própria burguesia. Da sua condição de assalariado, da sua força de trabalho e do fato de estarem agrupados para a defesa de seus interesses econômicos comuns, resulta naturalmente o emprego de certos meios de ação que giram em torno da greve. Desses meios de *ação direta* são partidários todos os operários, sejam quais forem as suas idéias políticas, sociais ou mesmo religiosas; e portanto todos se podem e devem reunir nos sindicatos para o exercício dessa ação, fazendo cada um, cá fora, se quiser, parte desse ou daquele partido político ou seita.[41]

A ação direta seria a principal característica do sindicalismo,

> como meio [...] para levar a bom termo os seus fins, quais sejam: abolição do salariato, o desaparecimento do patronato, da propriedade privada e do Estado. O Sindicalismo Revolucionário preconiza a fusão de três grandes e importantes fatores da vida humana: mão de obra, técnica e ciência. É um sistema associativo que caminha para a completa emancipação dos trabalhadores, suprimindo o patronato pela ação direta expropriadora e o advento da sociedade futura.[42]

Além de Neno Vasco, outros anarquistas imigrantes tiveram decisiva atuação no movimento operário brasileiro. Luigi Damiani, conhecido com Gigi, foi um deles. Entre inúmeras contribuições do anarquista italiano destaco um notável texto de reflexão autocrítica, escrito em junho de 1912:

> Na verdade, empenhamo-nos por uma causa que não era nossa: a da democracia. Especializamo-nos demais no anticlericalismo, consagrando-nos a ele inteiramente, convencidos de que em terra de padre isso seria tudo. Mas dá-se que é possível ser anticlerical e reacionário ao mesmo tempo. O anticlericalismo não exclui o patrão [...] é a coisa mais ambígua e estéril desse mundo [...] Tivesse o número de companheiros aumentado, ainda que um pouco apenas, nós não teríamos chegado a esse ponto [...] Façamos a

41 Ibid., p. 91.

42 VASCO, N. *A concepção anarquista do sindicalismo*. 2. ed. Lisboa: Afrontamento, 1984. p. 136.

> propaganda anarquista, que não exclui a anti-religiosa; empenhemo-nos na ação anarquista, pois para falar mal dos padres existem os protestantes e os espíritas [...] Devemos bater de frente contra a sociedade do privilégio [...], com todas as suas mentiras patrióticas, estatais e teológicas. [43]

Além da publicação de grande número de jornais e dos congressos operários de 1906, 1913 e 1920, os anarquistas realizaram vários outros congressos e encontros, como a Conferência Libertária de São Paulo, em junho-julho de 1914, o Congresso Anarquista Nacional do Rio de Janeiro, em 1915, ainda em 1915 o Congresso Internacional de Paz, também no Rio.

A 9 de março de 1919, foi criado o Partido Comunista Anarquista, em um congresso no Rio de Janeiro.[44] O partido não foi adiante, em grande parte pela repressão desencadeada contra ele. Edgar Rodrigues relata que "No Brasil, o anarquismo tomava o lugar do positivismo da escola de Augusto Comte, que teve papel preponderante na revolução brasileira e na derrubada do Império, positivismo que, em colaboração com a maçonaria, implantou a República no Brasil".[45]

OS COMUNISTAS

Os fundadores do Partido Comunista do Brasil vieram todos do anarquismo revolucionário, influenciados pela Revolução de Outubro na Rússia, convencidos de que uma forte organização política era indispensável para a concretização da revolução socialista. Diferiam dos anarquistas tanto nesse sentido como no que diz respeito da aceitação de hierarquias e autoridades que comandassem e coordenassem não só a vida partidária, mas a organização da futura sociedade socialista. Por outro lado, sem o traço do reformismo socialista, que buscavam fundamentalmente seguir pelas vias legais para a chegada ao poder, os comunistas admitiam a participação nas eleições.

A partir de 1919 começaram as tentativas de organização de um partido comunista e o jornal *A Liberdade*, n.º 29, de abril de 1919, publicou o programa de um partido comunista – o referido programa era bastante próximo às reivindicações anarquistas. Em janeiro de 1920, o jornal *Spartacus*

43 LA BATTAGLIA. São Paulo [s.n.], n. 361, 21 jul. 1912. p. 2.

44 Em São Paulo, o congresso ocorreu a 16 de junho do mesmo ano.

45 RODRIGUES, 1969, p. 70.

noticiava a criação do grupo comunista Zumbi. Foi uma época em que um grupo dos sindicalistas revolucionários, admiradores da Revolução Russa, procuravam se organizar de acordo com o que imaginavam ser um partido comunista. O jornal então declarava que:

> Tendes amor à terra em que nascestes? Desejais que ela venha a figurar ao lado das outras pátrias na aurora que começa a despontar para a Humanidade? Desejais um Brasil grandioso, sem amos nem escravos? Desejais contribuir. com o vosso apoio moral, para combater os males que nos infelicitam, que nos degradam, como o analfabetismo, a política, o alcoolismo, a prostituição e o desfibramento das energias juvenis? Crês, como nós, que no Brasil como no mundo, nem tudo está perdido? Credes num futuro mais belo? Numa vida digna de ser vivida? Alistai-vos imediatamente, como sócio, no 'Grupo Comunista Brasileiro Zumbi'.
> [...] Contra a ditadura republicana, contra o predomínio da burguesia sobe as outras classes, contra o culto das incompetências, contra a exploração organizada, contra a mentira oficial.
> Pelo homem livre sobre a terra livre, pela emancipação da mulher, pelo culto à criança, que é o homem de amanhã, pela abolição dos privilégios de classe, pela ordem proveniente de um mútuo acordo entre os homens, pela República Universal, onde todos trabalhem e onde todos tenham direito à vida.[46]

O partido comunista que sobreviveu foi o fundado em março de1922, embora sua imprensa "oficial" começasse a ser divulgada já em janeiro daquele ano. O recém-fundado partido tinha pressa em ligar-se à Internacional Comunista (IC), o que lhe daria a força e o prestígio de que carecia nacionalmente. Esse empenho refletiu-se na primeira publicação do PCB, através da revista *Movimento Comunista:*

> Este mensário, órgão dos Grupos Comunistas do Brasil, tem por fim defender e propagar entre nós o programa da Internacional Comunista. Dentro dos modestos limites das nossas possibilidades, pretendemos torná-lo um repositório mensal fidedigno de doutrina e informação do movimento comunista internacional. [47]

Nesta colocação está a principal característica das ideias do PCB em seus primórdios: a referência à Revolução Russa e à sociedade soviética.

46 SPARTACUS. São Paulo, n. 23, p. 2, 1920.

47 MOVIMENTO COMUNISTA. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, jan. 1922.

A recém-nascida imprensa comunista tratava muito pouco dos assuntos políticos nacionais. Nos raros artigos com pretensões teóricas encontram-se ainda fortes traços anarquistas, como no escrito pelo dirigente do PC no Recife, Rodolfo Coutinho:

> O estudo da evolução passivista de nossa história, com as suas misérias, a falta de eficiência do pensamento revolucionário e a leveza de um caráter em formação convence de que há para nós uma necessidade visceral de Ação. A Ação, a inteligência agindo sobre a vontade, esclarecendo-a, despertando-a, é que nos pode salvar. [...] Como conseguira Ação? Estudando, refazendo corações e mentes. [...] A educação é o ponto central da política revolucionária entre nós.[48]

Apesar de tratar de alguns temas nacionais, como o das eleições disputadas em 1922, "O proletariado nenhum interesse tem e intervir na contenda Nilo-Bernardes"[49], a esmagadora maioria dos artigos do mensário tratava de assuntos relacionados ao movimento comunista internacional, havendo um bom número de traduções de discursos e artigos de líderes internacionais.

O primeiro órgão oficial da imprensa comunista foi a revista Movimento Comunista, publicada de janeiro de 1922 a junho de 1923 (23 números, dos quais tive acesso a 13). Sendo a jovem República Soviética, o socialismo existente e sua defesa a principal referência de *Movimento Comunista*, os teóricos citados foram principalmente Stalin e outros líderes da Internacional Comunista (IC), a maioria soviéticos. Dos 104 artigos publicados nos 12 números do jornal que analisei (11 fascículos) 89 trataram de assuntos do movimento comunista internacional (85,6%); um teve pretensões teóricas (quase 1%) e apenas 14 (13,4%) trataram de problemas brasileiros. E deve-se levar em conta que alguns dos artigos que tratavam do Brasil estavam principalmente referidos à Internacional. O editorial do n.º 7, anunciando a formação do partido, diz, por exemplo:

> Podemos, pois, desde agora, considerar-nos integrados de vez no seio da grande família proletária e revolucionária do mundo, a qual tem na Internacional de Moscou sua mais alta expressão ideológica e orgânica. Mas isso, com ser motivo de compreensível contentamento, constitui principalmente para nós outros, iniciadores do

---

48 MOVIMENTO COMUNISTA. Rio de Janeiro, n. 4, p. 109-110.

49 MOVIMENTO COMUNISTA. Rio de Janeiro, n. 2, p. 38, fev. 1922.

> Partido, um feito da maior e mais grave responsabilidade. Ao constituir-se em seção brasileira da IC tomamos sobre os ombros o compromisso de uma intensa tarefa: desfraldar e sustentar, nesta parte da América, a bandeira vermelha da revolução mundial; formar, num só corpo orgânico, sólido e homogêneo, a vanguarda do proletariado nacional; organizar e orientar as grandes massas trabalhadoras do Brasil em suas lutar e movimentos de reivindicações.[50]

No mesmo n.º 7, da revista *Movimento Comunista*, cujo editorial é assinado por Astrojildo Pereira, há um artigo da Comissão Central Executiva, "Nosso Congresso", que revela os antecedentes do partido:

> O mais antigo dos grupos comunistas existentes no Brasil era o de Porto Alegre, organizado em novembro de 1918, sob a denominação de União Maximalista. Esta constituía, assim, o núcleo orgânico mais antigo de decididos partidários da Revolução Sovietista Russa e da Internacional Comunista.
> Noutras cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, etc., onde as camadas mais avançadas do proletariado foram sempre quase que exclusivamente influenciadas pelos anarquistas, muitos militantes demonstraram, desde a primeira hora, fundas simpatias pela obra do Partido Comunista Russo e da Terceira Internacional. Todavia, só lentamente, mercê das lições e experiências da Revolução Russa, e pela leitura direta da literatura bolchevista, foi a ideologia caótica até então predominante se transformando e firmando num sentido marxista.[51]

Nesse início da vida partidária, temos que levar em conta a tarefa hercúlea a que os comunistas se propuseram. Quando da fundação do partido, eram cerca de 70 militantes, "que se propunham orientar 275 mil operários industriais, exígua minoria, num total de mais de 9 milhões de trabalhadores".[52]

Nesse sentido – e como nossa pesquisa versa mais sobre o PCB – cabe dizer que, apesar de sua propaganda impressa estar afastada do cotidiano vivido pelos operários – principalmente levando-se em conta o refluxo do movimento nos anos de 1920, os comunistas conseguiram alguns êxitos em sua atuação junto ao movimento operário.

---

50 MOVIMENTO COMUNISTA. Rio de Janeiro, n. 7, p. 175-176.

51 MOVIMENTO COMUNISTA. Rio de Janeiro, n. 7, p. 177.

52 CANALE, 2013, p. 230.

Para uma política de alianças, por exemplo, os comunistas contavam, por um lado, com os intelectuais progressistas, com todas as suas características reformistas que vimos ao falar dos socialistas. Dentro do movimento operário, qualquer frente com os anarquistas estava fora de questão, depois da cisão com os sindicalistas revolucionários, que resultou na fundação do partido comunista. E a maioria do movimento operário organizado sindicalmente – uma minoria em comparação com o conjunto da classe – era claramente reformista. Para um grupo que vinha da tradição sectária anarquista a questão das alianças políticas era um problema que dificultava para sua penetração no meio operário. Apesar disso, o PCB soube enfrentar a questão. Dario Canale diz sobre o assunto:

> Otávio Brandão simplificou bastante a questão das relações entre o PCB e a CSCB (Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira), julgando que Sarandy Raposo (líder operário reformista – MV) quisesse apenas chantagear o governo Bernardes, isto é, manobrar para obter mais recursos e privilégios. Mesmo que assim fosse, a abertura da CSCB ao PCB - e aos próprios anarco-sindicalistas, que não quiseram aproveitá-la, com a exceção de Carlos Dias – implicava vários riscos: por um lado, o da repressão policial e por outro a possibilidade de que algumas organizações aderentes a CSCB não concordassem e resolvessem separar-se dela. O mais provável é que a liderança da CSCB – acossada pela política econômica do governo Bernardes, que prejudicava também parte do empresariado representado nessa confederação – tentasse uma progressiva unificação do movimento sindical sob sua hegemonia, procurando aproveitar as contradições entre comunistas e libertários.[53]

Canale refere-se ao livro de Octávio Brandão intitulado de *Combates e batalhas*, e ao observar que Sarandy não era consequente e que Bernardes tanto reprimia quanto usava de demagogia – a criação do Conselho Nacional do Trabalho, em 1923 e fazer do 1º de maio feriado nacional, em 1924 – , continua Canale:

> Diante disso o PCB seguiu por algum tempo uma linha original e audaciosa, de frente com os nacional-reformistas, aproveitando as contradições entre estes e o governo federal, apesar dos atritos

---

53 CANALE, 2013, p. 288.

> com o líder Sarandy Raposo. O PCB informou essa colaboração ao Profintern, que não colocou obstáculos. A flexibilidade dessa tática sindical do PCB permitiu-lhe, pela primeira e talvez única vez, nos anos 1920, lançar uma ofensiva em direção à maioria absoluta dos trabalhadores então organizados, saindo do círculo restrito das seitas libertárias. Além disso, o trabalho de frente oferecia certa cobertura contra as investidas policiais. Em terceiro lugar,a aliança tática com a CSCB permitiu esboçar um processo de unificação sindical no Rio de Janeiro; este não teve continuidade, mas já apresentava uma superação do isolacionismo anarco-sindicalista.[54]

A participação na Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB) permitiu ainda que o partido tivesse acesso ao jornal *O Paíz*, de âmbito nacional, onde "publicou vários artigos tirados da imprensa da IC e até trechos da obra de Lênin".[55] Essa e outras iniciativas do PCB, tentando acertar numa política para a realidade brasileira, como a busca de aliança com os tenentes e a fundação do Bloco Operário e Camponês foram frustradas pela intervenção da IC na vida do partido, mas isso só ocorreu a partir de 1929 e foge do período aqui analisado.

O jornal que melhor expressou as posições do PCB foi *A Classe Operária*, a revista *Movimento Comunista* fez parte da constituição do partido e demonstrou a necessidade da jovem organização de respaldar-se na autoridade da Revolução Russa. Já, o jornal *A Classe Operária* tratou dos problemas brasileiros na grande totalidade de seus artigos, mas tratava-os sempre relacionados à necessidade da revolução mundial, aos interesses da IC e utilizando seus conceitos, forjados em outra situação histórica, e em avaliações quase sempre erradas, no que dizia respeito à América do Sul. As poucas tentativas de pensar a realidade nacional – como a organização do Bloco Operário e Camponês – não foram bem-vistas pela IC, e no início de 1930, Astrojildo Pereira, foi expulso do partido como renegado, liquidacionista e antipartido. A partir daí, embora tratando de problemas brasileiros, o jornal era feito muito mais para ser aprovado pela IC do que para os trabalhadores nacionais, com palavras de ordem que, mesmo sendo justas, eram tão formalmente colocadas que não foram capazes de empolgar o operariado nacional.

---

54 CANALE, 2013, p. 289.

55 Ibid., p. 289.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Retomo aqui algumas das questões levantadas no início, em especial a dificuldade dos líderes operários em criar uma contraideologia e, portanto, a tendência em aceitar a luta nos termos colocados pela burguesia. Um exemplo disso foi a questão da repressão ao anarquismo – um dos principais argumentos do governo para tal repressão era o de que os operários brasileiros seriam gentis, cordatos e estariam longe de atitudes agressivas contra seus patrões, e que tais atitudes seriam típicas dos "famigerados" operários estrangeiros, os anarquistas, no caso. O posicionamento anarquista não buscou desmascarar o nacionalismo grosseiro, e nem mostrar que todos eram operários, independentemente de sua nacionalidade. Em resposta, buscou provar à burguesia que a maioria dos operários anarquistas era de brasileiros.

Os socialistas, apesar de uma maioria reformista entre os operários organizados e das concessões que estavam dispostos a fazer, chamando às transformações sociais sem revoluções, não foram capazes de organizar um partido de massas, com peso na realidade nacional.

Os anarquistas, apesar de se chamarem libertários para se diferençar dos marxistas "autoritários", demonstravam algum desprezo – e maior intolerância – pelos que não aderiam ou não compreendiam sua doutrina. O discurso dos anarquistas era frequentemente bastante doutrinário, falando de teorias e enaltecendo a educação. Por outro lado, o operário era sempre considerado um infeliz, um "pobre coitado", que via seus filhinhos sem pão, morrerem à mingua ou pela brutal exploração do patrão. Não havia qualquer exagero nisso, mas a imagem era apresentada de forma desoladora, o retrato de um desgraçado, e dificilmente alguém gosta de ver sua imagem retratada desta forma, por mais verdadeira que seja.

As conclusões da pesquisa aqui realizada revelou que o doutrinarismo afastou os grupos anarquistas dos movimentos sociais que englobavam camadas da população distantes dos operários industriais. Destaca-se o fato de não haver menção nos jornais e revistas anarquistas – pelo menos nos jornais e revistas a que tive acesso, e que foram muitas –, aos movimentos sociais que convulsionaram o país na primeira República. Nos jornais do início do século não se fazia qualquer menção ao massacre de Canudos e da extrema violência oriunda da repressão. Não foram encontradas nenhuma palavra sobre a Insurreição de Juazeiro, em 1914, e quase nada sobre a guerra do Contestado, de 1912 a 1916.

Os jornais de grande tiragem e periodicidade que foram consultados – *A Guerra Social, Na Barricada, Guerra Sociale, A Lanterna e A Voz do Trabalhador* – , no período de 1912 a 1916 não fazem referência sobre o evento

da Guerra do Contestado. Em 1913, no II Congresso Operário também não foi identificada referências a respeito da Guerra Santa. Vários artigos que examinam criticamente o problema religioso deixam de lado qualquer manifestação da religiosidade popular, apenas o catolicismo e a Igreja Católica foram levados em consideração. É bem provável que o elitismo, referido acima, tenha feito com que as revoluções citadas fossem entendidas como grupo de "fanáticos", e por isto não foram levados em conta. No entanto, verifica-se nos documentos consultados que esses grupos lutaram bravamente pelo direito à terra e contra as companhias internacionais do truste de Percival Farquhar, que os exploravam brutalmente e foram massacrados.

Já os comunistas, no início de sua existência, repetiam informes e teorias que lhes chegavam da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao que se habituaram de tal forma que não deixaram mais de produzir informes pesados e repetitivos, ou alguns artigos que dificilmente empolgariam o proletariado, como, por exemplo, "A 'razão pura' de Kant e a ditadura do proletariado". [56]

Paolo Spriano cita Gramsci sobre a revista *Ordine Nuovo*: "A posição de *Ordine Nuovo* consistia, essencialmente, em ter sabido traduzir em linguagem histórica italiana os principais postulados da doutrina e da tática da Internacional Comunista".[57] Saber traduzir as palavras de ordem internacionais em linguagem acessível ao proletariado foi uma das dificuldades encontradas tanto pelos anarquistas quanto pelos comunistas.

Mas é preciso voltar a assinalar a dificuldade de ser vanguarda política – anarquista ou comunista – de uma classe que começava a se formar, sem qualquer experiência de convivência social democrática ou de organização, além de sofrer uma repressão inacreditavelmente brutal: salários miseráveis, péssimas condições de trabalho, crianças subnutridas que praticamente dormiam nas fábricas, jornada de trabalho, prisões, espancamentos, deportações e assassinatos. Ao mesmo tempo em que se assinalam as dificuldades para a constituição de um grupo político de peso nacional, deve-se notar também a importância desses grupos na luta pela organização da classe operária e na construção de uma consciência proletária. Se é verdade que não chegaram a construir um partido de massa, também é verdade que foi sua presença e atuação que conseguiu todas as conquistas que obteve a classe operária. Poucas conquistas materiais, mas principalmente os esforços para a construção da dignidade da classe.

---

56 MOVIMENTO COMUNISTA. Rio de Janeiro, n. 2, p. 89.

57 SPRIANO, P. *Storia del Partido Comunista italiano. Volume 1, de Bordiga a Gramsci*. Torino: Enaidi, 1974. p 49.

Notas sobre as primeiras movimentações comunistas na Bahia e na região cacaueira

Marcelo da Silva Lins

Na busca de uma "certidão de nascimento" do Partido Comunista do Brasil (PCB), na Bahia, investiguei alguns livros de memórias de antigos militantes, assim como algumas pesquisas anteriormente realizadas, que mesmo não tendo o PCB como objeto central, forneciam pistas da história dos comunistas baianos. Além disso, busquei em documentos do próprio PCB e no acervo dos órgãos da repressão, arquivos que indicavam às primeiras atividades realizadas no estado.

O PCB foi fundado em 1922, no Rio de Janeiro, por um grupo formado na sua maioria por militantes do movimento operário oriundos ao anarquismo. Surgiu com a sigla PCB, que correspondia ao nome Partido Comunista do Brasil. Tradicionalmente, os partidos comunistas surgiram a partir de cisões no seio da social-democracia, ou de partidos socialistas. No caso brasileiro, constituiu-se a partir de lideranças anarquistas que não possuíam de maneira orgânica, formal, uma organização ou entidade que criasse uma unidade de pensamento ou ação entre os diversos grupos existentes nos vários Estados. No mesmo ano da sua fundação, a sua primeira publicação, *O Movimento Comunista*, editado pela direção nacional, era vendido na sede do Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, na época uma influente entidade nos círculos operários de Salvador.[1]

---

1 FONTES, J. R. *A Bahia de todos os trabalhadores:* classe operária, sindicato e política (1930-1947). 1997. 166 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade

Isso não significa que, desde a sua fundação já dispunha de alguma base no estado, ao contrário, o PCB ao descrever a situação do movimento sindical baiano, no Relatório Trimestral do Comitê Central do PCB, em 1924, enviado à Internacional Sindical Vermelha (ISV) apontou que a "Bahia: decadência completa. O chefe do movimento é um social democrata, deportado para fora do estado há três anos. Não há organização comunista, , mas alguns operários simpatizantes".[2] É importante a salientar que, os dados oferecidos no referido Relatório, assim como, no Relatório de 1922, aponta para a existência de operários simpatizantes da causa. O "chefe do movimento" a quem o documento faz referência, pode aludir à imagem de Agripino Nazareth, pois essa personalidade liderou importantes movimentos na Bahia e foi deportado. Assim, a sua trajetória política coincide e se confunde com a mesma pessoa a quem o documento faz menção. Nesse período, início da década de 1920, Agripino Nazareth estava ligado ao Partido Socialista e a Mauricio de Lacerda e, mais tarde, durante o governo Getúlio Vargas, tornar-se-ia assessor do Ministério do Trabalho.

Para perceber o desenvolvimento do partido nesse período, é importante observar a citação de Octávio Brandão ao declarar que "Em 1922, existiam apenas 73 comunistas em todo o Brasil",[3] a pesquisa realizada até o presente momento não encontrou outras fontes das quais seja possível confirmar este fato. Entretanto, este dado serve para estabelecer uma relação com as informações específicas do estado. Quanto à Bahia, se em 1922 e 1924 as notícias referiam-se a elementos simpatizantes, em 1925 foram verificados dados que dizem respeito a indivíduos filiados ao PCB no estado baiano, dentre outros. A partir do Relatório de Recrutamento e Organização de 1925, observou-se o balanço das atividades do partido que indicava a existência de 476 indivíduos filiados em todo o país no final do mesmo ano. Conforme se pode verificar no quadro abaixo:

TABELA 1 – FILIADOS EM 1925

Rio de Janeiro	133
São Paulo	31
Pernambuco	26
Bahia	06

---

de São Paulo, São Paulo, 1997.

2 PERES, L. *Relatório Trimestral do Comitê Central do PCB ao Comitê Executivo da ISV*. [S.l.]: CEDEM: UNESP, 1924. p. 4.

3 BRANDÃO, O. *Combates e batalhas*: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 225.

Victória	07
Isolados	01
Totais	206
Excluídos	03
Total em 31-12-1924	273
Total em 31-12-1925	476

Fonte: PCB (1925). CEDEM/UNESP. Fundo IC.

As primeiras filiações, na Bahia, ocorreram entre maio e dezembro de 1925, e as avaliações realizadas a respeito deste movimento não foram positivas: "as organizações na Bahia e Vitória nasceram depois do II Congresso, e estacionaram".[4] Em meados de 1924, "a direção nacional dera os primeiros passos para a adoção da resolução da IC sobre a reorganização dos partidos à base de células. Um plano minucioso fora então traçado com esse objetivo".[5] Conforme o Relatório de 1925, citado anteriormente, foi avaliado o desenvolvimento organizacional das células do partido no estado baiano, assim, declarou-se que, "na Bahia, [...] temos ainda um número reduzido de aderentes e explica-se assim, que não estejam em condições de formar células de empresas". A tarefa colocava para o ano seguinte (1926), a criação de oito células com 30 novos aderentes no estado.

Algumas dezenas de simpatizantes, espalhados e dispersos pelo território nacional, têm aderido ultimamente ao PCB. É preciso que esses novos membros vão se organizando desde logo em células [...] Principalmente em São Félix, Cachoeira e Muritiba (que deverão constituir um Comitê de Zona ligado ao CR da Bahia).[6]

Esse trecho nos possibilita analisar que as primeiras filiações estavam concentradas nessa região, que na época possuía alta concentração de trabalhadores nas plantações e empresas de beneficiamento de fumo. Ao mesmo tempo, quando se estabeleceu como tarefa a constituição de um Comitê Zonal, que deveria se ligar ao Comitê Regional, presume-se a existência de tal organismo, portanto, algumas dessas seis filiações não estavam na mesma localidade, provavelmente parte delas era da capital do Estado.

4 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Relatório de 1925*: recrutamento e organização. [S.l.]: CEDEM: UNESP, 1925.

5 PEREIRA, A. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 87.

6 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, op. cit., p. 2.

Este documento trata das novas filiações, apesar do número aparentemente pequeno, em alguns aspectos o resultado da avaliação é positiva, pois durante 1925 houve um maior recrutamento de membros para o partido, de modo que quase dobrou o seu número de filiados. A observação das deficiências ficou por conta dos organismos de base, onde se descreveu as debilidades na organização das células de empresas e, ainda, os poucos núcleos sindicais que existiam – Rio de Janeiro e Recife – não funcionavam corretamente.

Na análise da conjuntura política do país estaria a principal explicação do desempenho insatisfatório do partido. Acreditava-se na ausência de tradição política proletária, assim, "as várias tentativas regionais de organização de partidos socialistas falharam todas. Só o PC, nascido em fins de 1921, lançou as bases de uma política proletária de classe".[7] Além disso, os constantes "Estados de Sítio" vividos pelo país, obrigava-os a uma vida de semi-ilegalidade e semiclandestinidade que não favoreceram aos trabalhos de organização. Interessante perceber que o marco referencial apresentado para o início das atividades partidárias, não foi o célebre congresso de fundação de 1922 e sim, os primeiros contatos e articulações que ocorreram visando à criação do partido.

Octávio Brandão, tratando dos anos posteriores à fundação, fez referência ao PCB na Bahia ao declarar que:

> [...] muitos trabalhadores não chegaram a pertencer ao PCB, mas realizaram sua obra. Entre eles, [...] Rufino Gonçalves e Amaro Pedro da Silva, propagandistas de A Classe Operária entre os trabalhadores das fábricas de fumo de São Félix, Cachoeira e Muritiba, na Bahia.[8]

> O jornal *A Classe Operária* foi criado pelo partido em maio de 1925 e, desde as suas primeiras edições, foi distribuído na Bahia. Podemos destacar a avaliação positiva do partido através do referido jornal, conforme se observa no trecho a seguir,

'[...] exercia influência cada vez maior. Realizava um trabalho de educação e organização, agitação e propaganda. As células do PCB aumentavam. Os movimentos nas fábricas e oficinas vivificavam-se. Os sindicatos reforçavam-se. Os operários têxteis do Rio de Janeiro, os gráficos de São

7 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1925, p. 6.

8 BRANDÃO, 1978, p. 270-271.

Paulo, os trabalhadores das fábricas de fumo de São Félix, Cachoeira e Muritiba, na Bahia, agitavam-se. Rebentavam greves parciais, apoiadas pelo jornal'.[9]

Em 18 de julho de 1925, quando saiu a edição de n.º 12 do jornal *A Classe Operária*, o seu escritório de redação foi fechado e proibido pela polícia. Octávio Brandão destacou a mobilização dos trabalhadores de fumo do Recôncavo Baiano em relação ao acontecimento:

> 'O fechamento de A Classe Operária repercutiu em todo o país. Suscitou inúmeros protestos ao Ministro da 'Justiça' – cartas, telegramas e abaixo-assinados como os dos operários e operárias das fábricas de fumo de São Félix, Cachoeira e Muritiba, na Bahia, com centenas de assinaturas. Esses protestos foram divulgados numa publicação especial'.[10]

Por meio dos dados apresentados por Octávio Brandão e do Relatório de 1925, é possível concluir que os referidos indivíduos da região do fumo no Recôncavo Baiano, em um primeiro momento, se aproximaram do PCB e tornaram-se apenas simpatizantes e, para usar as palavras de Octávio Brandão, "propagandistas" do jornal *A Classe Operária*, para posteriormente – segundo semestre de 1925 – se filiarem formalmente ao partido e constituir uma célula. A partir desse momento, desenvolveram campanhas para organização do sindicato e algumas lutas e reivindicações a favor de melhorias para a categoria.

O membro da direção nacional, Leôncio Basbaum, ao passar por Salvador, no início de 1927, por ocasião do casamento de seu irmão, recebeu a incumbência de

> '[...] organizar um Comitê Regional do Partido naquela cidade, onde havia apenas poucos companheiros, muito bons, mas quase todos vindos do anarquismo, e ainda não haviam assimilado as novas formas de luta dos comunistas. Deu-se alguns endereços antigos. Eu deveria tentar localizá-los'.[11]

Dentre as pessoas que procurou, ficou bastante impressionado com João Pacífico de Souza, antigo líder anarquista que desejava "enquadrar-se

---

9 BRANDÃO, 1978, p. 307.

10 Ibid., p. 314.

11 BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos*: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 42.

no Partido Comunista, mas que na Bahia era difícil, ninguém queria nada, iria ver o que se podia fazer, mas contasse com ele [...]".[12]

Ainda em 1927, o jovem Giocondo Dias, com 13 anos de idade, trabalhava em um escritório onde conheceu Alberto Campos, um escriturário sergipano radicado no Rio de Janeiro, e que se transferiu para Salvador para tratar-se de uma tuberculose. Era correspondente e distribuidor do jornal *A Nação*, editado no Rio de Janeiro e ligado ao PCB entre janeiro e agosto de 1927. Tal jornal chegava por intermédio dos marinheiros e era vendido por Giocondo Dias, e assim "como os compradores eram poucos, tinha autorização para entregá-los gratuitamente, de maneira a forçar a sua divulgação [...] Mas a maioria dos transeuntes não queria o jornal, ainda que de graça, por medo".[13]

Nas eleições para a Câmara Federal, ocorridas em fevereiro de 1927, Alberto Campos candidatou-se pelo Bloco Operário e Camponês, BOC, e realizou pequenos comícios. Entre seus poucos assistentes, estava sempre o jovem Giocondo Dias, colega de trabalho do candidato.[14]

> É bem possível que as propostas do BOC tenham sido também difundidas entre os operários portuários, pois há indícios de que um estivador e um 'carioca', recém-chegados a Salvador passaram a distribuir, nessa mesma época, panfletos concitando os operários a se levantarem 'contra o capitalismo ganancioso'. Antes de serem presos e deportados, conseguiram um pequeno número de adeptos.[15]

Em setembro de 1928, o Partido já contava com 1400 inscritos e, destes, 700 eram membros, que estavam localizados "400 no Rio de Janeiro, 80 em São Paulo, 80 no Rio Grande do Sul, 60 em Pernambuco e o restante espalhado em grupo menores constituídos na Bahia, Vitória, Campos, Juiz de Fora e outras localidades".[16] No documento que informa esses números, encontramos uma diferenciação entre "inscritos" e "membros", certamente essa última denominação referia-se aos que exerciam militância mais ativa.

---

12 BASBAUM, 1976, p. 44.

13 FALCÃO, J. *Giocondo Dias*: a vida de um revolucionário. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993. p. 34.

14 FALCÃO, 1993.

15 FONTES, 1997, p.166.

16 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Informe apresentado ao Secretariado Sul-Americano da IC pelo delegado do PCB (Ledo)*. Buenos Aires: CEDEM: UNESP, 1928.

Há ainda algumas notícias relativas ao período um pouco posterior, com alguns sinais de tentativas de organização do PCB entre os estivadores, em 1927, e entre os gráficos, em 1929, mas "não chega a se constituir em uma tendência política de peso na Bahia, nessa fase considerada".[17]

Quando da realização do Terceiro Congresso do PCB, ocorrido entre fins de 1928 e início de 1929, há referência a uma delegação baiana que, contudo, não compareceu**,** conforme podemos verificar no trecho abaixo:

> O terceiro congresso do PCB reuniu-se durante os dias 29, 30, 31 de dezembro de 1928 e 1, 2, 3, 4 de janeiro de 1929 [...] Os delegados regionais representavam os Estados de Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. As delegações da Bahia e de Minas não mandaram delegados.[18]

A notícia acima é uma demonstração de que, mesmo com o recrutamento de alguns membros, o Partido no estado ainda era uma organização frágil. Apesar disso, conseguia desenvolver algumas ações junto aos trabalhadores baianos. Em 1929, novamente, surgem notícias do Recôncavo Baiano, a saber: "a voga de greves vai crescendo a olhos vistos. A greve dos tecelãos [sic] de Porto Alegre e a dos beneficiados do fumo de Cachoeira, Muritiba e São Félix, saíram vitoriosos em parte".[19]

Quando Leôncio Basbaum retornou a Salvador em 1930 e procurou "descobrir os camaradas de Salvador, que eram tão poucos", intencionou localizar alguém que se chamava "Costa ou Couto ou Campos" que seria um dos membros do Comitê Regional, provavelmente se referindo à Alberto Campos, que foi candidato pelo Bloco Operário e Camponês BOC em 1927. O encontro não foi nada estimulante, pois como o país vivia em estado de sítio com intensas perseguições policiais, Alberto Campos não pareceu muito disposto a envolver-se nas atividades partidárias.

Com a vitória da Aliança Liberal na chamada Revolução de 1930, Leôncio Basbaum encontrou-se com Arquibaldo, militante da Juventude Comunista (JC), e resolveram lançar um manifesto entre o povo e os soldados, "denunciando o erro trágico da quartelada que era contra o povo". Conseguiram imprimir o material "por intermédio, ou com ajuda, do camarada Couto [...] A assinatura era a do Partido Comunista, Comitê Regional da Bahia, coisa que, aliás, não existia". A expressão utilizada por

---

17 FONTES, 1977, p. 38.

18 PEREIRA, 1979, p. 135.

19 PEREIRA, A. *Carta de Saulo a Américo Ledo*. Rio de Janeiro: CEDEM: UNESP, 1929. p. 2.

Basbaum revela a impressão que teve do partido na Bahia naquele ano, pois, "na ocasião não deviam ser mais de meia dúzia, pequeno progresso desde a última vez que lá estivera".[20]

No processo de aproximação de Luís Carlos Prestes com o comunismo e com o PCB, levou-o a organizar, em julho de 1930, a Liga de Ação Revolucionária (LAR). Esta teve um pequeno grupo de seguidores na Bahia.

> Através da correspondência que mantinha com Prestes, ao tomar conhecimento da fundação da LAR, que pretendia 'preparar as massas oprimidas para o levante revolucionário', Antônio Maciel Bonfim reuniu alguns companheiros e iniciou o trabalho de arregimentação, promovendo reuniões em bairros populares de Salvador e com operários da cidade de Alagoinhas. Em meados de setembro, Antônio Maciel Bonfim, Manoel Batista de Souza e João Pacífico de Sousa foram presos e indiciados. Antônio Maciel Bonfim, deportado da Bahia, se tornaria o Secretário Geral do PCB ('o célebre Miranda') a partir de 1934. Manoel Batista também ingressou no partido, sendo um líder sindical conhecido nos anos 40, e João Pacífico, posteriormente, se converteria ao trabalhismo.[21]

No episódio narrado acima, a polícia identificou os acusados como comunistas, pois já eram fichados como tal. João Pacífico, como já fora citado anteriormente foi o contato do partido em Salvador no período da viagem de Leôncio Basbaum, em 1927, portanto, a ligação de Antônio Maciel Bonfim, ou conforme já foi dito "o célebre Miranda" com o prestismo se deu junto a, pelo menos, um elemento do PCB na Bahia.

É dentro desse quadro de debilidades e alguns poucos avanços que, em 1932, realizou-se na Bahia o 1º pleno com a presença dos "delegados de várias cidades do interior e do vizinho Estado de Sergipe". Segundo a "memória pecebista regional" este evento foi um marco na trajetória do partido no estado, pois foi após este acontecimento que o partido

> [...] desenvolveu sua linha [...] procurando ligar-se às grandes massas trabalhadoras por intermédio dos seus órgãos de classe, levantando, então, reivindicações dos seus mais sentidos problemas e lançando a palavra de ordem de combate sem tréguas ao fascismo em nossa terra.[22]

---

20 BASBAUM, 1976, p. 85-86.

21 A TARDE, 25 set. 1930; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 set. 1930 apud FONTES, 1997, p. 167.

22 GLORIOSA história proletária. *O Momento*, [S.l.], 23 mar. 1946.

Como o partido tinha enormes debilidades organizativas no estado, consequentemente, a sua inserção junto ao movimento sindical e aos diversos movimentos sociais também era débil. Nesse sentido, José Raimundo Fontes nos esclarece:

> Apesar dessas alusões, com certeza a participação de comunistas nas lutas operárias locais em 1932-33 ainda é pequena, pois as propostas programáticas que defendiam a exemplo da resistência aos sindicatos oficiais, não são visíveis no Estado. Isso, todavia, não exclui a hipótese de que nas mobilizações reivindicatórias, que aliás não foram poucas, o PCB tivesse certa inserção. Por outro lado, dos fins de 1933 em diante, informações da grande imprensa dão conta das crescentes ações de agitação e propaganda de 'comunistas', materializadas em pichações, panfletagens e arregimentações de operários nos locais de trabalho. Além disso, o fortalecimento do integralismo no Estado, onde já está organizado em 1933, propiciaria um ambiente político favorável para que fosse denunciado pelo PCB, um das principais agremiações dentre as que moveriam ferrenhas lutas contra o fascismo caboclo. [23]

Para Fontes, a partir de 1933, a luta anti-integralista no estado criou o ambiente propício para o desenvolvimento do PCB. Em documento escrito em 1934 sobre a Bahia, o Secretário Geral, Miranda, afirmou "Estamos fazendo atenção agora a Região da Bahia, que é das mais débeis, mas devido a importância econômica e política daquele Estado e da sua capital, precisamos reforçá-la e fazer dela a segunda Região do nordeste depois de Recife".[24]

ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA E A CONSTRUÇÃO DA FRENTE NA BAHIA

Entre o final de 1934 e início de 1935, se formou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que aglutinou democratas, liberais, tenentistas e comunistas e outras forças que se opunham ao presidente Vargas, ao imperialismo, ao latifúndio e ao integralismo. Assim, em março de 1935, quando em âmbito nacional foi feito o lançamento oficial da ANL, na Bahia, saiu

---

23 FONTES, 1997, p. 167-168. Sobre as notícias da grande imprensa o autor indica como exemplo: *Diário de Noticias,* 15 dez. 1933; *A Tarde*, 3 maio e 20 nov.1934.

24 BUREAU POLÍTICO NACIONAL. *Carta enviada pelo BPN ao BSA da IC assinada por Miranda*. Rio de Janeiro: CEDEM: UNESP, 1934.

o primeiro Manifesto que tratava ainda da intenção de criar uma seção no estado. Tal documento não expõe o programa da Aliança e nem detalha quais as suas linhas de ação, limitando-se a atacar o imperialismo, o feudalismo e o "capitalismo estrangeiro", também não se referiu à reforma agrária, ao presidente Vargas ou à luta anti-integralista, ao contrário, o referido manifesto termina convocando "intelectuais, estudantes, operários, camponeses, industriais, comerciantes, militares, empregados públicos e do comércio; socialistas, social-democratas, autonomistas, integralistas, patrianovistas, liberal-democratas, comunistas e sem partido", ou seja, convoca a todos para ingressarem na ANL.[25]

Em âmbito nacional, o principal elemento aglutinador dos vários grupos que formaram a ANL foi a luta antifascista e anti-integralista, enquanto esse documento demonstra que os organizadores da Aliança na Bahia deixaram de lado o programa, pois era mais fácil ampliar o leque de alianças para além dos critérios de classe ou de posição política, como se fosse possível colocar na mesma organização elementos tão díspares, chegando ao ponto de convidar os integralistas para compor a Aliança Nacional Libertadora.

Em 30 de maio de 1935 aconteceu a solenidade de instalação da ANL na Bahia, em ato realizado no Cine Jandaia em Salvador, onde se anunciou a composição da direção que teve como presidente Edgard Mata, advogado do Sindicato dos Estivadores. Além deste, também fizeram parte Joaquim Seixas do Vale Cabral como Secretário Geral; Álvaro Sanches como Deputado Estadual; Orlando Gomes, bacharel em Direito; Edgard Melo, líder sindical; Emanuel Mata e vários outros.[26] Segundo Robert Levine, "o número de adeptos na Bahia foi insignificante: apenas 89 indivíduos, espalhados em 16 células municipais. Deste total, 95% eram representantes das classes trabalhadoras: doqueiros, telegrafistas, pedreiros e carpinteiros".[27] Provavelmente, tais dados referem-se aos membros dirigentes dos núcleos municipais.

Seguindo a mesma linha do primeiro Manifesto, a ANL da Bahia, divulgou seu programa nos jornais dando ênfase à postura "anti-imperialista e anti-latifundiaria" e seu caráter não subversivo. E que congregava a todos "não tomando conhecimento das divergências ideológicas que os separam

---

25 ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA. Pela Aliança Nacional Libertadora. Bahia, março de 1935. *Processo n. 171* do Tribunal de Segurança Nacional, 1935, Arquivo Nacional.

26 SAMPAIO, C. N. *Poder e representação*: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992. p. 104.

27 LEVINE apud SAMPAIO, op. cit., p. 105.

[...] Não se confundindo com o comunismo, desfaz a tendenciosa manobra com que seus adversários tentam perturbar-lhe o avanço vitorioso”.[28]

A ANL organizou em Salvador em junho de 1935, o 1º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular da Bahia, que contou com cerca de dois mil participantes,[29] e entre os membros da comissão organizadora estavam os estudantes de direito, Aidano do Couto Ferraz e Edson Carneiro, ligados ao PCB. Os choques entre integralistas e aliancistas tornaram-se frequentes nesse período, e o mesmo aconteceu durante o Congresso, quando um dos oradores foi interrompido por integralistas presentes na plenária, as cadeiras foram atiradas e quebradas, causando enorme confusão.[30] A imprensa noticiou cinco feridos, sendo dois populares, dois integralistas e um policial.[31] O núcleo da ANL de Ilhéus enviou congratulações a ANL de Salvador pela realização do evento e pela instalação do núcleo estadual.[32]

O PCB só se integrou a esse processo de formação quando a ANL já estava formada e, em alguns momentos, é possível identificar certa resistência por parte de alguns dirigentes pecebistas que temiam, entre outras coisas, que o partido se diluísse na frente. Esse foi o caso do Partido na Bahia que, em meados de 1935, lançou um manifesto intitulado “Ao proletariado e as massas populares e camponesas!”, no qual, afirmou:

> O Partido Comunista do Brasil – Região da Bahia (S da IC) deu publicamente o seu apoio à organização de massas Aliança Nacional Libertadora [...] acompanhado de explicação [...], dizendo o motivo e as condições. Afirmamos e repetimos: o Partido Comunista não adere e nunca aderirá a Aliança; O PC está de acordo com as reivindicações constantes do seu programa e retirará o seu apoio quando a Aliança deixar de lutar verdadeiramente contra o imperialismo e contra o feudalismo nacional e se converter em partido político, visando o poder como finalidade. Constatamos como certos dirigentes da Aliança na Bahia procuram fazer da Aliança uma organização *acadêmica*, *literária* ou *filantrópica*, desviando assim seu caráter de organização de lutas contra os maiores inimigos do proletariado e das massas populares e camponesas do Brasil. Alguns elementos pequenos burgueses da Aliança tem refreado as lutas de

28 SAMPAIO, 1992, p. 104.

29 DIÁRIO DA TARDE. Ilhéus: [s.n.], 2 jun. 1935.

30 SAMPAIO, op. cit., p. 107.

31 DIÁRIO DA TARDE. Ilhéus: [s.n.], 4 jun. 1935.

32 Ibid.

> massas. [...] sob o pretexto de que uma greve nesse momento traria confusões e prejuízos à Aliança; outros tem asseverado que a Aliança é um *comunismo brando*, que a Aliança não luta contra o governo, e muitas confusões [...] Limitaríamos o nosso programa, se, deixando de visar o poder político, quiséssemos fazer união programática e orgânica com a Aliança [...]. [33]

Na verdade, esse panfleto publicado pelo Partido, na Bahia, reflete o que era a opinião predominante na direção nacional do PCB no início das atividades da ANL. Segue a mesma linha e chega a copiar trechos do artigo intitulado "A luta pela revolução agrária e anti-imperialista e a posição do Partido perante a Aliança Nacional Libertadora" escrito pelo secretário geral, Miranda, em abril de 1935.[34] Acontece que a publicação do panfleto do PCB baiano é datada no final do mês de julho, ou seja, com a ANL na ilegalidade, e aqui temos um desencontro entre tais posições e as diretivas traçadas pela direção nacional naquele momento. Isso porque, até o final do mês de maio e início de junho, o PCB que, "manteve essa posição de apoio pouco entusiasmado à ANL",[35] passou por um processo que o levou a maior engajamento na ANL.

Acreditamos que essa mudança de posição esteve ligada a dois fatores: o primeiro foi o desenrolar de um debate interno, quando a representação da IC aqui presente, especialmente Harry Berger – pseudônimo do comunista alemão Arthur Ewert – escreveu vários textos, alguns destes publicados no jornal *A Classe Operária,* em que claramente divergia das posições tomadas pelos membros da direção nacional, que defendiam a criação imediata de *soviets* no Brasil. Berger afirmava que não havia as condições necessárias para tais iniciativas e por isso combinou com Prestes o lançamento das palavras de ordem: "Todo poder a ANL" e "Por um Governo Popular Nacional Revolucionário" lançadas no comício de 5 de junho de 1935, em substituição a "Todo poder aos *soviets*" defendida pelo Partido. A partir de então, gradativamente, o PCB passou a "concentrar suas atividades na ANL. O Partido não havia desistido do governo de *soviets*, mas aparentemente aceitava as explicações de Prestes, que para chegar lá seria preciso passar por uma primeira etapa anti-imperialista".[36]

---

33 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: Ao proletariado e as massas populares e camponesas! *Processo n. 171* do Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, grifo do autor.

34 A CLASSE OPERARIA: informativo d'A Classe Operaria, Rio de Janeiro, n. 179, 23 abr. 1935.

35 VIANA, M. de A. G. *Revolucionários de 1935*: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 134.

36 VIANA, 1992, p. 134-135.

O segundo fator dessa mudança de posição foi que após 11 de julho, com a ANL na ilegalidade, passou a se concretizar uma mudança na correlação de forças internas na ANL, pois dela se afastaram vários elementos, e justamente a partir desse momento as principais lideranças que permaneceram eram ligadas ou ao PCB ou aos chamados tenentes de esquerda, "colocada na ilegalidade, a Aliança se desfazia e o PCB passava a dirigir o que restava dela. Quanto aos tenentes, que não a abandonaram, começaram a ligar-se diretamente a Prestes em busca de sua orientação".[37] Em um documento interno, datado em julho de 1935, a Comissão Nacional de Agitação e Propaganda, fez um balanço do trabalho do partido nos vários estados, e, referindo-se à Bahia, comentou:

> O trabalho de Agitação e Propaganda nas regiões [...]
>
> Bahia: Temos recebido pouco material. Recebemos um manifesto mimeografado dizendo a posição do partido perante a Aliança Nacional Libertadora. Há coisas absurdas. De duas uma: ou os companheiros não leram as circulares do CC sobre a ANL, ou o tal manifesto mimeografado não é do partido. Se é provocação da polícia ou dos integralistas, como aconteceu há pouco em São Paulo, deve ser desmascarado.
> No trabalho geral do Partido e da JC a Região da Bahia tem feito grandes progressos, especialmente nos trabalhos dos campos e entre índios.[38]

A relação entre PCB e ANL em vários momentos demonstrava-se conflituosa, em diferentes formas e graus nas regiões pelo Brasil. Essas relações também foram modificando-se à medida que o partido acreditava que estava obtendo a hegemonia dentro da Aliança e, ainda, que crescia a popularidade da ANL. Se no primeiro momento, o PCB afirmava que retiraria seu apoio a ANL caso ela deixasse de lutar contra o imperialismo e o fascismo e visasse apenas o poder como finalidade, no segundo momento, "A ANL torna-se um verdadeiro instrumento de tomada de poder e para isso tem que mobilizar as grandes massas".[39] Esses desencontros nas posições do Partido no estado, na época, podem ser interpretados como demonstração de falta de unidade política, mas deve ser levado em

37 VIANA, 1992, p. 150.

38 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Boletim de agitação e propaganda. CEDEM: UNESP, 1935.

39 REVISTA PROLETÁRIA, [S.l.: s.n.], [19--?]. *Processo n. 171* do Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional.

consideração as dificuldades de comunicação agravadas pela distância e pela ilegalidade, tornando complicado o acompanhamento das posições partidárias em âmbito nacional.

VERMELHOS NAS TERRAS DO CACAU: O PCB NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

A origem das atividades comunistas no eixo Ilhéus/Itabuna tem na figura de Nelson Schaun como seu principal articulador. Já nos idos de 1922, ele havia participado da fundação da União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus, e na mesma época "fundou sociedades de carregadores, trapicheiros, carroceiros, doqueiros, etc., e a seus associados dava cursos gratuitos de alfabetização e capacitação intelectual".[40]

Em 1927, Nelson Schaun participou ativamente da greve dos ferroviários da The State of Western Railway Company. Na verdade, essa greve foi dos ferroviários em todo o estado da Bahia, sendo a primeira que teve a participação ativa dos trabalhadores da ferrovia Ilhéus-Conquista, demonstrando capacidade de mobilização e de apoio da sociedade, quando em 29 de maio de 1927 "na cidade de Ilhéus, o encerramento da greve foi comemorado com comício e passeata que envolveram mais de duas mil pessoas".[41] Também em 1927, no sul da Bahia, houve a tentativa de organização de um Partido Democrático Socialista, contudo não deu certo porque o articulador do projeto, Aníbal Lopes de Pinho foi preso. Mesmo se tratando de um líder do meio sindical que tinha relações com Agripino Nazareth, a polícia e a imprensa o identificaram como comunista, talvez pelas generalizações feitas pela polícia que tratava a todos os socialistas ou sindicalistas como comunistas.

Devido às suas atividades junto a organizações dos trabalhadores, em 1931, Nelson Schaun foi preso como comunista, quando organizou uma mobilização pública com cerca de mil trabalhadores de várias profissões. Nessa ocasião, escreveu um telegrama para Osvaldo Aranha, Ministro do governo Getúlio Vargas, se queixando do ocorrido. Conforme se pode observar no trecho que se segue:

---

40 O MOMENTO. Salvador, p. 4, 10 set. 1945.

41 DIÁRIO DA BAHIA, 31 maio 1927; O IMPARCIAL, 29 maio 1927, apud FONTES, J. R. Manifestações operárias na Bahia, o movimento grevista, 1888-1930.1982. 215 f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

> [...] fui ontem violentamente preso Tenente José Anselmo sob pretexto dirigi comunismo alegação absolutamente falsa. Sempre estive ao lado causas justas. Sou vice-diretor ginásio local, escola normal, outros estabelecimentos. Apenas procuro de acordo prefeito municipal sindicalizar classes dentro ordem lei. Próprias criteriosas inteligente prescrição Ministério do Trabalho [...] criado governo atual. Tomo liberdade pedir garantias vocência minha vida ameaçada afirmação textual próprio tenente Delegado policia pode vocência pedir informações autoridades pessoas classificadas, esta localidade minha conduta membro tradicional família Ilhéus. Atenciosas Saudações. Nelson Schaun.[42]

Na verdade, nessa época ele não tinha ligações orgânicas com o PCB, e havia, por parte de Nelson Schaun, a preocupação de agir dentro da lei e da ordem e reafirmou isso ao expressar no telegrama que as suas ações estavam de acordo com o prefeito e seguindo as orientações do Ministério do Trabalho. Destaca-se, ainda, por parte dos trabalhadores de Ilhéus, a ilusão de que o governo de Vargas representava ideais revolucionários. Isso porque, segundo o próprio telegrama acima, o prefeito Eusinio Lavigne, representante local da Aliança Liberal, era incentivador da organização dos trabalhadores.

Segundo os relatos de família, Nelson Schaun foi "iniciado nas ideias comunistas pelo seu tio João Schaun".[43] Em 1932, em companhia de Edson Morais e Luiz Schaun Filho, seu irmão, fundou o primeiro grupo marxista de Ilhéus, ainda sem nenhuma ligação com o PCB, o que só se realizaria no ano seguinte, em 1933, quando, junto com André Bento, Edson Morais e José Martins da Silva, participaram do Pleno estadual ocorrido em Salvador.[44] Segundo os exageros próprios dos relatórios da polícia, já em 1919, "em Ilhéus, o antigo prático de farmácia, Nelson Schaun, já manifestava pendor socialista, reforçado ao tornar para ali, em 1925, quando fundou sociedades operárias já de feição comunista".[45] Nessa versão defendida pela polícia do Rio de Janeiro, ao morar em Salvador alguns anos antes, Nelson Schaun teria entrado em contato com ideias socialistas. O que consideramos razoável, pois foi um período de intensa agitação social na capital do estado do Rio de Janeiro.

---

42 SCHAUN, N.; OSVALDO, A. *Telegrama de Nelson Schaun a Osvaldo Aranha*. Ilhéus: CPDOC: FGV: AO, 1931.

43 SCHAUN, M. *O elo perdido*. Ilhéus: Editus, 1999. p. 63.

44 As informações com relação ao início das atividades do PCB em Ilhéus foram retiradas de: O MOMENTO, 10 set. 1945.

45 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *O Comunismo na Bahia*: relatório da polícia do Distrito Federal. Rio de Janeiro: APERJ, Pasta Estados 5C, Caixa 605.

No sul da Bahia, as atividades do partido tomaram uma nova dinâmica a partir de 1934, principalmente em dois eixos: a luta anti-integralista e a organização dos assalariados rurais e camponeses. Atendendo a uma demanda que há muito tempo vinha sendo postergada pelo Partido, e , sobretudo, a partir das análises de que o Brasil estava vivendo em "condições revolucionárias" e que precisava resolver a "questão camponesa", depois da Conferência de 1934, se estabeleceram contatos em várias partes do país, destacando-se as regiões de alta concentração de trabalhadores agrícolas, como era o caso do sul da Bahia, para que se iniciasse a tão propalada organização dos camponeses.

Entre 1934 e 1935, alguns militantes foram "remanejados" de Salvador e de outras regiões para o sul do estado da Bahia, a fim de estimular esse novo momento, no qual, organizar as massas rurais deveria ser encarado como prioridade. Cruzando as informações e listagens de indivíduos presos e fichados como comunistas ou como suspeitos, em Salvador e no sul do estado da Bahia, podemos identificar pelo menos três indivíduos que se deslocaram para contribuir com a organização do partido no eixo Ilhéus/Itabuna. Foram eles: Adir Leite, que era comerciário e passou a atuar em Pirangy, distrito de Ilhéus; José Fortunato, que era de Alagoinhas e foi um dos únicos comunistas que participou da direção provisória da ANL em Ilhéus, talvez porque atuava junto a União Sindical de Ilhéus; e Samuel Genez, que, segundo a polícia era russo, foi para Ilhéus em meados de 1935, atuar junto à direção partidária, onde usava o pseudônimo Zulmiro.

Em 1934 foi criado o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus, e em 1935 foi criada a União Sindical de Ilhéus, uma central sindical que seguia a tendência do movimento sindical de orientação comunista/aliancista. Em 1º de maio de 1935, no Rio de Janeiro, foi criada a Confederação Sindical Unitária do Brasil, e seguindo a mesma linha criou-se a União Sindical da Bahia, e a União Sindical de Ilhéus.

Foi justamente entre 1934 e 1935 que o PCB adotou nova tática com relação ao movimento sindical. Se anteriormente criticava a participação nos sindicatos e entidades tidas como "Ministerialistas", a partir desse momento passou a buscar alianças com outras correntes consideradas como "democráticas e antifascistas", o que contribuiu para uma maior aproximação do partido com o meio sindical. "Dessa forma nos fins desse ano e começos de 1935, já contava com um bom número de simpatizantes e/ou adesistas".[46]

46 FONTES, 1982, p. 168.

Aplicando essa nova orientação de atuação no movimento sindical, em Ilhéus, no dia 14 de abril de 1935, foi fundado o Sindicato de Alfaiates, Costureiras e Classes anexas. Contou com a presença do representante da Federação dos Trabalhadores Baianos, e definiu na composição da direção provisória: Carlos Bispo como Presidente; Marcellino Mendes como Secretário; Edson Moraes como tesoureiro; e na comissão de finanças e organização contou com a presença de Saturnino Correia, Gildalth Amorim e Esmeraldo Santos. Entre as tarefas da direção provisória definidas na assembleia de fundação, estava a de providenciar a organização e o reconhecimento do mesmo junto ao Ministério do Trabalho.[47] Entre os membros da direção, Carlos Bispo e Edson Moraes já eram ligado ao PCB de Ilhéus e Gildath Amorim era um simpatizante que se ligou ao Partido em agosto do mesmo ano.[48]

Apesar de já contar com militantes em Itabuna, apenas em meados de 1935 a organização do partido se solidificou, e foi possível fazer o planejamento para se criar células nos diversos distritos ligados ao município, sempre na perspectiva de priorizar penetração no meio dos assalariados rurais e camponeses.

> COMPANHEIROS DO C. Z. DE ITABUNA
>
> Pela comunicação que os cps. nos mandou pelo cp. Zulmiro, sabemos que os trabalhos fundamentais do P. foram aí planteados [sic] concretamente, disso resultando a formação desse C.Z., que esperamos possa confirmar toda a importância revolucionaria que nele depositamos.
> Não devem os cps. ignorar que estamos as portas da revolução Agrária e anti-imperialista, que transformará o nosso país de semi-colonial, dominado pelo imperialismo estrangeiro, em um pais socialista verdadeiro [...]
>
> QUESTÕES FUNDAMENTAIS
>
> [...] Intensifiquem a formação de células [...] principalmente as empresas fundamentais (transporte e campo) [...] Vocês devem penetrar Macuco, Palestina, Itaúna, Ferradas, etc e formarem, por aí, fortes células, tanto nos povoados como células de camponeses.

---

47 DIÁRIO DA TARDE. Ilhéus: [s.n.]. 18 abr. 1935.

48 AMORIM, G. *Depoimento de Gildath Amorim*. Processo n. 171 do Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional.

Pelo CL do LS
05/07/35.[49]

Com a organização do partido nas principais cidades e distritos da região, em 1935, foi constituído o Comitê Local do Litoral Sul do PCB da região da Bahia (CL do LS) com a finalidade de coordenar as ações em toda a região.

As atividades desenvolvidas pelo PCB, no sul da Bahia, se concentraram principalmente, na luta anti-integralista no meio sindical, entre os camponeses e indígenas, chegando a criar uma célula no Batalhão da Polícia Militar. Tais atividades demonstram que, entre os anos 1935 e 1936, era no sul do estado da Bahia que estavam concentradas as principais atividades partidárias no período, o que gerou forte perseguição policial após os acontecimentos de novembro de 1935 e levou a inúmeras prisões, detenções, inquéritos policiais e o indiciamento de trinta e seis acusados de desenvolverem atividades comunistas.[50]

49 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: companheiros do CZ de Itabuna. Pelo CL do LS. *Processo n. 171 do Tribunal de Segurança Nacional*, Ilhéus, 5 jul. 1935. (Arquivo Nacional).

50 LINS, M. da S. *Os vermelhos nas terras do cacau*: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936). 2007. Dissertação (Mestrado História social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

Antônio Maciel Bonfim ou "o célebre Miranda": entre a história e a memória

Raimundo Nonato Pereira Moreira

O presente trabalho objetiva investigar a formação política e a trajetória intelectual de Antônio Maciel Bonfim, codinome *Miranda*, militante revolucionário e secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre os anos de 1934 e 1936. A partir deste escopo, o artigo discute interpretações historiográficas e problematiza elaborações da memória comunista relacionadas à presença de Bonfim na direção do PCB. Ademais, mediante a pesquisa em fontes documentais e jornalísticas, identificou-se evidências históricas relacionadas ao percurso do ativista, na perspectiva de uma compreensão mais abrangente acerca da sua biografia. A propósito, destaque-se que o "célebre Miranda", personagem complexo da história das organizações de esquerda brasileira, ainda não foi objeto de uma investigação histórica específica. Portanto, identificar e deslindar novos indícios que dizem respeito ao revolucionário traz aportes significativos para os estudos históricos contemporâneos, sobretudo, no que diz respeito à formação dos quadros comunistas na década de 1930. A indagação fundamental que orienta o trabalho é: a partir de quais elementos se cristalizou, na memória comunista e na historiografia das organizações de esquerda, uma imagem negativa de Antônio Maciel Bonfim, responsabilizado pelo fracasso do movimento de novembro de 1935 e estigmatizado como delator dos companheiros e traidor do Partido?

AS ARTIMANHAS DE CLIO

A história do Partido Comunista do Brasil – denominado Partido Comunista Brasileiro a partir de agosto de 1961 – aparece como uma das linhas de força da historiografia contemporânea. Assim, os acontecimentos relacionados à acidentada trajetória da referida organização tem atraído o interesse renovado de historiadores, sociólogos, cientistas políticos e jornalistas, dentre outros profissionais das ciências humanas. Conforme assinalou José Antônio Segatto, uma profusão de materiais acadêmicos – teses, artigos, livros, memórias, coletâneas de documentos, etc. – têm sido elaborados e publicados. "Alguns desses trabalhos enfocam a história desse partido de uma forma global, outros abordam aspectos específicos ou períodos delimitados. Há ainda inúmeros outros que, analisando a história sócio-política nacional, tratam direta ou indiretamente do PCB".[1]

Faz-se necessário destacar que o partido foi institucionalizado por um congresso de fundação, que reuniu nove delegados, representando 73 membros, espalhados pelo país, realizado na cidade de Niterói, em 25 de março de 1922. Logo, após a sua criação, o PCB registrou-se legalmente como entidade civil, com sede pública. Mas, em 5 de julho de 1922, na esteira da revolta do Forte de Copacabana e da decretação do estado de sítio, o Presidente Epitácio Pessoa (1918-1922) determinou o fechamento do partido, muito embora, o PCB não estivesse envolvido na quartelada.

Portanto, até 1945, os comunistas experimentaram apenas um curto lapso de existência legal, de janeiro a agosto de 1927. Nas décadas que se seguiram, a mais antiga agremiação política brasileira alternou uma brevíssima quadra de legalidade (1945-1947) à longa era de clandestinidade, na qual os seus militantes foram perseguidos, presos, torturados e mortos. Finalmente, em 1985, os comunistas recobraram o direito à livre organização partidária.[2]

No curso dos últimos 40 anos, a história do PCB transformou-se em um campo de encarniçadas batalhas ideológicas e provocou incomensuráveis controvérsias historiográficas, das quais participam intérpretes brasileiros e estrangeiros.[3] Por outro lado, antigos quadros comunistas

---

1 SEGATTO, J. A. *Reforma e revolução*: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 15.

2 Cf. DEL ROIO, M. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (Org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora UNICAMP, 2007. p. 11-72. v. 5; RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. et al. *O Brasil Republicano*. Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1993. p. 361-443 v. 3; ZAIDAN FILHO, M. *PCB (1922-1929)*: na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

3 BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva*: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964. São Paulo: Hu-

elaboram, com particular ênfase, as suas memórias, nas quais buscaram um acerto de contas com diversas questões do passado relacionadas à militância revolucionária.[4] A propósito, uma época mereceu a atenção particular dos pesquisadores e memorialistas: a década de 1930. No período em questão, o PCB realizou alterações de curso nas suas concepções táticas e estratégicas; assistiu ao ingresso em suas fileiras do capitão Luiz Carlos Prestes (1898-1990), acompanhado por outros militares de esquerda; agregou-se à luta antifascista, atuando no interior da Aliança Nacional Libertadora (ANL); e participou das insurreições de novembro de 1935, sofrendo violenta repressão que se abateu sobre os dirigentes e a militância. [5] E, ainda neste período, ingressou no partido um obscuro ativista, que, em curtíssimo lapso de tempo, tornou-se uma lenda no imaginário dos comunistas brasileiros.

Antônio Maciel Bonfim nasceu no município de Irará, estado da Bahia, em 10 de fevereiro de 1905, filho dos camponeses João Mathias do Bonfim e Maria Maciel Bonfim. Com muito esforço, o jovem Bonfim conclui o ensino secundário em uma escola religiosa e trabalhou como professor contratado da Companhia de Petróleo Anglo-Mexicana. Em abril de 1930, conforme declarações do general João de Oliveira Freitas, Antônio

---

citec, 1997; CARONE, E. *O PCB, 1922-1943*. São Paulo: Difel, 1982a. v. 1; Id. O PCB, 1943-1964. São Paulo: Difel, 1982b. v. 2; CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro*: conflito e integração (1922-1974). Rio de Janeiro: Graal, 1982; DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; Id. *O comunismo no Brasil, 1935-1945*: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros*: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995; SENA JÚNIOR, C. Z. de. *Os impasses da estratégia*: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936-1948. São Paulo: Annablume, 2009.

4 BARATA, A. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos*: memórias. São Paulo: AlfaOmega, 1976; Id. História sincera da República: de 1930 a 1960. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985. v. 3; BEZERRA, G. *Memórias*: primeira parte: 1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; BRANDÃO, O. *Combates e batalhas*: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; FALCÃO, J. *O partido comunista que eu conheci*: 20 anos de clandestinidade. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000; GOMES, A. de C.; FLAKSMAN, D. R.; STOTZ, E. (Coord.). *Velhos militantes*: depoimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 1988; LACERDA, C. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987; LIMA, H. F. *Caminhos percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982; MORAES, D. de; VIANA, F. *Prestes*: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Maud, 1997; OLIVEIRA FILHO, M. *Praxedes, um operário no poder*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985; VINHAS, M. *O Partidão*. A luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: HUCITEC, 1982.

5 MORAIS, F. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*: os caminhos da luta antifascista no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1998; VIANNA, M. de A. G. *Revolucionários de 1935*: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007a; Id. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O tempo do nacional-estatismo* – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. p. 63-105. (O Brasil Republicano, livro 2); WAACK, W. *Camaradas*: nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Maciel abandonou o posto na empresa e atuou como elemento de ligação no Rio de Janeiro entre os militares que deflagraram a Revolução de 1930 e os conspiradores da Bahia. Em seguida, descontente com os rumos das articulações que resultaram no movimento de outubro, aderiu à Liga de Ação Revolucionária (LAR), agrupamento criado por Prestes, na esteira do lançamento do Manifesto de Maio, sob o influxo de alguns intelectuais brasileiros, dentre eles os trotskistas Mário Pedrosa (1900-1981) e Aristides Lobo (1905-1968), em julho do mesmo ano, na Argentina. De algum modo, ainda não suficientemente aclarado pelos estudiosos da temática, o militante baiano estabeleceu contato com o "Cavaleiro da Esperança" ou outro expoente da organização, vinculando-se ao programa do grupo prestista. Sem prejuízo para uma investigação mais consistente, parece que o sertanejo de Irará adentrou na vida do comandante da "Invencível Coluna" muito antes do que, nas décadas seguintes, "O Velho" esteve disposto a admitir. Antônio Maciel Bonfim foi um dos criadores da LAR e discutiu com Prestes e Silo Meirelles (1900-1957) o manifesto inicial do grupo. Em seguida, atuou alguns meses como secretário da liga na Bahia, até a sua dissolução e o rompimento com o líder, em dezembro de 1930.[6]

Após a liquidação do agrupamento prestista, Antônio Maciel Bonfim procurou ingressar no PCB, conseguindo o seu intento em 1932. A partir daí, iniciou uma ascensão meteórica na estrutura partidária, galgando posições intermediárias, até chegar à secretaria-geral, em julho de 1934. Na direção, passou a ser conhecido pela alcunha de Miranda, mas também adotou os codinomes *Adalberto de Andrade Fernandes, Américo de Carvalho, Américo, Queiroz e Tavares*. Ao longo dos dias 16 a 28 de outubro de 1934, o trágico drama do personagem elevou-se aos píncaros da glória, delegado à Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe, realizada em Moscou, o revolucionário baiano, discorreu em francês acerca da conjuntura brasileira, impressionado o dirigente máximo da Internacional Comunista, Dimitri Manuilski (1883-1959). Os informes apresentados pela direção do PCB apontavam para a existência de uma situação revolucionária no Brasil.

A partir dos encontros de Moscou, o *Komintern* deliberou pelo retorno de Prestes ao Brasil e o envio de um grupo de assessores – dentre os quais Arthur Ewert (1890-1959), Rodolfo Ghioldi (1897-1985) e Olga Benario

---

6 CARONE, E. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1978. p. 328-332; Id. *A República Nova* (1930-1937). São Paulo: DIFEL, 1982. p. 233-234; RODRIGUES, 2009, p. 370; VIANNA, 2007, p. 71, 112-115; WAACK, 1993, p. 65; OS PRODROMOS da Revolução na Bahia. As interessantes declarações do general João de Oliveira Freitas. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 26 jan. 1931.

(1908-1942) –, que auxiliaria os comunistas locais nos preparativos para a tomada do poder. Com o fracasso dos levantes de novembro de 1935, Antônio Maciel Bonfim foi preso, em 13 de janeiro do ano seguinte, juntamente com a consorte, Elvira Cupelo Colônio, conhecida como *Elza Fernandes*. Como destacou Marly Vianna, o secretário-geral, não obstante da tortura, adotou diante da polícia a estratégia de confirmar tudo o que ela já soubesse e de se calar no que pudesse fornecer novos elementos. Na prisão, Miranda, amargou a desconfiança dos companheiros e soube da morte de Elza, executada pela direção partidária, que obedeceu a uma determinação de Prestes. Ao que parece, somente após tomar conhecimento do assassinato da esposa passou a colaborar com a repressão.[7]

Acusado do crime de subversão comunista, Antônio Maciel Bonfim foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) a 4 anos e 4 meses de reclusão, em 5 de maio de 1937. O recurso de apelação impetrado pelo seu defensor foi julgado pelo Supremo Tribunal Militar (STM), que confirmou a sentença do TSN quanto à condenação dos líderes do movimento de novembro de 1935, em 13 de setembro de 1937. Transferido para o prisão de Fernando de Noronha, em 13 de dezembro de 1938, retornou ao Rio de Janeiro, em 29 de março de 1940, para tratamento de saúde, no Presídio da Ilha Grande. Finalmente, após 4 anos, 6 meses e 6 dias de encarceramento, Miranda foi libertado, em 19 de julho de 1940.[8] Conforme afiançou Marly Vianna, sofria de tuberculose, perdera um rim, em virtude dos espancamentos, e estava na mais absoluta miséria. Edmundo Moniz (1911-1997) ainda conseguiu um emprego de revisor em um jornal para o antigo dirigente. Segundo alguns estudiosos, Antônio Maciel Bonfim retornou para a Bahia, pouco tempo depois.[9]

AS ARMADILHAS DE MNEMOSINE

Considerando o percurso biográfico, não é surpreendente que a imagem de Miranda tenha sido objeto de intensas controvérsias, tanto nas obras de cunho memorialístico, quanto nos estudos históricos sobre as organizações revolucionárias na primeira metade do século XX. A propósito,

---

7 VIANNA, 2007a, p. 145-152, 382, 395.

8 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo: Polícias Políticas (POL. POL.). Série: Comunismo. Prontuário GB 1890. Polícia Civil do Distrito Federal - DESPS - Antonio Maciel Bonfim ou Adalberto de Andrade Fernandes ou Américo de Carvalho vulgo *Miranda*. Anotações diversas, p. 3-4.

9 Cf. MORAIS, 2008, p. 299; VIANNA, 2007a, p. 395-369; WAACK, 1993, p. 346.

Leôncio Martins Rodrigues destacou que a atuação de Antônio Maciel Bonfim como secretário-geral do PCB foi apresentada de diferentes maneiras. Assim, Afonso Henriques, diretor tesoureiro da ANL, afiançou que Bonfim era um agente provocador a serviço de Getúlio Vargas. Sob essa perspectiva, Elza Fernandes era inocente das insinuações de delação e o "verdadeiro traidor" seria o dirigente comunista. Por outro lado, segundo a versão exposta por um militante de esquerda "arrependido", o capitão Davino Francisco dos Santos, Miranda rompeu com o PCB após o encarceramento e teria decidido colaborar com a polícia em Fernando de Noronha, depois de ser convencido que o partido era o responsável pela morte da companheira.[10]

Em suas memórias, os militantes comunistas Agildo Barata (1905-1968) e Gregório Bezerra (1900-1983) também delinearam um perfil negativo de Antônio Maciel Bonfim, sem, contudo, apresentá-lo como um agente da repressão policial. Ao contrário, o também ativista e historiador Leôncio Basbaum (1907-1969) destacou que, nos idos de 1940, o antigo secretário-geral, durante o breve período em que esteve preso no Rio de Janeiro, egresso de Fernando de Noronha, declarou haver denunciado "todos de quem se lembrava". Da mesma forma, o escritor Graciliano Ramos (1892-1953) elaborou uma descrição arrasadora do dirigente "[...] inconsistência, fatuidade, pimponice. Vivia a mexer-se, a falar demais, numa satisfação ruidosa, injustificável. Incrível haver ganho [sic] fama, inspirado confiança e admiração". Conforme o romancista, Miranda sabia dizer tolices com terrível exuberância e se lhe faltava a expressão, afirmava a torto e a direito, desprezando o contexto, vago e empavonado: "Isto é muito importante". Graciliano Ramos, autor do livro *Memórias do Cárcere* (1953), insinuou que o secretário era um delator, pois revelara, em alto e bom som, a estranhos, aos faxineiros e aos guardas da prisão, o codinome de uma militante. Finalmente, segundo o jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), militante comunista na juventude e expoente da direitista União Democrática Nacional (UDN) durante a Quarta República, Miranda era "'um homem humilde', 'um bom sujeito', e alcançou a secretaria-geral graças ao 'proletarismo' [sic] dos militantes comunistas, que desejavam 'um sujeito vindo de baixo, não um intelectual'"[11] na condução do partido.

10 RODRIGUES, 2009, p. 379-380; SANTOS, F. D. dos. *A marcha vermelha*. São Paulo: Saraiva, 1948. p. 479-484.

11 Cf. BEZERRA, 1982, p. 283-284; BARATA, 1987, p. 230-232; BASBAUM, 1976, p. 174; RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1982. v. 1, p. 283-285; LACERDA, 1987, p. 37.

Ainda no que concerne às reminiscências elaboradas pelos antigos quadros comunistas, Leôncio Basbaum delineou, com tintas fortíssimas, um perfil nada condescendente do "famigerado Américo [sic] Maciel Bonfim, aventureiro típico que, conforme se soube depois do levante de 27 de novembro de 1935, era agente da polícia". Basbaum recordou que, no início de 1932, a direção do PCB recebeu uma "estranha carta do Paraná". Na missiva, um antigo e desconhecido integrante da LAR dizia ter sido preso na Bahia e deportado para o Uruguai, mas conseguira fugir dos captores e se encontrava homiziado no Paraná. Na carta, "Américo [sic] Maciel Bonfim" solicitou ajuda e manifestou o desejo de ingressar nas fileiras comunistas. Os dirigentes, tendo em vista a herança prestista do requerente, arquivaram a mensagem e não tardaram a esquecer-se do assunto. No mesmo ano, Basbaum conheceu o ativista baiano quando estiveram encarcerados no Presídio da Ilha Grande. Os militantes comunistas mantiveram o estranho, que reputavam como agente policial "congelado" durante alguns dias. Mas, conforme o autor de *Uma vida em seis tempos*, o homem era "bom de bico", bem falante, e logo conquistou a confiança de muitos dos companheiros. Em novembro de 1932, após "uma fuga suspeita" da prisão, empreendida na companhia de alguns militantes, o "aventureiro" estabeleceu relações com o comitê central do partido, ganhando a confiança dos dirigentes e um cargo de assessor. Em 1933, ingressou no comitê e, na Conferência Nacional, realizada em 1934, foi eleito secretário-geral, cumprindo a mais rápida e surpreendente carreira política. Segundo Basbaum, Miranda, anos mais tarde, depois da fracassada quartelada de novembro de 1935, já preso, denunciou a todos os membros do Comitê Central do PCB, "inclusive a presença e os respectivos nomes e pseudônimos, de comunistas estrangeiros no país".[12] Ainda conforme o autor, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956) revelou que, em 1934, o governo federal já sabia da chegada de Luiz Carlos Prestes ao Brasil "e essa ciência lhe teria sido dada pelo próprio secretário do PCB, Miranda". [13]

Conforme discutido em um trabalho anterior, os depoimentos de Luiz Carlos Prestes acerca do papel desempenhado por Antônio Maciel Bonfim na insurreição de novembro de 1935 são significativos para a análise do lugar ocupado pelo revolucionário baiano na memória comunista. Sobre o ponto em questão, destaque-se que, ao contrário de outros dirigentes do PCB, Luiz Carlos Prestes não escreveu trabalho de natureza autobiográfica. Como destacou Dênis de Moraes, o comandante da coluna, geralmente,

12 BASBAUM, 1976, p. 75-77.

13 Ibid., p. 138-139.

desenvolveu as suas avaliações de longo curso em extensos depoimentos a jornalistas, em diferentes conjunturas históricas. Por outro lado, a análise das entrevistas concedidas por Prestes após o rompimento com o Comitê Central do PCB, tornado público com a divulgação da *Carta aos comunistas*, em março de 1980, permite afirmar que "O Velho" imputou a boa parte da responsabilidade pelo fracasso do movimento aliancista ao caráter aventureiro e às inverdades disseminadas pelo secretário-geral Miranda.[14]

Assim, no curso de uma entrevista concedida ao semanário *Pasquim*, publicada nas edições dos dias 2 e 8 de novembro de 1979, instado pelo escritor Ziraldo a contar a sua versão sobre a "Noite da Intentona", no Rio de Janeiro, Prestes não se fez de rogado:

> Eu era simplesmente membro do partido, representando-o na Aliança Nacional Libertadora. O maior responsável pelo levante foi o secretário-geral do partido, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda – que depois capitulou diante da polícia. Ele nos dava informações efetivamente falsas sobre a realidade, dizendo que os postes da Light já estavam minados, que toda a classe operária do Rio se levantaria. Quando recebi o primeiro telegrama do levante em Natal, mandamos procurá-lo. Na noite mesmo de 24 para 25 de novembro, tive contato com alguns militares das guarnições do Rio, mas não queria tomar nenhuma iniciativa sem consultar o secretário-geral. Isto retardou o levante aqui, que só pode se realizar na noite de 26 para 27 de novembro, quando a tropa já estava de prontidão. Se o levante tivesse sido imediato, na noite de 25, teria sido mais fácil.[15]

Nos anos seguintes, libertando-se do fardo da secretaria geral e em confronto aberto com a Direção Nacional do partido, o "Cavaleiro da Esperança "manteve alguns elementos da sua interpretação sobre os acontecimentos de 1935, ao tempo em que revisou outros. Com efeito, as declarações de Prestes inserem-se no contexto mais amplo das encarniçadas batalhas travadas acerca da história e da memória do PCB, já referidas neste artigo. Assim, no decorrer do longo depoimento que originou o livro *Prestes: lutas e autocríticas*, resultado de 15 encontros com os jornalistas Dênis de Moraes e Francisco Viana, realizados entre

14 MOREIRA, R. N. P. História e memória da Insurreição de 1935 nas entrevistas de Luiz Carlos Prestes. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo-RS, v. 4, n. 8, p. 266-278, dez. 2012. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.HistoriaeMemoriadaInsurreicao.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2013; MORAES, D. de (Org.). *Prestes com a palavra*: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande: Letra Livre, 1997. p. 16-17.

15 MOREIRA, 2012, p. 245.

os meses de maio e dezembro de 1981, o legendário dirigente obteve a chance de apresentar mais um testemunho sobre a "Revolta Vermelha". Como de praxe, negou taxativamente a versão segundo o levante foi preparado pela Internacional Comunista. "Não houve nenhuma orientação de Moscou para que a insurreição acontecesse. A responsabilidade é do nosso partido e do secretário-geral, Miranda, que transmitia informações falsas sobre o que estava acontecendo".[16]

Aliás, durante o depoimento, Prestes não economizou juízos negativos acerca do secretário-geral do PCB, que, de acordo com a sua avaliação, não estava à altura dos acontecimentos:

> Miranda mentia. Ele dizia: 'Temos grande influência nas Forças Armadas no Rio'. Não era tanta assim [...] Bem, a questão militar era apenas uma das mentiras contadas por Miranda. Havia outras. Ele dizia que o partido tinha grande influência no movimento operário. Chegava a dizer que os postes da Light estavam todos minados, aguardando apenas a deflagração do levante para que fossem pelos ares. Era um elemento fantasioso. Depois é que eu vim descobrir que ele era um nacionalista, um 'patrioteiro', um pequeno-burguês que pensava ser a revolução uma coisa fácil. Tanto que depois do levante ele queria que A Classe Operária circulasse sem fazer referência ao que tinha acontecido. Ele pensava que podia abafar tudo com a simples omissão dos fatos no jornal do partido. Fomos nós, eu e o Berger, que lhe mostramos que era impossível abafar o levante. Era importante mostrar que tudo que acontecera fora um primeiro passo. Houve erros, o momento fracassou. Mas foi um movimento honesto, patriótico, o primeiro grande movimento contra a fascistização do país. Eu até hoje não renego 35. Miranda – este sim, o maior responsável pelo levante – o renegou: foi preso e passou a colaborar com a polícia.[17]

Em síntese, conforme o severo juízo de Luiz Carlos Prestes, enunciado mais de quarenta anos após o desenrolar dos acontecimentos, Antônio Maciel Bonfim foi o grande culpado pela acachapante derrota sofrida pelos comunistas e pela Aliança Nacional Libertadora em 1935,

> Na madrugada de 23 para 24 de novembro – recorda-se Prestes –, eu recebi informe de um companheiro dando conta do levante de Natal. Há muitas versões sobre esse levante. Fala-se de provocação,

---

16 MORAES; VIANA,1997, p. 83.

17 MORAES; VIANA, 1997, p. 87-88.

> mas a verdade é que foi um movimento espontâneo, sem ordem da direção do partido. No dia seguinte, houve o levante no Recife. Eu achei que era o momento dos operários se sublevarem no Rio para dar apoio aos companheiros de Recife. Mas não queria tomar essa decisão sem consultar o secretário-geral do partido. Só no dia 25, à tarde, é que conseguimos encontrar Miranda. Fizemos uma reunião e decidimos que o levante seria na noite de 26 para 27 [...] A grande derrota do movimento foi a inexistência de participação popular. Não houve nenhuma greve operária. O movimento ficou restrito exclusivamente aos quartéis e fracassou. O esquema que Miranda dizia existir não passava de fantasia na cabeça dele.[18]

Não obstante, no decorrer do testemunho concedido por Prestes a Dênis de Moraes e Francisco Viana, emergiu um ponto especialmente tenso a respeito das explicações acerca do "justiçamento" de Elza Fernandes:

> – Eu não mandei matar Elza – assegura Prestes. O que ocorreu foi que a polícia ligou a morte dela a uma carta minha, escrita antes de ser preso, em que recomendava punição para os traidores. Quem mandou matar Elza foi o partido. Aliás, eu nem sabia da existência desse processo, porque Sobral Pinto não me comunicou. Eu lembro bem: antes do julgamento, Sobral Pinto me segredou no ouvido que eu seria absolvido. Eu indaguei: 'E os demais?' 'Estes serão condenados', ele respondeu. Não aceitei isso. [...] Eu acabei sendo condenado a 30 anos, embora estivesse absolvido. Quem lê a sentença percebe claramente que o juiz transformou, no último momento, a absolvição em condenação. Eu realmente merecia ser absolvido, porque não tinha nada com o crime – um ato brutal que devia ser evitado. O Honório, quando foi preso, confessou sua responsabilidade. Outros membros do partido também.[19]

A versão de Prestes acerca do "caso Garota" se tornou muito mais difícil de aceitar após a revisão historiográfica que se seguiu à queda do Muro de Berlim e ao colapso da União Soviética.[20] Para começar, o "Cavaleiro da Esperança" omitiu a extensa troca de correspondências com o Secretariado Nacional do PCB, ao longo dos meses de fevereiro e março de 1936, pouco depois da saída de Elza da cadeia, e a intensidade com a qual recomendou o castigo para a "traidora", a exemplo da missiva datada de 19 de fevereiro

---

18 MORAES; VIANA, p. 96-97.

19 Ibid., p. 116-117.

20 VIANNA, 1997, p. 388-396; WAACK, 1993, p. 292-300.

de 1936, na qual Prestes demonstrou irritação para com a resistência dos dirigentes comunistas no cumprimento da tarefa macabra, a saber:

> – Companheiros do S.N. – Recebi ontem o bilhete de M. (Honório de Freitas Guimarães), assim como os supostos bilhetes do Miranda (Antônio Maciel Bonfim). Fui dolorosamente surpreendido pela falta de resolução e vacilação de vocês. Assim não se pode dirigir o Partido do Proletariado, da classe revolucionária. Mesmo sem conhecer os originais dos supostos bilhetes do Miranda, já ontem formulei minha opinião a respeito do que precisamos fazer. Mas supondo que os bilhetes são realmente do punho do Miranda (estou convencido do contrário, com explicarei abaixo), como chegar às conclusões de vocês? Por que modificar a decisão a respeito da 'Garota'? Que tem a ver uma coisa com outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao Partido, como elemento inteiramente ao serviço do adversário conhecedora de muita coisa e testemunha única contra um grande número de companheiros e simpatizantes. Se vocês julgam que serão verdadeiros, como podem classificar isso de 'franquezas' do nosso companheiro 'Mir'? Traição é traição e quanto maior mais responsável o traidor. Mas voltemos ao caso da pequena. Com plena consciência de minha responsabilidade, desde os primeiros instantes tenho dado a vocês a minha opinião sobre o que fazer com ela. Em minha carta de 16 sou categórico e nada mais tenho a acrescentar nem creio que os últimos bilhetes possam modificar uma tal decisão. Por isso não compreendo as vacilações de vocês. O 'S.N.' é soberano e suas decisões não devem ficar 'à espera da opinião de vocês que deve ser definitiva'. Uma tal linguagem não é digna dos chefes do nosso Partido, porque é uma linguagem dos medrosos, incapazes de uma decisão, temerosos ante a responsabilidade. Ou bem que vocês concordam com as medidas extremas, e neste caso já as deviam ter resolutamente posto em prática ou então discordam mas não defendem como devem tal opinião. Não é possível dirigir sem assumir responsabilidades. Por outro lado, uma direção não tem o direito de vacilar em questões que dizem respeito à defesa da própria organização. Vocês compreenderão a veemência destas linhas, porque elas traduzem com franqueza necessária toda a minha tristeza frente às vacilações da direção em cujas mãos está o futuro da revolução no Brasil.[21]

---

21 EXECUTADA por determinação de Luiz Carlos Prestes. *Estado da Bahia*, Salvador, p. 1-5, 19 abr. 1940. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

Segundo Marly Vianna, o destino de Elza estava selado, "a questão colocava-se de forma simples, para o general da coluna: estava-se numa guerra e numa guerra desertores e traidores devem ser submetidos a julgamento sumário e eliminados". Assim, a companheira de Miranda, suspeita de ser informante da política, foi estrangulada por Francisco Natividade Lyra (*Cabeção*), auxiliado pelos dirigentes e militantes Honório de Freiras Guimarães (*Martins*), Eduardo Ribeiro Xavier (*Abóbora*), Adelino Deícola dos Santos (*Tampinha*) e Manoel Severiano Cavalcanti (*Gaguinho*). Em seguida, o corpo da moça foi colocado em um saco e enterrado no quintal da casa em que residia Deícola, no subúrbio carioca de Deodoro, no início de março de 1936.[22]

Em abril de 1940, todo o Secretariado Nacional do PCB foi preso, a partir das confissões extraídas pelos agentes da repressão, a polícia descobriu o local do sepultamento, exumou o cadáver de Elza e reconstituiu-se o crime, foi feita a cobertura do caso pelos jornais, além de ter sido filmado e exibido nos cinemas do país, a execução da "Garota" proporcionou farto material para a indústria do anticomunismo.

Prestes foi libertado em abril de 1945, com a decretação da anistia dos presos políticos do Estado Novo. Até o final da vida, o comandante da Coluna Prestes negou participação na morte da companheira de Miranda, em que pese ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a mais 30 anos de prisão, acusado de ser o mandante do assassinato de Elvira Cupelo Colônio, Não obstante, o espectro do "caso Elza" atormentou a sua consciência "[...] foi o único assunto que durante as entrevistas Prestes deixou sem resposta. Quando perguntado sobre o caso, por duas vezes, sua resposta foi: 'Não, não, isso foi depois' e mudou de assunto".[23]

Assim, é plausível assinalar que, tendo em vista o peso simbólico dos testemunhos de Prestes, cristalizou-se, na memória comunista e na historiografia das organizações brasileiras de esquerda, uma imagem negativa de Miranda, responsabilizado pelo fracasso do movimento de novembro de 1935 e estigmatizado como delator dos companheiros e traidor do Partido. Portanto, a julgar pelas evidências analisadas, o estabelecimento de uma justa memória acerca de Antônio Maciel Bonfim demanda esmiuçar as reminiscências do "Cavaleiro da Esperança".

---

22 VIANNA, 1997a, p. 393-395.

23 VIANNA, 1997, p. 393.

OS HIATOS DE UMA BIOGRAFIA

A desqualificação da imagem do revolucionário baiano somam-se as lacunas na sua biografia. As informações atinentes à trajetória intelectual e à formação política do "célebre Miranda" são, para dizer o mínimo, sucintas. A este respeito, Leôncio Martins Rodrigues, não obstante a realização de uma pesquisa complexa, abarrotada de dados biográficos referentes aos quadros mais expressivos do PCB, identificou o secretário-geral tão somente como "ex-sargento nascido no interior da Bahia". Por sua vez, Marly Vianna, citando as memórias de Leôncio Basbaum, destacou que Bonfim se dizia "professor das primeiras letras no interior da Bahia". A autora, referenciada nas lembranças de Heitor Ferreira Lima (1905-1989), destacou que Miranda, professor primário de uma escola da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, quando lhe convinha, dizia-se "operário ferroviário". Finalmente, Salomão Barros (1899-1986), na obra *Vultos e feitos do município de Alagoinhas* (1979), com o propósito de homenagear os "dedicados lutadores" que atuaram na imprensa local, esboçou uma concisa nota biográfica da personagem: "Antônio Maciel do [sic] Bonfim – natural de Irará, BA. Professor de Cursos Secundários em várias Casas de Ensino de Alagoinhas. Foi redator do 'Correio de Alagoinhas'. É falecido".[24]

As informações relacionadas ao desaparecimento de Antônio Maciel Bonfim também são escassas, confusas e desencontradas. Por exemplo, Carlos Lacerda assinalou que *Miranda* "acabou católico e secretário de um sindicato de fabricantes ou comerciantes de materiais de construção". Quanto a Fernando Morais, criou um dado biográfico de Antônio Bonfim que não encontra respaldo na documentação investigada durante a pesquisa. Por conta de uma informação oral, seduzido pela ideia segundo a qual o indulto concedido a Prestes foi acompanhado pela libertação dos demais presos políticos implicados na Intentona Comunista, ou, ainda, em razão de mero *insight*, Morais consignou: "Anistiado em 1945, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, caiu na mais completa obscuridade política. Morreu tuberculoso em Alagoinhas, interior da Bahia". Não obstante, conforme as anotações dispostas no Prontuário GB 1890 da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), Miranda, após cumprir pena de 4 anos, 6 meses e 6 dias, foi libertado em 19 de julho de 1940 – portanto,

24 RODRIGUES, 2009, p. 378; VIANNA, 1997, p. 71, 146; BARROS, S. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979. p. 297-298.

cinco anos antes do período estabelecido pelo biógrafo de Olga Benário Prestes. [25]

Por sua vez, William Waack limitou-se a condensar as informações presentes nas obras de Carlos Lacerda e Fernando Morais, registrando que, alquebrado e pobre, Antônio Bonfim foi para o interior da Bahia, tornando-se muito religioso. Após dirigir por alguns meses um sindicato católico, morreu, no final da década de 1940, em Alagoinhas. Para tomar de empréstimo uma fórmula utilizada pelo jornalista Sérgio Rodrigues, a ruína pessoal, a obscuridade política e o falecimento de Bonfim podem ser descritos nos seguintes termos:

> Consta que o ‘viúvo’ de Elza não demorou a voltar para a Bahia, onde teria morrido cedo. Ninguém sabe dizer exatamente onde ou quando. É como se, em vez de morrer propriamente, Miranda tivesse virado um fantasma pouco a pouco.[26]

As lacunas biográficas e a necessidade de buscar indícios relacionados à trajetória de Antônio Maciel Bonfim no período que antecedeu à sua transformação no “célebre Miranda” impulsionaram o autor deste artigo a investigar a presença do militante comunista nas páginas dos jornais baianos do final dos anos 1920. Com efeito, no corpo de um trabalho anterior, constatou a participação do sertanejo de Irará em veículos da imprensa baiana, a exemplo do jornal *Correio de Alagoinhas;* evidenciou a movimentação da Liga de Ação Revolucionária, em Salvador, inclusive promovendo reuniões no bairro periférico da Massaranduba; identificou a correspondência e as divergências que já prenunciavam as difíceis relações entre Bonfim e Prestes nos anos seguintes; e, finalmente, localizou a mais antiga referência ao militante revolucionário nos jornais consultados, datada de 10 de setembro de 1929.[27]

---

25 LACERDA, 1987, p. 37, 50; MORAIS, 1997, p. 299; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Prontuário GB 1890, anotações diversas, p. 4.

26 WAACK, 19993, p. 346; RODRIGUES, S. *Elza, a garota*: a história da jovem comunista que o Partido matou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 116.

27 MOREIRA, R. N. P. No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim. In: SILVA, P. S. (Org.). *Desarquivamento e narrativas*: história, literatura e memória. Salvador: Quarteto, 2010. p. 31-46; ANTONIO Bonfim e o communismo. *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, p. 1, 20 set. 1930. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais; CUIDEM, agora, de outra vida! *Diário de Notícias*, Salvador, p. 1, 27 set. 1930. Biblioteca Pública do Estado da Bahia . Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais; HOSPEDES e viajantes. *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, p. 1, 10 set. 1929. Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas (CENDOMA). Acervo: Jornais; O “COMPLOT” communista. *A Tarde*, Salvador, p. 10, 17 set. 1930. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Acervo: Jornais; O OLHO de Moscou! *Diário de Notícias*, Salvador, p. 1, 16 set. 1930. Biblioteca Pública do Estado da Bahia . Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais; O OLHO de

Por outro lado, ressalte-se que existem evidências e informações sobre a biografia de Antônio Maciel Bonfim, ainda insuficientemente pesquisada no seu Prontuário da DESPS, localizada no Fundo Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A propósito, conforme destacaram Caroline Silveira Bauer e René E. Gertz, o trabalho dos historiadores com as fontes depositadas nos arquivos dos regimes repressivos apresenta especificidades que vão desde as dúvidas sobre sua existência, passando por sua organização, preservação e difusão, questões que extrapolam os limites da arquivística e atingem os âmbitos ético e político. No que concerne ao caso em tela, a leitura da documentação permitiu estabelecer que Antônio Maciel Bonfim foi preso duas vezes, em 21 de julho de 1931 e 22 de janeiro de 1932, na capital da República, identificando-se perante a autoridade policial através do pseudônimo Américo Carvalho. Ademais, em uma nota à margem das fontes citadas, consta que o revolucionário foi recolhido à Casa de Detenção em 23 de janeiro de 1932. A anotação pode ser um indício de que Bonfim realmente foi preso e seria deportado para o Uruguai, como relatou na carta aos dirigentes comunistas, referida (com enorme desconfiança) por Leôncio Basbaum?. [28]

No *corpus* investigado, emergiu outra evidência original, que até então ausente dos estudos que mencionam a trajetória do militante baiano, o artigo "Alguns aspectos econômicos da Bahia", elaborado pelo jornalista Antônio Bonfim, datado de junho de 1941, prontamente apreendido pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Por irônico que pareça não se tratava de um panfleto de agitação ou propaganda subversiva, mas um trabalho encomendado ao autor pela revista oficial *Cultura Política*, diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo. Naquele ano, o periódico resolveu lançar a seção "O trabalho e a economia nacional", "destinada ao estudo amplo de todos os problemas do trabalho, da riqueza e da produção nacionais". Talvez, através da influência de um antigo companheiro de ideias (Edmundo Moniz?), Miranda ganhou a empreitada, mas também atraiu a atenção dos vigilantes prepostos do aparelho repressivo varguista. Em setembro, o texto apreendido pela DESPS foi publicado na edição de n.º 7 da revista de *Cultura Política*. Mas, como a seção era constituída a partir de uma série de artigos editoriais, cuja direção à revista "confiou a um corpo de redatores

---

Moscou visando o Brazil. *Diário de Notícias*, Salvador, p. 1, 17 de set. 1930. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

28 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Prontuário GB 1980, documentos 1-9.; BAUER, C. S.; GERTZ, R. E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 173-193.

especializados em assuntos de economia, trabalho e produção", o nome do articulista foi omitido – privando Antônio Maciel Bonfim do reconhecimento pelo esforço intelectual que resultou na elaboração do opúsculo.[29]

Um elemento significativo presente na documentação diz respeito ao interesse da "comunidade de informações" constituída pela ditadura civil-militar (1964-1985) acerca do destino de Miranda. Em 5 de abril de 1978, a Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações (SNI) emitiu o pedido de busca número 250/70/ARJ/78, cujo assunto dizia respeito a Antônio Maciel Bonfim. O documento também foi difundido aos órgãos de inteligência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, além da Delegacia Geral de Investigações Especiais (DGIE) da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Em linhas gerais, o pedido de busca solicitava os antecedentes do nominado e outras informações julgadas úteis. Especialmente, a DGIE se empenhou na busca às referências solicitadas. Em 17 de abril do mesmo ano, o funcionário designado para a tarefa, identificou na ficha de pesquisa o Prontuário 1890 como fonte para obter os subsídios demandados pelo SNI. Curiosamente, o policial registrou, na parte superior da ficha, a idade presumida do subversivo: 73 anos. Em 27 de abril, a DGIE conclui a investigação, limitando-se a repetir os dados constantes no prontuário. O resultado pífio da pesquisa encontrou a sua mais completa tradução na frase que encerrou o documento enviado à Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, a saber: "É antigo militante comunista, tendo vasta atuação em prol da ideologia vermelha". Resumo da ópera: em 1978, nem mesmo o poderoso SNI tinha acesso a informações seguras acerca do paradeiro do famoso Miranda.[30]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, destaque-se que a análise sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim ratifica a necessidade das investigações agregadas sob a rubrica "História Regional e Local". Ou seja, uma pesquisa consistente acerca das aventuras e das desventuras de Miranda, no Rio de Janeiro e em Moscou, também demanda esquadrinhar as experiências do jovem Bonfim em Alagoinhas e Salvador. Finalmente, sublinhe-se, que, durante

29 BONFIM, A. Alguns aspectos econômicos da Baía. Rio de Janeiro: [s.n.], jun. 1941. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; A ECONOMIA dos estados. I) Baía. *Cultura Política: Revista mensal de estudos brasileiros*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 167-184, set. 1941.

30 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Prontuário GB 1890, documentos 42-45.

mais de meio século, o antigo dirigente do PCB carregou a culpa pelo fracasso da "Revolta Vermelha". Na contemporaneidade, a revisão histórica dos fatos de 1935 permite reavaliar o itinerário de um indivíduo que foi transformado em farrapo humano pelo aparelho repressivo do Estado brasileiro e submetido a um impiedoso processo de liquidação política pelos companheiros de partido.

1935: *A Manhã* e a "Campanha dos 50%"[1]

Dainis Karepovs

No dia 3 de agosto de 1935, um grupo de estudantes universitários e de preparatorianos[2] cariocas reuniu-se na Casa do Estudante do Brasil para elaborar um manifesto e divulgá-lo na capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, então o Distrito Federal brasileiro, e nos principais centros estudantis do país. No documento, o movimento estudantil expôs as imensas dificuldades materiais vividas pelos estudantes para manterem-se nos seus cursos e propunham "abatimentos nos meios de locomoção e diversão dos estudantes", e propunha desencadear mobilizações para a conquista desses abatimentos. Tais mobilizações receberam ali o nome de "Campanha dos 50%". Cinco dias mais tarde, uma comissão desses estudantes foi até o diário oficioso da recém-ilegalizada Aliança Nacional Libertadora (ANL), o *A Manhã*, solicitar a divulgação do documento e o apoio do jornal à causa.[3] No entanto, mesmo considerando todo o seu otimismo, esses jovens jamais iriam supor a proporção e os rumos que a

1 Este texto é um capítulo de meu trabalho de pós-doutorado dedicado à Federação da Juventude Comunista do Brasil (1927-1937).

2 Os cursos preparatórios consistiam em preparar os alunos em uma ou mais disciplinas que compunham o que hoje chamaríamos de grade curricular do ensino secundário, para que alunos preparatorianos pudessem prestar os exames, de forma parcelada, até a conclusão de algumas disciplinas da grade curricular, que possibilitasse o acesso a determinados cursos do ensino superior. Porém, esses exames só podiam ser prestados nos ginásios públicos equiparados ao Colégio Pedro II, pois esses eram os únicos autorizados pelo governo federal a realizar os exames parcelados, exceto por ocasião da Reforma Rivadávia Correia (1911-1915), e durante a vigência desta lei, a equiparação foi estendida para as escolas particulares, as quais passaram a desfrutar dos mesmos direitos dos ginásios públicos.

3 Os estudantes brasileiros iniciam a "Campanha dos 50%". Por meio de vibrante proclamação, os organizadores do movimento solicitam o apoio da mocidade estudiosa do Brasil. As razões do movimento expostas *A Manhã* por numerosa comissão estudantil. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 91, 9 ago. 1935. p. 1 e 7.

"Campanha dos 50%" tomaria em todo o país, naquele segundo semestre de 1935, nem tampouco a herança por ela deixada.

Neste episódio pouco conhecido da história do movimento estudantil, há vários aspectos que chamam a atenção. O primeiro é que ele ocorre quando, em plena vigência da Lei de Segurança Nacional, a ANL já havia sido fechada por decreto pelo governo de Getúlio Vargas, em 11 de julho de 1935.

Outro é o fato de não haver, antes da publicação do manifesto, qualquer informação sobre a organização desse movimento, ele aparece como um raio em céu azul no dia 9 de agosto nas páginas do diário aliancista. E daí em diante, até o início das férias escolares, em novembro, quase que diariamente, havia ali uma informação, uma reportagem, um manifesto, uma circular, uma declaração, um fato novo de qualquer canto do Brasil sobre a "Campanha dos 50%".

Um terceiro aspecto, decorrente dos anteriores, é o da não vinculação explícita da "Campanha dos 50%" com a ANL, e, em consequência, com o Partido Comunista do Brasil (PCB), neste movimento, levando-se em consideração o fato de que, ao longo de seu desenvolvimento, o noticiário praticamente se restringiu às páginas do jornal *A Manhã* – publicação na qual os comunistas jogaram um papel muito importante em sua orientação editorial –, somente surgindo referências em outros periódicos nos eventos de maior mobilização ou nos confrontos com a repressão. [4]

Este movimento se deu em uma conjuntura política extremamente convulsionada do Brasil, a dos anos 1930. A primeira metade deste período, em especial, a partir do final de 1933, marcou a entrada na cena política do Brasil das massas trabalhadoras urbanas e de suas organizações. Também, como resultante daqueles tempos, neste caso também em escala internacional, ocorreu o surgimento de diversas organizações de extrema direita, justificando todas elas sua existência pela necessidade do confronto com o comunismo. No entanto, para as organizações dos trabalhadores e aquelas à esquerda do espectro político o final de novembro de 1935, com as revoltas militares comunistas de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro, marcou o encerramento desse seu curto período de aprendizado e de crescimento sob uma violenta repressão. Após novembro

---

4 Há um dado importante das tradições dos movimentos sociais existentes naquele momento que aqui é importante não ignorar, para que não se incorra em uma interpretação reducionista de causa e efeito. Trata-se da prática da ida de comissões de movimentos reivindicatórios às redações de jornais para a entrega das pautas de demandas coletivas e do seu esclarecimento. Isto frequentemente resultava na publicação de fotos dessas comissões, dos documentos por elas entregues e, por vezes, dos agrupamentos que acompanhavam tais comissões e ficavam postados às portas dos jornais. Tal prática era adotada, em especial, pelo movimento sindical.

de 1935, militantes, partidos, sindicatos e demais organizações desse campo foram implacavelmente perseguidos, presos, torturados, processados, condenados e assassinados por um regime que, para justificar seus atos discricionários, sustentava sucessivos estados de sítio ou de guerra e, finalmente, em novembro de 1937, instaurou a Ditadura do Estado Novo.

Durante aquele curto período em que esses setores mais à esquerda do espectro político puderam atuar com maior liberdade, em que pese a desenvoltura da ação do aparato repressivo herdado da chamada República Velha pelo governo de Getúlio Vargas e acentuada após a promulgação da Lei de Segurança Nacional, a Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935, conhecida como Lei Monstro, se examinará, neste trabalho, a atuação do movimento estudantil no segundo semestre de 1935. De modo mais específico o foco se dará sobre o movimento estudantil que apontamos no início deste artigo, e que repercutiu em todo o país, a "Campanha dos 50%".

Nossa principal fonte para o exame desse movimento é o diário carioca *A Manhã*, o qual foi o único em que se pôde encontrar um acompanhamento sistemático dessa mobilização. Dirigido pelo militante comunista Pedro Motta Lima, iniciou sua circulação em 26 de abril de 1935, apresentando-se como porta-voz oficioso da Aliança Nacional Libertadora, fundada em 12 de março do mesmo ano. Mesmo com o fechamento por decreto do governo da ANL, o que levou a organização à clandestinidade, *A Manhã* continuou circulando livremente até 27 de novembro de 1935, quando ocorreu a revolta militar comunista no Rio de Janeiro e o fechamento do diário pelo governo.

A ANL, por sua vez, foi o duplo produto, de um lado, de uma aliança entre os "tenentes" de esquerda decepcionados com os rumos da chamada "Revolução de 1930" e os comunistas [5], e, de outro, de uma reorientação da política dos comunistas que se fez em escala internacional.

No caso brasileiro, o ilegal e clandestino Partido Comunista do Brasil (PCB) e a sua organização juvenil, a Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB), até fins de 1934, ainda aplicavam a sectária política do chamado "terceiro período". No Brasil, ela vinha desde a virada dos anos 1930, embora houvesse sido caucionada no VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, e adotava a tática conhecida como "classe contra classe", que supunha haver uma "radicalização das massas" [6], pos-

---

5 VIANNA, M. *Revolucionários de 35*: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 101.

6 RESPONDAMOS com a greve de 24 horas os ataques da reação. *O Jovem Proletário*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 19, nov. 1934, p. 1.

suía uma linha sindical muito sectária, coroada por uma profunda aversão às alianças políticas, em especial com os socialistas – ou correntes políticas a eles associadas, no caso do Brasil –, que eram caracterizados como "social-fascistas", e que, paradoxalmente, era exercida por meio do que se chamava de "frente única pela base".

A FJCB atuava no movimento estudantil através de uma organização, considerada como sua "linha auxiliar" [7], denominada Federação Vermelha de Estudantes. Ivan Pedro de Martins, secretário político da FJCB em 1935, em suas memórias, relata que, no seu processo de aproximação com o comunismo, ao entrar na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1932, se recusara a entrar na Federação Vermelha de Estudantes em razão da insignificância de sua penetração nos meios estudantis e por julgar provocativa e inútil a sua chamativa denominação: "Burrice! Será que vocês não veem que ninguém vai querer ser juventude vermelha? Será que vocês acham que, com a polícia e a perseguição, alguém se anima a entrar para uma coisa que assusta pelo próprio nome?".[8] Mais tarde, efetivamente, a Federação Vermelha de Estudantes desapareceria.[9] Tal conjunto de práticas, em síntese, propiciava o afastamento político da FJCB da juventude.

Frente a esta sectária política que internacionalmente levava, em termos práticos, a um isolamento cada vez maior dos comunistas e que teve como resultado palpável de sua recusa de alianças políticas a ascensão e a chegada de Adolf Hitler ao poder na Alemanha, a confusão instalou-se dentro das fileiras comunistas. Isto fez com que os comunistas, primeiro localmente, depois regionalmente, a seguir nacionalmente e, por fim, internacionalmente, reorientassem quase que completamente sua linha política, levando a Internacional Comunista, que a formalizou em seu VII Congresso, em meados de 1935, rumo à política conhecida como de "frente popular", na qual – ao estabelecer como o principal inimigo o fascismo e não mais o capitalismo – buscou ampliar seu arco de alianças para além do campo operário e socialista.

No Brasil este processo foi mais lento do que na Europa. No caso da FJCB pode-se perceber analogamente a mesma trajetória. Até fins de 1934 ela ainda aplicava a política sectária do chamado "terceiro período". Assim, por exemplo, ainda em novembro de 1934, o órgão oficial da FJCB

---

7 CASTRO, M. W. de. *Europa 1935*: uma aventura de juventude. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 14.

8 MARTINS, I. P. de. *A flecha e o alvo*: a Intentona de 1935. Porto Alegre: Movimento, 1994. p. 69.

9 DULLES, J. W. F. *Carlos Lacerda*: a vida de um lutador, volume 1: 1914-1960. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 41.

anunciava ter enviado uma proposta de frente única à Confederação da Juventude Trabalhista, a qual, por sua vez, teria recusado a proposta, de acordo com os jovens comunistas, pelos "motivos mais reacionários". Em seguida, a FJCB dirigiu-se, fazendo uso da "frente única pela base", aos militantes juvenis trabalhistas:

> Fazei pressão sobre os vossos dirigentes a fim de que seja convocada uma assembleia ampla onde comparecerão todos os jovens trabalhadores, quer sejam trabalhistas, comunistas, católicos, anarquistas, socialistas, etc., onde discutiremos a proposta de reivindicações e escolheremos o comitê de frente única.[10]

Ou seja, os jovens comunistas propunham a seus interlocutores que estes passassem por cima de sua orientação política e ignorassem suas próprias direções partidárias. No entanto, no âmbito da própria FJCB também acabaram sendo operadas modificações com vistas à implantação de políticas consentâneas à orientação da frente popular, sendo propostas modificações em sua orientação e impulsionadas iniciativas, em especial, a da realização do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular.[11] A ideia era que este congresso ocorresse em fins de julho ou no início de agosto de 1935 e que dele resultasse a formação de uma organização juvenil nacional, nos mesmos moldes do que ocorrera na Europa, com a criação de organizações nacionais de "frente", nas quais a Internacional da Juventude Comunista tivera papel de relevância em sua criação, como o Conselho Mundial da Juventude e o Congresso Mundial da Juventude.[12]

Em relatório datado de 6 de junho de 1935, enviado à Internacional da Juventude Comunista, o encarregado da Comissão Nacional de

---

10 A FEDERAÇÃO da Juventude Comunista do Brasil propôs a todas as organizações juvenis a Frente única de Luta. *O Jovem Proletário*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 19, nov. 1934, p. 3. Tal proposta é também estendida à Frente Negra, aos clubes esportivos de todas as empresas e aos pequenos clubes, aos tiros de guerra e às associações recreativas.

11 O Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Juvenil foi uma iniciativa impulsionada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), no âmbito de seu trabalho juvenil e no contexto de sua mudança de orientação política, quando abandonou as posições do chamado "terceiro período" e passou a adotar as da "frente popular". Os comunistas tinham como objetivo a realização desse congresso para a criação de uma nova organização juvenil, a qual teria o caráter de uma organização de frente que agrupasse as organizações de esquerda e substituiria a Federação da Juventude Comunista do Brasil. Ver KAREPOVS, D. A Juventude Comunista do Brasil na era da Internacional Comunista. *The International Newsletter of Communist Studies*, Mannheim, v. 15, n. 22, 2009, p. 133. Disponível em: <http://newsletter.icsap.de/home/data/pdf/INCS_22_ONLINE. pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

12 BOULOQUE, S. Les Jeunesses communistes: structures, organization, implantation, 1920-1938. *Communisme*. Paris, n. 76-77, p. 7-26, [2003 ou 2004].; KOTEK, J. *La Jeune Garde*: Entre KGB et CIA. La Jeunesse mondiale, enjeu des relations internationales. 1917-199x. Paris: Sevil. 199x, *passim*.

Organização da FJCB, informava que a iniciativa do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular fora decidida em dezembro de 1934 no 1º Ativo de Concentração Nacional da Federação da Juventude Comunista do Brasil, mas ela somente teria sido posta em prática efetivamente em março de 1935.[13]

Já Ivan Pedro de Martins, em suas memórias, nos fornece uma versão mais prosaica e menos pomposa para a decisão. Membro da direção da FJCB, Martins narra que nas reuniões da direção que ocorriam em seu quarto, na pensão de sua mãe, na rua Conde de Baependi, 19, no bairro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, os jovens comunistas brasileiros decidiram levar em escala nacional uma vitoriosa experiência eleitoral que haviam tido na Faculdade de Direito onde ele estudava:

> Se fizéssemos o mesmo em escala nacional, levantando as aspirações de jovens operários que ganhavam menos só por serem jovens [...], de jovens lavradores com salários de fome ou sem salário nenhum, dos jovens comerciários entisicando atrás de balcões, com remuneração de fome, e assim por diante, mobilizaríamos os moços de todo o país para melhorarem de vida e se educarem politicamente, para participarem das lutas nacionais brasileiras, pelo congresso, pela cessação das injustiças sociais, pela democracia e contra a repressão e o fascismo. [14]

Como resultado de tais discussões, prossegue Martins, a direção da FJCB, ampliando a discussão aos estudantes da Faculdade de Direito, chegou à ideia do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular. E como o próprio Martins informa, tal iniciativa foi discutida com a direção do PCB e contou com seu endosso, o que estende para o brasileiro a observação feita por Sylvain Bouloque para o caso francês, de que era muito frequente que novas orientações implantadas pelo partido fossem aplicadas com a antecedência na Juventude em relação ao Partido para que o "experimento" tivesse já certa materialidade por ocasião do início de sua efetiva aplicação no partido, além de permitir também observar as eventuais resistências internas para a sua aplicação. [15] No caso do Brasil, com o lançamento da proposta do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, buscavam-se assim antecipar formulações e formatos a serem empregados na futura Aliança Nacional Libertadora.

---

13 PAULO [pseudônimo de Mário Wilcher]. *Relatório do CC da F.J.C.B*. Rio de Janeiro, 6 jun. 1935.

14 MARTINS, 1994, p. 102.

15 BOULOUQUE, 2003-2004, p. 18.

A EDUCAÇÃO NO BRASIL EM 1935

O Brasil de 1935, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tinha uma população estimada em torno de 37 milhões de habitantes. Em 1935, na área da educação, o Brasil possuía 36.662 unidades escolares, que tinham 91.542 professores. Nestes quase 37 mil estabelecimentos escolares, haviam 2.438.977 alunos efetivamente matriculados. Ainda de acordo com a referida fonte, o Brasil tivera naquele ano, 25.996 alunos (1,06% do total nacional) efetivamente matriculados em 248 unidades escolares de ensino superior (o que corresponde a 0,67% do total nacional), que contavam com 3.898 professores (4,24% do total nacional). Dessas 248 unidades escolares, 18 estavam situadas na região Norte (que na época incluía os estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí); 30 unidades escolares na região Nordeste (nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas); 12 unidades escolares nos estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo; 129 na região Sul (nos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul); e 59 unidades escolares na região central (nos estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais).

Havia, também no campo da educação, um dado que então não se encontrava facilmente: o do analfabetismo. Este era um "segredo de polichinelo", do qual não se ocupavam os anuários estatísticos, apenas os censos decenais. Os dados disponíveis se referiam ao Censo de 1920, que, dentro de uma população total recenseada de 30.635.2605 habitantes, dos quais cerca de 17.564.000 tinham mais de 15 anos, e desses cerca de 11.409.000 habitantes que não sabiam ler e nem escrever, ou seja, uma taxa de analfabetismo de 65%. Como não foi realizado Censo em 1930, somente em 1940 houve novo Censo, que registrou uma população total de 41.236.315 habitantes, dos quais cerca de 23.648.000 tinham mais de 15 anos de idade, e dentro desse universo aproximadamente 13.269.000 não sabiam ler nem escrever, uma taxa de analfabetismo de 56,1%.[16] Enfim, a educação brasileira apresentava um conjunto de números aterradores.

---

16 Utilizamos aqui dados provenientes dos Anuários Estatísticos de 1936, 1938 e 1953, do Instituto Nacional de Estatística (1938) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1941/1945 e 1953) e de PINTO, J. M. de R. et al. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília, DF: INEP, [s. d].

A "CAMPANHA DOS 50%"

Apesar de lançada no início de agosto de 1935, a "Campanha dos 50%" não surgiu do nada. Embora, não se tenha encontrado uma sólida documentação que pudesse conduzir às origens específicas desse movimento, não se pode ignorar o fato de que já havia uma discussão sobre a questão de como as condições materiais de existência dos estudantes interferiam em suas atividades.

Isso pode ser testemunhado, nas próprias páginas do jornal *A Manhã*, através de uma reunião realizada no Centro de Defesa da Cultura Popular [17] no dia 25 de maio de 1935 com o objetivo de discutir a "situação do estudante pobre no Brasil". O propósito do encontro era o de discutir as dificuldades materiais do estudante e o "ensino anacrônico" ministrado nas universidades, além de um exame sobre o ensino secundário, "em todo o seu descalabro". A reunião, na qual "fizeram uso da palavra os estudantes Carlos de Lacerda, Ivan Pedro de Martins, João Paulo [Pereira da Silva] e os intelectuais Joaquim Ribeiro, Amadeu Amaral Júnior, o poeta João Ribeiro e outros", teve grande assistência e nela foi "amplamente debatida a situação de miséria em que vivem os nossos estudantes, ressaltando-se então todas as suas reivindicações mais profundas". [18]

As dificuldades materiais por que passavam os estudantes também era objeto de atenção de outros setores da imprensa. Era o caso dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que abria suas páginas para enfocar o assunto. Neste mesmo mês de maio de 1935, por exemplo, ao tratar da fundação da Casa do Estudante Fluminense, afirmava-se que os estudantes padeciam de dificuldades "quase insuperáveis" para a realização de seus cursos: "desde o livro ao numerário para pagamento das taxas de frequência e de exame". Ficava claro pelo texto jornalístico que as finalidades desta iniciativa, no entanto, não ficavam exatamente no campo da conquista de direitos:

---

17 Naquele momento, como ocorrera com várias outras organizações - jovens, mulheres, jovens, etc. – o Centro de Defesa da Cultura Popular fora criado em abril de 1935, contando com a participação de diversos intelectuais comunistas ou dos chamados "companheiros de viagem": Cândido Portinari, Aníbal Machado, Di Cavalcanti, Dyonélio Machado, Aparício Torelly, etc. Sua primeira atividade pública foi a promoção de uma conferência de Carlos Lacerda, que recebeu o curioso título de "Carta fechada a Humberto de Campos" (Centro de Defesa da Cultura Popular: Carlos Lacerda inicia hoje as suas atividades, com uma conferência. DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: 27 abr. 1935. p. 2. Ver também Centro de Defesa da Cultura Popular. MOVIMENTO, Rio de Janeiro: n. 1, maio 1935. p. 12). Ao longo do ano, entre outras, o Centro promoveu conferências de Evandro Lins e Silva, Figueira de Almeida, Nicanor do Nascimento, Francisco Mangabeira e Joaquim Ribeiro e uma série de debates, como o acima mencionado sobre a situação dos estudantes.

18 CENTRO de Defesa da Cultura Popular. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 26, 25 maio 1935, p. 7. e Mais uma reunião pública do Centro de Defesa da Cultura Popular. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 27, 26 maio 1935. p. 7.

> A Casa do Estudante Fluminense terá por fim a reunião de fundos para pagamento de taxas escolares de estudantes pobres, a obtenção de facilidades para a compra de livros, a criação de um 'bureau' de empregos para os universitários, a fundação de pensões para os que têm suas famílias no interior, e, enfim, a realização de todas as medidas possíveis para a facilitação do estudo aos alunos das escolas fluminenses. [19]

Outra discussão sobre as condições materiais dos estudantes pode ser encontrada também no jornal *A Manhã,* através do relato de uma reunião realizada na sede da Aliança Nacional Libertadora, no dia 6 de julho, convocada pelo Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular à qual foram chamados todos os seus aderentes estudantes. Ali, além de Amadeu Amaral Júnior, o qual fora levar a adesão do Centro de Defesa da Cultura Popular ao Congresso, estiveram presentes representantes do Liceu de Artes e Ofícios, da Escola de Química, da Escola Politécnica, da Escola Souza Aguiar, da Escola de Medicina e da Escola de Direito. A reunião teve como resultado inicial a apresentação de um conjunto de reivindicações: "abaixamento das taxas, ilimitação de matrículas, ensino gratuito aos jovens pobres, criação de bibliotecas eficientes e populares para todos os estudantes, aparelhamento eficiente de todas as escolas". [20]

Além disso, em outro elemento também colhido nas matérias do jornal *A Manhã*, temos o anúncio da criação de uma associação de estudantes da Escola de Medicina do Rio de Janeiro com o curioso, mas revelador, nome de Ala Reivindicadora dos Estudantes de Medicina. Esta associação teria como objetivos "defender os interesses da classe", particularmente: "abatimento de taxas, a remuneração de todos os internos nos serviços hospitalares, etc."[21]

Ao lado destas notas jornalísticas poderíamos pinçar outras tantas que teriam apenas o condão de elevar o rol de objetos de reivindicação por parte dos estudantes, refletindo as precárias condições materiais em que viviam, bem como as insuficientes condições oferecidas pelas universidades, faculdades e escolas.

A edição de sexta-feira, 9 de agosto de 1935, do jornal *A Manhã* trazia em sua primeira página a manchete "Os estudantes brasileiros iniciam a 'Campanha dos 50%'". O texto era acompanhado de uma foto que mostrava

---

19 Para auxiliar os estudantes pobres, a fundação da "Casa do Estudante Fluminense". DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: 31 maio 1935. p. 3.

20 Os estudantes e o Congresso Juvenil. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 63, 7 jul. 1935. p. 2.

21 Ala Reivindicadora dos Estudantes de Medicina. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 86, 3 ago. 1935. p. 2.

o jornalista do *A Manhã*, de paletó e sem gravata, sentado com um estudante engravatado e também sem paletó circundado por um grupo de seis estudantes universitários, todos, de pé, com terno e gravata. A matéria, além do manifesto da "Campanha dos 50%" e de outro documento de adesão ao movimento por parte do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Química, traçava a singular origem do movimento, seus claros objetivos e convocava para uma nova reunião na Casa do Estudante do Brasil. Caracterizando o movimento como algo de há muito necessário, "faltava apenas um começo, chegar o fogo ao rastilho, para que a pólvora explodisse", o grupo de estudantes, o qual em momento algum do texto é identificado, manifestava a absoluta convicção de que as reivindicações apresentadas no manifesto eram "a aspiração imediata de todos aqueles que estudam no Brasil" e seu otimismo em relação em relação ao movimento se devia "ao entusiasmo com que foi acolhida a campanha no Distrito Federal, inclusive por parte do Diretório Acadêmico e de professores".

O manifesto, dirigido aos estudantes do Brasil, publicado no periódico *A Manhã* afirmava que os estudantes cada vez mais tinham dificuldades em conciliar o seu trabalho, necessário para sustentar o estudo, com as exigências de frequência às aulas e, além disso, "os próprios estudos sujeitam toda a classe estudantina à perda de horas obrigatórias para uma maior solidificação da cultura". Para que as escolas não se transformassem em fábricas de diplomas os estudantes deveriam defender o futuro e o progresso do Brasil. No entanto, "dedicando a nossa vida ao estudo, nos mantemos em nível de vida inferior às demais classes do Brasil". Assim, a conclusão apresentada era a de que seria necessário lutar por "abatimentos nos meios de locomoção e diversão dos estudantes". A seguir o manifesto propunha, talvez resultantes de práticas já usuais [22], mas sem ali justificar a razão, o valor desse abatimento, 50%, e detalhava onde ele seria utilizado: "precisamos pagar a metade porque não podemos pagar integralmente as entradas nos cinemas e teatros, nos campos de futebol, nos ringues de boxe, nas

---

22 A mais antiga prática encontrada de concessão de desconto de 50% a estudantes no transporte ocorreu em 1911 na Prússia alemã. Na ocasião vários ministérios e grupos privados criaram a Jungdeutschlandbund (União da Jovem Alemanha), em oposição à organização juvenil socialdemocrata. Aos membros da Jungdeutschlandbund o Estado prussiano fornecia passagens de trem com 50% de desconto, entre outras vantagens: "O Estado, por meio da Jungdeutschlandbund, fornecia-lhes bilhetes de transporte ferroviário para viajar pela metade do preço (o *Wanderkarten* [cartão do excursionista]) e lhes colocava à disposição, como pousada, para o fim de semana quartéis, acampamentos militares e outros centros públicos, e proporcionava-lhes o serviço das cozinhas de acampamento e aprovisionamento do exército; prêmios e progressões na carreira também eram oferecidos aos professores e educadores do estado que estavam envolvidos em propaganda e atividades pós-escolares e recreativas de menores". Cf. DOGLIANI, P. *La "scuola delle reclute"*: l'Internazionale giovanile socialista dalla fine dell'Ottocento alla prima guerra mondiale. Turim: Einaudi, 1983. p. 13.

viagens de bonde e ônibus, nos transportes marítimos e ferroviários". Neste caso, a justificativa é a de que em outros países e mesmo nas escolas municipais do Distrito Federal tal uso já era corrente. Ao seu final o texto informava que o manifesto fora redigido na Casa do Estudante do Brasil. Concluía o texto afirmando que o sucesso da "Campanha dos 50%" exigia uma ação conjunta de todos os estudantes, do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

Embora, como até o próprio documento afirmasse, aqui e ali existissem abatimentos aos estudantes no Distrito Federal e em outros lugares do Brasil,[23] o documento tinha o mérito de propor a discussão da questão da precariedade em que vivia parte significativa dos estudantes e das consequências disso sobre a qualidade do ensino e, sobretudo, de propor uma solução para um ponto preciso e claro, coisa que como se viu nas discussões travadas antes desse manifesto, usualmente se perdia em propostas amplas, abrangentes e vagas.

Logo após a publicação do manifesto ocorreram fatos que já devem ser destacados. O primeiro é o início do processo de adesões e doações em dinheiro [24] à "Campanha dos 50%" que nos primeiros dias centrava-se no Distrito Federal, mas já obtivera no Rio Grande do Sul, com a Federação de Entidades Preparatórias daquele estado, o seu primeiro apoio fora da cidade do Rio de Janeiro. [25] O outro é um importante ajuste que ocorrera nas reivindicações na "Campanha dos 50%" após uma reunião ocorrida na Casa do Estudante do Brasil no dia 12 de agosto de 1935, a primeira realizada após aquela do dia 3 de agosto em que se redigiu o manifesto inaugural do movimento. Nela, à qual acorreram centenas de estudantes, se acrescentam às reivindicações as demandas de abatimento de 50% nos preços dos livros e nas taxas escolares.[26] Nesta reunião, um dos membros da

23 Apesar da nota agressiva do governo [...] Os estudantes pernambucanos continuam a gozar de abatimentos nos teatros. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 85, 2 ago. 1935. p. 2. Intensifica-se a "Campanha dos 50%" – "Merece esse movimento a nossa inteira solidariedade", declara a "A Manhã" o presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 93, 11 ago. 1935. p. 2. [neste texto o presidente do D. A. da Faculdade de Direito afirma que os estudantes de Direito do Distrito Federal tinham abatimento em todos os teatros do Rio de Janeiro]; Prossegue ativamente a "Campanha dos 50%". Quinta-feira próxima, às 15 horas, será realizada a grande passeata de protesto da mocidade escolar. Avolumam-se os protestos contra a brutal agressão do governo Vargas – "A Manhã" abre, com 10$000, uma lista de subscrição para auxiliar o movimento. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 105, 25 ago. 1935. p. 7. [esta matéria reproduz uma carta do Centro dos Estudantes de Santos informando que os estudantes santistas tinham um desconto de 75% nas passagens].

24 A "Campanha dos 50%" recebe novas adesões. O Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Química apoiará materialmente o movimento. Mais uma comissão de estudantes na redação do *A Manhã*". A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 95, 15 ago. 1935. p. 8.

25 Os estudantes gaúchos aderiram à "Campanha dos 50%". Crescem dia a dia as adesões ao movimento da mocidade estudantil – *A Manhã* ouve o acadêmico João Calmon, da Comissão Organizadora. A A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 94, 14 ago. 1935. p. 8.

26 Os estudantes de Campos aderiram à "Campanha dos 50%". A grande passeata de amanhã empolga a

Comissão Organizadora da "Campanha dos 50%", Raul Lins e Silva Filho,[27] exprimindo a maturidade do movimento, apontou um futuro caminho a ser trilhado:

> A Comissão Organizadora pretende dirigir à Câmara um memorial, em que exporá as justas pretensões dos estudantes brasileiros. Julgamos, porém, que, neste momento, é prematura qualquer decisão, porquanto ainda não nos podemos considerar o porta-voz autorizado de toda a classe estudantil. Quando estivermos convencidos de que toda a mocidade brasileira nos apoia, quando o nosso movimento contar com a adesão de todos os colégios nós iremos à Câmara com um memorial assinado por milhares de estudantes e os deputados, ante a pressão da mocidade, congregada num só bloco para a defesa dos seus interesses, nos atenderão!.[28]

E, por fim, o terceiro ponto a ser destacado é, daí por diante, o efetivo acompanhamento cotidiano da "Campanha dos 50%" por parte do jornal *A Manhã*. Este acompanhamento tomou forma marcante quando ocorreu o primeiro confronto do movimento com a repressão. A reunião ocorrida na Casa do Estudante do Brasil no dia 12 de agosto de 1935 decidiu ao seu final realizar uma manifestação pública para o dia 17 de agosto, um sábado. Tal manifestação teve sua concentração inicial prevista no Largo da Carioca, defronte a Casa do Estudante no início da tarde, onde foi realizado um grande comício, em que estavam concentradas "grandes massas de jovens das escolas superiores e secundárias". Os estudantes pretendiam ir em passeata à Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes, e em seguida ao Palácio do Catete, sede do Poder Executivo do Brasil. A manifestação prosseguiu sem problemas até o Palácio Tiradentes, onde os estudantes foram recebidos pelo vice-presidente da Câmara dos Deputados e ali manifestaram a disposição futura de encaminhar ao Legislativo um memorial com as suas reivindicações, a fim de que elas tomassem a forma de projetos de lei. Dali seguiram à sede do Executivo. No entanto, quando os estudantes voltavam do Palácio do Catete, que encontraram fechado,

---

mocidade escolar desta Capital. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 97, 16 ago. 1935. p. 8.

27 Raul Lins e Silva Filho era militante comunista e irmão do futuro ministro do Supremo Tribunal Federal aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5 em 1969, Evandro Lins e Silva. Cf. SANT'ANNA, I. *O garoto que sonhou mudar a humanidade*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011. p. 58.

28 A "Campanha dos 50%" empolga os meios estudantis. Centenas de estudantes, reunidos ontem, hipotecaram solidariedade à C. organizadora e traçaram planos de ação. O Instituto Superior de Preparatórios [*sic*] e a Escola Nacional de Química aderiram ao movimento. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 93, 13 ago. 2013. p. 8.

iniciaram-se os ataques da polícia com espancamentos, tiros e gás lacrimogêneo, contra os manifestantes, além das prisões e detenções. [29]

O jornal *A Manhã* estampou editorial, assinado por Pedro Motta Lima, intitulado "A causa dos estudantes". Qualificando a ação da polícia de "espetáculo de covardia", o periódico queria imaginar que os incidentes ocorridos na manifestação dos estudantes teriam saciado a "volúpia de intolerância do governo", que já vinha desde a promulgação da Constituição, em 16 de julho de 1934, cujos episódios o diário passou a enumerar e que julgava somente ter paralelo com os "dos povos balcânicos e das colônias mais duramente castigadas, para não falar das 'civilizações' camiseiras, de que é símbolo o machado nazista". No entanto, frente às acusações lançadas pelas autoridades como justificativa para a repressão, o editor do jornal *A Manhã* se interrogava qual seria o "extremismo" que se ocultaria nas demonstrações dos estudantes. Para Pedro Motta Lima, os "rapazes da Universidade, meninos e meninas dos cursos secundários, alguns milhares de garotos esfuziantes, daqueles que reivindicam seus direitos com o espírito folgazão" faziam eco do que ocorria em suas casas, onde se acelerava a crise impulsionada por Getúlio Vargas, que cavava o "fosso das taxas de milionário entre o livro e os filhos de cidadãos mantidos à custa de seu próprio esforço". Por isso, marcando claramente seu caráter oposicionista ao governo de Vargas, o editor do periódico *A Manhã* posiciona-se claramente ao lado dos estudantes e das reivindicações da "Campanha dos 50%":

> Pleiteando com todo o direito a redução dos 50% nas passagens e nas diversões, os estudantes procuram reduzir as despesas que o orçamento paterno, com a crescente carestia da vida, não pode suportar. Não dizem hipocritamente os discursos oficiais, as conferências dos 'homens de responsabilidade', que o problema 'único' do Brasil é a instrução? E por que tantos obstáculos a quem deseja aprender? Se há alguma coisa a reparar na iniciativa dos jovens, é que eles se contentem com o que pediram. Não querem atender a uma causa tão justa? Resta à massa estudantil fazê-los compreender, pela insistência do apelo, o alcance social da reivindicação. Estendam o movimento. Reclamem 50% de redução nas taxas, cuja finalidade é criminosa, objetivando a manutenção da vergonha das vergonhas, a incultura dos alfabetizados, num tão grande coeficiente de analfabetismo. A campanha não interessará apenas aos

29 Estúpida, a agressão do governo aos estudantes! Enorme massa estudantil conquista as ruas! A mocidade escolar foi ontem barbaramente atacada a tiros e a pau pelos agentes da Ordem Social, durante as manifestações da "Campanha dos 50%". A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 99, 18 ago. 1935. p. 1-7.

> alunos. Terá a solidariedade ativa de todo o mundo, pois não só os chefes de família, mas todos os homens de consciência hão de sentir que não se trata apenas dos estudantes de hoje, mas do futuro do Brasil. [30]

Nesta mesma edição, ao lado deste editorial assinado, havia outra coluna fixa, normalmente publicada sem assinatura, que muitas vezes, assumia um claro caráter editorial e ao mesmo tempo didático, e que tinha o revelador nome de "Explicando ao Povo", o jornal *A Manhã* dedicou outro texto às reivindicações dos estudantes "A Campanha dos 50%". Nele, os argumentos do texto de Pedro Motta Lima praticamente eram repetidos, mas em uma linguagem mais direta e acompanhados de exemplos:

> O orçamento dos jovens estudantes é sobrecarregado com despesas de transportes superiores às suas posses. Um estudante de medicina, para ir de Cascadura à Praia Vermelha, gasta de bonde, ida e volta, 1$600. Se ele quiser transportar-se de ônibus, a sua despesa será de 5$600, de cada vez que tenha de ir à escola! E como o horário das aulas é feito no interesse exclusivo da comodidade dos diretores e altos funcionários, e não – como devia ser – de acordo com os interesses dos alunos, a distribuição dos cursos é feita, geralmente, com tamanha irregularidade que um aluno é obrigado a ir à sua faculdade ou ao seu ginásio mais de uma vez, durante o dia. Esse fato, que é um transtorno na vida dos estudantes pobres, aumenta as despesas dos jovens, causando-lhe não pequenos embaraços. A redução de 50% nos transportes por eles pleiteada é, por isso, perfeitamente justa, mesmo para aqueles que têm a seu favor um horário mais racional, de tal maneira é cara e dispendiosa a instrução no Brasil. [31]

O texto prosseguia com exemplos e finalizava por apontar a proposta de constituição de um governo popular e democrático, o qual seria o único capaz de propiciar solução aos problemas,

> dando-lhes ensino primário, secundário, superior e profissional gratuito, transportes e diversões também inteiramente gratuitos, livros prêmios de viagem, material escolar e, sobretudo, o direito de participarem da direção e do controle das escolas, ginásios e universidades, em estreita e fraternal colaboração com os professores.

30 LIMA, P. M. A causa dos estudantes. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 100, 20 ago. 1935. p. 3.

31 EXPLICANDO ao Povo: a campanha dos 50%. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 100, 20 ago. 1935. p. 3.

No entanto, a proposta era somente ali avançada e deixada sobre a mesa. Por ora, reiterava-se, afirmava que naquele momento o importante, e que devia ser o foco de interesse da ação dos estudantes, era exclusivamente a redução dos 50% nos preços dos transportes e diversões e que a repressão policial não deveria inibi-los, nem arrefecer a sua disposição. "Suas aspirações nada têm de absurdas: são, pelo contrário, simples e modestas. Sua causa, portanto, é justa". Era seu dever, orientava-os, fazer com que a agitação das ruas fosse acompanhada pela organização nas escolas e, por fim, também os aconselhava a galvanizar a simpatia da população à sua causa. Para o articulista era esta uma importante contribuição que os estudantes davam à luta da defesa das liberdades democráticas.

Os estudantes reuniram-se no dia 19 para discutir e avaliar os eventos do dia 17 de agosto. Embora tivesse sido convocada apenas para reunir a Comissão Organizadora, mais de uma centena de estudantes ali compareceu para mostrar sua indignação com os acontecimentos da véspera. Como não houvesse no local uma sala que comportasse todos, deliberou-se que permanecessem apenas os representantes das escolas presentes. Embora evidentemente não tendo lido os editoriais do jornal *A Manhã*, vários dos estudantes, além de protestarem contra as violências policiais, foram enfáticos no sentido de "tornar uma realidade o movimento iniciado", ou seja, de estruturá-lo organicamente. Para tanto, além de convocarem uma nova passeata para o dia 23 de agosto, com a saída prevista novamente defronte à Casa do Estudante do Brasil, a reunião elegeu uma Comissão Organizadora, pois a existente até então era considerada provisória. [32]

32 A Comissão Organizadora da "Campanha dos 50%" do Distrito Federal era composta por um ou dois alunos da cada escola, além dos representantes dos Diretórios Acadêmicos. Na reunião do dia 19, quando ainda faltavam representantes de algumas escolas não presentes, esta era a composição da Comissão Organizadora: *Pedro II* – Thomaz Maffra e Ivan Ricciani (*); *São Bento* – Vanni Pinto Rodrigues; *Instituto de Ensino Secundário* – Ítalo Arruda; *Instituto Superior de Preparatórios* – Rubens Saldanha; *Freycinet* – Ery Presser Bello; *Instituto Superior de Comércio* – Nilo Guimarães; *Ginásio 28 de Setembro* – Benito Bermude; *Amaro Cavalcanti* – Rubens Britto; *Popular do São Bento* – Jorge Coelho; *Latino Americano* – Augusto Masseu; *Pré-Jurídico* – Luiz Lacroix Leiras; *João Alfredo* – Raul Guimarães; *Sylvio Leite* – Wilson Chagas; *Química* – Almir Neves (*) e José Bonifácio Schmitt (*) (representante do D. A.); *Direito* – João Calmon (*), Raul Lins e Silva Filho (*) e Benedicto Bonfim (representante do D. A.); *Medicina* – Irun Sant'Anna; *Agronomia* – Péricles Osório; *Veterinária* – Francisco Ferreira, Manoel Reis Filho e Arnaldo Rosa Vianna; *Medicina e Cirurgia* – Waldyr Montenegro; *Universidade do Distrito Federal* – Carlos Ribeiro. Os nomes assinalados com asterisco pertenceram à Comissão Organizatória provisória. Cresce o entusiasmo em torno da "Campanha dos 50%". Sexta-feira próxima será realizada uma grande passeata de protesto contra a covarde agressão de sábado passado. Na Câmara Municipal, o vereador Frederico Trotta protesta contra as violências da polícia. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 100, 20 ago. 1935. p. 8, 20. A "Campanha dos 50%" caminha para a vitória. Depois de amanhã, às 15 horas, os estudantes cariocas levarão a efeito a grande passeata de protesto. Na Câmara Municipal, o vereador Frederico Trotta protesta energicamente contra as barbáries do governo Vargas. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 106, 27 ago. 1935. p. 8.

Na preparação da passeata de protesto intensificaram-se as medidas organizativas tomadas pela Comissão Organizatória. Além de continuarem recebendo mais adesões do Rio e de outros Estados e de solicitarem à Casa do Estudante do Brasil que designasse um membro para tomar parte da Comissão, [33] esta dirigiu agradecimentos a parlamentares pelos protestos que fizeram contra a repressão sofrida [34] e dirigiu um manifesto à população carioca pedindo seu apoio à "Campanha dos 50%":

> Ao Povo Carioca
>
> A 'Campanha dos 50%' é a manifestação mais viva, mais entusiasta e combativa de toda a mocidade estudantina que tem aspirações a reivindicar. As aspirações que nós almejamos interessam a todo o povo, pois o povo somos nós, nossos pais, nossos parentes, nossos amigos e todos aqueles que não conseguiram frequentar as escolas. Nossa campanha é, por isso, não só dos estudantes, mas de todo o povo, que quer lutar contra a escravidão do analfabetismo e da ignorância. Eis porque contamos com o apoio decidido de todo o povo, jovem ou adulto. Estudantes superiores e secundários! Povo carioca! Alunos dos tiros de guerra! Todos à passeata de protesto contra as violências da polícia, a ser realizada sexta-feira, dia 23, às 15 horas, partindo do Largo da Carioca.
>
> a) A Comissão Organizadora. [35]

Termos como "povo" e "escravidão do analfabetismo e da ignorância" já chamam a atenção aqui. Em primeiro lugar, porque se afastam do discurso empolado do manifesto de lançamento do movimento, de 3 de

---

33 Fundada em 13/08/1929 por um grupo de estudantes cariocas, a Casa do Estudante do Brasil foi uma instituição de caráter assistencial que sempre girou em torno da "caprichosa" figura de Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça, que se tornou sua presidenta perpétua em 1933. Subvencionada pelo governo de Getulio Vargas, manteve sempre uma relação ambígua com o movimento estudantil. Cf. POERNER, A. *O poder jovem*: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula. 5. ed. Rio de Janeiro: Book Link, 2004. p. 132-134. A "Campanha dos 50%", embora a Casa do Estudante do Brasil tenha sempre cedido sua sede para as reuniões da Comissão Organizadora do movimento, jamais recebeu seu apoio formal, nem ocupou o cargo oferecido pela Comissão Organizadora e tampouco Ana Amélia deu declarações públicas de apoio ao movimento (O martírio de Geny Gleizer comove a todos os corações brasileiros... menos o da sra. Anna Amelia, presidente da "Casa do Estudante", que declarou a *A Manhã* não estar disposta a opinar sobre o caso! A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 125, 18 set. 1935. p. 1 e 7.

34 Os estudantes mineiros aderiram à "campanha dos 50%". A massa estudantil sairá às ruas, depois de amanhã, às 15 horas, para protestar contra as violências da polícia. Uma atitude reacionária do Reitor do Externato S. José. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 101, 21 ago. 1935. p. 8.

35 Intensa e coesa a "Campanha dos 50%". A grande passeata de amanhã empolga os meios estudantis. Crescem os protestos ante as violências da polícia. A MANHÃ. Rio de Janeiro: 22 ago. 1935. p. 8.

agosto, e, por outro lado, parecem indicar que a "Campanha dos 50%" começava a se aproximar do universo semântico, e, claro, político, do jornal *A Manhã*, e, mais que tudo, do movimento da ilegal Aliança Nacional Liberal (ANL).

Além disso, a Comissão Organizadora também divulgou, juntamente com o manifesto ao povo carioca, um conjunto de instruções de trabalho e de propaganda para os estudantes em suas escolas:

> Para melhor ser realizado o trabalho, tanto de propaganda, como de organização, da 'Campanha dos 50%', a Comissão Organizadora lança esta circular, a fim de esclarecer a questão a que nos referimos acima.
>
> 1º - Os estudantes de todas as escolas já aderiram coletiva ou individualmente, moral ou praticamente, à nossa campanha. É necessário reunir os estudantes de cada escola no estabelecimento da mesma e eleger uma Comissão de Escola, para dirigir a campanha na escola. Esta deve ser composta, se for possível, de um representante de cada turma. Cabe a esta comissão ligar-se diariamente à Comissão Geral, independente da ida dos estudantes em massa à sede da Comissão Geral.
>
> 2º - Cabe ainda à Comissão da Escola orientar e facilitar a todos os colegas os meios para se realizar o trabalho de propaganda, não só com instruções como também com dinheiro arrecadado na escola. Este trabalho de propaganda deve ser realizado: a) com pinturas a giz, sobretudo no que se relacionar com a campanha, desde legendas até apelos e convites para assembleias, passeatas, etc.; b) volantes de propaganda e convocações no mesmo estilo da alínea 'a'; c) colagem de volantes em todas as paredes das escolas e muros das escolas e muros de toda a cidade; d) ida periódica aos jornais.
>
> 3º - Cabe à Comissão de Escola orientar e organizar os estudantes para participar nas passeatas, assembleias, manifestações, comissões, etc., a fim de que haja colaboração efetiva de todos os colegas da escola; arranjar o apoio de todos os professores da escola para a campanha.
>
> 4º - Cabe à Comissão de Escola estudar a situação dos colegas, vendo quais as necessidades que têm, a fim delas serem acrescentadas no memorial. Isto porque a situação de escola para escola varia, e precisamos estudar e efetivar esta maneira como melhor resolver as necessidades imediatas de todos os que estudam.

> 5º - Cabe à Comissão de Escola arranjar auxílio financeiro, correndo listas, auxílio de professores, etc., para a 'Campanha dos 50%'.
>
> Cada escola deve ir incorporada às passeatas com cartazes, estandartes, etc.
>
> Ser contra a 'Campanha dos 50%' é ser inimigo do povo e do Brasil!
>
> Tudo pela 'Campanha dos 50%'.
>
> A Comissão Organizadora. [36]

Eram, claramente, resultados dos "conselhos" oferecidos na coluna "Explicando ao Povo", dias antes nas páginas do jornal *A Manhã*. Ao longo da semana novas adesões foram obtidas. Desde o dia 9 de agosto até o dia 23 do mesmo mês, o periódico *A Manhã* havia noticiado a adesão de 30 colégios, faculdades ou entidades estudantis do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais, indicando o crescendo que o movimento vinha adquirindo.

A Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal lançou um comunicado no dia 22 de agosto proibindo a manifestação marcada para o dia seguinte. Alegando coincidência com a data da morte "dos comunistas Sacco e Vanzetti [...] elementos extremistas nesta capital pretendem levar a efeito várias manifestações [...] [e] colocar à sua frente colegiais, a pretexto de que são estes que procuram reclamar a diminuição das taxas [...] – a chamada Campanha dos 50%",[37] e ameaçando, caso a proibição fosse desobedecida, reprimir por meios violentos a passeata prevista.[38] No entanto, a polícia, "admitindo que não seria razoável impedir a livre manifestação do pensamento dos interesses estudantis", resolveu, no dia seguinte, autorizar a manifestação, porém mantendo "intensa fiscalização", pois existiam informações de que "elementos insubordinados" ainda pretendiam "tirar partido" da manifestação.[39]

---

36 A MANHÃ, 22 ago. 1935.

37 Impedida a passeata que os estudantes realizariam amanhã. A polícia toma essa providência para impedir a interferência de elementos subversivos. Uma nota do capitão Miranda Corrêa. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1935. (6ª edição) p. 1.

38 Ameaçada de fuzilamento, a juventude escolar sairá às ruas, na defesa de seus direitos! Será realizada hoje a passeata estudantil! No Largo da Carioca, às 15 horas, terá lugar a concentração. O prefeito permitiu que fossem afixados cartazes de propaganda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 103. 23 ago. 1935. p. 8.

39 Elementos perniciosos tramam tirar partido da passeata dos estudantes. Rigorosas medidas policiais serão postas em prática. DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: 23 ago. 1935. p. 1.

Os estudantes mantiveram a manifestação e, apesar das supostas ressalvas policiais ao seu movimento, foram outra vez reprimidos, sem que sequer a passeata pudesse se iniciar. A concentração dos estudantes foi violentamente dissolvida a tiros e a agressões físicas pela polícia política e, em seguida, a chamada Polícia Especial tomou a praça, "fazendo cessar o tiroteio e as correrias. Também o deputado Octavio da Silveira [membro da ANL], agindo com grande prudência, fez com que os investigadores guardassem as suas armas, o que concorreu sobremaneira para o restabelecimento da calma".[40] Desta vez, as agressões dirigidas pela polícia política contra os estudantes foram descritas como verdadeiras cenas de selvageria, perpetradas com socos, pontapés, gás lacrimogêneo, cassetetes, revólveres, metralhadoras e canos de ferro. Estes canos, informava o diário aliancista, eram envolvidos por jornais: "de longe, a impressão que se tinha era de que os alunos eram espancados com jornais".[41] Outro jornal ainda noticiou a utilização de fios de arames por parte dos policiais para surrar os estudantes. [42]

Uma caravana de estudantes de Direito visitou a redação do jornal *A Manhã* e um deles, o futuro poeta José Guilherme de Araújo Jorge, que meses antes renunciara às suas posições integralistas e aderira publicamente à ANL[43], classificou os acontecimentos como "um espetáculo de cangaço que horrorizaria aos nordestinos" [44], enquanto uma reportagem de jornal preferiu tipificá-los como "scenas de Far-West".[45]

E, mais uma vez, o jornal *A Manhã*, publicou editorial assinado por Pedro Motta Lima, lamentando os acontecimentos e denunciando a violência dos incidentes:

---

40 Chicoteando menores indefesos![...] Violenta selvageria ontem praticada, pela Polícia de Ordem Social, no Largo da Carioca. Cercados por investigadores, os pequenos colegiais foram surrados a fio de arame e dissolvidos à bala![...]. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 24 abr. 1935. p. 7.

41 Caçados à bala, novamente, os estudantes! Barbaramente dissolvida pela Polícia a concentração estudantil no Largo da Carioca. Veementes protestos da mocidade escolar – A repercussão na Câmara dos Deputados - Reunir-se-á hoje a Comissão Organizadora da "Campanha dos 50%". A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 104, 24 ago. 1935. p. 1-7.

42 Chicoteando menores indefesos! Violenta selvageria ontem praticada, pela Polícia de Ordem Social, no Largo da Carioca. Cercados por investigadores, os pequenos colegiais foram surrados a fio de arame e dissolvidos à bala! DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24 abr. 1935. p. 7.

43 A festa estudantil de ontem, na Faculdade de Direito: O acadêmico José Guilherme de Araújo despiu a "camisa verde". A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 50, 22 jun. 1935. p. 7.

44 Caçados à bala, novamente, os estudantes! Barbaramente dissolvida pela Polícia a concentração estudantil no Largo da Carioca. Veementes protestos da mocidade escolar – A repercussão na Câmara dos Deputados - Reunir-se-á hoje a Comissão Organizadora da "Campanha dos 50%". A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 104, 24 ago. 1935. p. 7.

45 Os violentos tiroteios de ontem no Largo da Carioca. Uma passeata de estudantes que não se realizou – A Polícia espancou a "casse-têke" acadêmicos e populares. DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro: 24 ago. 1935. p. 3.

> Em meio a todos os embaraços do presente, a mocidade estudiosa precisa e tem de encontrar uma saída. [...] Acutilando-a, ferindo-a, espingardeando-a, o governo do Sr. Getúlio Vargas desafia o instinto de defesa paterna que não morreu no coração dos brasileiros. E a luta dos jovens será a luta de toda uma população mobilizada contra a insolência inominável dos que, não satisfeitos de explorá-la e oprimi-la, ainda lhe batem nos filhos.[46]

Além da alegação dada pela polícia de que a manifestação acobertaria uma manifestação comunista, logo após a manifestação parte da imprensa buscou acobertar a ação repressiva. Foi o caso do conglomerado dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que minimizou os confrontos e os apresentou como resultado, de um lado, de retaliação por um suposto assalto a um carro de frutas cometido por estudantes do qual teriam saído feridos um estudante e dois investigadores,[47] e, de outro, de que o conflito resultara de um embate que teria se iniciado na chamada "Bolsa das Figurinhas" do Largo da Carioca.[48] Segundo a reportagem, teria havido inicialmente um pequeno conflito envolvendo frequentadores da "bolsa" que cresceu, mas sem maiores consequências, "apenas alguns arranhões, sem importância, e uma ou outra contusão, natural no caso". Em seguida, a versão do jornal sobre os acontecimentos assim se concluiu:

> Elementos suspeitos aproveitaram a ocasião para tirar partido, e açularam a reação contra as determinações da polícia que, não conseguindo fazer acatar as suas ordens, teve que pôr em prática meios mais enérgicos, pondo em função, depois de disparar alguns tiros para o ar, os seus 'casse-tétes'. E foi tudo que houve, ontem, no Largo da Carioca.

Em que pesem as versões conflitantes, a do conglomerado de Assis Chateaubriand visivelmente tinha a preocupação de encobrir as ações policiais que repercutiram negativamente na opinião pública. Todavia, essa narrativa jornalística, e mesmo os seus registros fotográficos dos feridos,

---

46 LIMA, P. M. Espancam nossos filhos! *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 104, 24 ago. 1935. p. 3.

47 O Largo da Carioca em polvorosa. Conflito entre estudantes e policiais – dois feridos – Intervenção de um deputado. JORNAL. Rio de Janeiro: 24 ago. 1935. p. 14.

48 Esta "Bolsa" era um conhecido local em que se "vendem, compram, trocam figurinhas para a confecção de álbuns fornecidos por várias fábricas de balas, que descobriram uma maneira inteligente de forçar a venda de seus produtos". Cf. A "Bolsa" das Figurinhas foi a causa imediata dos acontecimentos de ontem no Largo da Carioca. No meio da confusão indivíduos maldosos causaram prejuízos a vários estabelecimentos comerciais, que foram forçados a fechar as suas portas. DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: 24 ago. 1935. p. 8.

não conseguiram elidir o fato de que o rol dos feridos apenas incluía estudantes, não trazendo sequer ocasionais danos a circunstantes aos episódios. A esse respeito à Comissão Organizadora da "Campanha dos 50%" fez questão de enfatizar, no comunicado distribuído à imprensa logo após os incidentes, a violência seletiva da repressão.

> Nada justifica esse ato, nem mesmo o ridículo pretexto de intromissão de 'extremistas e agitadores'. Porque é bem fácil distinguir um garoto fardado ou um jovem acadêmico de 'conhecidos agitadores'. Entretanto, os espancamentos eram de preferência aos reconhecíveis, sobretudo pela farda que trajavam.[49]

A pronta resposta da Comissão Organizadora, que recebeu diversas mensagens de solidariedade, e enviou outras mensagens de protesto às autoridades, foi a marcação de uma nova passeata para o dia 29 de agosto, verificando "se nessa data não haveria alguma manifestação revolucionária, 'para evitar a infiltração de elementos subversivos'", bem como prosseguir na discussão do memorial a ser enviado à Câmara dos Deputados. Além disso, a Comissão Organizadora prosseguiu em seu processo organizativo e estabeleceu a criação de três comissões especializadas, Publicidade, Propaganda e Finanças,[50] e detectou um desequilíbrio na presença de suas manifestações. Constatando uma maior frequência de estudantes secundaristas, a Comissão Organizadora lançou um apelo no sentido de que os estudantes universitários passassem a ter uma postura mais ativa na "Campanha dos 50%": "Os acadêmicos deverão provar, na passeata de quinta-feira, que não são oportunistas e estão dispostos a lutar pela vitória da nossa causa".[51]

---

49 Os violentos tiroteios de ontem no Largo da Carioca. Uma passeata de estudantes que não se realizou. A POLÍCIA espancou a "casse-tête" acadêmicos e populares. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1935. p. 3.

50 Tais comissões tiveram a seguinte composição: *Comissão de Publicidade* – Sérgio Vasconcellos, Ery Presser Bello, Antônio Pinho, Waldir Montenegro, Sylvio Menacuci, Hélio Walcacer, José Villela, Carlos Abrahão, Ulman Manoel Chagas; *Comissão de Propaganda* – [José Guilherme de] Araújo Jorge, Voltaire Bernardes, Severiano Silva, José Teixeira, Antônio Delamare, Luís Guimarães, Péricles Osório, Maurício Valente, Otto Marques, João Martins Ribeiro; *Comissão de Finanças* – Benedicto Bonfim, Ítalo Arruda, Saul Schemberg, Bartholomeu Fernandes, Armando Edgard Pacheco, Hélio Brum. Prossegue, ativamente, a "Campanha dos 50%". Quinta-feira próxima, às 15 horas, será realizada a grande passeata de protesto da mocidade escolar. Avolumam-se protestos contra a brutal agressão do governo Vargas. "*A Manhã*" abre, com 100$000, uma lista de subscrição para auxiliar o movimento. A A MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 105, 25 ago. 1935. p. 7.

51 Os estudantes paraenses e pernambucanos apoiam a campanha dos 50%. A concentração para a grande passeata de amanhã terá lugar na Praça Mauá, às 15 horas – Aumentam os protestos contra as violências da polícia e as adesões ao movimento estudantil. A MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 107, 28 ago. 1935. p. 8.

INFLEXÃO À ESQUERDA

Sem dúvida os violentos episódios de 23 de agosto de 1935 no Largo da Carioca foram um ponto de inflexão na "Campanha dos 50%". De um lado, porque a desproporção entre a violência empregada, as fracassadas tentativas de vincular os estudantes com "extremistas", ou seja, os aliancistas ou os comunistas, através de acusações lançadas pela Polícia Política, as reivindicações dos estudantes e a sua postura de prosseguir com a sua campanha carreou para o movimento a simpatia da opinião pública. Testemunham isso os editoriais de jornais, que repudiaram vivamente a ação da polícia. [52].

De outro lado, o movimento sofreu uma grande politização daí em diante, sem, no entanto, perder o foco nas suas reivindicações centrais. O jornal *A Manhã*, em sua seção "Explicando ao Povo", começou a chamar a atenção para o elemento politizador das reivindicações dos estudantes na "Campanha dos 50%". Para o diário aliancista ele se encontrava principalmente na reivindicação de redução do preço das passagens de bondes e ônibus, já que estes serviços eram concedidos, no Distrito Federal e em várias outras cidades brasileiras, à empresa canadense Light & Power ou às suas subsidiárias locais. Isto punha no centro das discussões a questão dos interesses das empresas estrangeiras no Brasil sob a chave do imperialismo e de como os representantes locais de seus interesses sempre caracterizavam os que os combatiam como "extremistas", fato que se repetiu com os jovens estudantes.[53] Ao mesmo tempo, a simpatia granjeada pelo movimento dos estudantes na opinião pública punha os seus oponentes em uma difícil posição, pois não podiam abertamente se declarar contrários ao movimento. Na mesma seção, dias depois, o jornal *A Manhã* assim explicitou a alegada posição de "neutralidade" frente à "Campanha dos 50%" manifestada pelo *O Jornal*, principal órgão dos conglomerados dos Diários Associados:

> É mentira! Chateaubriand não está neutro nesta campanha: está ao lado da Light, de cujas migalhas vive sabujamente; está ao lado da polícia; está ao lado do governo; está ao lado dos cruéis fuziladores de crianças inermes. Quando se trata de defender os interesses da Itabira Iron ou os da própria Light, como ainda recentemente no caso da construção da usina elétrica para a Central do Brasil,

52 A polícia e a ordem. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1935. p. 2.; Os excessos da polícia. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 6, 30 ago. 1935.

53 Explicando ao Povo: a reação é contra todos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 106, 27 ago. 1935. p. 3 e 7.

> Chateaubriand não se declara neutro, mas toma abertamente o partido das negociatas dessas grandes empresas.[54]

A passeata realizada no dia 29 de agosto reforçou ainda mais a conexão da opinião pública com o movimento dos estudantes. Refreada pela indisposição criada na sociedade contra sua violência, a polícia, e particularmente a Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal, teve apenas de observar a passeata realizada com o propósito de protestar contra as violências cometidas anteriormente contra os estudantes e, claro, divulgar as suas reivindicações. A passeata se desenrolou praticamente sem nenhum incidente, com cordões de isolamento organizados pelos estudantes, e foi entusiasticamente ovacionada pelos espectadores. A passeata, saindo da Praça Mauá, desfilou pela principal avenida do centro da Capital, a Rio Branco – via a qual, nas duas manifestações anteriores, havia sido interditada aos estudantes –, passando pela Câmara dos Deputados e pela Câmara Municipal, onde foi saudada pelos parlamentares de ambas as casas legislativas.[55] Um dos participantes, militante comunista, retratou o clima imperante: “Participo intensamente da luta pelo abatimento nas diversões e transporte. Cinquenta por cento era o lema. Passeata em cima de passeata. Os da frente gritavam: ‘O que nós queremos?’ E todos respondiam ‘Cinquenta por cento!’”.[56] Pedro Motta Lima, em editorial no diário aliancista, ao comentar a repercussão da passeata, sarcasticamente, chamou a atenção para a ausência de tumultos quando os policiais da Ordem Social não empregaram seus usuais métodos de ação:

> Vimos todos que os pequenos ‘facínoras’, impedidos antes de agir pelos arcanjos da Ordem Social, não bateram em ninguém, não perturbaram a vida urbana, não cometeram nenhum crime de

---

54 Explicando ao Povo: a “neutralidade” na campanha dos 50%. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1935. p. 3.

55 A massa estudantil empolgou toda a cidade! Constituiu verdadeiro sucesso a grande passeata de propaganda da “Campanha dos 50%”. Representantes das câmaras Federal e Municipal saúdam os jovens e protestam contra as violências da polícia. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 109, 30 ago. 1935. p. 1 e 7. A passeata dos estudantes. Falou das escadas da Câmara, o deputado Lusardo. CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: 30 ago. 1935. p. 3. Os estudantes realizam uma nova passeata. Visita às câmaras Federal e Municipal – Começo de tumulto na Praça Tiradentes, sem maiores consequências. DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: 30 ago. 1935. p. 3. A campanha de 50%. Os estudantes realizaram, ontem, nova passeata – Visitas às Câmaras dos Deputados e Municipal. O JORNAL. Rio de Janeiro: 30 ago. 1935. p. 3. Os estudantes novamente perseguidos pela polícia. Dissolvida por guardas civis, na Praça Tiradentes, a passeata de ginasianos. Os estudantes empreenderam a grande passeata. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 30 ago. 1935. p. 7. A passeata estudantina de ontem. Prossegue, intensa, a campanha dos 50 por cento – A atitude da polícia e o cano de borracha em ação. DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro: 30 ago. 1935. p. 7.

56 SANT’ANNA, 2011, p. 101.

> morte, limitando-se ao uso do direito de manifestação que a lei assegura. E nada de reprovável tivemos a assinalar, precisamente porque não fizeram sentir sua presença os profissionais da desordem, os contumazes desrespeitadores da Constituição, os ferozes inimigos do povo.
>
> A demonstração dos estudantes vale como um exemplo. Não somos um povo incapaz de entrar no gozo das liberdades elementares, como entendem os instrumentos de exploradores estrangeiros. Saiam as massas populares à rua, com os movimentos livres, e nada de anormal se verificará. A desordem – essa a verdade – sempre é provocada pelos nossos algozes, quando atentam contra os princípios democráticos e dão azo à sua sanha liberticida.[57]

A partir de então a "Campanha dos 50%", não apenas nas adesões – que, entre 24 de agosto e 4 de setembro, recebeu o apoio de mais 24 colégios, faculdades ou entidades estudantis do Rio de Janeiro, do Distrito Federal, de São Paulo, Pernambuco, Pará, Ceará, Bahia, Espírito Santo e de Minas Gerais, totalizando então 54 apoios em nove estados e no Distrito Federal –, mas nas mobilizações, tomava caráter eminentemente nacional. Além disso, a Comissão de Organização da "Campanha dos 50%" do Distrito Federal, à medida que eram criadas outras comissões pelo país, passou a enviar seus membros para participar de atividades, apoiar mobilizações e, evidentemente, transmitir-lhes a experiência carioca.

Tais mobilizações começaram a trazer resultados e também serviram para aprofundar e radicalizar as reivindicações. Por vezes, este processo também tomou o rumo do confronto com a variante brasileira das organizações fascistas, a Ação Integralista Brasileira, como em um episódio ocorrido em Salvador, na Bahia. Os estudantes baianos haviam conquistado, no início de outubro de 1935, em todos os cinemas da capital baiana, o abatimento de 50% no preço das entradas, exceto no Cinema Liceu, de propriedade de um militante integralista, que se recusou a conceder a meia entrada. Em represália, um grupo de estudantes entrou durante uma sessão e soltou ampolas de ácido sulfúrico no interior da sala de projeção, e pouco tempo depois um grupo de estudantes invadiu o cinema dando gritos de "abaixo o integralismo" e contra o proprietário e depredou a sala, o que gerou um conflito com a polícia. A Comissão Organizadora local distribuiu um comunicado após o episódio informando que, caso o

57 LIMA, P. M. Eis o "extremismo". *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 109, 30 ago. 1935. p. 3.

abatimento não fosse concedido, outras "visitas cordiais" seriam feitas, e sempre aos domingos, dia de maior frequência naquele cinema.[58]

No Pará, o governo anunciou a concessão do abatimento de 50% nos transportes terrestres e marítimos aos estudantes na capital do estado, no dia 22 de outubro, exceto naqueles oferecidos pela concessionária inglesa Pará Electric, o que levou os estudantes às ruas no início de novembro, quando também já haviam conquistado o desconto de 50% em boa parte das casas de diversões de Belém.[59]

Além disso, a "Campanha dos 50%" passou a receber, além da solidariedade oriunda do seu próprio meio, o apoio procedente de outras instituições, em boa parte as do movimento sindical: a ANL, os jornaleiros, os marceneiros, os trabalhadores da Light, a Ação Reivindicadora do Centro dos Operários e Empregados da Light, a Confederação Sindical Unitária do Brasil, o Sindicato dos Operários em Construção Civil de Niterói, a União dos Contra Mestres, Marinheiros e Moços da Marinha Mercante, os bancários, a Federação dos Marítimos e o jornal *A Manhã*, sendo que os três últimos contribuíram financeiramente com o movimento dos estudantes.

Ao mesmo tempo, a Comissão de Organização da "Campanha dos 50%" prosseguiu em suas tarefas organizativas, passando a se reunir doravante quase que diariamente na Casa do Estudante do Brasil. Naquele final de agosto de 1935 a Comissão atuou com vistas à elaboração dos memoriais a serem encaminhados à Câmara dos Deputados. Para tanto constituiu as comissões de transporte e diversões e a de taxas e livros, com o objetivo de que a primeira concluísse seus trabalhos até o dia 14 de setembro, data em que marcou uma nova passeata para a entrega do documento.[60] A comissão de taxas e livros, por sua vez, tomou a iniciativa de encaminhar às escolas um questionário [61] para subsidiar a redação referente à parte das taxas.

58 50% de abatimento para os estudantes! Os jovens baianos depredaram um cinema integralista, o único que não quis conceder abatimento. A Comissão Organizadora vai enviar um memorial à Light. A A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 145, 11 out. 1935. p. 2.

59 50% de abatimento para os estudantes! Hoje, às 12 horas, será realizada uma passeata, para entrega de um memorial à Light. O governo paraense concedeu o abatimento pleiteado pela mocidade escolar. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 157, 23 out. 1935. p. 7. Os estudantes do Pará na campanha nacional dos 50%! Belém inundada de prospectos, com os muros, as calçadas e os bondes gizados. Grande comício público na Praça do Relógio. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 167, 2 nov. 1935 (2ª edição). p. 3.

60 *A Comissão de Transporte e Diversões* era integrada por João Calmon, Almir Neves, Raul Lins e Silva Filho, Otto Marques e Pereilles Moreira Rocha. *A Comissão de Taxas e Livros* era integrada por Érico Neves, Benedicto Bonfim, José Bonifácio Schmidt, Theomar Jones, Samuel Schilkman, Luiz L. Neivas, Francisco Ferreira e Rubens Saldanha. A "Campanha dos 50 por cento". O resultado da reunião, na "Casa do Estudante". DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: 2 set. 1935. p. 2.

61 O questionário tinha o seguinte conteúdo: "a) Qual a taxa de inscrição de exame?; b) Qual a taxa de matrícula?; c) Quanto para cada aluno por ano ou por mês, com exclusão das taxas?; d) Se há mais alguma taxa, qual é e de quanto?; e) Há limitações de vagas? Qual esse limite? (para as escolas públicas

Em cada uma das cidades onde ocorriam as adesões reproduziam-se os mecanismos de organização ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, com a constituição de comissões temáticas e comissões nas escolas e a realização de passeatas. [62]Além disso, valiam-se de eventos, como as comemorações nacionais do dia da Independência, em 7 de Setembro, para divulgar o movimento, quando tomaram parte do desfile empunhando cartazes e distintivos com a legenda "Tudo pelos 50%",[63] ocasião em que se realizaram pequenos comícios para divulgar uma nova passeata que havia sido convocada nacionalmente para o dia 14 de setembro, para a entrega dos memoriais de transportes e diversões às Câmaras Federal e Municipal. Também começaram a ter destaque as manifestações de apoio à "Campanha dos 50%" realizadas pelas alunas normalistas do Instituto de Educação e pelas alunas do Colégio Pedro II e das escolas Amaro Cavalcanti e Paulo de Frontin.[64] Também se promoviam atividades de arrecadação de fundos como piqueniques, com realização de práticas esportivas e animação de *jazz band* e da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira.[65] Nesse processo de mobilização também apareciam nas páginas de *A Manhã* várias denúncias sobre diretores de escolas que tentavam boicotar o movimento.

As edições de *A Manhã*, no período que se seguiu à manifestação carioca de 23 de agosto até o final de sua publicação, noticiaram a realização de outras 15 manifestações realizadas pelo país afora, exceto no Distrito

---

em geral); f) Mencione e explique outras necessidades de sua escola que estejam prejudicando o desenvolvimento do ensino; g) Quais as medidas que propõem para serem apresentadas no memorial?". A "Campanha dos 50 por cento". O resultado da reunião, na "Casa do Estudante". DIÁRIO DA NOITE, 2 set. 1935, p. 2.

62 A "Campanha dos 50%" assume as proporções de movimento nacional. Fala a "A Manhã" uma comissão de acadêmicos pernambucanos. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 113, 4 set. 1935. p. 8. Os estudantes de Niterói e a "Campanha dos 50%". Importante assembleia na sede do Grêmio Luso-Brasileiro – No dia 12 do corrente será realizada uma grande passeata. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 114, 5 set. 1935. p. 2.

63 50% de abatimento para os estudantes! A MANHÃ, Rio de Janeiro: n. 116, 7 set. 1935 p. 3; 50% de abatimento para os estudantes. Na parada de ontem, na Esplanada do Castello, os colegiais ostentavam o emblema do movimento estudantil. Sábado próximo será realizado nesta capital mais uma passeata da mocidade estudiosa. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 117, 8 set. 1935. p. 8.

64 50% de abatimento para os estudantes! As normalistas tomarão parte na grande passeata do próximo dia 14. Em Cachoeiro de Itapemirim, teve lugar, sábado último, uma grande manifestação estudantil. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 118, 10 set. 1935. p. 7; 50% de abatimento para os estudantes! "Todos os cinemas podem conceder o abatimento pleiteado", afirma o proprietário do Cine Metrópole. Na Praça Mauá será realizada, às 14 horas, a concentração para a grande passeata de sábado vindouro. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 119, 11 set. 1935. p. 8. 50% de abatimento para os estudantes! Na Praça Mauá, às 14 horas, será feita, hoje a concentração para a grande manifestação da mocidade escolar. Vários professores da Universidade apoiam o movimento estudantil. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 122, 14 set. 1935. p. 2.

65 50% de abatimentos para os estudantes! Fala a "A Manhã", sobre o movimento estudantil, uma embaixada de jovens pernambucanos. A Comissão Organizadora vai realizar um "pic-nic", no dia 6 de outubro, na ilha de Paquetá. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 126, 19 set. 1935. p. 8; 50% de abatimento para os estudantes. Será realizado, hoje, na ilha de Paquetá, o anunciado pic-nic da mocidade carioca. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 141, 6 out. 1935, p. 7.

Federal, ocorridas em dez estados do Brasil: São Paulo (SP) – edição de 04/09/1935; Juiz de Fora (MG) – edições de 04/09 e 01/10/1935; Cachoeiro de Itapemirim (ES) – edições de 06 e 10/09/1935; Niterói (RJ) – edições de 12/09 e 18/10/1935; Belo Horizonte (MG) – 14/09/1935 ; Fortaleza (CE) – 17/09/1935; Salvador (BA) – edições de 19/09 e 11/10/1935; Porto Alegre – 13/10/1935; São Luís (MA) – 19/10/1935 ; Belém (PA) – 02/11/1935 ; e Curitiba (PR) – 14/11/1935. Com exceção das acontecidas em Belo Horizonte e em Fortaleza [66], as demais foram realizadas sem incidentes com a polícia, números esses que indicavam ao mesmo tempo a simpatia com que o movimento era visto pela população de modo geral e o receio e o cuidado que a repressão passou a ter em relação à "Campanha dos 50%".

No Distrito Federal, nas cotidianas reuniões na Casa do Estudante do Brasil, além de suas atividades organizativas, a Comissão Organizadora passou a investir na tática de atuar pontualmente, por meio de cartas aos proprietários de teatros, cinemas, clubes, etc., e também ao prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, solicitando os "50% de abatimento". As cartas eram entregues por grupos de estudantes, deixando de lado as grandes manifestações de rua, que dali por diante foram empregadas em raras ocasiões, ao contrário do que ocorrera no início do movimento. Os resultados desse novo tipo de mobilização começaram a chegar. No dia 11 de setembro, o proprietário de um cinema da cidade do Rio de Janeiro teve publicadas declarações no diário aliancista informando ter concedido os 50% aos estudantes. Depois de afirmar que a campanha era uma reivindicação justa dos estudantes, acrescentou ser perfeitamente possível conceder o abatimento reivindicado a qualquer hora e dia, observando ainda: "se os pequenos proprietários podem fazer essa concessão obtendo lucros compensadores, é evidente que as grandes empresas terão maiores possibilidades de atender a tão justo pedido".[67] Cerca de um mês depois, o

---

66 Atacados a tiros os estudantes de Belo Horizonte. Fechada, por três dias, em sinal de protesto, a Faculdade de Direito. Cenas selvagens da Polícia-Política do Sr. Benedito Valladares. A MANHÃ, Rio de Janeiro: n. 122, 14 set. 1935, p. 8; Violento conflito em Belo Horizonte. Dissolvido à força pela Polícia um comício de estudantes pela Campanha dos 50 por cento – Espancado o acadêmico Lourival Vianna. DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 14 set. 1935. p. 1 e 8; Os estudantes mineiros colhidos numa emboscada policial! O assalto à Faculdade de Direito de Belo Horizonte foi premeditado. A indignação e a revolta causadas pelas selvagerias policiais de anteontem, na capital mineira. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 123, 15 set. 1935, p. 3; A invasão a mão armada da Faculdade de Direito de Minas. Os valentes estudantes das Alterosas não recuam diante dos arreganhos da polícia-política... beneditina. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 124, 17 set. 1935, p. 8; 50% de abatimento para os estudantes! Os estudantes de Fortaleza e Rezende apoiam o movimento estudantil. Sob os protestos enérgicos da população local, a polícia cearense cometeu toda sorte de violências contra os jovens, durante um comício de propaganda da "Campanha dos 50%". A MANHÃ, Rio de Janeiro: n. 124, 17 set. 1935, p. 7.

67 50% de abatimento para os estudantes! "Todos os cinemas podem conceder o abatimento pleiteado", afirma o proprietário do Cine Metrópole. Na Praça Mauá será realizada, às 14 horas, a concentração

jornal *A Manhã* já informava que muitos cinemas da Capital haviam concedido aos estudantes 50% de abatimento em suas entradas. [68]

Do mesmo modo, isto ocorreu com outras casas de espetáculo do Distrito Federal, como a Casa do Caboclo e iniciativas assemelhadas foram feitas em relação a outros teatros, como o Teatro Recreio, o Rival Teatro, grupos teatrais, como o Teatro Escola, bem como houve receptividade à campanha por parte de personalidades do meio artístico, como a declamadora Graziela Cabral, o compositor e humorista Lamartine Babo, nos espetáculos ao vivo das rádios, como a Farroupilha, ou até em tradicionais cafés, como o Colombo.[69]

No memorial entregue às Câmaras Federal e Municipal por ocasião da passeata do dia 14 de setembro de 1935, relativo às reivindicações dos estudantes no campo dos transportes e das diversões vemos manifesta com clareza a clivagem à esquerda que a "Campanha dos 50%" tomou. Novamente, como no dia 29 de agosto, a passeata realizada ocorreu sem grandes incidentes, recebendo, novamente, enorme apoio popular. [70] Em seu memorial, os estudantes afirmavam que as suas reivindicações representavam uma aspiração popular, pois serviriam para colocar o ensino ao alcance de todos, extinguindo a seleção econômica que significava o conjunto de objetos que era alvo da "Campanha dos 50%": transporte, diversões, taxas, livros e os dois cursos complementares.[71] Naquela ocasião

---

para a grande passeata de sábado vindouro. MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 119, 11 set. 1935. p. 8.

68 A "Light" contra os estudantes! Ou a empresa canadense cede, ou os rapazes lhe aplicarão as "sanções" que ela mercê! A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 145, 11 out. 1935. p. 8.

69 50% de abatimento para os estudantes! Os jovens gaúchos realizaram uma grande passeata de propaganda do movimento estudantil. A Casa do Caboclo resolveu conceder o abatimento pleiteado pela mocidade escolar. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 147, 13 out. 1935. p. 2.; 50% de abatimento para os estudantes! A mocidade alagoana vai realizar uma passeata de propaganda do movimento estudantil. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 152, 18 out. 1935, n. 152, p. 6; 50% de abatimento para os estudantes. No Rio Grande do Sul, a "Campanha dos 50%" recebe novas e valiosas adesões. A A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 161, 27 out. 1935. p. 3.

70 Os estudantes em luta por seus direitos! "Nós queremos 50!" "Nós queremos Geny Gleizer!" Foram os brados que empolgaram a mocidade estudantil, na grande passeata de ontem, através da cidade – Entregue à Câmara Federal o memorial relativo a transportes e diversões. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 123, 15 set. 1935. p. 1. Na verdade, o memorial, no dia 14 de setembro, foi entregue apenas à Câmara Federal, pois a Câmara dos Vereadores não funcionava naquele dia, um sábado, e somente o recebeu no dia 17.

71 Este último item foi incluído a partir de uma reivindicação suscitada pelo estudante Álvaro Gonçalves, do Colégio Freycinet, e apresentada à Comissão Organizadora, em que se demandava a revogação de uma lei que obrigava os alunos a cursarem mais dois anos antes de serem transferidos para a escola superior cujo curso o aluno pretendia seguir, conhecido como lei dos sete anos. No entanto, esta reivindicação foi rapidamente posta de lado, por ter sido revogada pouco tempo depois. O fim dos dois anos a mais, apesar de caracterizado como uma vitória dos estudantes, foi discretamente anunciado ao final de uma das matérias diárias dedicadas à "Campanha dos 50%". O estudante Álvaro Gonçalves apresenta sugestões à Comissão Organizadora. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 112, 3 set. 1935. p. 6; sobre o fim dessa reivindicação: 50% de abatimento para os estudantes! Os jovens baianos depredaram um

apenas os dois primeiros itens foram tratados por parte dos estudantes no memorial apresentado aos parlamentares, com o objetivo de que fossem transformados em lei. Nele, ao contrário do que ocorrera no manifesto de lançamento da "Campanha dos 50%" de 3 de agosto – as razões apresentadas eram puramente de ordem material: "Precisamos pagar a metade porque não podemos pagar integralmente" – as justificativas agora possuíam, do lado dos espetáculos, motivações culturais e, do lado do transporte, razões políticas e econômicas:

> Um dos fatores que mais concorrem para o alarmante coeficiente de analfabetos, no Brasil, é indiscutivelmente a dificuldade de transportes e o preço exorbitante das passagens. Em vários países e mesmo em algumas unidades da nossa Federação os estudantes gozam esse abatimento, evidentemente justíssimo.
> E, realmente, não se compreende que um jovem brasileiro, faminto de saber, não possa estudar, devido ao elevado preço dos transportes, que, na sua maioria, está nas mãos de poderosas companhias estrangeiras.
> Pleiteando esse abatimento, nós defendemos os interesses do povo e do Brasil. Portanto, combater a 'Campanha dos 50%' é ser contra os estudantes, o povo e o Brasil, e é estar ao lado de empresas estrangeiras que têm lucros fabulosos!.[72]

Aqui estavam manifestas claramente, mesmo ausente o termo imperialismo, as mesmas preocupações dos militantes aliancistas e, por extensão, comunistas em seus documentos publicados naquele ano de 1935.[73] A "Campanha dos 50%" tomara sem dúvida a via da esquerda. Neste sentido também já era então perceptível a presença, embora não ostentando a condição de aliancistas – e, claro, muito menos a de comunistas –, de jovens militantes comunistas em várias das comissões que se formavam ao sabor dos eventos que eram realizados, como Raul Lins e Silva Filho, Rubens Britto, Irun Sant'Anna, Milton Lobato e Hélio Walcacer.[74]

---

cinema integralista, o único que não quis conceder abatimento. A Comissão Organizadora vai enviar um memorial à Light. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 145, 11 out. 1935. p. 2.

72 A "Campanha dos 50%" levada à Câmara. O memorial dos estudantes, entregue à minoria parlamentar. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 124, 17 set. 1935. p. 2.

73 VIANNA, M. (Org.). *Pão, terra e liberdade*: memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Ed.Universidade Federal de São Carlos, 1995, *passim*.

74 SANT'ANNA, 2011, p. 54-63. A única exceção neste grupo era Hélio Walcacer, estudante de Direito, o qual era identificado como representante do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Juvenil na Comissão de Organização da "Campanha dos 50%". 50% de abatimento para os estudantes! O Diretório Central dos Estudantes deverá apoiar hoje o movimento estudantil. A Comissão Organizadora vai enviar mensagem à mocidade gaúcha. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 130, 24 set. 1935 p. 7.

Sintomaticamente, logo após a publicação deste primeiro memorial, *A Manhã* iniciou a publicação de textos em que estabelecia os vínculos entre os interesses econômicos de empresas com as reivindicações dos estudantes. No caso, os principais alvos eram a canadense Light & Power, que detinha o monopólio do transporte público em muitas cidades brasileiras, e a Klabin & Irmãos, associada a interesses norte-americanos, e a Companhia Melhoramentos de São Paulo, sendo esta associada a interesses alemães, ambas fabricantes de papel para livros.[75] Além disso, o diário aliancista começou a publicar "boxes" nas primeiras e nas últimas páginas de suas edições – as de maior destaque na exposição das bancas de jornal – em que sintetizavam com frases curtas os argumentos utilizados para mostrar como a Light & Power, a Klabin e a Melhoramentos estavam contra os estudantes e se recusavam a conceder as reduções por eles reivindicadas.[76]

Logo em seguida, em um jogo de mútua influência, em reunião realizada no dia 10 de outubro, a Comissão Organizadora da "Campanha dos 50%" decidiu a elaboração e a entrega de um memorial à Light & Power reivindicando a redução do preço das passagens do transporte para os estudantes.[77] Para tanto, a Comissão Organizadora convocou uma passeata para a entrega do memorial à Light para o dia 23 de outubro, no centro da cidade, em seu escritório. O presidente e os diretores se recusaram a receber a comissão de estudantes, a qual entregou o documento a um preposto da companhia canadense. Nele, pleiteavam o desconto de 50% para todos os estudantes nos transportes da Light a qualquer hora e em todos os dias, pois afirmavam ser necessário o desconto em razão das dificuldades econômicas dos estudantes, bem como pelo fato de o preço dos transportes estorvar àqueles estudantes que tinham de fazer muitos deslocamentos, e que tal desconto em nada prejudicaria a Light, pois já o concedera, diretamente ou através de suas subsidiárias, em cidades como Santos, Vitória, Belém e outras.[78]

---

75 Porque os estudantes não tiveram ainda os 50% nas passagens de bondes e nos preços dos livros. Mac Crimon, da "Light", e Wolf, da "Klabin" – dois ricaços estrangeiros opõem-se à justa reivindicação pleiteada pelos nossos jovens alunos. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 134, 28 set. 1935. p. 1-7.

76 Eles podem ser vistos nas edições de 29 de setembro, 1º de outubro, 3 de outubro, 4 de outubro, 6 de outubro e de 9 a 13 de outubro de 1935.

77 50% de abatimento para os estudantes! Os jovens baianos depredaram um cinema integralista, o único que não quis conceder abatimento. A Comissão Organizadora vai enviar um memorial à Light. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 145, 11 out. 1935. p. 2.

78 Os estudantes lutam pela Campanha dos 50%! Entregue, ontem, um memorial à Light – Os diretores da poderosa empresa imperialista não quiseram receber pessoalmente os estudantes! – Uma insolência que deve ser repelida – Não foi permitido à imprensa colher flagrante fotográfico no ato de entrega do memorial. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 158, 24 out. 1935. p. 5.

Embora, nas páginas do periódico *A Manhã* tenham sido publicadas algumas respostas dadas ao questionário sobre taxas enviado às escolas[79], o segundo memorial, de taxas e livros, em razão de sua maior complexidade, tomou maior tempo de elaboração, o que fez com ele fosse concluído quando os estudantes já estavam prestes a encerrar o ano letivo e entrar em férias, no início de novembro. Por conta disso, o memorial acabou sendo entregue, depois de um adiamento, em 4 de novembro de 1935, por uma comissão de estudantes à Câmara Federal[80], ao contrário do que ocorrera com a entrega do memorial de transportes e de diversões, quando se fizera acompanhar de um enorme cortejo.

De certo modo, até para abrandar este anticlímax causado pelas férias escolares, o texto do memorial de taxas e livros foi publicado com alguns dias de antecedência. A sua pauta, ao contrário do primeiro memorial, era muito mais extensa e, mesmo olhando-o do século XXI, continha muitos pontos que levaram décadas para serem conquistados e conserva outros ainda inesgotáveis e atuais:

> Reduzindo em 50% os preços das taxas nos cursos secundários e superiores; tornando gratuito o ensino primário [e profissional] e facilitando-os com o auxílio de livros, roupas e calçados para os alunos pobres; suprimindo os impostos sobre o papel destinado à fabricação de livros; mantendo rigorosa fiscalização para evitar exploração de Editores, nos preços dos livros; e dando direito aos estudantes para exigir que se cumpram as leis de ensino.

Para a consecução de tais metas, o memorial detalhava, entre outras, as principais exigências dos estudantes: 10% do orçamento federal para o ensino; redução de 50% nas taxas de matrícula e frequência cobradas nas escolas superiores e secundárias oficiais;[81] que não haja limitação de vagas nas escolas oficiais; criação de universidades nos estados onde houvesse aos menos três escolas superiores; criação de bibliotecas especializadas

79 50% de abatimento para os estudantes! O D. A. da Escola Nacional de Veterinária responde aos quesitos formulados pela Comissão Organizadora – Na redação de "A Manhã" podem ser encontrados os convites para o "pic-nic" do dia 6 de outubro, em Paquetá. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 132, 26 set. 1935. p. 8; 50% de abatimento para os estudantes! A mocidade paranaense também está lutando pela vitória do movimento estudantil. Os alunos do Instituto La Fayette respondem aos quesitos formulados pela Comissão Organizadora. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 142, 28 set. 1935. p. 2.

80 50% de abatimento para os estudantes! O memorial referente a taxas e livros escolares será entregue, amanhã, às 14 horas, à Câmara Federal. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 168, 3 nov. 1935. p. 2.

81 A esse respeito o então estudante de Medicina Irun Sant'Anna afirma em suas memórias: "naqueles tempos não havia Universidades e as taxas oficiais eram mais caras que as das faculdades particulares". SANT'ANNA, 2011, p. 57.

em todas as escolas; criação de conselhos paritários, nos ginásios e nas escolas superiores, de alunos e professores. Ao final os estudantes apontavam o seu horizonte aos parlamentares:

> Os estudantes do Brasil esperam de VV.EE. providências urgentes em defesa da educação brasileira.
> Nós estamos de pé na defesa da cultura. O descaso pela educação é uma ameaça ao Brasil de amanhã. Nós queremos leis de ensino que o tornem acessível a todos.
> Fazer o Brasil maior, pela cultura e liberdade de seu povo, eis o ideal da mocidade das Escolas.[82]

Parte de tal horizonte, como se sabe, levou décadas para ser vislumbrada e concretizada no País e outra ainda hoje permanece opaca nas pautas de negociação. Aqui um fato importante deve ser assinalado no que se refere à guinada à esquerda da "Campanha dos 50%", as reivindicações do movimento ganharam maior amplitude com a introdução de uma série de reivindicações que abrangiam o movimento estudantil como um todo. As reivindicações que foram incorporadas às existentes anteriormente, e que já haviam sido vocalizadas, por exemplo, nas reuniões da ANL e do Congresso da Juventude nas quais a pauta era a questão estudantil (e com as quais pudemos ter contato quando examinamos os primórdios da "Campanha dos 50%"). Pode-se supor que a pauta mais simples de quatro itens (transporte, diversões, taxas, livros) tenha sido editada em razão do encerramento do ano letivo, o que levou à realização de reuniões mais restritas, nas quais provavelmente lideranças estudantis próximas à ANL e, até, ao PCB tenham influenciado nesta ampliação.

Com o encerramento do ano letivo a Comissão Organizadora da "Campanha dos 50%" fez sua última reunião na Casa do Estudante do Brasil em 14 de novembro de 1935. Nela foram tomadas algumas importantes decisões. A primeira foi a escolha de uma comissão que dirigiria o movimento estudantil durante as férias, reunindo-se semanalmente durante o período.[83]

No entanto, as mais importantes foram apenas mencionadas, não sendo reproduzidos os documentos nas páginas do jornal *A Manhã*. Uma foi o balanço da "Campanha dos 50%", apresentado pelo estudante de

---

82 50% de abatimento para os estudantes! "Fazer o Brasil maior, pela cultura e liberdade de seu povo, eis o ideal da mocidade das Escolas". Como está redigido o memorial relativo a taxas e livros escolares que vai ser enviado à Câmara Federal. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 160, 26 out. 1935. p. 2.

83 Raul Lins e Silva Filho, Luiz Lacroix Leiras, Othon Marques, Evandro Collares, Olga Vieira, Miguel Gomes, Theomar Jones, Saul Schemberg e Ery Presser Bello.

química Érico Neves. Do que foi possível recuperar através das páginas do diário aliancista, entre 5 de setembro e 27 de outubro (data da última adesão localizada), a "Campanha dos 50%" recebeu a adesão de mais 25 colégios, faculdades ou entidades estudantis do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, de Sergipe, Alagoas, Minas Gerais, Ceará, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Espírito Santo, totalizando, pois, ao longo de quase três meses de mobilização, 79 apoios em doze estados e no Distrito Federal. Já no que se refere às conquistas dos 50% os dados obtidos através das páginas do periódico *A Manhã* são muito precários para que se possa avançar um dado quantitativo com alguma confiabilidade. O que é possível extrair do imenso material publicado é que no campo dos espetáculos, cinema e teatro, sobretudo, a conquista dos 50% de abatimento aos estudantes foi obtida com bastante frequência em grande parte das cidades brasileiras de que se tinham textos narrando as atividades dos jovens. Já no que se refere ao transporte, exceção feita às referências a Belém, Vitória e Santos, às taxas e aos livros não houve avanços, sobretudo em razão do pouco tempo para mobilizações mais específicas, por conta do final do ano letivo.

A última decisão tomada na reunião da Comissão Organizadora da "Campanha dos 50%" pode-se considerá-la como a sequência lógica do movimento iniciado em 3 de agosto. Ou seja, a percepção racional da necessidade da organização dos estudantes brasileiros em nível nacional para fazer frente aos grandes e complexos problemas a serem enfrentados pelo movimento estudantil. Isto era algo imprescindível dali para diante e a Comissão Organizadora era, indubitavelmente, a forma mais adequada para ser a base estrutural para esta nova organização. Embora esse documento não nos tenha chegado, é relevante aqui transcrever seu sumário dado seu caráter precursor no movimento dos estudantes brasileiros no sentido da construção de sua entidade nacional:

> Em seguida, o acadêmico Raul Lins e Silva Filho leu uma proclamação através da qual são relembradas todas as lutas desenvolvidas pela mocidade brasileira e é lançada a ideia de uma organização nacional, permanente, a qual, continuando a 'Campanha dos 50%', leve avante todo e qualquer movimento relativo aos direitos da mocidade brasileira. Essa proclamação contém a assinatura dos seguintes estudantes: Almir Neves (E. N. de Química), Raul Lins e Silva Filho (Direito), Érico Neves (E. N. de Química), Tongaté de Almeida Rodrigues (Direito), Álvaro Lins e Silva (Paulo Freitas), Ery Presser Bello (Freycinet), Marcello de Andrade (E. Brasileira S. Christovam), João A. Martins Ribeiro (Direito), Maria Cândida

Abreu Teixeira (Pedro II), Olga Vieira (Paulo Frontin), Luiza Vitis (Paulo Frontin), Ítalo Arruda ([Instituto de] Ensino Secundário), Luiz Lacroix Leiras (La Fayette), Saul Schemberg (La Fayette), Evandro Collares (I.S. p.), Theomar Jones (Direito), José Gomes de Araújo (Pedro II), José Carvalho Martins (Direito), Othon Marques (Curso Pré-Técnico), Maximino Nogueira de Medeiros, Miguel Gomes (Ginásio Piedade), Esther Tessler (G. N. Brasileiro), Péricles de Alencar Osório (E. N. de Agronomia), Paulo César (E. N. de Química) e Jacyra Alves de Britto.[84]

ANTICLÍMAX?

Mais que o encerramento do ano letivo foram os acontecimentos ocorridos em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro no final de novembro de 1935 que interromperam a "Campanha dos 50%". A sociedade brasileira passou a viver daí por diante sob o tacão da repressão política, que investiu contra todos os que se opunham ao governo e aos integrantes do círculo do poder de Getúlio Vargas. Dois anos depois se instalava de fato e de direito a ditadura, com o nome de Estado Novo.

No entanto, os estudantes, agindo nas frestas do regime, continuaram atuando e especialmente aqueles que estiveram à frente da "Campanha dos 50%" acabaram não sendo tão visados pela repressão, sobretudo por não terem tido exposta sua vinculação com a ANL ou com o próprio PCB, ao contrário de estudantes como Carlos Lacerda ou Ivan Pedro de Martins, cuja exposição pública ao longo do ano os obrigou a se refugiar e mergulhar na clandestinidade durante muito tempo depois de novembro de 1935. Isto permitiu com que vários deles acabassem tendo um papel importante em uma entidade estudantil como a União Democrática Estudantil,[85] durante os anos de 1936-1937, e, posteriormente, uns poucos ainda pudessem até chegar ao momento de criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938,[86] cuja ideia em germe foi traçada naquele dia

84 50% de abatimento para os estudantes! A "Federación Universitária Argentina" apoia o movimento estudantil. Na Casa do Estudante foi lançada, ontem, a ideia de uma organização permanente da mocidade brasileira. A MANHÃ. Rio de Janeiro: n. 180, 15 nov. 1935 (2ª edição). p. 1.

85 A mocidade das escolas vai lutar contra o integralismo. O manifesto da União Democrática Estudantil chamando todos os estudantes brasileiros ao combate ao Sigma. DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: 18 jun. 1936. p. 3; Contra o integralismo os universitários do Brasil. Ganha novos adeptos em todo o país a União Democrática Estudantil. DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: 24 jul. 1937. p. 2; Fechada a "União Democrática Estudantil". DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 12 out. 1937. p. 5.

86 SANT'ANNA, 2011, p. 57-61.

14 de novembro de 1935, na última reunião da Comissão Organizadora da "Campanha dos 50%".

Assim, se a "Campanha dos 50%" foi interrompida em meados de novembro de 1935, por conta das férias escolares, pode-se pensar que, na verdade, a diluição da memória da "Campanha", propiciada pelos acontecimentos do final de novembro de 1935, talvez tenha sido o seu maior prejuízo; mas suas conquistas, mesmo parciais, foram mantidas e as suas reivindicações sistematizadas e não imediatamente alcançadas foram incorporadas às lutas que se seguiram anos depois e, pode-se dizer, até a ideia de criação da UNE teve naquele momento os seus primeiros esboços. Enfim, não foi pouco e, por isso, a "Campanha dos 50%" nunca deve ser esquecida.

PARTE II

RESISTÊNCIA E LEGALIDADE

O território do tornar-se: pelas ruas e esquinas o intelectual baiano se fez comunista

Rafael Fontes

> No amplo território do Pelourinho, homens e mulheres ensinam e estudam. Universidade vasta e vária, se estende e ramifica no Tabuão, nas Portas do Carmo e em Santo Antonio Além-do-Carmo, na Baixa dos Sapateiros, nos mercados, no Marciel, na Lapinha, no Largo da Sé, no Tororó, na Barroquinha, nas Sete Portas e no Rio Vermelho. Em todas as partes onde homens e mulheres trabalham metais e as madeiras, utilizam ervas e raízes, misturam ritmos, passos e sangue; na mistura criam uma cor e um som, imagem nova, original.

Este mesmo território chamado por Jorge Amado de "território dos milagres" é também o território do tornar-se. Nele, não só viveu Pedro Archanjo, personagem central do livro *Tenda dos Milagres*, que teria sido um grande pensador baiano que passara toda a sua vida à margem dos "lugares" do saber na Bahia e, depois de sua morte, é aclamado como o grande intelectual, que um estudioso estadunidense vai à Bahia apresentar seus estudos sobre a vida e obra desse grande pensador. Parece-me evidente que a obra se remete às disputas entre o ser intelectual e o ser "intelectual baiano" vividas por Amado e seus companheiros no final da década de 1920, quando estes organizaram a Academia dos Rebeldes, uma iniciativa contra-hegemônica de intelectuais marginalizados pela Academia de

Letras da Bahia e pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.[1] Nele, que pode ser resumido como todo o núcleo antigo da cidade de Salvador , encontravam-se pessoas de diversas origens e práticas sociais: comerciantes, professores, mendigos, prostitutas, médicos, estudantes, ricos, pobres. Todos circulavam pelo centro da cidade. Neste núcleo localizavam-se as faculdades e os principais colégios da cidade. Localizava-se também o Tabarís e a Confeitaria Triunfo, o Palácio do governo Rio Branco e os prostíbulos do Tabuão, da Misericórdia e de qualquer beco ou rua onde à noite houvesse a discrição necessária ao serviço. Em um só prédio desse território poder-se-ia encontrar um grupo muito diversificado de moradores – no térreo, uma loja; no primeiro andar, a casa do proprietário, no segundo uma república de estudantes ou quem sabe quartos de aluguer para moças e rapazes ou para um "turco" ou uma mãe de santo qualquer.[2] Este território era o lugar do encontrar. O lugar de encontro de classes e *habitus* muito diferentes, mas muito próximos geograficamente.

Portanto, neste texto trato de como os estudantes secundaristas e universitários tiveram nesse território experiências construtoras dos seus "Eus", de suas identidades e de suas práticas. Dessa forma, para mim o território onde estes indivíduos foram formados deixa de ser o "pano de fundo", o cenário, e passa a protagonista juntamente com os indivíduos no processo do tornar-se.

A RUA E OS INDIVÍDUOS

A cidade de Salvador, capital da Bahia, era na primeira metade do século XX, o que alguns autores chamam de "Rainha Destronada".[3] Ou seja, uma cidade que tinha uma sociedade – especialmente os setores mais ricos – que vivia, segundo esses autores, da lembrança de um tempo áureo que há muito já passara.

Esta cidade, muito diferente da atual Salvador, estendia-se do Barbalho, mais propriamente da ladeira de Água de Meninos à Barra, passando pelo Santo Antônio Além do Carmo, Carmo, Pelourinho, Sete Portas, rua

1 AMADO, J. *Tenda dos milagres*. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978, p. 13. SOARES, A. B. C. *Academia dos Rebeldes*: modernismo à moda baiana. Feira de Santana: UEFS, 2005.

2 OLIVEIRA, N. F. de. *Rua Chile*: caminho de sociabilidades, lugar de desejo, expressão de conflitos: 1900-1940. 2008. 204 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

3 LEITE, R. C. N. *A rainha destronada*: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. São Paulo: PUC, 2005.

Chile, Nazareth, Aflitos, Campo Grande e Vitória. Além de toda a Cidade Baixa (Comércio, Bonfim, Ribeira e etc.) já marginalizada. A ligação entre essas “duas cidades” era feita pelas suas ladeiras: Água de Meninos, Tabuão, Misericórdia e da Montanha, pelos elevadores Lacerda e do Tabuão e planos inclinados do Pilar e do Gonçalves.

Os bondes cortavam quase todo esse território, ou melhor, passavam desse território, chegando à Amaralina, ao Cabula, à Penha e à Ribeira. De bonde se percorria quase toda a cidade, podia-se ir a qualquer parte do perímetro urbano de Salvador. Estes, muito bem articulados com os elevadores e os planos inclinados, deveriam permitir que a circulação pela cidade fosse ágil e, relativamente rápida – o que não necessariamente ocorria, devido à pequena e pouco adequada frota, com longos intervalos entre um e outro, fazendo-os superlotados e malcuidados.

Mas os bondes eram muito mais que meios rápidos de transporte de gente, eram mais um espaço de sociabilidade, espaço de encontros, espaço do tornar-se. Do encontro dos rapazes com as normalistas do Barbalho, das senhoras que já há muito frequentavam as ruas indo e vindo de compras ou mesmo de compromissos profissionais. Encontravam-se todos nos bondes: os padres, as prostitutas, os pretos, os brancos, os viajantes, os estudantes, as normalistas, as senhoras, jovens, crianças, gente honesta e nem tanto, políticos e militantes das correntes políticas possíveis de existir, conservadores, revolucionários, pessoas de variados humores, odores, seres, falares, vestires, gente de toda gente.

Alguns dos rapazes da *Seiva* – revista publicada na Bahia entre 1938 e 1943 por intelectuais comunista e anti-integralistas –, aqui estudados, chegaram a Salvador de trêm. Fora as rotas marítimas que ligavam às cidades costeiras, como Ilhéus, o trêm era a alternativa mais rápida de se chegar à Bahia. Além desta, ainda ia-se muito em tropas e nas marinetes – denominação à baiana para uma espécie de ônibus. Na capital, para os que viam de trem, descia-se na Estação da Calçada (Cidade Baixa). Da Calçada, o viajante pegava um bonde que o levava à cidade alta pela linha Mauá, unindo a Cidade Baixa à Alta pela praça Castro Alves. Outro lugar que antes de ser o local de encontro dos trios elétricos no carnaval, já era desde os anos 1900 a porta da Cidade Alta.

Na praça Castro Alves, a cidade se encontrava. Nela, encontravam-se várias linhas de bondes: a Mauá, a Pinto, a Souza, a Cesar, a que seguia pela rua Chile, a da Avenida Sete, a que seguia pela Barroquinha e a que vinha da Carlos Gomes, levando e trazendo gente de toda a parte. Nesta praça ficava, há anos o Teatro São João – recém-demolido na época aqui estudada, fazendo esquina com a rua Chile. Do outro lado da rua ficava a

redação do jornal *A Tarde* e o acesso à feirinha da entrada das Barroquinhas. Mais abaixo, o Tabáris, casa noturna frequentada pela sociedade mais abastada da cidade. Dos muitos endereços do jornal *O Imparcial*, todos se localizavam ou na rua Chile, ou na ladeira de São Bento (nas imediações da praça Castro Alves). O mesmo pode ser dito da *Revista Seiva* (1938-1943) e do jornal *O Momento* (1945-1957). Os cinemas ficavam vários pelas imediações dessa praça, a exemplo do Cinema Bahia, situado na rua Chile, n.º 1.[4]

A rua Chile, era o lugar do passar e do passear. Passavam pelas manhãs, trabalhadores indo a seus serviços e empregadas indo à feira para abastecer as casas de suas patroas. Estes topavam com bêbados e estudantes – e, estudantes bêbados – que seguiam a suas casas e repúblicas, cansados da noite que passaram, para os mais afortunados, na cama de uma senhorita que lhe serviu, gratuitamente ou não, ou, para os não tão sortudos, em um balcão de bar qualquer, cantarolando, chorando, ou "enchendo a cara", pura e simplesmente. Passavam moças recatadas – ou nem tanto – indo aos colégios ou trabalhos. Estas se esbarravam com os rapazotes e moços das escolas e, em especial os jovens estudantes da Faculdade de Medicina, os quais deveriam arrancar delas suspiros desejosos e casadoiros, e deles, assovios e galanteios. Passavam senhoras acompanhadas de amigas ou criadas indo às compra na Casa Clark, Casa Atlas, na Pérola, na Princesa ou na Alfaiateria Thesoura, todas localizadas nos andares térreos de onde funcionavam, nos andares superiores os escritórios de jornais como o *Diário de Notícia* e *O Imparcial*, além de consultórios médicos e de outros serviços.[5] Ou mesmo, a uma sessão de cinema no meio da tarde, ou tomar um café com amigas no Ponto Chique, na rua da Misericórdia, ou somente, olhar a rua e o seu movimento. Nas portas das lojas – e sendo escorraçados delas – e nas ruas escutavam-se ainda cantorias e chamados de quituteiras, vassoureiros e outros vendedores ambulantes.[6]

As classes médias e altas da sociedade soteropolitana há pouco tomara as ruas – refiro-me a esta, pois a classe baixa e trabalhadora há muito já fizera desse, seu lugar. Com a iluminação pública, o dia se prolongara, possibilitando assim que rapazes e moças ficassem até cada vez mais tarde nas ruas, preferencialmente até às 23 horas, pois este era o último horário

---

4 FONSECA, R. N. da S. "Fazendo Fita": cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 90.

5 OLIVEIRA, 2008.

6 FERREIRA FILHO, A. H. Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 239-256, 1998-1999.

dos bondes – voltamos a eles. Todas as linhas saíam do centro para os bairros mais distantes nesse horário, possibilitando que cada vez mais a noite fosse transformada num horário de sociabilidade.

Se em 1918, quando a Casa Edson publicou no *Diário de Noticias*, uma propaganda reforçando a permanência da população mais à noite em Salvador, [7] a população baiana sofria com o mal estado dos serviços públicos, o mesmo continuava em 1934 – ano do Quebra-Bondes – apesar dos empenhos modernizantes de J. J. Seabra. Contudo, esta população não deixou de ocupar a noite da Soteropólis progressivamente. Com as reformas urbanísticas da década de 1920, o acesso à noite e aos espaços de lazer foram, aparentemente, mais democratizados.

Fernando Sant'Anna, morava em uma pensão na rua d'Ajuda e lembrou desse tempo e da dinâmica da cidade em sua entrevista a Risério:

> Em inicio da década de 1930, a cidade não tinha nem 200 mil habitantes. Reduzia-se, praticamente, ao espaço que vai do Campo Grande à Rua Chile. Havia já a Barra, Barra Avenida, mas o movimento não era ali. Quando vim morar em Salvador, não existiam casas na Pituba. A Rua Chile era toda composta de Lojas. Era um lugar chique, onde as pessoas iam passear e se divertir. As ruas laterais da Igreja da Ajuda, aquelas redondezas, eram áreas de residências de pessoas importantes. Ali era o centro real da cidade. E era, também, o centro principal da vida estudantil, da vida intelectual. Ali ficava a Escola de Medicina, que era a nossa principal e mais frequentada instituição de nível superior. E existiam os cafés, onde os intelectuais se encontravam, se reuniam para conversar, discutir, bater papo, Jorge Amado e Édison Carneiro, por exemplo, apareciam sempre por ali. Havia uma certa tradição intelectual dos cafés da antiga Sé. Mas ai começaram a derrubar, a destruir tudo, inclusive a igreja, a própria Sé da Bahia [...][8]

Os cafés e sua importância para os intelectuais baianos também foram tratados por Jorge Amado em *O País do Carnaval*.[9] Os cafés ocupam, no referido livro, um lugar onde os projetos surgiam, as ideias circulavam e o convencimento do outro era feito. Este era mais um lugar do tornar-se. Eram nas mesas dos cafés que os ideais eram transformados,

---

7 FONSECA, 2000, p. 38.

8 SANT'ANNA apud RISÉRIO, A. *Adorável comunista*: história política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2002. p. 54.

9 AMADO, J. *O país do carnaval*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

amadurecidos e afinados. Foram nesses cafés que os intelectuais de Amado formaram seu jornal.

Aqui, a importância desses espaços é imensa. São nestes espaços – quase exclusivamente masculinos –, que as redes construtoras das identidades eram formadas. No livro *O País do Carnaval* , Paulo Ringer – personagem da trama é baiano da região cacaueira que fora enviado por seu pai para a Europa para se tornar um bacharel em Direito, e que foi obrigado pela morte do mesmo a voltar ao Brasil. Jorge Amado ao descrever a chegada do personagem ao Brasil, acentua como característica de Paulo Ringer como homem "europeizado", mas é no meio intelectual que ele encontrou uma nova sociabilidade e cria uma nova identidade com o seu país. É neste "meio" que ele recria uma leitura do que venha a ser o Brasil, sua "missão" e, especialmente, o papel dos intelectuais nesse "novo país".

Parece-me que Jorge Amado, chega através de sua literatura a explicitar questões de sua época – e não poderia ser diferente. É inegável, e isso pode ser comprovado pela vasta bibliografia, que foi nos anos 1930 que os intelectuais brasileiros – e porque não dizer que as classes médias e altas – estavam preocupados com o "futuro" de sua nação e dos (des)caminhos que esta poderia seguir. Também me parece claro que os personagens de *O País do Carnaval* são baseados nos jovens que formaram, junto com escritor, a Academia dos Rebeldes no final dos anos 1920. Parece-me que este foi, talvez, uma primeira tentativa contra-hegemônica no campo intelectual baiano. Além de um primeiro passo para a construção de uma identidade intelectual baiana para além da "Heroína Hercúlea de Seios Tetânicos" e da "Athenas Brasileira", uma identidade baiana atenta para a cultura afro-brasileira. Talvez seja um primeiro passo para a identidade afro-baiana consolidada nos anos 70 pela Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa). Para mim, os intelectuais estudados aqui, são herdeiros destes rebeldes e de sua academia.

Mas, voltando à década de 1930, esta foi um momento ímpar para a circulação cultural da cidade. A popularização do cinema, iniciado desde os primeiros anos do século, e do rádio levou os rapazes por nós estudados a publicarem na *Revista Seiva*, uma coluna sobre cinema e rádio. Os cinemas desde os mais populares – localizados nas ruas laterais e nos bairros periféricos ou mesmo nos circos – aos mais chiques da Praça Castro Alves ou do Campo Grande, passavam a apresentar filmes com Carmem Miranda, desenhos da Disney com Zé Carioca[10], além, claro, dos filmes de Hollywood. Nas críticas da Seiva ao cinema e ao rádio, parece-nos

10 FONSECA, 2000.

evidente que eles entendiam esses meios de comunicação como instrumentos políticos e constituidores da cultura. Assim como percebem a visão que esse cinema americano tinha do Brasil.

No rádio, ouvia-se a Rádio Nacional, popularizado por Getúlio Vargas. Nesta ouvia-se sambas, a "mais nova música nacional", finalmente reconhecida. Ouvia-se João de Barro de Carlos Alberto Ferreira Braga, também conhecido como Braguinha, sem dúvida o maior expoente das marchinhas carnavalescas produzidas no Rio de Janeiro e "exportada" para todo o resto do país pelo rádio. Suas marchinhas, até hoje lembradas, falavam de um Brasil festivo, de um país em eterno carnaval. Dentre suas músicas incluem-se a famosa "Yes, nós temos bananas" (1938), "Uma andorinha não faz verão" (1931), "Balancê" (1937), "Touradas de Madri" (1938) e "Cantores do rádio" (de 1936 que recebeu versão feminina pelas vozes de Aurora e Carmen Miranda) entre tantas que fazem parte do acervo musical-afetivo dos brasileiros do século XX.

Todo esse clima "carnavalesco" era reforçado pelo Teatro de Revista. Na Bahia, sua principal casa era o Tabaris. Esta casa, próxima a rua Chile, era a mais elegante entre todas as outras casas noturnas, da forçosamente elegante cidade da Bahia. Lá, entre doses e jogos eram acertados negócios, debatidos temas sobre a política, eram articulados empregos, cargos e posições. Era o lugar ideal para um jovem que aspirava uma carreira promissora frequentar e firmar contatos. E foi lá que os intelectuais fizeram seu principal ponto de encontro. Neste lugar, Fernando Sant'Anna e outro dos rapazes desta pesquisa firmaram amizade.[11] Dessa maneira, pelo lúdico, os laços de afetividade e de identidade eram reforçados. Muitos pensaram que numa organização política estes são pouco importantes ou, até mesmo, desnecessários. Mas, numa organização pequena, como era o PCB na Bahia da época, estes laços faziam com que o grupo se estreitasse e fortalecesse. Amigos e camaradas se confundiam, o político e o afetivo se associavam.

Pelo rádio, ouvia-se também, nas madrugadas o sinal da Rádio Moscou. Esta tinha um programa em língua portuguesa, locutado pela brasileira Laura Brandão. Como lembra Falcão:

> Para os comunistas, a Rádio de Moscou era a voz da verdade, a informação correta e indiscutível, que contrastava com as notícias veiculadas pelas agências telegráficas a serviço do imperialismo. Ao encerrar o programa, após o hino da Internacional Comunista,

11 SANT'ANNA apud RISÉRIO, 2002, p. 59-61.

> ela pronunciava as palavras mágicas e consagradoras do espírito revolucionário da época (inscritas no trecho final do Manifesto Comunista, de 1848, de autoria de Karl Max): '*Proletariado de todos os países, uni-vos!*'. [12]

A importância da Rádio de Moscou e de leituras marxistas no "tornar-se" comunistas dos sujeitos dessa pesquisa não pode ser minimizada. Estes eram basicamente os meios de divulgação marxista possíveis em um Estado de forte opressão anticomunista. O rádio era o maior instrumento de comunicação do país e era através dele que a população soteropolitana, em especial – os menos letrados e que não tinha acesso à imprensa escrita –, ficava sabendo dos acontecimentos políticos e culturais do país e do mundo. O governo Vargas soube fazer muito bom uso desse instrumento.

Por outro lado, a imprensa escrita ainda mantivera seu papel de "grande imprensa". Na Bahia, esta se fortalecera desde o início da República e era o lugar onde a política era feita. Laís Ferreira estudou o campo jornalístico baiano e localiza como a "grande imprensa" portava-se nas questões cotidianas da cidade.[13] Essa "grande imprensa" era basicamente pertencente às importantes famílias da Bahia, as quais eram também as detentoras do poder e do prestígio político. Dessa forma, era comum que o jornal tal, que fazia oposição a algum político, fosse retaliado ou mesmo empastelado quando o político ao qual fazia oposição estivera no poder. O jornal *O Imparcial*, por exemplo, um dos principais jornais da Bahia e de incontornável importância na formação intelectual dos jovens jornalistas dos anos 1930, sofreu, segundo Ferreira, três empastelamentos no período de 1933-1934.

Dessa forma, era nos jornais que as disputas ideológicas eram travadas. Essas disputas que chegavam à população onde o "confronto era inevitável [...] passando muitas vezes do terreno das ideias para o desforço pessoal, nas faculdades ou nas praças públicas".[14] Nesse fragmento o enfoque claro é das disputas entre o integralismo e o comunismo, o próprio jornal *O Imparcial*, que contratava jovens que tivessem ligações com o comunismo, passou por uma importante guinada chegando a ser entendido como um jornal integralista entre 1935-1937, e voltando ao campo anti-integralista em decorrência da II Guerra Mundial.[15]

---

12 FALCÃO, J. *O Partido comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 44-45.

13 FERREIRA, L. M. R. *O integralismo na Bahia*: gênero, educação e assistência social em O Imparcial. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

14 FALCÃO, op. cit., p. 29.

15 FERREIRA, op. cit.

A imprensa baiana se portou de forma variada frente ao integralismo. Por vezes, um jornal ou outro fazia propagandas da Alemanha e Itália, por vezes, denunciavam que os integralistas brasileiros queriam impor ao país um regime nos moldes do nazi-fascismo. Dessa maneira, devemos nos perguntar, qual a relação dos intelectuais com essa cidade, com sua dinâmica? Para chegar perto de uma resposta a essa questão, temos que visitar a produção historiográfica produzida sobre os intelectuais baianos. Mas antes, precisamos definir o que vem a ser o intelectual.

OS INTELECTUAIS E OS BALÕES CAÍDOS

O que é um intelectual? Pergunta essa incontornável! A mesma se fez Graciliano Ramos[16] quando preso-político no Rio de Janeiro em decorrência de seu envolvimento com comunistas durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945). O lugar do intelectual, essa é a questão de Graciliano Ramos, o escritor tinha clareza que não era operário e que a sua relação de classe também não o deixava entre os burgueses. Qual seria então o seu lugar? Ou será que são mesmo os intelectuais alheios às classes?

Karl Mannheim[17] definiu os intelectuais como relativamente livre-flutuantes ou, como "grupo intelectual relativamente descomprometido".[18] Para ele, os intelectuais não formam uma classe, uma vez que não há coesão em seus interesses. "Um funcionário do governo, um agitador político ou escritor insatisfeito do tipo radical, um sacerdote e um engenheiro possuem poucos interesses palpáveis em comum",[19] ficam "subordinados" aos interesses das classes sociais, como o proletariado estudado por ele no texto citado. Dessa forma, poder-se-ia compreender os intelectuais como uma categoria que não chega a ser uma classe social distinta, com interesses próprios.

Michael Löwy comparou o intelectual definido por Mannheim aos balões juninos. Conforme podemos observar no trecho abaixo:

> A flutuação dos intelectuais, como aquela dos balões de ar quente na noite de São João, é um estado provisório: eles terminam, geralmente, cedendo à lei da gravidade, sendo atraídos por uma das grandes

---

16 PALAMARTCHUK, A. P. Ser intelectual comunista: escritores brasileiros e o **comunismo**, 1920-1945. 1997. 367 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

17 MANNHEIM, K. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: J Zahar, 1976.

18 Ibid., p. 106.

19 Ibid., p. 104.

> classes sociais em luta (burguesia, proletariado, campesinato) ou então pela classe que lhes é mais próxima: a pequena burguesia.[20]

Mannheim está certo ao definir os intelectuais como uma categoria social entre as classes, contudo, uma vez atraídos por uma das classes sociais, estes aderem a sua visão de mundo, mesmo que mantenham os *habitus* de suas classes de origem ou da classe média que lhe é mais próxima e agregam a estes novos hábitos, costumes, formas de pensar e fazer de tal maneira que o *habitus* desse indivíduo, não o seja mais o mesmo, apesar de, aparentemente, mantê-lo. Chegamos aqui num cruzamento muito interessante. Ao analisar os processos de distanciamento do capitalismo e sua radical negação, Löwy o localiza no seio da *Intelligentsia*. Esta definição, parece-me próxima a de campo intelectual, utilizada por Pierre Bourdieu. Contudo as aproximações vão além da semelhança de *Intelligentsia* e campo intelectual. Há intelectuais dos mais diferentes tipos, há aqueles que vivem da produção de bens simbólicos (acadêmicos, escritores, jornalistas, publicitários, professores e etc.), estes são os intelectuais inseridos no que Bourdieu chamou de Campo Intelectual, são os que mais facilmente podemos identificar enquanto intelectuais. Em especial, devido ao seu distanciamento de outra forma de trabalho (o braçal), ou seja, pelo seu afastamento da produção de mercadorias, de bens de consumo não-simbólicos. São estes os intelectuais analisados por Löwy e dos quais trataremos neste texto.

Estes intelectuais formam uma categoria social a qual se define pelo seu papel na construção de bens simbólicos. Eles compõem um campo, com regras, competições regidas de forma que só seus membros possam participar e concorrerem ao prêmio. Bourdieu identifica este campo como parte de um campo maior, o do poder. Ou seja, ao produzir bens simbólicos estes intelectuais acabam por construírem instrumentos de dominação (simbólica) que são apropriadas nas lutas sociais. O mesmo faz Löwy ao identificar a "afinidade" entre estes intelectuais e a pequena-burguesia. Essa aproximação é devido ao seu distanciamento da classe trabalhadora e da dicotomia entre trabalho intelectual e manual. De forma que os intelectuais

> [...] constituem o setor 'criador' de uma massa de 'trabalhadores intelectuais' (por oposição aos trabalhadores manuais) que inclui as profissões liberais, os empregados, os técnicos etc. São também o setor desta massa mais distantes da produção econômica.[21]

---

20 LÖWY, M. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*: a evolução política de Lukács, 1909-1929. São Paulo: LECH, 1979. p. 2.

21 LÖWY, 1979, p. 1.

Para Bourdieu, assim como para Löwy, há um movimento de distanciamento do intelectual de sua classe de origem – quando estes veem de outra que não a pequena-burguesia – , uma vez que este sofre uma atração (Löwy a chamará de "Afinidade Eletiva") pela pequena-burguesia. Para os dois, o intelectual, mesmo sofrendo um movimento de proletarização fruto da inserção do trabalho intelectual na lógica capitalista (substituição do valor qualitativo pelo quantitativo), está afastado da produção de mercadorias, estando o produto de seu trabalho regido por concepções de valores diferentes dos de mercadorias: o produto do trabalho intelectual é medido pelo seu valor qualitativo (belo/feio, bom/ruim, inteligente ou não), enquanto as mercadorias são medidas pelo seu valor de troca. O importante nesta percepção do lugar do intelectual frente à produção é que, tanto para Bourdieu quanto para Löwy, o intelectual tem uma localização na luta de classes ou radicalizando-se e vinculando-se à luta de classe mesmo que aparentemente mantenha-se distanciado da mesma. Esse distanciamento faz com que, mesmo este intelectual tendo sua origem de classe entre os trabalhadores, uma vez inserido no campo se afaste de sua classe paulatinamente chegando ao ponto de não mais se reconhecer como parte dela, nem ela como seu membro. Há alguns motivos para este distanciamento, melhor estudados por Bourdieu em *Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe.*[22]

Contudo, as duas percepções sobre intelectuais tratam daquele imerso ao campo tal como Bourdieu ou à *Intelligentsia* como Löwy. Não tratam de intelectuais que mantém outra relação com as classes, ou daqueles que não estão no campo intelectual, que não estão em busca do "prêmio" – pelo menos não o mesmo prêmio do campo – e que produzem bens morais para as suas classes, como os intelectuais estudados por Gramsci. Para ele:

> Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função.[23]

Nesta análise, deve-se entender que o intelectual e suas escolhas sofrem de uma "autonomia relativa". Ou seja, suas escolhas, por mais pessoais e autônomas que possam parecer não o são. Elas são demarcadas pela

---

22 BOURDIEU. P. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: BOURDIEU. P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Pespectiva, [2007]. p. 183-201.

23 GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 3.

sociedade na qual esta escolha é feita, pelas sociabilidades construídas e construtoras do seu transformar, do transitar de um ponto a outro, do tornar-se. Ao mesmo tempo em que não se pode entender essa demarcação como algo rígido e alienante. O indivíduo, mesmo não sendo senhor absoluto de suas escolhas, as fazem baseados nos esquemas mentais e ideológicos que o formam e que são construções sociais (religião/religiosidade, influência pater/materna, educação, acesso a cultura) – que também não o isenta da responsabilidade.

Ou seja, o indivíduo é composto por uma miscelânea de reguladores sociais de forma que suas escolhas estão sujeitas às "mediações ético-culturais" de sua sociedade.[24] Se isso pode ser percebido a nível individual, também pode o ser enquanto categoria. De forma que a pseudoautonomia que a *Intelligentsia* tenha sobre a origem de classes de seus membros, não o é em decorrência exclusiva de sua vontade, mas de séries de esquemas, práticas objetivas ou não que o compõem. O importante é não pensarmos que ao "aderir" ao *habitus* o indivíduo se desveste do anterior para se vestir do outro. Isso será a negação da história.

Ao aderir *habitus*, o indivíduo adere também, inevitavelmente, a visões de mundo e identidades. Aproximando-o das esferas, setores do campo em disputa. Alguns setores desse campo tornam-se mais atraentes, magnéticos a esse indivíduo. A isso chamou Löwy de Afinidade Eletiva.[25]

Portanto, são nas práticas mais corriqueiras e inconscientes, que parte de um *habitus* é demarcado e circunscrito por esquemas ético-culturais da sociedade da qual faz parte. O que, em absoluto, não significa a redução de todas as escolhas pseudoindividuais aos mecanismos econômicos e sociais. É colocá-los junto com os esquemas mentais e psicológicos, que também são formados e formadores de uma sociedade. Isso vem a contribuir com o retorno do interesse dos historiadores desde a década de 1980 pelos indivíduos, pela micro-história e nos fins do século passado e início deste pelo ressurgimento dos estudos biográficos. Mas, o mais interessante, é que em todos estes estudos o indivíduo não é – nem poderia ser descolado de sua sociedade, e esta, de uma noção de totalidade – por mais que às vezes isso venha a ser negado pelos autores. Eles sofrem atração pela pequena-burguesia e destes pelo sentimento nostálgico e romântico em relação à sociedade capitalista.

---

24 BOURDIEU, op. cit., p. 202.

25 LÖWY, 1979, p. 13.

Weber utilizou este conceito quando estudava a relação entre a burguesia e a Reforma Religiosa,[26] bem como Hobsbawm para entender como a Revolução de 1789 teve um impacto crucial no "campo intelectual". A formação de uma concepção de rompimento com a ordem estabelecida e de radicalização do processo de transformação da sociedade levou os ideólogos a supervalorizar o seu caráter moral de liberdade, igualdade e fraternidade entre as classes.[27]

Contudo, uma vez que a burguesia chegou ao poder político, esta passou a não mais cumprir as concepções que defendera, ou melhor, que a levaram ao poder. Isso teria criado um sentimento de frustração e orfandade na *Intelligentsia*. De forma que o jacobinismo de esquerda seria uma combinação específica de democracia plebeia e de moralismo romântico. E tende a entrar em conflito com a ideologia e a prática liberal individualista da grande burguesia.

Com o surgimento do marxismo e posteriormente a consolidação de uma revolução proletária na Rússia de 1917, ele passa a ser visto pelos intelectuais (os mais afetados no nível ideológico pelo sentimento de frustração) como o último resquício da moralidade e a única alternativa.

> Para os intelectuais, o humanismo marxista torna-se, assim, o herdeiro das aquisições mais acabadas dos pensamentos burgueses e o movimento operário deve tornar-se o executor prático desta idéia [sic] defendida até o presente apenas em teoria.[28]

Este movimento se intensifica justamente quando o capitalismo burguês mostra a sua cara mais aterrorizante até então, a Primeira Guerra Mundial iniciada em 1914. Dessa forma a esta Guerra causou uma grande movimentação de politização e de questionamento da sociedade burguesa. O que gerou movimentos de radicalização à esquerda em diversos lugares – principalmente na Europa Oriental, onde Lukács, estudado por Löwy, morava e fazia parte de grupos de intelectuais judeus.

Estes movimentos geraram, segundo Löwy, a negação das contradições entre a realidade do capitalismo e sua ideologia humanista, crítica à Guerra em seus princípios liberal-democrático e "descoberta do proletariado como o único portador dos princípios democráticos humanistas em face da barbárie burguesa generalizada".

---

26 WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1983.

27 HOBSBAWM, E. J. *Ecos da Marselhesa*: dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

28 HOBSBAWM, 1996, p. 7.

Em relação a esta última tendência, que é o objeto de estudo de Löwy, ele identifica algumas causas para esta aproximação. O caráter científico do marxismo, a sua proposta de análise da sociedade capitalista seria a primeira causa de atração de intelectuais ao comunismo. Ou seja, "a última teoria que explica e desvenda a verdadeira causa da retificação, da dominação sufocante de quantitativo, da despersonalização da vida, da degradação dos valores, da guerra, que não é outra senão o capitalismo".[29] O marxismo apresenta/propõe a estes intelectuais uma nova ética cultural, uma nova moralidade – talvez, uma nova economia moral – a qual é mais próxima da pensada por estes intelectuais. Afora que esta moralidade marxista tem um objetivo: a abolição radical da hegemonia do valor de troca sobre a vida social. Ele é análogo assim a um "Messias". Apresentando a esses intelectuais uma classe que tem a força social real (que lhe falta) para fazer as transformações, o proletariado.

> Para muitos intelectuais radicalizados, a descoberta do proletariado como sujeito da História, como coveiro do capitalismo, na se faz senão graças marxismo, pela mediação do marxismo enquanto sistema teórico. A adesão política dos intelectuais ao proletariado ou a fixação de sua revolta a um estágio puramente ético-cultural depende, em certa medida, da existência de uma tradição marxista no seu país e da possibilidade de ter ou não acesso à literatura marxista.[30]

Mais uma vez Löwy chama sua teoria ao campo do empírico, ao campo das experiências reais do fazer-se. Contudo, gostaria de propor uma leitura mais cuidadosa desta última frase. Há, outra forma de ser seduzido pelo marxismo, e esse é um movimento contrário ao que diz esta frase, é o movimento de negação.

É possível se tornar comunista, ou melhor, se fazer seduzível pelo comunismo uma vez que se tem um sentimento de repulsa, de negação com outras correntes de pensamento em disputa. O campo das ideias, o dos intelectuais é um "local" onde as lutas de classe também têm suas batalhas. A exemplo das disputadas pelos jovens aqui estudados que viveram na Bahia, talvez no Brasil, havia disputa no campo do simbólico entre o integralismo, o liberalismo e o comunismo. De forma que pôde haver, e de fato há indícios que nos levam a crer que de fato houve um movimento de negação, de não-reconhecimento por parte de jovens intelectuais ou

---

29 Ibid., p. 8.

30 HOBSBAWM, 1996, p. 8-9

fazendo-se intelectuais de primeiro o liberalismo em consequência do capitalismo e em seguida do integralismo por sua veia ultranacionalista e pró-fascista poderia ter levado alguns desses intelectuais a se aproximarem do marxismo e aderirem ao comunismo.

Löwy, nestas suas análises do tornar-se comunista, utiliza outro conceito: o de Romantismo. O conceito de romântico já muito usado quando se trata de um estilo literário muito típico dos séculos XVI e XVIII onde o ar bucólico e o sentimento de nostalgia, de desilusão com a sociedade contemporânea e supervalorização dos modos e hábitos de um passado imaculado, puro, ainda não desvirginado pela moralidade capitalista. Contudo, o romantismo tratado por Löwy não é esse. O romantismo tratado por ele é um romantismo que surge no século XIX e início do XX, que está intrinsecamente ligado a uma nostalgia, ao mesmo tempo em que sonha com o retorno do passado, pensa, também, no desenvolvimento para o futuro. É um romantismo que, ao criticar o capitalismo e propor a sua superação, o faz com um sentimento de ter nesse futuro a recuperação de uma moralidade – no sentido antropológico da palavra – abandonada e corrompida. Em outras palavras, é uma nostalgia que ao pensar no passado real ou idealizado, em projetar-se no futuro, sem perder neste futuro, o desenvolvimento técnico-científico do presente. Esse romantismo é para Löwy um “hermafroditismo ideológico”, ou seja, ao mesmo tempo em que se deseja o progresso, a modernidade, o deseja com os valores idealizados ou reais do passado.

O romantismo de alguns dos marxistas pode ser diferenciado dos demais por essa crença no futuro. Ou seja, numa transformação radial através da revolução, que dessa vez deverá ter a classe trabalhadora, o proletariado como a classe vitoriosa, deverá retomar/resgatar (reencarnar, quem sabe) do passado os valores naturais do homem, abandonados e corrompidos pela propriedade privada – em primeira análise – e pelo capitalismo, pela substituição dos valores humanos pelos econômicos; qualitativos por quantitativos. Ao mesmo tempo, que esta revolução não será algo retrógado, muito pelo contrário. Será o avanço da sociedade rumo a um futuro mais humano, socialmente justo e igualitário. Esse retorno ideológico em futuro real dá a alguns a falsa impressão de que o marxismo pensa em uma história cíclica – o que lhe negaria a compreensão histórica de progresso.

Para estes românticos revolucionários esse avanço histórico a um progresso que traz consigo uma moralidade perdida, só é possível pela ruptura radical e irreconciliável com o capitalismo e a sociedade burguesa industrial. Ou seja, um futuro construído através de uma revolução. É, portanto uma recusa do progressismo linear, ingênuo, apologético, não histórico,

que considera a sociedade burguesa universalmente superior às formas sociais anteriores. Compreendendo o caráter contraditório do progresso, indiscutivelmente trazido pelo capitalismo e reconhecendo que a civilização industrial/capitalista representa, em certos aspectos, um recuo do ponto de vista humano em relação às comunidades do passado.

BAIANOS E INTELECTUAIS

Foi na década de 1930 que os "intelectuais" brasileiros descobriram o Brasil e foram em busca da identidade nacional. Carlos Guilherme Mota localiza no livro *Ideologia e Cultura Brasileira (1933-1974)*[31] essa década como a periodização inicial para esses estudos sobre a identidade nacional, com a formação das universidades. A produção historiográfica baiana por muito tempo ainda seria marcada pelo "estilo" historiográfico dos institutos – no caso baiano o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Contudo intelectuais baianos passavam, já nos anos 1930, a produzir influenciados por essa "redescoberta" do país, a exemplo de Édison Carneiro, e basicamente os demais intelectuais da Academia dos Rebeldes, que já propunham neste período uma outra história longe de uma historiografia dominante, produzida por indivíduos das elites oligárquicas. Porém, esta produção historiográfica demoraria muito para ser entendida e aceita em seu campo.

Na Bahia da década de 1930, a produção historiográfica ainda dominante era muito próxima dessa historiografia das elites – no caso baiano, não sei se oligárquica, mas com certeza – da valorização dos "feitos dos heróis da raça branca". Esta produção foi muito bem estudada pelo historiador Paulo Santos Silva. Neste texto, fruto de seu trabalho de doutoramento, Silva analisa o campo historiográfico e intelectual baiano e seus envolvimentos com os movimentos políticos, especialmente em oposição ao governo Vargas (1930-1945).[32]

Neste trabalho, Silva dedica uma parte para a "Comunidade Intelectual Baiana", onde trata de como se formavam os intelectuais baianos, localiza as instituições que os formavam e as que estes atuariam, além de identificá-los. Dessa forma, Paulo Santos Silva, recompõe o campo intelectual baiano ressaltando as "leis e regras (formas) de acesso", o "capital

---

31 MOTA, C. G. S. *A idéia de revolução no Brasil e outras idéias*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

32 SILVA, P. S. *Âncoras de tradição*: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2000.

simbólico" utilizado e o "prêmio", apesar do autor não utilizar esse vocabulário. Sobre o ingresso no "campo intelectual baiano", Silva escreve:

> Com o ingresso no curso superior, abriam-se, ou ampliavam-se, as portas de acesso. *A primeira destas portas era a que dava acesso ao jornalismo*. Em seguida, vinha as nomeações e a carreira político-partidária. Antes mesmo de completar o processo de formação educacional já se tinha garantido um lugar relativamente satisfatório no seio das classes dirigentes locais.[33]

Dessa forma, observamos como Paulo Santos Silva localiza no jornalismo uma, senão a principal, porta de acesso ao campo intelectual baiano. Sua análise sobre essa forma de ingresso vai além, ele aponta como se dava a "chegada à porta do jornalismo". Ele descreve como os laços e favores pessoais eram importantes nesse processo. Desta forma a "iniciação ao jornalismo baseava-se em critério pessoais tais como amizade, simpatia, recomendações ou filiação política – critérios que estavam na base de todo o edifício da sociedade baiana de então".[34]

A importância do jornalismo para o campo intelectual baiano era que este o definia. Era o jornalismo que dava proeminência a este ou aquele intelectual num ou noutro partido político e eram esses laços de "amizade, simpatia, recomendações ou filiação política" que garantiam que estes intelectuais se sustentassem, uma vez que, como informa Silva, o trabalho enquanto jornalista a poucos permitia o sustento. Ter um artigo seu publicado em um jornal era então o atestado definitivo de intelectual. Ser colunista seria, então, a consagração. Mas, o sustento para este intelectual seria o magistério, a advocacia, a medicina ou mesmo a engenharia – os cursos universitários disponíveis na Bahia da época. Silva destaca o quanto ser professor, principalmente universitário, mas secundarista também, era uma importante estratégia de agregação de prestígio.

Contudo, continuando na caracterização feita por Paulo Santos Silva sobre os intelectuais baianos, chegamos num dos pontos principais, a oratória, tratada como a característica dos intelectuais, notorizada por Rui Barbosa. A oratória é a marca dessa intelectualidade. Vejamos, por exemplo, o que outro historiador, Rinaldo Leite (2005), identificou sobre a oratória dos baianos. Primeiro, a partir do exemplo de Wanderley de Pinho, importante historiador baiano dos anos 1930, que escreveu sobre a verve baiana:

---

33 SILVA, 2000, p. 81, grifo nosso.

34 Ibid., p. 85.

> O orgulho de nossa prosápia *bahiense*, a vaidade dessa estirpe de heróis, de oradores, de estadistas, de homens de *sciencia*, de poetas, que dominaram da Bahia todo o *paiz* no passado e hoje *sahemdellas* para *triumphar* onde quer que acampem e exercitem as armas com que os sabe aperceber a Bahia; a memória dos feitos de que fomos *theatro* ou protagonistas; esse santo orgulho [...]. Outro orgulho não é, sem outro sentimento, o estimulo que nos revigora a nós do Instituto e que nos leva a todos a meditar, em *solemnidades* como esta, na grandeza do nosso valor e no valor de nossa grandeza, na magnitude do nosso passado e nas incertezas de nosso futuro. Esse orgulho é a alma da Bahia [...].[35]

Sabemos das circunstâncias que foram escritas essas palavras, no momento de disputa política e ideológica dos "baianos" – leia-se, de sua classe dominante – frente ao sentimento de desvalorização e desprestígio de seus patrícios no contexto do regime iniciado em 1930, isto já foi bem trabalhado tanto por Leite[36] quanto por Silva.[37] O que nos interessa, especialmente neste trecho do *Historiador dos salões e das damas da Bahia*[38] é a sua caracterização. A quase naturalização do intelectual baiano como sendo, usando suas palavras, de uma "estirpe de heróis, de oradores, de estadistas, de homens de sciencia, de poetas, que dominaram da Bahia todo o paiz [sic] no passado e hoje sahemdellas para triumphar onde quer que acampem e exercitem as armas".[39]

Mas, será mesmo, esse o perfil do intelectual baiano? Será mesmo que a heróica Bahia, foi a "alma mater da civilização brasileira"?[40] Ou será, que foi (o que é inegável) apenas um sentimento vaidoso de protagonismo desses intelectuais baianos? Rinaldo Leite, ao tratar das representações desses intelectuais sobre a Bahia, foca-se na última questão. É inegável que o sentimento de orfandade e descaso estava presente nos intelectuais baianos durante o pós-1930. Assim como também é inegável que estes intelectuais eram envaidecidos por habitarem sua "Athenas Brasileira", e de serem os "legítimos herdeiros" de intelectuais e estadistas de um passado, sentido como não tão distante. Contudo, o que podemos entender e

---

35 PINHO apud LEITE, 2005, grifo do autor.

36 Ibid.

37 SILVA, 2000.

38 PINHO, W. *Salões e damas no segundo reinado*. 5. ed. Salvador: Martins, 1959.

39 LEITE, op. cit.

40 Ibid., p. 97

escarafunchar, dessas representações estudadas por Leite? Será que por debaixo delas há este perfil do intelectual baiano? Vejamos.

Primeiro, é evidente, tanto em Leite como em Silva que há um sentimento de perda, mas perda do que? Do prestígio dos baianos junto ao governo central, incluindo entre eles, seus intelectuais. Mas, quem eram esses intelectuais baianos que gozavam de prestígio no pré-1930? Dilton Araújo[41] analisou a formação do movimento republicano em Salvador e seus envolvimentos com o nascimento de uma classe média. Nesta, ele aponta como o movimento republicano baiano foi frutífero entre os intelectuais e os membros de uma classe média nascedoura, os profissionais liberais, e como os intelectuais estavam, o que não é de se estranhar, entrelaçados à classe média.

> Durante o século XIX e, sobretudo, na sua segunda metade, verifica-se um certo desenvolvimento de outras atividades, várias delas de natureza urbana, como indústria, transportes, bancos e seguradoras, dando dimensão a algumas ocupações novas e fortalecendo outras no cenário econômico e social da Província. Pensamos que essas atividades, somadas a um certo crescimento do número de profissionais liberais, como médicos, advogados, farmacêuticos, além de professores, religiosos, militares e ocupações vinculadas ao poder judiciário e ao funcionalismo publico, estabeleceram aquilo que Mario Augusto Santos indicou como 'um esboço de classe média', que estaria aparecendo em Salvador e cidades do Recôncavo.[42]

Das categorias elencadas por Araújo (industriais, empresários dos transportes, bancos e seguradoras, profissionais liberais: médicos, advogados, farmacêuticos, além de professores, religiosos, militares e de ocupações vinculadas ao poder judiciário e ao funcionalismo público), muitas se tornaram a classe dominante política e economicamente da Bahia. Na verdade, a classe dominante anterior à república, os grandes proprietários e a pequena nobreza baiana, já há muito tempo passava por um processo agudo de empobrecimento, fruto da queda de produção e rentabilidade da economia açucareiro-exportadora iniciada desde as décadas de 1840-50, como bem aponta Antônio Sérgio Alfredo Guimarães [43], e que teve em 1888

41 ARAÚJO, D. *Republicanismo e classe mé*dia em Salvador 1870-1889. 1992. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

42 Ibid., p. 142-143.

43 GUIMARÃES, A. S. A. *A Formação e a crise de hegemonia burguesa na Bahia - 1930 a 1964*. 1982. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universi-

com a abolição da escravatura seu derradeiro golpe – chega à República desprestigiada e descapitalizada, cabendo à classe média e emergente urbana de Salvador, assumir o status de dominante no novo regime. Neste processo, são os intelectuais baianos, diga-se de passagem, os poucos intelectuais baianos que conseguiram proeminência fora da província/estado, que passam a assumir funções e cargos. Nesse contexto a figura de Rui Barbosa, tornou-se a imagem e o orgulho do intelectual baiano. Como escreveu Paulo Santos Silva:

> Havia ainda outros meios de manifestação da vida intelectual tão relevante quanto a imprensa e a sala de aula: as conferências, os discursos e os recitais. Não é por acaso que a Bahia adquiriu renome pelos seus oradores. [...] até mesmo artigos de jornais pareciam escritos para serem lidos em voz alta. Esta cultura da oratória teve representantes de peso na vida política e cultural baiana. Rui Barbosa, J. J. Seabra, Otávio Mangabeira, João Mangabeira, Carlos Chiacchio, Padre Cabral são alguns dos seus representantes mais proeminentes [...] É interessante notar que os oradores mais expressivos do contexto deixaram pouca coisa impressa em formato de livro. [...] Mesmo intelectuais mais voltados para reflexões demoradas sobre questões sócio-políticas investiam na oratória. É o caso de Nestor Duarte, jovem deputado da geração de 1930 que causava sensação nas galerias da Assembléia Legislativa Estadual pela sua *performance* de orador.[44]

Sobre a oratória ou a retórica de Rui Barbosa enquanto imagem do intelectual baiano, Jorge Amado escreve em *O País do Carnaval* uma fala onde Paulo Riger participa de uma conversa com José Augusto da Silva Reis, diplomata baiano e vaidoso com sua baianidade:

> [...] – Mas eu acho que a natureza faz um enorme mal ao Brasil. O homem daqui parece preguiçoso, indolente... Isso deve ser a natureza... Tão majestosa, faz mal, Vence, esmaga. [Disse Rigger]
>
> – É. Pode ser... Mas nós temos grandes homens, doutor. Rui Barbosa...
>
> Paulo Rigger já lera Rui Barbosa. Não lhe agradara... Horrívelmente retórico... Não compreendia como se adorava aquêle homem... E,

---

dade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

44 SILVA, 2000, p. 88-89, grifo do autor.

> demais, não tinha idéia... Era de um patriotismo lorpa... E estafante. Não, ele não ia com o tal Rui Barbosa.
>
> O diplomata, José Augusto da Silva Reis, escandalizou-se. Rui é genial... genial... genialíssimo... Em França mesmo adoravam-no.
>
> – Em França? Pode ser...
>
> – E Direito? O Rui sabia o Direito como pouca gente. E a figura que fizera em Haia?
>
> Não é preciso talento para se saber Direito. Basta memória [...] [45]

Este trecho do livro escrito por Jorge Amado é fundamental para caracterizarmos os intelectuais baianos. Por ora, terminaremos com um trecho que parece contrapor-se a figura do intelectual construída por eles mesmos e por boa parte de seus estudiosos. Escreveu Amado:

> Porque na Bahia, boa cidade de Todos os Santos e em particular do Senhor do Bonfim, todo mundo é intelectual. O bacharel é por fôrça [sic] escritor, o médico que escreve um trabalho sôbre a sífilis passa a ser chamado de poeta e os juízes dão valiosas opiniões literárias, das quais ninguém tem coragem de discordar.[46]

Contudo, a oratória dos intelectuais baianos não se restringia aos espaços oficiais, às salas de aula, aos salões do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nem da Academia de Letras e da Assembleia, ela fazia parte do cotidiano do ser intelectual baiano. Podemos dizer até que a Bahia da década de 1930 foi uma república de bacharéis. Isso em grande medida pelas disputas entre autonomistas e juracisistas. Foi com esse espírito que os jovens da *Revista Seiva* montaram uma revista que tinha como objetivo, ser a voz dos intelectuais frente à sociedade baiana, e nesse caso é importante localizar estes intelectuais num campo de disputa entre o lado hegemônico e o contra-hegemônico, às disputas entre o capitalismo e o marxismo e contra o lugar dos intelectuais na guerra mundial em curso.

Os intelectuais baianos próximos ao comunismo, a exemplo do grupo que formou a *Revista Seiva*, fez desse mais que um instrumento de divulgação ou militância artística, fez dessa revista e de sua atuação enquanto intelectuais uma trincheira de luta contra o setor dominante do campo

---

45 AMADO, 1978, p. 24.

46 Ibid., p. 31.

intelectual baiano e contra o integralismo. Se até a década de 1930 as revistas de intelectuais eram apenas revistas literárias, onde jovens intelectuais preocupados na modernização do estilo literário publicavam seus versos e resenhas, a *Revista Seiva* trazia mais. Nela, encontramos críticas literárias e resenhas, encontramos também, comentários políticos e econômicos, notícias sobre a guerra, posicionamentos políticos e sociais. Podemos vê-la, portanto, como uma nova categoria de revista literária, uma categoria de revista sociológica. Uma revista que era uma verdadeira trincheira contra o modelo de intelectual baiano, caracterizado pela figura lendária de Ruy Barbosa, bem como se tornou uma importante arma contra o integralismo no campo intelectual.

O esteio da ordem: comunistas, greves e sindicatos no Brasil (1945-1948)

Carlos Zacarias de Sena Júnior

As grandes questões da liberdade política e da luta de classes são resolvidas em última análise unicamente pela força e nós devemos preocupar-nos com a organização e preparação desta força e com o seu emprego activo, não somente defensivo, mas também ofensivo. [...] Entrámos agora, indubitavelmente, numa nova época; iniciou-se um período de convulsões e revoluções e políticas. Num período como o que a Rússia está a atravessar é intolerável que nos limitemos aos velhos chavões. É preciso propagandear a ideia da acção a partir de cima, é preciso que nos preparemos para as acções mais enérgicas, ofensivas, é preciso estudaras condições e as formas dessas acções.

Lenin, *As duas tácticas da social-democracia na revolução democrática*

No desenvolvimento do *Risorgimento*, o chamado Partido da Ação tinha uma atitude 'paternalista' e, por isto, não conseguiu, a não ser em medida muito limitada, pôr as grandes massas populares em contato com o Estado. O chamado 'transformismo' é tão-somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido da Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado.

Gramsci, *Cadernos do cárcere* (Caderno 19, *O Risorgimento*)

Nos estertores da Segunda Guerra Mundial, enquanto a perspectiva de "coexistência pacífica" entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e as democracias ocidentais era uma possibilidade, a aliança com a dita "burguesia progressista" no Brasil era mais do que necessária para os comunistas. Enquanto os ventos da Guerra Fria ainda não haviam soprado e uma onda de greves alcançava os trabalhadores brasileiros ajudando a corroer a ditadura do Estado Novo, o Partido Comunista teve algum êxito com a sua tática de antifascismo e de União Nacional que implicava em formar amplas alianças na sociedade para combater o inimigo. Tanto é assim que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) alcançou uma imensa expressão política ao fim da Guerra, com a aprovação da anistia e o retorno à legalidade, chegando a eleger 14 deputados no pleito de dezembro de 1945, tornando Prestes o senador mais votado do país, à frente, inclusive, do ex-ditador Getúlio Vargas.

A correlação de forças que permitiu ao PCB converter-se na quarta força eleitoral do país, certamente tinha relação com a vaga revolucionária inaugurada no mundo em 1944, refletindo, de maneira distorcida, a expressão social de um partido recém-saído da clandestinidade e com grande capacidade de dirigir as lutas de massas no após-guerra. Neste contexto, a revolução social esteve perto de se concretizar em alguns países, mas o inusitado é que as democracias nascentes não foram capazes de abrigar os Partidos Comunistas (PCs), apesar de ter sido salva pela intervenção direta dos antifascistas, dos trabalhadores e dos partidos comunistas de todo o mundo.[1] O resultado desta tática de colaboração de classes e de defesa irrestrita da democracia inspirada por Moscou foi a expulsão dos Partidos Comunistas de diversos governos, implicando na recondução de muitos à clandestinidade. No Brasil o PCB foi excluído do jogo político tendo seu registro e seus parlamentares cassados em maio de 1947 e janeiro de 1948, respectivamente. O objetivo deste trabalho é analisar a atuação dos comunistas brasileiros diante das greves, quando estiveram imbuídos da tática de antifascismo e União Nacional orientada por Moscou, numa conjuntura de intensa movimentação política e social.

LUIZ... CARLOS... PRESTES...

Passava das 21 horas na cidade do Rio de Janeiro quando Luiz Carlos Prestes adentrou ao estádio do Vasco da Gama. Era o primeiro ato público desde que saíra da prisão após nove anos de encarceramento na

1 Cf. HOBSBAWM, E. *Era dos estremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.. p. 17.

antiga Casa de Correção da Capital Federal. Desfilando em carro aberto, Prestes foi aplaudido delirantemente pela multidão que o aguardava e que, em uníssono, o saudava compassadamente gritando: – "Luiz... Carlos... Prestes...". Na tribuna oficial do comício, entre os vários oradores via-se o líder comunista argentino Rodolfo Ghioldi, o vice-presidente da câmara cubana Joaquim Ordoqui e o dirigente da Esquerda Democrática João Mangabeira, este último representava seu irmão Octávio, um dos personagens mais importantes do liberalismo brasileiro e que estivera exilado por vários anos nos Estados Unidos. Muitos outros convidados também se acotovelavam no grande palco do comício pomposamente chamado "o Brasil a Luiz Carlos Prestes".[2]

Era o dia 23 de abril de 1945, a Segunda Guerra Mundial ainda estava em curso, embora parecesse se aproximar do final, e, no Brasil do Estado Novo de Getúlio Vargas, o governo havia cedido aos apelos por anistia ampla para os prisioneiros políticos e também aos apelos pela redemocratização do país, baixando o Ato Adicional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945. Pelo Ato estabeleciam-se eleições gerais num prazo máximo de 90 dias, passo importante para deixar para trás a ditadura e restabelecer a normalidade democrática. O pequeno homem que desfilava pelo estádio e que era ansiosamente aguardado pela multidão era apenas mais um dos libertados pelo ato da Anistia, mas não era ninguém mais, ninguém menos, do que o "Cavaleiro da Esperança", o líder da *Coluna Invicta* que percorrera o Brasil nos anos 1920 pregando democracia e liberdade, era o próprio Luiz Carlos Prestes, agora secretário-geral do PCB, preso em março 1936 poucos meses após a chamada "Intentona Comunista".

O estádio do Vasco da Gama começara a encher desde as 16 horas e àquela altura já se encontrava abarrotado de pessoas fazendo com que os organizadores do comício entendessem a necessidade de fechar os portões. Cálculos do período indicam a presença de cerca de 100 mil pessoas ao evento, embora o coro dos opositores assegurasse que o São Januário não comportava tamanha multidão. Cerraram-se os portões para se evitar tumultos e possíveis contratempos. Cerraram-se também os lábios da multidão quando Prestes subiu ao palanque para falar ao povo, ato que se repetiria nos comícios seguintes, em diversas capitais do Brasil, e inspiraria o poeta Pablo Neruda a fazer poesia do acontecimento,

---

2 As informações sobre o comício de Prestes no estádio do Vasco da Gama, neste parágrafo e nos seguintes, foram recolhidas em: EM GRANDE comício, no campo do Vasco, declarou Luiz Carlos Prestes "O nosso programa é o partido comunista do Brasil". *A Tarde*, Salvador, 23 maio 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

transformado em ritual. Neruda depois testemunharia dizendo que "[N]enhum dirigente comunista da América teve uma vida tão trágica e portentosa quanto Luís Carlos Prestes" e ainda declamaria:[3]

> Hoy pido un gran silencio de volcanes y ríos.
> Un gran silencio pido de tierras y varones.
> Pido silencio a América de la nieve a la pampa.
> Silencio: La Palabra al Capitán del Pueblo.
> Silencio: Que el Brasil hablará por su boca.

Ao discursar para a multidão, contudo, embora certamente percebesse a dimensão histórica e apoteótica do momento de regozijo, conciliação e também conflito, o secretário-geral do Partido Comunista do Brasil não perdeu tempo e foi direto ao assunto, sendo enfático ao apontar o momento vivido pelo Partido que novamente encontrava a legalidade: "[n]esses últimos dez anos, as perseguições contra o comunismo fizeram do nosso povo o povo mais comunista da América".

Passados dez anos desde a fracassada tentativa de se estabelecer no Brasil um Governo Nacional Popular Revolucionário através da Aliança Nacional Libertadora (ANL), Prestes discursava novamente para os trabalhadores. Também no plano internacional eram as nações comunistas e antifascistas que ultimavam seus esforços para derrotar a Alemanha e seus coligados, numa guerra que opunha o nazi-fascismo às democracias ocidentais aliadas da União Soviética. Para o líder pecebista, e muito provavelmente para os trabalhadores do Brasil e de boa parte do mundo, os comunistas viviam um momento impar, de modo que nas palavras de Prestes o comunista era "aquele que de maneira mais firme e consequente" lutava "contra o estado de coisas intolerável e injusto", negando a "miséria e [a] fome", também o "atraso e o analfabetismo", a "tuberculose e no impaludismo" e mais o "trabalho na enxada, de sol a sol", a "censura de imprensa" e as "limitações de toda ordem" enfim, eram os comunistas que negavam a "exploração do homem pelo homem" e anunciavam a boa nova de um mundo sem fascismo e, quiçá, com um longo período de paz e de boa convivência entre a URSS e as nações democráticas do ocidente.

As esperanças de Prestes tinham razão de ser, quando a URSS e os Estados Unidos cerraram fileiras para lutar contra o nazi-fascismo a partir de fins de 1941, alguma coisa parecia haver mudado no mundo.

---

3 NERUDA, P. *Confesso que vivi:* memórias. São Paulo: Círculo do Livro, [199-?]. p. 328.

Mergulhado em duas décadas de contrarrevolução e em seis anos de uma guerra sem paralelo na história, as perspectivas dos comunistas eram animadoras. O movimento comunista internacional, que em fins da década de 1920 havia cunhado a expressão "social-fascismo" para se referir às organizações operárias vinculadas à socialdemocracia, vista como irmã gêmea do fascismo, agora se perfilava com amplos setores antifascistas com o único intuito de vencer a guerra e derrotar aquilo que consideravam como principal inimigo da humanidade, os regimes de Hitler e Mussollini. Nesse sentido, tanto os partidos comunistas de várias partes do mundo como o próprio PCB aspiravam não mais a ser o partido do proletariado, mas o "partido de todo o povo", exarando a linha política de "unidade nacional" que significava "iniciar a solução dos graves problemas econômicos e sociais" que afligiam o povo, além de chegar "por uma maneira pacifica através de eleições livres e honestas a uma Assembleia Constituinte e a reconstitucionalização democrática" almejada pelos brasileiros. Sobre socialismo, revolução e coisas do gênero, ardilosamente imputadas aos partidários da Internacional Comunista e aos pecebistas no Brasil, quase nada se falava, embora todas estas questões permanecessem lá, na política e na prática dos trabalhadores que seguiam os partidos comunistas pelo mundo.[4]

Mas, os brasileiros queriam mais, especialmente os trabalhadores, tanto que desde fins de 1944, principalmente a partir de 1945, tinham voltado a protagonizar diversas lutas que opunham o trabalho ao capital. Com efeito, enquanto o Estado Novo afrouxava o garrote da repressão, trabalhadores de diversos ramos da economia, como da indústria têxtil, alimentícia, de bebidas, além de bancários, ferroviários, comerciários e muitas outras categorias de diversas cidades do país, cruzavam seus braços cobrando a conta da crise que lhes tinha pesado sobre as costas ao longo da guerra. As greves voltavam a dar o ar da graça, após anos de silêncio em que as classes subalternas tiveram que enfrentar toda sorte de adversidades, especialmente carestia, escassez de gêneros e baixos salários.

Apenas para se ter uma ideia de como a vida havia piorado durante os anos que duraram a guerra, gêneros de primeira necessidade, como o açúcar, o leite, o pão e os ovos, foram substancialmente majorados desde 1939. Deste modo, na cidade do Salvador, para que um trabalhador pudesse

4 A propósito das consignas e das palavras de ordem dos comunistas em meados dos anos 1940, ver SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia*: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948. São Paulo: Annablume, 2009 (especialmente os capítulos 4 e 5).

adquirir uma libra de pão em 1945, tinha que dedicar 85 minutos de trabalho diário, enquanto que em 1939 bastavam apenas 15 minutos e 38 minutos em 1943. Para comprar um litro de leite no ano em que a guerra chegou ao fim, este mesmo trabalhador precisava labutar longos 130 minutos, contra 28 minutos em 1939 e 60 minutos em 1943. Caso fosse comprar um quilo de açúcar, seriam necessários 120 minutos em 1945, contra 38 minutos em 1939 e 80 minutos em 1943. Finalmente, para levar para casa uma dúzia de ovos, nosso lidador precisava laborar absurdos 300 minutos em 1945, ou seja, cinco horas diárias, enquanto dedicava 75 minutos em 1939 e também absurdos 290 minutos em 1943.[5]

Para o desassossego dos dirigentes da nação, da classe patronal e de todos aqueles que expandiram seus negócios financiando o Estado Novo e lucrando com a guerra, os velhos protagonistas voltaram à cena, agora legitimados pelas lutas que há meses mobilizavam os trabalhadores e a juventude que das ruas exigiam a abertura de uma Segunda Frente, com a presença do Brasil nos campos de batalha.[6] O próprio Getúlio Vargas, outrora o principal algoz dos comunistas, havia redimensionado sua linha e redirecionado sua política de alianças, de modo que, além de ter se convertido no "pai dos pobres" e baluarte das leis que culminaram na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), agora também buscava se aproximar dos comunistas. [7] Estes, contudo, apesar de virem a engrossar o coro dos que dali a algumas semanas pediriam "Constituinte com Getúlio", não estavam mais sossegados do que o governo e os patrões, muito pelo contrário.

Para os comunistas brasileiros, em que pese o fato de que apenas muito recentemente tinham deixado para trás os dias de maior dificuldade, a nova conjuntura que se inaugurava com o realinhamento de Vargas e as perspectivas de fim da guerra, com a derrota do nazi-fascismo, apesar de promissora, inspirava profundos cuidados. Tanto é assim que temendo o retorno da reação ao governo do Brasil, enquanto assistiam e, em muitos casos, dirigiam diversas categorias que deflagraram greves, pediam cautela aos trabalhadores e às vezes chegavam a se confrontar com os mais exaltados. Os pecebistas consideravam que a conjuntura mundial havia formado dois campos que agora lutavam na guerra. Seria, então, necessário que uma ordem

---

5 ECONOMIA: alta vertiginosa dos preços. O Momento, [S.l: s.n.], 11 jun. 1945a. BPEB. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

6 SENA JÚNIOR, 2009a.

7 LEVINE, R. M. *Pai dos pobres:* o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.. p. 141-160.

de prioridades fosse considerada pelos trabalhadores que ingressavam na luta, já que a batalha pela democracia era a principal bandeira do momento, maior até do que a luta por melhores salários e outras correlatas.

Nesse sentido, ninguém menos do que Luiz Carlos Prestes foi o porta-voz da postura dos comunistas brasileiros diante da nova conjuntura. A este respeito, Prestes enfatizava que o PCB era contrário à substituição violenta do governo ao mesmo tempo em que garantia que os comunistas seriam o "esteio da ordem", tentando influir, como força independente, "num sentido unitário e pacífico para melhor solução" dos problemas que afligiam a nação. De acordo com Prestes, o objetivo do PCB era, sobretudo, a "unidade nacional".[8] E que não se tenham dúvidas de que os pecebistas falavam sério quando defendiam a ordem no contexto da construção da unidade nacional contra o nazi-fascismo e a reação.

Tanto é assim que tal posição do PCB, publicizada pelo "Cavaleiro da Esperança", em uma entrevista a jornalistas poucos dias após sair da prisão, voltaria a aparecer no comício do Estádio do Vasco da Gama. Diante da multidão, Prestes sintetizava o programa pecebista referendado na Conferência da Mantiqueira de 1943 e que tinha sido elaborado ao longo de anos de discussão nas condições mais adversas. Ao lado das reivindicações econômicas, que eram centrais ao programa e que implicavam em reformas estruturais que apontassem para superação do atraso e dos restos feudais existentes no Brasil, também constavam demandas políticas. Tais demandas nos possibilitam compreender a tática do PCB em torno do antifascismo e da União Nacional, com ampla repercussão nas greves que alcançavam o país. Assim, enquanto reivindica o fim da legislação "caduca" que proibia a atividade legal dos partidos, mas se mostrava impotente frente ao integralismo que se reorganizava, Prestes afirma que os "comunistas e antifascistas conscientes" seriam o "esteio máximo da ordem e da lei".[9]

CONTRADIÇÕES HIERARQUIZADAS

Os trabalhadores, ao que parecia, não conseguiam enxergar a situação da mesma forma que os comunistas, tanto que entabulavam greves, muitas vezes fazendo ouvidos moucos aos apelos dos seus dirigentes mais próximos. Para os pecebistas, tratava-se, certamente, de uma inversão de

8 OS COMUNISTAS preferem um candidato civil, de preferência engenheiro. *A Tarde*, Salvador, 27 abr. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

9 CARONE, E. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo: DIFEL, 1982. v. 2, p. 38.

prioridades, haja vista que na “hierarquia das contradições” era a luta pela democracia e contra o nazi-fascismo o aspecto mais importante da conjuntura. Tal assertiva chegou a ganhar ares de “verdade científica”, tanto que um estudioso da importância de Luiz Werneck Vianna, que consagrou um trabalho sério sobre a trajetória da modernização brasileira através das leis trabalhistas, traduziu o sentimento pecebista como um axioma somente não entendido por uma parte da classe trabalhadora que insistia em fazer greves. Tentando explicar os aspectos supervenientes da conjuntura do após-guerra, que abrigava diversas contradições, o eminente sociólogo afirmou:

> Teríamos então uma formação social específica cuja ambiência conjuntural seria dada a partir de tensões que a cortavam em várias dimensões: entre o capital e o trabalho, entre a nação e o imperialismo e o latifúndio, e entre e democracia e o fascismo. Esta última, cuja matriz se radicava no sistema capitalista mundial, por sua vez, expressava as contradições interimperialistas, constituindo-se também na forma mais exasperada – pela natureza mesma do fenômeno fascista – da contradição entre o capital e o trabalho no nível mundial. Por isso, consistia na dominante em toda e qualquer formação social, subordinando as demais à sua resolução.[10]

Para Vianna, entre os anos de 1943 e 1945, seria essa a “informação teórica” a presidir, “o comportamento político da esquerda operária” de maneira que até mesmo, “em parte”, “alguns liberais como Júlio Prestes e outros” haviam rebaixado “o nível das suas contradições com o regime em função de favorecer a mobilização econômica e político-militar contra o nazifascismo”. Não obstante,

> [a] partir de 45, com a obsolescência das instituições totalitárias do Estado Novo, em particular no que se refere ao controle das classes subalternas, sujeitas a um processo de inexorável exploração há cerca de uma década, precipitam-se as ações grevistas acima aludidas.[11]

Tais ações, para Vianna, no limite, apontavam para uma evidente reversão na hierarquia das contradições que estruturavam o período”, pois “[t]endia-se a elevar para o primeiro plano a resultante do antagonismo

10 VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 314.

11 Ibid., p. 314.

entre o capital e o trabalho, em detrimento das tarefas políticas da redemocratização do país e da conservação do seu ritmo de industrialização".[12] Ou seja, quando os trabalhadores, ou as classes subalternas, livres das amarras opressivas do Estado Novo, subvertiam a "hierarquia das contradições" e não compreendiam a "informação teórica" fundamental da conjuntura, punham em risco o caminho para a democracia e abdicavam do cumprimento das tarefas centrais da revolução brasileira, qual seja, a tarefa democrática, burguesa e de libertação nacional apontada pelos comunistas. Mais uma vez, vale à pena citar Vianna:

> Na medida em que os diferentes níveis de contradição mantinham entre si nexos internos, uma pauta operária economicista, promovendo a eclosão de aguerridos combates de classe, polarizava-se malgrado ela mesma, e não necessariamente a seu favor. Independente de suas reais motivações, a disputa econômica era tomada como contestação, trazendo o risco de reunificação das classes e elites dominantes para recomporem o sistema do seu controle político-institucional. A alternativa estava em politizar a conduta da classe operária, instalando-a compreensivelmente no painel contraditório em que atuavam as forças sociais, conduzindo-a ao objeto prioritário da luta contra o fascismo.[13]

Ou seja, de acordo com Vianna "politizar a conduta da classe operária" era fazê-la rebaixar o nível das suas contradições não apenas com o regime, mas com os patrões e com o capital. Talvez torná-la o esteio da ordem, como pretendiam os comunistas da época. Só não se explica é sobre quais forças sociais está se falando, já que a classe operária era justamente o sujeito mais recalcitrante ao rebaixamento de sua pauta de reivindicações. Considerando que também não eram os camponeses, nem os trabalhadores rurais ou os pequeno-burgueses das cidades, sobra apenas a "burguesia nacional", este sim um conceito perigoso, importado para o Brasil das análises da Internacional Comunista sobre a China e a Índia. De outra forma, dizer que as forças sociais são os partidos políticos, incluindo o PCB, é também confundir os sujeitos sociais com suas representações políticas.

A propósito, tal operação, que confunde sujeitos sociais e políticos, não foi incomum entre os protagonistas da história e também entre os analistas afinados com estes sujeitos, como o próprio Vianna. Para este

12 VIANNA, 1999, p. 314.

13 VIANNA, 1999, p. 314-315.

campo de interpretação, os sujeitos sociais são agentes quase sempre incapazes de compreender a dimensão política da luta de classes, necessitando da organização política, neste caso do Partido Comunista, para efetuar essa transposição de consciência que o conduziria a revolução.

Obviamente que, dito assim, o importante livro de Luiz Werneck Vianna parece menor do que realmente é, haja vista que fica claro que o autor assumiu o discurso dos sujeitos do passado dando como certa a ideia de que se os trabalhadores não rebaixaram o nível das suas reivindicações ao programa mínimo do PCB, que era, por esta ótica, o próprio programa da revolução brasileira, o problema era dos trabalhadores que não compreendiam a "informação teórica" fundamental da conjuntura. Ora, uma pequena passagem, de não mais do que duas páginas, pode não dizer muito sobre o conjunto da obra, mas denuncia os objetivos e compromissos do autor que necessita de uma grande ginástica teórica para socorrer a estratégia do PCB, às vezes dos próprios comunistas. Embora seja necessário polemizar em torno de uma interpretação que consideramos claramente inadequada, nosso objetivo não é, de maneira alguma, desmerecer o livro *Liberalismo e sindicato no Brasil* escrito por Luiz Werneck Vianna, que continua sendo um dos mais importantes da literatura política, histórica e sociológica brasileira e um marco referencial na localização do processo de revolução passiva pelo qual passava o Brasil entre as décadas do liberalismo excludente e a modernidade da Era Vargas. Todavia, não podíamos seguir adiante sem este acerto de contas.

OS COMUNISTAS E O PACTO POPULISTA

Da mesma forma, em uma série de textos paradigmáticos sobre o período do pós-guerra, publicados entre 1973 e 1979, o cientista político Francisco Weffort discutiu o que chamou de "sindicalismo populista no Brasil". De acordo com o autor, a tendência à conformação de uma espécie de pacto populista no país, que toma corpo nos anos 1950, começou a ser esboçada no período imediatamente posterior à guerra, tendo por características a ideologia nacionalista, o reformismo e a conciliação de classes, e por protagonistas: Getúlio Vargas, a classe operária e as massas urbanas, além de comunistas, trabalhistas e pelegos ministerialistas alinhados ao sindicalismo oficial. A força do argumento de Weffort consiste na articulação de elementos da estrutura, da conjuntura e da agência humana para identificar "estas encruzilhadas da história em que as orientações ideológicas

e a capacidade de ação assumem uma importância decisiva".[14] Weffort considera corretamente que a conjuntura de 1945-1946 foi "'sobre determinada' por fatores políticos", todavia não tira as conclusões necessárias sobre as opções estratégicas das forças políticas envolvidas no processo, muito especialmente sobre o PCB que via na conciliação de classes, na democracia e no apoio à Vargas, uma necessidade tática na consecução das tarefas democráticas da revolução brasileira.[15] É verdade que as implicações deste apoio, e a defesa irrestrita da "democracia" sem adjetivos, além do recorrente taticismo dos comunistas, praticamente anuviaram a dimensão estratégica ou, pelo menos, hipertrofiaram a defesa da ordem no contexto em que buscavam a revolução democrática, mas ainda assim não se pode dizer que os pecebistas tenham negligenciado as tarefas pelas quais se embatiam, ainda que tal estratégia estivesse referida a uma avaliação francamente inadequada da realidade brasileira, vista como feudal ou semifeudal.[16]

Em todo caso, os estudos de Weffort inauguraram uma importante vertente conceitual sobre o populismo no Brasil, muito embora necessitassem de um alargamento da base empírica para se sustentarem. Quanto a isso, atente-se para o fato de que ao contabilizar apenas oito greves "noticiadas pela imprensa", ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre abril e outubro de 1945, Weffort entendeu que a sua pouca incidência revelaria a "capacidade de controle da aliança entre Vargas e os comunistas".[17]

Parece não haver dúvidas de que os comunistas funcionaram como um dique, represando as demandas dos trabalhadores em nome da tática do antifascismo e da União Nacional que defendiam com vistas a consecução estratégica da revolução burguesa no Brasil. Mas, parece improvável que tenham tido sucesso absoluto neste intento, especialmente porque, em muitos casos, as pressões objetivas forjavam direções improvisadas que terminavam por se confrontar com as representações políticas tradicionalmente dirigentes dos trabalhadores. Nestas situações, os confrontos eram inevitáveis e às vezes permitiam aos contendores evitar a greve em função dos objetivos outros que não os ganhos econômicos, como se supôs tivesse acontecido entre abril e outubro, ou então não impediam que os trabalhadores, ao fim e ao cabo, fossem de fato à greve,

---

14 WEFFORT, F. C. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 4, abr./jun. 1973, p. 70.

15 WEFFORT, F. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, n. 1, jul. 1978, p. 10.

16 SENA JÚNIOR, 2009a, p. 148-150.

17 WEFFORT, F. 1973, p. 70.

independentemente da posição das direções comunistas e trabalhistas. Em todo caso, um olhar mais atento ao registro de greves no Brasil vai muito além das oito identificadas por Weffort.[18]

Não obstante, à parte alguma fragilidade empírica, a base conceitual erigida por Weffort a partir de autores que não são citados, como Trotsky e Gramsci, por exemplo, permitiram ao politólogo uspiano uma grande força interpretativa, já que a maneira como compreende a política e aborda o regime estado-novista são bastante aproximadas do escopo teórico do revolucionário russo e do comunista sardo, referências fundamentais nos seus textos.[19]

Apesar das distintas posições que assumem no debate, os estudos de Luiz Werneck Vianna e de Francisco Weffort são de extrema relevância para uma localização das chaves conceituais e interpretativas que moveram diversos estudos no campo das ciências sociais sobre o passado recente do Brasil, e por isso permanecem clássicas na historiografia brasileira. Por se tratarem das primeiras tentativas de explicar o momento em que os comunistas brasileiros, e também de várias partes do mundo, tornaram-se o esteio da ordem burguesa e os "campeões da democracia" sem adjetivações, tais trabalhos, que não reduzem a importância de outros do mesmo período, precisam ser frequentemente revisitados. Entretanto, tais interpretações ultimamente caíram em desuso em razão dos procedimentos mais alinhados teórica e metodologicamente com a nova historiografia e com a revelação e os usos de novas fontes para a história social e política do Brasil. Como não é objetivo nosso um balanço historiográfico sobre a produção em torno do movimento comunista no Brasil, o que já esboçamos em outros trabalhos, damo-nos por satisfeitos em apenas situar os significados e as implicações políticas da conversão do PCB em "esteio máximo da ordem" na conjuntura do após-guerra na compreensão de dois importantes autores.[20]

---

18 FONTES, J. R. *A Bahia de todos os trabalhadores*: classe operária, sindicato e política.*(1930-1947)*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997; SENA JÚNIOR, C. Z. de. Os comunistas e a escalada grevista de 1945-1946 na Bahia. In: LEAL, M. das G. de A.; MOREIRA, R. N. P.; CASTELLUCCI JÚNIOR, W. (Org.). *Capítulos de História da Bahia:* novos enfoques, novas abordagens. São Paulo: Annablume, 2009b. p. 179-203..

19 Cf. DEMIER, F. Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. *Outubro*, São Paulo, v. 13, p. 59-78, 2005.

20 SENA JÚNIOR, C. Z. de. Os trabalhadores e suas organizações: uma tentativa de compreender os sujeitos sociais e suas representações políticas. In: BELLINI, L.; NEGRO, A. L.; SALES SOUZA, E. *Tecendo histórias*: espaço, política e identidade. Salvador: EDUFBA, 2009c. p. 249-268.

UNIÃO NACIONAL

Com a mudança de ventos na cena política mundial e com a conformação de um cenário favorável à presença dos Partidos Comunistas nos processos políticos de diversos países, os comunistas brasileiros perceberam o bom momento para colocar em pauta sua estratégia de transformar o Brasil em um país plenamente capitalista, moderno e democrático, superando os vestígios feudais e seu estado de semicolônia. Por isso, aprofundaram a tática da União Nacional e do antifascismo, definida na segunda parte da década de 1930, tornando-se honestos e consequentes defensores da democracia com vistas ao cumprimento das tarefas burguesas da revolução brasileira.

Ao se posicionar incondicionalmente na consecução dos objetivos estratégicos, o PCB propôs alianças com setores tidos por progressistas da burguesia no país, chamada de "burguesia nacional". Consequentemente, apesar de seguirem afirmando que o compromisso fundamental era com o "povo", os pecebistas delimitavam o campo de alianças em que cabia a burguesia progressista, mas se excluíam os setores populares acusados de provocação:

> Lutamos e lutaremos pela unificação nacional e estendemos a mão a todos os brasileiros, mas não fazemos cambalachos nem cederemos a uma linha sequer para com os desordeiros, os golpistas, trotskistas e demais aventureiros do fascismo, que são os piores inimigos do nosso povo.[21]

Mas, o que era o "povo" e quem eram os "golpistas", "desordeiros" e "demais aventureiros do fascismo" que ameaçavam o movimento pela unidade e o caminho da democracia? O que estava em jogo dentro da lógica do PCB que emergia na cena política com grande expressividade arrastando multidões de trabalhadores? De que maneira os pecebistas vão transitar da antiga aspiração de ser o partido do proletariado para ser o partido de todo o povo? Como atuarão como protagonistas numa realidade conflituosa e multifacetada na sucessão de uma guerra mundial e na antecedência de um conflito novo e inaudito no mundo, a chamada Guerra Fria?

O aprofundamento da tática de União Nacional elaborada desde 1938 implicou, para os comunistas, em um realinhamento em relação ao governo de Getúlio Vargas. Este, ao que parece, após promover a legislação

---

21 EM GRANDE comício, no campo do Vasco..., op. cit.

trabalhista ao primeiro plano da sua obra política, o que, em todo caso, implicava em compromissos recíprocos entre Estado e trabalhadores, dava sucessivas demonstrações de que caminhava para distender o regime de exceção inaugurado em 1937. Em vista disto, com a volta do pluripartidarismo e a (re)acomodação das forças políticas entre liberais opositores à Vargas, agora agrupados na União Democrática Nacional (UDN), liberais governistas do Partido Social Democrático (PSD) e trabalhistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) alinhados com Vargas, o PCB necessitou reajustar a sua tática, afastando-se dos "demo-liberais" da UDN, historicamente adversários do varguismo, e se aproximando dos setores do trabalhismo getulista, tanto pela base como pelo alto. Com o objetivo de garantir uma transição à democracia dentro da ordem e da tranquilidade, os pecebistas exortaram os trabalhadores a evitarem a provocação reacionária e os elementos provocadores que, supostamente, atuavam no interior do movimento operário, de maneira a não permitir retrocessos golpistas.

Atentos ao realinhamento na política brasileira, setores da imprensa liberal registraram a aproximação entre Getúlio e o PCB em torno da bandeira de União Nacional considerando-a como uma tática oportunista que aproximava os extremos:

> Durante algum tempo, sobretudo depois que o Brasil entrou na guerra, uma fórmula muito preconizada em certos círculos, que pareciam desejar uma ponta para se aproximarem da ditadura, foi a chamada 'união nacional'. O fruto, ou idéia, no entanto, pecou, pois o primeiro a não querer saber de união nacional, desde que isso implicava em ceder alguma parte do seu poder discricionário, era o sr. Getulio Vargas. Ultimamente, porém, fomentada pelo próprio governo como tábua de salvação a sugestão voltou a andar pelos ares com a nova tabuleta de 'governo de coalizão'. E chegou mesmo a ganhar corpo com o telegrama do sr. Luiz Carlos Prestes ao sr. Getulio Vargas. Ostensivamente, seria uma exigência da guerra. Na realidade, mascarava a permanência da ditadura dentro de uma aliança do ditador com a esquerda e a direita, ou em linguagem mais clara com os comunistas e integralistas.[22]

O telegrama ao qual o jornal se refere é provavelmente um datado de 8 de abril de 1945, quando Luiz Carlos Prestes, ainda preso, congratulava-se com Getúlio pelo restabelecimento de relações com a URSS e reclamava

---

22 A COALISÃO. *A Tarde*, Salvador, 25 abr. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

anistia para os presos políticos "com a exclusão do meu caso pessoal, se necessário". O que certamente incomodou o periódico liberal baiano, além do fato de que o Brasil reatava relações com a União Soviética, foram as palavras de reconhecimento de Prestes dirigidas à Vargas:

> São gestos dessa altura e fatos assim concretos e de tão evidente cunho democrático que os patriotas reclamam de vossa excelência na sua qualidade de chefe da Nação e comandante supremo de suas forças armadas, neste instante em que seus filhos queridos lutam heroicamente em solo estranho pelo esmagamento total e definitivo do nazismo no mundo inteiro.[23]

Tábua de salvação para o governo ou tática necessária ao desenvolvimento das tarefas da revolução democrática e de libertação nacional, o fato é que a União Nacional esteve no centro da pauta política dos comunistas entre a segunda metade dos anos 1930, quando promoveram um balanço da aventura insurrecional de 1935, até pelo menos inícios de 1948, quando sucumbiram diante da Guerra Fria. A política de unidade nacional e de antifascismo adotada pelos pecebistas, não estava restrita à dimensão nacional do fenômeno e sim às condições em que a União Soviética demandava para o conjunto do movimento comunista internacional a guarda das fronteiras da "pátria do socialismo". A dissolução da Internacional Comunista em 1943 era, com efeito, uma demonstração clara de que Stalin não pretendia organizar revoluções socialistas nos países capitalistas. Quando muito, os PCs aspiravam participar de governos de coalizão com os setores progressistas das burguesias dos diversos países, numa política que remontava as resoluções sobre as frentes populares do VII Congresso da Internacional Comunista de 1935.

No que tange à aplicação da tática pelo PC brasileiro, subsumia-se toda a luta sindical e econômica aos objetivos maiores da estratégia dos comunistas que combinavam uma tática de colaboração ao objetivo estratégico cujo principal beneficiário era a própria "burguesia nacional". Com efeito, não é de se estranhar que os pronunciamentos de Prestes abordassem, de maneira recorrente, os fatores estabilizadores da política do pós-guerra de maneira positiva, pois o objetivo era acomodar os trabalhadores dentro da ordem, o que permitiria aos comunistas um melhor posicionamento no

---

23 O TELEGRAMA de Prestes ao presidente da República. *A Tarde*, Salvador, 9 abr. 1945. BPEB. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

cenário político para seguirem lutando pela superação dos restos feudais e pelo desenvolvimento do capitalismo.

OS COMUNISTAS ENTRE OS TRABALHADORES

A bem da verdade, acerca dos aspectos conflitantes com o intervencionismo estatal, contidos na legislação trabalhista, somente a questão da autonomia sindical aparecia com vigor, já que outras questões foram deixadas para trás desde a aproximação com Getúlio, efetivada, principalmente, a partir de agosto de 1943, quando da declaração de guerra ao Eixo. Os pecebistas pretendiam garantir que o Estado não intercederia nos sindicatos, mas não deixaram de ingressar maciçamente na estrutura sindical corporativa para disputar as direções junto aos pelegos e às vezes colaborarem com estes quando as greves fugiam ao controle. A este respeito, como assegura Weffort, os comunistas não apenas "não estavam interessados em confrontar suas forças com os 'pelegos' formados durante o Estado Novo como buscavam formar alianças com eles".[24]

Neste contexto, os pecebistas construíram uma alternativa de articulação intersindical através do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que viria a cumprir um papel de suma importância na organização dos sujeitos sociais na conjuntura do pós-guerra. Por vezes, era o próprio MUT o porta-voz das bandeiras comunistas, já que passou a ser o principal mediador do partido junto aos mundos do trabalho. Assim, não são raros os momentos em que o MUT recomenda cautela aos trabalhadores, como neste caso em que atentos à movimentação operária no Rio de Janeiro, observam: "o Movimento Unificador dos Trabalhadores desaconselha quaisquer movimentos grevistas e agitações que não se fundem nas justas aspirações econômicas e sociais da classe trabalhadora e do povo em geral", e desaprovam: "Condena, assim, as agitações verificadas nesta capital e em vários Estados, denunciando seus motivos políticos, os quais são energicamente repelidos pelo proletariado organizado".[25] Aqui, recorremos mais uma vez às palavras de Weffort, que afirma que o PCB e o MUT "[f]arão o possível para evitar as greves, mas não deixarão de participar quando venham a revelar-se inevitáveis".[26]

---

24 WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista no Brasil, op. cit., p. 83.

25 PROTESTAM os operários. *A Tarde*, Salvador, 6 abr. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

26 WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista no Brasil, op. cit., p. 90.

Mas, quais motivos políticos o MUT se refere? As agitações seriam lideradas por forças políticas estranhas ao mundo operário? Os comunistas foram, de fato, grandes adversários das greves? Considerando que as correntes ministerialistas não tinham interesse em promover greves que prejudicavam o governo e os liberais não parecem ter o reconhecimento dos trabalhadores para dirigir lutas no chão da fábrica, sobram somente os trotskistas que, em todo caso, não tinham muita influência entre os trabalhadores. Por conseguinte, pode-se considerar que, provavelmente, os comunistas combatiam contra as direções que eram improvisadas para fazer a luta que os tradicionais dirigentes da classe trabalhadora não pretendiam encampar. Dessa forma, só restava ao MUT e ao PCB pedirem cautela como forma de zelarem pela ordem e tranquilidade, dentro do espírito conciliador que caracterizava a nova época de iminente vitória da aliança URSS-EUA contra o nazi-fascismo.

Neste espírito, quando dirigiam as greves, os pecebistas faziam questão de ressaltar que estas surgiam como último recurso dos trabalhadores, mas sempre dentro dos limites da ordem, sem ameaças à propriedade privada, aos patrões e ao governo: "Pacífica e disciplinadamente, defendendo seus direitos, dentro da ordem e da tranquilidade, com uma alta consciência de classe, entraram, ontem, em greve os empregados da Companhia Linha Circular", dizia a matéria do jornal comunista baiano *O Momento*, que também destacava a motivação dos operários cariocas relacionada à revogação do abono de um mês pelo governo de José Linhares, sucessor de Vargas. E prosseguiam com cuidado:

> *Dando magnífico exemplo patriótico, defendendo, a todo custo, a ordem e a tranqüilidade*, os operários se mantinham, serenamente diante das várias instalações da CLC, como sejam o barracão de Santana, o da Barroquinha, os elevadores Lacerda e o Plano Inclinado, que também não funcionaram. Nenhum incidente se registrou. *Os operários defendem a ordem e a tranqüilidade porque sabem que a desordem e o caos só interessam aos fascistas, inimigos da democracia e ferozes carrascos da classe operária*. Mas ordem e tranqüilidade não significa passividade, não significa deixar que os patrões reacionários, sobretudo os patrões do capital financeiro colonizador, façam o que bem entenderem, afundando o proletariado numa miséria cada vez maior. Por isso é que os operários têm se valido de todos os recursos legais para pleitear o que é o seu direito, para encaminhar as suas mais sentidas reivindicações.[27]

27 GREVE pacífica para concessão do abono. *O Momento*, [S.l.: s.n.], 31 dez. 1945b, grifo no original. BPEB,

Como se vê, o interesse dos pecebistas era, acima de tudo, garantir a paz e a tranquilidade, fazendo valer a máxima de que seriam o esteio máximo da ordem, em nome da União Nacional de todas as forças progressistas, a bem da democracia, do progresso da nação e da revolução democrática no Brasil.

Mas, se na maioria das vezes, os objetivos estratégicos não eram claramente enunciados, em alguns casos eles apareciam nas entrelinhas da política comunista levada adiante junto aos trabalhadores, de maneira a garantir a consecução das tarefas democráticas, desenvolver economicamente o país a partir do mercado interno para superar os resquícios do feudalismo, pois, quando os pecebistas defendiam medidas de colaboração entre as classes, o faziam "lutando pela emancipação econômica e política de nossa Pátria"; quando reivindicavam cooperação entre os trabalhadores nos sindicatos, lutavam "pela solução dos nossos problemas, dentro da ordem e do respeito mútuo entre as classes"; quando sugeriam medidas para os problemas da "paz democrática", defendiam "uma saída pacífica da crise política brasileira", pois consideravam que "outra qualquer solução violenta é desligada do povo".[28]

O fragmento acima, retirado do discurso de Luiz Araújo, dirigente do PCB da Bahia, no encerramento do Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, é ilustrativo de uma postura ostensivamente assumida pelos pecebistas frente ao mundo do trabalho. E que não se pense que os comunistas usavam da tática de União Nacional para ludibriar os incautos trabalhadores e os aliados dos setores progressistas da burguesia nacional, haja vista que são suficientemente claras as posições dos comunistas quanto ao assunto.

Ou seja, ao proletariado, cabia aceitar as condições impostas pela nova situação do mundo surgido da guerra, circunstância em que a solidariedade e a unidade eram as principais bandeiras dos trabalhadores e dos setores progressistas da burguesia, pois se aqueles tinham seus interesses confundidos com os desígnios da nação, estes não poderiam prescindir de trabalhadores "especializados, eficientes e educados", cabendo ao "governo popular" a defesa dos seus "sagrados interesses". Quanto ao programa máximo que implicava na organização dos trabalhadores para a revolução social, nenhuma palavra.

Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

28 OS TRABALHADORES fortalecem sua unidade. *O Momento*, [S.l.:s.n], 21 maio 1945c. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

ALGUMAS PALAVRAS A GUISA DE CONCLUSÃO

O custo da política levada à cabo pelo PCB em meados dos anos 1940 cobrou um preço alto. Após liderarem um importante processo de reorganização política dos trabalhadores que partiram para encampar reivindicações sufocadas por anos de repressão, os comunistas optaram por defender a ordem e a tranquilidade em um contexto em que o impossível parecia se tornar possível. Não há dúvidas de que os trabalhadores voltaram a acreditar nas suas próprias forças nos anos 1940, ainda mais porque por mais de uma década vivenciaram as maiores adversidades e justo naquele momento haviam dado a volta por cima. Incentivados pelas vitórias sobre os nazifascistas a partir de 1943, uma nova vaga revolucionária se abriu no mundo, recriando as condições que entre 1917 e 1921 impulsionaram os explorados e suas organizações para o protagonismo das lutas revolucionárias.

Em que pesem as condições históricas que apontavam para uma situação revolucionária em nível mundial, os comunistas, sob o controle de Moscou, apostaram na perspectiva da coexistência pacífica, depondo as armas diante de setores das burguesias que foram seus aliados contra os fascistas. No fim da guerra, contudo, quando uma nova oportunidade histórica se colocou diante dos revolucionários, suas hesitações foram maiores do que a disposição de levar adiante a tarefa pela qual lutaram por toda a vida. No final das contas, a Guerra Fria foi a resposta do ocidente à extinção da Internacional Comunista promovida por Stalin, enquanto a revolução foi novamente sufocada na maioria dos países em que se estabeleceu a democracia capitalista ou outras formas de democracia, chamadas pela historiografia de "populares".

Quanto ao PCB, sua política de colaboração de classes e de defesa irrestrita da democracia, que havia deixado de ser um componente tático para se converter quase que em uma estratégia, veio cobrar sua fatura. Inspirada pelos centros irradiadores do socialismo, a democracia aparecia agora como um fim em si mesma e não mais um caminho a ser pavimentado na construção do socialismo, especialmente para os trabalhadores que experimentavam uma grande ascensão após anos de reveses sociais e políticos, talvez parecesse surpreendente de que o Partido, no qual tinha depositado sua confiança, fosse agora o principal defensor da ordem momentânea.

Além dos operários, que foram "ensinados" a reagir com cautela frente a um histórico de opressão e exploração de longos anos de ditadura e crise econômica, foram também os comunistas do PCB a pagarem o mais alto preço pela adoção de uma tática e uma estratégia que culminariam na prostração. Quanto a isso, o PCB primeiro foi excluído do jogo político com a cassação do seu registro concedido em 1945; depois teve banido do

parlamento os 14 deputados eleitos, além do senador Luiz Carlos Prestes. Em 1948, começaria para os comunistas da pior forma possível: com o partido e os mandatos cassados.

Quanto à classe trabalhadora, aquela que poderia vir em socorro da sua maior e mais importante representação política, esta reagiu conforme tinha aprendido com os seus dirigentes, ou seja, a classe trabalhadora reagiu com ordem e tranquilidade, ainda que uma ordem novamente excludente e uma tranquilidade nunca mais do que aparente, prenunciadora de novas tempestades.

O PCB e os Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)[1]

Raquel Oliveira Silva

Implantados num contexto de redemocratização, após o fim da ditadura do Estado Novo, e com a legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB)[2] passados 23 anos de clandestinidade, os Comitês Populares Democráticos tinham como objetivo a ligação das massas com os comunistas, por meio da luta por reivindicações imediatas de interesse de melhoria de vida nos bairros e grupos envolvidos. De acordo com Sônia Serra, os Comitês aliavam ao movimento reivindicatório a participação popular em mobilizações "como a luta pela convocação imediata da Constituinte, as manifestações antifascistas e anti-integralistas e especialmente o trabalho de alistamento e esclarecimento eleitoral".[3] Também chamados de Comissões Populares Democráticas, esses organismos visavam, na linha de ação do PCB, a organização da sociedade civil nos moldes democráticos, além da ampliação das bases do partido, "incorporando às suas fileiras um número cada vez maior de filiados, através de um programa de apoio às

---

1 O presente texto é resultante da pesquisa de mestrado intitulada *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA) e desenvolvida com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Este texto é inédito e não se encontra em processo de julgamento em nenhum periódico ou coletânea.

2 O Partido Comunista a que se refere este trabalho denominava-se, durante a década de 1940, Partido Comunista do Brasil (PCB). Mais tarde, passaria a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Na década de 1960, o partido sofre uma divisão e surge então a agremiação de linha maoísta, com o título de Partido Comunista do Brasil e a sigla PC do B. SPINDEL, A. *O partido comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980. p.17.

3 SERRA, S. *O Momento*: história de um jornal militante. 1987. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987.

reivindicações populares, fora de organismos formais, como o sindicato".[4] Esperava-se que em cada bairro se formasse um núcleo que reivindicasse as necessidades mais urgentes da população local. Havia Comitês espalhados por todo o Brasil, inclusive na Bahia, abrangendo a capital e os municípios do interior.

Naquela época, o PCB vivia uma fase de prestígio e a anistia geral aos presos políticos do Estado Novo, em abril de 1945, e o novo código eleitoral, de maio, haviam permitido ao Partido Comunista ressurgir como força política. A atmosfera de triunfo sobre o fascismo, no exterior, baseado em uma aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética, e da qual o Brasil participara, ajudou a melhorar a reputação do Partido Comunista dentro do país. O partido, portanto, "gozava de prestígio moral de identificação como o povo russo, que havia suportado a agressão nazista na Europa". [5] A nova atmosfera era simbolizada pelo reconhecimento da União Soviética, por parte de Getúlio Vargas, também em abril de 1945.

Com a anistia, Luiz Carlos Prestes, junto com seus companheiros, é posto em liberdade depois de nove anos de prisão. Poucos dias após a anistia, Vargas concede legalidade ao partido, passados vinte e três anos de clandestinidade. Todas essas mudanças proporcionaram o arcabouço legal para a reorganização do PCB. O partido e seus candidatos encontraram ampla receptividade, "especialmente entre os intelectuais e a geração mais jovem que só conhecera a política fechada do Estado Novo".[6] Os comunistas alcançavam a liderança de muitos sindicatos. Conseguindo uma importante votação nas eleições de 1945, o partido parecia ter assegurada uma base de massas. [7] Diante disso, os comunistas queriam agora assegurar o seu espaço político legal e, para tanto, jogavam toda a sua capacidade mobilizadora na organização popular e na construção das bases do partido, dirigindo seus esforços maiores a um programa que beneficiava a criação de organismos que agregassem a classe trabalhadora, a exemplo do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e dos Comitês Populares Democráticos.[8] Esses núcleos podem ser entendidos

---

4 VAZQUEZ, P. S. *Intervalo democrático e sindicalismo*: Bahia (1942-1947). 1986. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

5 SKIDMORE, T. *Brasil*: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 87.

6 Ibid., p. 93.

7 Para a Assembleia Nacional Constituinte, o Partido Comunista do Brasil elegeu quatorze deputados e um senador (Prestes). Na Bahia, para a Câmara Federal, o Partido Comunista elegeu Carlos Marighella, com 5187 votos. SERRA, 1987, p. 56.

8 VAZQUEZ, 1986, p. 81.

como parte da estratégia comunista de revolução democrática, direcionados não apenas no sentido de mobilização, organização e educação do proletariado, mas também no fortalecimento e ampliação da ligação deste com o Partido Comunista.[9]

O MUT era uma organização intersindical dos trabalhadores que buscava reunir e organizar os dirigentes sindicais e estimular a sindicalização dos trabalhadores, a fim de fortalecer a almejada unidade operária, defendida historicamente pelos comunistas. [10] Segundo Petilda Vazquez, não era intenção dos comunistas que o MUT fosse um órgão paralelo ao sindicato, mas de sustentação e de propulsão de seu crescimento, atuando na convergência e na unidade dos trabalhadores, uma espécie de Central Sindical Comunista.[11] Caracterizando-se como um órgão "sem distinção de credos políticos e religiosos", o MUT, sob a liderança comunista de Manuel Batista de Souza, buscou apoio de setores independentes e do PTB, no auge da campanha anti-integralista, para realização de assembleias e comícios operários. Na prática, o MUT se apresentou como um órgão de fortalecimento dos trabalhadores, ligado ao Partido Comunista.[12] Defendia a mais ampla sindicalização, salários justos, redução da jornada de trabalho para seis horas, direito de greve e liberdade sindical. [13]

Já os Comitês Populares Democráticos se constituíram em órgãos cuja tarefa principal era organizar o povo, no sentido de desenvolver o trabalho de massas. As Comissões Democráticas foram lançadas em 23 de maio de 1945, quando do grande comício em que Luiz Carlos Prestes falou ao público pela primeira vez, desde a anistia. Os jornais baianos conferiram amplo destaque ao evento, ocorrido no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. No dia 24 de maio de 1945, o jornal *A Tarde* enfatizou toda a magnitude do comício, que contou com a presença de milhares de pessoas, incluindo uma entrevista com Rodolfo Ghioldi, líder do Partido Comunista Argentino.[14] Na edição desse mesmo dia, sobre esse acontecimento, o jornal *O Imparcial* publicou uma matéria com a seguinte manchete: "'Hoje,

---

9 PINHEIRO, M. C. de O. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos da Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

10 Ibid., p. 115.

11 VAZQUEZ, op. cit., p. 86.

12 VAZQUEZ, 1986, p. 87.

13 TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1987. p. 441.

14 A TARDE. Salvador, 24 maio 1945. Diário. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

a democracia volta-se para a esquerda', declara Luiz Carlos Prestes" .[15] A reportagem sugeria a existência de um considerável prestígio dos ideais de esquerda junto à opinião pública, devido à atmosfera de triunfo sobre o fascismo.

O jornal *O Imparcial* descreveu o comício no estádio do Vasco da Gama como um grande evento, com a presença de mais de noventa mil pessoas, em que o "Cavaleiro da Esperança" afirmou que "dez anos de guerra ao comunismo fizeram do brasileiro o povo mais comunista do mundo". O jornal finaliza informando que, ao fim de seu longo discurso, Prestes "foi ovacionado durante 36 minutos, ininterruptamente". O jornal *Diário da Bahia* optou por destacar o apoio dos comunistas à permanência de Vargas na presidência, com a seguinte manchete: "Prestes analisou a situação política do Brasil – reafirmando espírito democrático do pres. Vargas", [16] Enumerou alguns trechos do discurso de Prestes, como o que se refere à anistia e à defesa da continuidade de Getúlio na presidência, "para manter a ordem, para levar ao país a eleições livres e honestas e entregar o poder ao eleito da nação". Já o periódico *Estado da Bahia* descreveu o ambiente do comício:

> [...] de todos os lados viam-se bandeiras brasileiras e das Nações Unidas. Em toda a extensão do gramado a palavra Brasil e como três grandes dados as palavras Fome, Miséria e Fascismo, riscadas por uma cruz. Ao fundo do estádio, o retrato de Prestes, iluminado.[17]

O *Estado da Bahia* ressaltou a fala do secretário-geral do PCB acerca da colaboração entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética:

> [...] ela [a colaboração] é necessária na paz como foi na guerra, cabendo aos democratas do mundo inteiro apoiar e sustentar a colaboração das três grandes potências, lutando sem repouso pela paz interna da nossa própria Pátria, não poupando esforços para encontrar sempre uma solução pacífica de todas as divergências e contradições que nos possam tentar dividir.

---

15 O IMPARCIAL,[S. l.; s.n.], 24 maio 1945. Matutino de propriedade de Franklin Lins de Albuquerque, cujo redator-chefe era o filho do proprietário, Wilson Lins. Biblioteca Pública do Estado da Bahia . Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

16 DIÁRIO DA BAHIA. Salvador: Ed. Diária da Bahia, 1856-1957. Diária. 24 maio 1945. Fundado em 1 janeiro 1856 por Demetrio Ciriaco Tourinho e Manoel Jesuino Ferreira. Biblioteca Pública do Estado da Bahia . Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

17 ESTADO DA BAHIA. [S. l.], 24 maio 1945. Pertencente à cadeia dos Diários Associados, administrada pelo poeta Odorico Tavares. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

O Estado da Bahia também enfatizou que os comunistas preferiam Vargas no poder, o que é significativo, pois o jornal é assumidamente contrário à permanência do ditador no cargo de mandatário do país. Dentre os jornais da grande imprensa, este último é o único que publicou um trecho no qual Prestes menciona os Comitês Populares Democráticos: "nós, comunistas, não vacilamos [...] Viva a unidade de todo o povo organizado, todos os seus comitês democráticos. Viva a união dos povos amantes da paz e da democracia".

O jornal *O Momento,* o jornal vinculado ao PCB e editado em Salvador, atribuiu uma ênfase expressiva à criação dos Comitês Populares Democráticos. Na edição de 04 de junho de 1945, *O Momento* publicou o trecho do pronunciamento do dia 23 de maio, em que o "Cavaleiro da Esperança" indicou a fórmula a qual, segundo ele, tornaria possível ao povo uma participação realmente efetiva no movimento que asseguraria ao Brasil o caminho pacífico para a democracia, com o fim da ditadura do Estado Novo. Isso seria conseguido através da

> [...] organização do povo em amplos comitês nos locais de trabalho, nas ruas e bairros. Comitês Populares Democráticos que, unidos, pouco a pouco, constituirão [...] as organizações democráticas de cada cidade, região ou Estado, até a grande união nacional.[18]

Seguindo esse plano, em junho de 1945, já existiam em Salvador inúmeros Comitês Populares Democráticos, como os dos bairros de Liberdade, Santo Antônio, Pelourinho, Itapagipe, Sete Portas, entre outros. Enquanto organismos que buscariam agregar a população dos bairros pela solução de seus problemas cotidianos, os Comitês Populares Democráticos dispunham de terreno fértil para suas atividades, pois a maior parte da população dos bairros de Salvador vivia em condições difíceis. Se a Bahia dispunha na época de lideranças políticas de prestígio nacional, integrantes dos blocos de poder, uma burguesia comercial e agrária de certo peso, intelectuais de renome, com alguma vida social e cultural, era na verdade em seu conjunto um Estado pobre.[19] Mesmo na capital, a maioria da população recebia salários muito baixos ou nem regularmente assalariados eram. O povo comia mal, pois a alimentação era cara; morava em

---

18 O MOMENTO. [S. l.: s.n.], 4 jun. 1945. Publicação que circulou de 1945 a 1957, apresentando a sua vinculação política e ideológica ao PCB, apesar de inicialmente não ser um órgão oficial do partido. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais. Sobre a história desse periódico, ver a dissertação de SERRA, 1987.

19 SERRA, 1987, p. 26.

habitações precárias e insuficientes e se locomovia nos superlotados bondes da americana Companhia Linha Circular.

Para Maria Victoria Espiñeira, embora tenha dado liberdade para a população pobre expressar publicamente os seus problemas, com o fim da ditadura varguista, o pós-guerra vem para agravar esses problemas, "que até então estavam encobertos pela atuação do regime de força do Estado Novo". [20] Com a finalidade de amenizar todo esse sofrimento, além de rezar, trabalhar e festejar, o povo também lutava. Atendia aos apelos dos comícios, das passeatas, das greves, muitas vezes promovidos pelos comunistas, bem como os do futebol, do carnaval, do candomblé, das missas e festas religiosas, sendo estas manifestações da cultura popular que também contavam com o apoio e o envolvimento dos militantes e simpatizantes do PCB.

Os Comitês Populares Democráticos foram núcleos que visavam organizar a população, atentando para todas essas questões. Em entrevista ao jornal *O Imparcial,* o comandante Roberto Sisson, ex-dirigente da ANL, discorreu sobre essas comissões.[21] As declarações de Sisson referem-se, principalmente, à utilidade dos Comitês Populares Democráticos para a preparação e organização de militantes do Partido.

O comandante ressaltou a importância dos Comitês Populares, sobretudo quando urbanos, para a aplicação de teorias sociológicas, possibilitando, dessa maneira, o conhecimento do Brasil: sua geografia, economia, política, seu povo, suas riquezas, bem como suas perspectivas de industrialização. Nesse sentido, os comitês de distritos rurais não deveriam ser esquecidos, para a incorporação das massas do campo "em nossa vida econômica, política e cultural". Inclusive, esses comitês rurais deveriam merecer uma atenção especial "decorrente de nossa falta de prática no assunto", devendo ser ligados aos comitês urbanos, pois, de acordo com Sisson, não poderia haver solução progressista para os "grandes problemas das nossas cidades sem se resolverem concomitantemente os grandes problemas do campo". Dada a sua experiência na Aliança Nacional Libertadora, o comandante constatou que pequenas dúvidas quanto à organização popular muitas vezes "protelam por muito tempo a concretização de pequenas organizações básicas do povo", daí a necessidade de saber exatamente como instituir um Comitê Popular Democrático.

---

20 ESPIÑEIRA GONZALEZ, M. V. *O Partido, o Estado e a Igreja nas Associações de Bairros de Salvador.* Salvador: EDUFBA, 1997. p. 28.

21 O IMPARCIAL. [S. l.: s.n.], 5 jun.1945. Matutino de propriedade de Franklin Lins de Albuquerque, cujo redator-chefe era o filho do proprietário, Wilson Lins.

Segundo consta no jornal *Tribuna Popular,* de modo geral, a criação de um Comitê Popular passava por três fases antes de adquirir, como queriam os comunistas, força e expressão: "fase de organização, fase de direção provisória e fase de estrutura definitiva, com dirigentes democrática e periodicamente eleitos". [22] Ainda conforme o periódico, a iniciativa de formar esse organismo, naturalmente, partiria de uma pessoa, mas em breve constituir-se-ia um grupo de interessados que se reuniria na casa de um deles e se transformaria em Comissão Provisória de Organização. Esta dividiria tarefas entre seus membros, visando:

> a) Organizar um plano de reivindicações locais realizáveis: melhoria dos transportes, creches, postos médicos, escolas, mercados etc.;
>
> b) Coletar dinheiro;
>
> c) Realizar toda propaganda a seu alcance–pela imprensa, volante, painéis, faixas, inscrições murais etc.–para que, logo na sua formação, o Comitê vá ganhando a indispensável amplitude, tornando-se um organismo não só do grupo que o concebeu, mas de âmbito popular, acessível a todos os que lhe queiram pertencer.[23]

Esse é o período de organização, durante o qual é promovida uma assembleia com a presença e participação ativa do maior número possível de pessoas do bairro ou empresa. Nessa assembleia, entre outros assuntos que pudessem surgir, tratar-se-ia de:

> a) Escolher uma direção ainda provisória, a quem cabe desenvolver cada vez mais o Comitê;
>
> b) Discutir um plano de reivindicações realizáveis;
>
> c) Delegar à direção provisória poderes para nomear as várias comissões (de propaganda, de sede definitiva, de fundos, eleitoral, de cultura etc.), que se tornem necessárias ao funcionamento do Comitê.[24]

---

22 CAVALCANTI, W. Comitês Populares Democráticos (1945), apud Tribuna Popular. Rio de janeiro: [s. n.], 21 jul.1945, apud CARONE, E. *O PCB (1943 a 1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982. v. 2, p. 57.

23 Ibid., p. 57.

24 Ibid., p. 58.

Segundo o militante comunista Pedro Coutinho Filho, "técnico em matéria de comitê", em entrevista ao jornal *O Imparcial*, "essa direção se processa de maneira verdadeiramente democrática, em moldes inéditos entre nós", na qual não seriam organizadas chapas. Dessa forma, "nada de concreto se decide antes, tudo é debatido, deliberado e organizado pelo próprio povo livremente, na assembléia soberana". [25] Depois que o número de associados fosse apreciável, e depois de uma assembleia amplamente anunciada e especialmente convocada, seria feita uma eleição da diretoria definitiva do Comitê Popular Democrático. Ainda no jornal *Tribuna Popular,* constam as seguintes medidas a serem consideradas entre as atividades dos Comitês:

a) Reivindicações políticas gerais: União Nacional; ordem e tranquilidade; eleições livres e honestas; garantia das liberdades conquistadas, sua ampliação e conquista de novas; reconstitucionalização democrática; direito de voto aos soldados e aos analfabetos etc.;

b) Reivindicações práticas e imediatas para melhoria das condições de vida na população local;

c) Criação de cursos de alfabetização (rápidos, para adultos que queiram se alistar eleitores) e de cultura geral;

d) Criação de um posto de alistamento eleitoral para preparar eleitores independentemente de qualquer interesse ou cor partidária;

e) Mobilização de mulheres visando integrá-las na vida política da nação;

f) Organização de bibliotecas, realização de palestras, conferências etc., visando esclarecer democraticamente o povo;

g) Promover palestras, 'sabatinas' etc., destinadas a esclarecer a legislação eleitoral, principalmente sobre alistamento, maneira de votar, caráter secreto do voto, fiscalização eleitoral etc.[26]

Entre as sugestões gerais, destacam-se:

---

25 O IMPARCIAL. [S. l.: s.n.], 28 jun. 1945. Matutino de propriedade de Franklin Lins de Albuquerque, cujo redator-chefe era o filho do proprietário, Wilson Lins.

26 CAVALCANTI, apud CARONE, 1982, p. 58.

a) Não é necessário que os iniciadores de um Comitê sejam membros de tal ou qual partido político. Basta que sejam democratas sinceros;

b) Todas as reivindicações–políticas e econômicas–serão pleiteadas pelo Comitê de maneira pacífica e com vistas ao contínuo fortalecimento, em bases concretas, das ordem [sic] e tranquilidade indispensáveis à marcha para a democracia;

c) O Comitê não tem, por sua própria natureza, qualquer finalidade partidária, nem objetivos filosóficos ou religiosos, aceitando sem distinção de partidos, crenças ou classe a que pertençam, a adesão e o apoio de todos os que desejam bater-se pelas reivindicações populares;

d) As mulheres devem ser especialmente convocadas, no maior número possível, a participarem de todas as atividades do Comitê, inclusive as tarefas relativas à propaganda; novas adesões ao Comitê, alfabetização; coleta de fundos; festividades; levantamento e debate das reivindicações econômicas locais, sobretudo às que se liguem ao nível de vida, que as mulheres, por sua própria condição de donas-de-casa sentem e refletem melhor e mais intensamente. [27]

Adequando-se às resoluções em nível nacional, em 04 de junho de 1945, o PCB baiano reproduziu as orientações para a implantação dos Comitês Populares no jornal *O Momento*. Em nota no referido periódico, intitulada "Como formar um comitê?", consta que em cada município no interior, em cada bairro na capital, ou em cada fábrica ou local de trabalho numeroso, "por iniciativa do povo se organizará um comitê, uma comissão democrática, núcleo ou que nome tenha".[28] Assim, à medida que fosse se desenvolvendo, cada organização deveria orientar-se por suas próprias leis, discutidas e aprovadas por suas assembleias, por seus componentes. Os Comitês deveriam ter "sua vida própria, estimular sua iniciativa, desenvolver seu espírito criador".[29] Percebe-se, então, que era previsto e aceito certo nível de autonomia entre os organismos.

---

27 CAVALCANTI, apud CARONE, 1982, p. 58-59.

28 COMO formar um comitê? *O Momento*, [S. l.], 4 jun. 1945. Publicação que circulou de 1945 a 1957, apresentando a sua vinculação política e ideológica ao PCB, apesar de inicialmente não ser um órgão oficial do partido. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

29 Ibid.

As Comissões Populares deveriam ainda ser "organismos combativos, cultivar os sentimentos unitários, fundamentar-se em princípios democráticos". [30] Tratando-se de um comitê de bairro, sua principal finalidade deveria ser o estudo dos problemas da população local, até encontrar um modo de resolvê-los, reivindicando das autoridades responsáveis melhorias imediatas. No caso das comissões de fábrica, delas poderiam fazer parte não só os operários, como também representantes de patrões progressistas, possibilitando "a solução, em harmonia, das reivindicações dos trabalhadores". Segundo o texto, eis aí, então, um exemplo de "colaboração de classe", pois o Comitê Popular de fábrica seria um organismo capaz de, dentro da ordem, possibilitar a solução da reivindicação dos trabalhadores, e como exemplos são citados a elevação dos salários, o aperfeiçoamento da técnica de produção, a elevação do rendimento do trabalho. Dessa maneira, é possível notar que, embora fossem voltados para organizar a classe trabalhadora em prol da reivindicação de suas necessidades mais sentidas, os Comitês Populares também foram idealizados pelos comunistas para se encaixar na linha da União Nacional em torno de uma solução "pacífica" para os problemas nacionais, incluindo a defesa de uma política de "ordem e tranquilidade", visando a consolidação da democracia. Isso é válido tanto para os comitês de fábrica quanto para os de bairro. De fato, em nota publicada no dia 3 de dezembro de 1945, intitulada "O proletariado e a União Nacional", o jornal *O Momento* reafirma a ideia de que os organismos ligados ao PCB deveriam avigorar a linha adotada pelo Partido:

> [...] a união nacional deve ser reforçada, através das organizações populares, dos comitês democráticos, do Movimento Unificador dos Trabalhadores, das associações de classes, dentro das empresas, através das comissões mistas de empregados e patrões.[31]

Segundo a nota do jornal *O Momento* publicada a 04 de junho de 1945, reiterando a orientação nacional, os Comitês também iriam se dedicar a outras causas, como o combate ao integralismo e a campanha pelo alistamento eleitoral. Segundo o texto do periódico, separadamente como comissões ou em conjunto como um movimento unificado, nada impedia que esses organismos influíssem diretamente junto aos candidatos das

---

30 Ibid.

31 (O)PROLETARIADO e a União Nacional. *O Momento,* [S. l.], 3 dez. 1945. Publicação que circulou de 1945 a 1957, apresentando a sua vinculação política e ideológica ao PCB, apesar de inicialmente não ser um órgão oficial do partido. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

eleições para a Assembleia Constituinte – a serem realizadas ainda em 1945 – para que incluíssem em suas plataformas "as soluções preferidas pelo povo; ou junto aos governos para que sejam asseguradas condições para eleições livres e honestas".[32] Logo, apesar de terem sido idealizados pelos comunistas como organismos sem filiação partidária, objetivos filosóficos ou religiosos, vários manifestos e proclamações dos Comitês Populares implantados, em Salvador, apresentavam em suas pautas o combate ao integralismo e sessões de alistamento eleitoral como prioridades a serem atendidas. É compreensível que os pecebistas procurassem utilizar seus organismos de base, inclusive os Comitês Populares Democráticos, para ampliar sua penetração nas massas, pois se tratava de um contexto em que havia a perspectiva de eleições, levando o Partido a se preocupar com a consolidação de sua legalidade recém-conquistada e com a tentativa de alcançar um resultado expressivo nas urnas.

Na capital baiana, a ideia da fundação dos Comitês Populares Democráticos foi lançada numa reunião na sede da União dos Estudantes da Bahia (UEB), aparentemente em junho de 1945. Levando em consideração que Luiz Carlos Prestes propôs a formação das Comissões Democráticas em seu discurso do dia 23 de maio daquele ano, conclui-se que o CR-BA contava com uma ampla organização, pois foi possível implantar os Comitês em Salvador já no início do mês seguinte.[33] Segundo o jornal *O Momento*, a principal finalidade destes organismos era trabalhar pela resolução dos problemas de interesse geral, tais como criação de escolas públicas, melhor iluminação, melhor calçamento, fundação de postos de saúde, saneamento, vigilância contra o "câmbio negro" e a especulação nos preços dos gêneros, bem como todas as demais questões de interesse coletivo surgidas nos bairros. Apesar de serem animadas por comunistas, as Comissões Democráticas Populares foram idealizadas para não terem qualquer finalidade partidária. Entretanto, também deveriam se dedicar a causas mais amplas, exigindo

> [...] a cooperação de todos os patriotas e democratas para o esclarecimento público sobre a necessidade de eleições livres e honestas, sobre a importância do voto consciente, combatendo-se deste modo o espírito de fraude e de suborno eleitoral; vigilância

---

32 O MOMENTO, 4 jun. 1945.

33 É possível deduzir que os Comitês Populares Democráticos foram lançados em Salvador no início de junho, porque a notícia desse lançamento saiu na edição de *O Momento* do dia 4 de junho de 1945.

> democrática contra a quinta-coluna, particularmente contra os desagregadores integralistas que continuam fiéis ao credo verde.[34]

Quando do lançamento dos Comitês Populares Democráticos em Salvador, vários desses núcleos foram organizados e postos em atividade nos bairros da capital baiana. Diferentemente dos municípios do interior, Salvador não teve apenas um, mas vários Comitês Democráticos espalhados por seu território. Dentre os primeiros a serem implantados, constam os da Estrada da Liberdade, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Itapagipe, Alto do Peru e Fonte Nova.[35] Também se constituíram Comissões Populares Democráticas em Santo Antônio, Brotas, Rio Vermelho, Engenho Velho de Brotas, Capelinha, Nazaré, Tororó, Mares, Barbalho, São Caetano, Mont-Serrat, Fazenda Garcia, Cabula, Barris, Garcia, Alto Formoso, Mirante do Campo Santo, São Pedro, Santana e Vasco da Gama. Em 18 de junho de 1945, o jornal *O Momento* abriu uma seção dedicada ao noticiário das atividades dos Comitês Populares Democráticos da Bahia, além de trazer informações acerca da composição das Comissões e seus manifestos e programas. Assim, através dessa seção, foi possível colher dados para a realização deste estudo.

Foram consultados os planos dos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Fonte Nova, Pelourinho, Mares, Alto do Peru e São Caetano. Esses Comitês foram escolhidos devido à disponibilidade de seus programas e dos nomes de seus integrantes, de modo que, através do cruzamento com o levantamento feito pela polícia, fosse possível identificar se existiam pecebistas nas Comissões locais e, consequentemente, verificar o nível de penetração do PCB nesses organismos e se havia influência dos comunistas no teor das reivindicações. Todos os programas têm em comum as exigências por melhoria de vida nos locais de moradia e o combate ao integralismo e à quinta-coluna. Entretanto, há algumas especificidades de bairro para bairro as quais interessa ressaltar.

A Comissão Popular Democrática da Fonte Nova foi fundada na zona de confluência de vários bairros, por moradores da Fonte Nova, Vila América, Sete Portas e arredores, numa reunião realizada na sede do Centro Espírita do Castro Neves.[36] De acordo com o programa publicado nos jornais

---

34 ORGANIZAM-SE os Comitês Democráticos Populares. *O Momento,* [S. l.], 4 jun.1945. Publicação que circulou de 1945 a 1957, apresentando a sua vinculação política e ideológica ao PCB, apesar de inicialmente não ser um órgão oficial do partido. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

35 Ibid.

36 ORGANIZAM-SE ..., 4 jun.1945

O Momento e *O Imparcial,* o Comitê Popular da Fonte Nova reivindicava calçamento das ruas, iluminação, conserto dos esgotos e encanamentos, albergue noturno e hospital para pobres, posto de socorro e melhoria das moradias, além de posicionar-se contra a carestia, promover a alfabetização e palestras de interesse geral, trabalhar pela união nacional, combater a quinta-coluna e cooperar com os demais Comitês Populares na adesão à campanha anti-integralista. [37] Já o Comitê Popular do Alto do Peru foi fundado em 17 de junho de 1945, no distrito de São Caetano.[38] Seu programa incluía pleitear uma escola pública, criação de bibliotecas populares nos bairros, água canalizada com um chafariz público, posto médico de emergência com seções de assistência pré-natal e infantil, albergue noturno, iluminação pública completa, calçamento das ruas, extinção do "câmbio negro" e o combate ao fascismo e a todas as formas de opressão às liberdades públicas. Dessa maneira, embora se propusessem a cooperar com as demais Comissões e aderir à campanha anti-integralista, os Comitês Populares Democráticos da Fonte Nova e do Alto do Peru apresentaram programas mais voltados ao atendimento das necessidades cotidianas das populações locais.

Já os planos dos Comitês Populares do Pelourinho, dos Mares e de São Caetano, apesar de também incluírem demandas imediatas dos moradores, ressaltam aspectos políticos, como a luta contra o fascismo e a realização de palestras para esclarecimento das massas.[39] O Comitê Popular do Pelourinho apresenta, como primeiro item do seu programa, o seu caráter democrático, afirmando estarem "as suas portas abertas às pessoas de ambos os sexos, de qualquer religião, tendências políticas, condições sociais etc.".[40] Tamanha é a preocupação com o combate a "certas manobras de elementos reacionários e integralistas" que o tema reaparece no segundo item, em que o Comitê do Pelourinho reforça a sua disposição em lutar

---

37 COMISSÃO Democrática Popular na Fonte Nova. *O Imparcial,* [S. l.], 12 jun.1945. Matutino de propriedade de Franklin Lins de Albuquerque, cujo redator-chefe era o filho do proprietário, Wilson Lins. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

38 COMISSÃO do Alto do Peru. *O Momento,* [S. l.], 9 jul. 1945. Publicação que circulou de 1945 a 1957, apresentando a sua vinculação política e ideológica ao PCB, apesar de inicialmente não ser um órgão oficial do partido. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

39 PROGRAMA do Comitê do distrito dos Mares. *O Momento,* [S. l.], 25 jun. 1945; REALIZAÇÕES do Comitê do Pelourinho. *O Momento,* [S. l.], 2 jul. 1945; MANIFESTO do Comitê Democrático de São Caetano. *O Momento,* [S. l.], 16 jul. 1945.

40 COMISSÃO Democrática Popular do Pelourinho - Programa de Reivindicações. *O Momento,* [S. l.], 2 jul. 1945. Publicação que circulou de 1945 a 1957, apresentando a sua vinculação política e ideológica ao PCB, apesar de inicialmente não ser um órgão oficial do partido. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

abertamente "contra qualquer forma de fascismo, não subestimando nunca as artimanhas do integralismo, nunca permitindo a sua rearticulação".

O programa da Comissão Popular dos Mares atribuía significativa ênfase à educação política da população local, incluindo entre os seus primeiros itens a realização de palestras sobre temas econômicos, técnicos e políticos, a luta contra todas as formas de fascismo e o estudo dos programas dos partidos políticos, para ver se "realmente resultará para o povo uma situação de melhoria imediata e concreta". Só então a Comissão dos Mares anunciou que iria priorizar também pelo melhoramento das ruas, internamento dos indigentes, luta contra o "câmbio negro", mas todas essas reivindicações seriam realizadas dentro da lei, certamente para se adequar à linha pela defesa da "ordem e tranquilidade" adotada pelo PCB. Embora, teoricamente, os Comitês Populares não declarassem uma postura política definida, em contrapartida, os organizadores da Comissão de São Caetano parecem ter ignorado esse caráter não partidário que os Comitês Populares Democráticos deveriam assumir, pois encerra o seu programa com as seguintes palavras de ordem:

> Viva o Brasil Democrático e Progressista! Viva a gloriosa Força Expedicionária! Guerra implacável à 5ª coluna nazi-integralista, trotskistas e reacionários fascistas, inimigos do povo! Viva as Nações Unidas! Viva o grande líder do povo brasileiro – Luiz Carlos Prestes. [41]

Em uma análise simplista, essas sutis diferenças entre as pautas de bairro para bairro poderiam ser atribuídas à maior ou menor presença de comunistas na organização dos Comitês: onde houvesse mais militantes pecebistas, mais forte seria o caráter partidário de seus programas. Porém, as fontes disponíveis não permitiram a confirmação dessa hipótese.

Dentre os Comitês cujos planos foram até agora citados, somente em três deles foi possível confirmar a existência de comunistas em seus cargos: os da Fonte Nova, Alto do Peru e Pelourinho, sendo os dois primeiros, justamente aqueles cujos programas eram mais voltados ao atendimento das necessidades imediatas da população do que ao combate ao integralismo. Dentre os indivíduos apontados como os animadores do Comitê Popular da Fonte Nova, dois foram identificados como comunistas: os estudantes Luiz Contreiras de Almeida e Mário Alves, sendo este último assíduo participante das atividades de vários outros núcleos populares ligados ao PCB. Na Comissão Popular do Alto do Peru, constam em

---

41MANIFESTO ..., 16 jul. 1945.

sua comissão diretora o estudante Pedro Domiense de Oliveira, apontado pela polícia como ex-aluno do Colégio da Bahia e cobrador do jornal *O Momento,* e Noemia Domiense Alves, assinalada pela polícia como militante do PCB.[42] O Comitê Popular do Pelourinho era presidido pelo sapateiro Arlindo Simões, também distinguido pela polícia como militante do Partido Comunista, além de ter contado, na ocasião de sua fundação, com a presença do estudante Walmor Barreto, apontado por João Falcão como membro pecebista.[43]

Foi possível identificar a presença de comunistas em vários outros Comitês Populares Democráticos de Salvador. A Comissão Popular da Estrada da Liberdade contou, em sua formação, com a participação de pelo menos um indivíduo identificado pela polícia como militante da célula da Liberdade, Leocádio Manuel de Jesus.[44] O Comitê Popular de Nazaré era composto, entre outros, por Abrahim Majdalani, distinguido pela polícia como um "elemento de destaque, figura infalível em todas as manifestações comunistas e membro da direção do Comitê Municipal de Salvador".[45] Além disso, a Comissão Popular de Nazaré foi presidida por Eusínio Lavigne, advogado e cacauicultor no município de Ilhéus, que viria a ser candidato não-comunista a deputado federal, na chapa do PCB.[46] Na comissão provisória do Comitê Popular do Barbalho, constam Zitelman de Oliva, apontado por João Falcão como comunista, e Aloísio Gomes dos Santos, o qual a polícia distingue como líder comunista na estiva, fazendo parte da direção do respectivo sindicato.[47] Fazia parte da direção da Comissão Popular da Estrada do Cabula Antonio Pascazzio Bitencourt, segundo a polícia, "prócer comunista destacado e secretário político do Comitê Estadual da Bahia, do PCB".[48] O Comitê Popular dos Barris incluía, na sua comissão de propaganda, o militante Zeid Kertzman, além de ter eleito como seu presidente o dr. Edgar Mata, que viria a ser candidato a deputado pelo PCB. De acordo com relatório da polícia, Mata foi identificado criminalmente como comunista, em 26 de novembro de 1937, além de ser

---

42 LEVANTAMENTO parcial do Partido Comunista no Estado da Bahia. APERJ: Fundo DPS. f. 362.

43 Dados sobre Arlindo Simões em LEVANTAMENTO..., op. cit., f. 360; sobre Walmor Barreto, em FALCÃO, J. *O Brasil e a Segunda Guerra*: testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. p. 114.

44 LEVANTAMENTO..., op. cit., f. 361.

45 Ibid., f. 359.

46 OS CANDIDATOS do povo baiano à Constituinte. *Tribuna Popular,* 22 nov. 1945. APERJ: Fundo DPS. f. 317.

47 Informações sobre Zitelman de Oliva em FALCÃO, op. cit., p. 114; e sobre Aloísio Gomes dos Santos, em LEVANTAMENTO..., op. cit., f. 360.

48 LEVANTAMENTO..., op. cit., f. 359.

um orador popular, que tinha tomado parte "em manifestações populares operárias ou simplesmente esquerdistas".[49] Em 27 de novembro de 1945, o jornal *O Momento* noticiou que os Comitês Populares de São Pedro e Nazaré enviaram telegrama ao candidato pelo PCB à presidência da República, Yeddo Fiúza, assinado, entre outros, pelo adepto do MUT Celio Guedes, e Dante Buffoni, o qual, embora tenha sido enumerado por João Falcão como um antifascista sem partido, foi descrito pela polícia como um "militante destacado, propagandista vermelho".[50] O Comitê Popular de Itapagipe foi constituído, entre outros, por Dante Leonelli, apontado por João Falcão como militante do PCB, além de João Martins, assinalado pela polícia como advogado do Partido.[51]

Em 11 de junho de 1945, o Comitê Democrático Popular de Itapagipe realizou um comício no Largo da Boa Viagem, em que falaram alguns indivíduos ligados ao PCB. Segundo consta no jornal *O Imparcial,* quem iniciou a manifestação, em nome do Comitê Popular local, foi o acadêmico Dante Leonelli, seguido pelo operário Israel Sampaio, representando o proletariado e mostrando o perigo do reaparecimento do integralismo.[52] Falou também o estudante Mário Alves, em nome da União dos Estudantes da Bahia e das organizações patrióticas. Por fim, discursou o sr. Galindo Júnior, descrito por *O Imparcial* como um "velho combatente antifascista, que mostrou em palavras claras o valor e a importância das Comissões Democráticas Populares". A manifestação "que, apesar do mau tempo, foi muito concorrida", foi encerrada pelo Sr. Estevão Macedo, convidando o povo para os demais comícios que seriam realizados na península itapagipana. Em relatório produzido pela polícia, Macedo é assinalado como dirigente do PCB, além de ser descrito como "prócer comunista exaltado e persistente", "orador constante em comícios populares notadamente entre o pessoal de fábricas".[53] Justamente por conta de seu hábito de falar em público, Estevão respondeu a um processo a partir de abril de 1946 por haver dito, num comício, "que o atual ministro da Guerra leva a vida bebendo cachaça".[54]

---

49 LEVANTAMENTO parcial do Partido Comunista no Estado da Bahia. APERJ: Fundo DPS. f. 358.

50 Informações sobre Dante Buffoni em FALCÃO, 1999, p. 114; e em LEVANTAMENTO..., op. cit., f. 361.

51 Dados sobre Dante Leonelli em FALCÃO, op. cit., p. 114; sobre João Martins, em LEVANTAMENTO..., op. cit., f. 361.

52 O IMPARCIAL. [S. l.: s.n.], 12 jun. 1945

53 LEVANTAMENTO..., op. cit., f. 359.

54 Ibid., f. 359.

Houve Comitês Populares em que não foi possível identificar se existia relação entre suas lideranças e o Partido Comunista, mas isso não descarta a possibilidade de realmente ter ocorrido entre esses mesmos líderes o intercâmbio Comitês-PCB. Em contrapartida, através dos exemplos acima, pode-se concluir que, de modo geral, é significativa a presença de comunistas atuando na organização e na realização das atividades dessas Comissões. Nas fontes consultadas, pelo menos um membro de cerca de 40% dos Comitês Populares implantados em Salvador tinha algum nível de envolvimento com o Partido. Como as Comissões Populares Democráticas se propunham a organizar o povo e a combater o integralismo, não é descabido pressupor que houvesse comunistas em seus cargos, bem como democratas e antifascistas em geral, mas é instigante questionar até que ponto os pecebistas influenciavam na administração e no funcionamento dos Comitês, levando em consideração que esses organismos se declaravam independentes de filiações partidárias.

De acordo com o depoimento do ex-militante do PCB, Luiz Contreiras de Almeida, que participou da formação do Comitê Popular da Fonte Nova e das atividades do Comitê Popular de Brotas, compunham esses organismos comunistas e não comunistas, sobretudo os moradores, "pessoas, assim, que queriam discutir os problemas do bairro". [55] Geralmente, a iniciativa de fundar uma Comissão Democrática Popular partia de algum militante do PCB, que arregimentava pessoas interessadas na ideia. Dessa forma, "os comunistas convocavam pessoas que não eram comunistas, mas que eram assim, amigos, simpatizantes, para reunir nesses comitês, entendeu? Então, semanalmente ou quinzenalmente a gente se reunia. Se reunia e discutia." Segundo o depoente, a receptividade dos moradores dos bairros era razoável. O Comitê Popular de Brotas, especificamente, chegava a reunir em torno de vinte a trinta pessoas, que se encontravam na sede situada numa sala alugada, no intuito de discutir "questão do transporte, questão da carestia, se discutia muito também. Questão de escola para os bairros. Esses problemas mais ligados ao interesse de cada bairro". Finalizando, Contreiras contribui com mais uma informação relevante para avaliar o nível de participação dos comunistas nos Comitês Populares Democráticos, ao atribuir o fim desses organismos à cassação do registro do PCB, em 1947, pois "os comunistas eram os que frequentavam mais firmes, mais assíduos, compreendeu? Os que tinham mais responsabilidade pela manutenção do comitê".

---

55 ALMEIDA, Luiz Contreiras de**.** Salvador, 2010. Entrevista inédita concedida em 16 mar. 2010.

Segundo Maria Victoria Espiñeira, a estratégia do Partido Comunista era a de não expor sua participação nos movimentos populares.[56] Todavia, o testemunho de Luiz Contreiras reitera o que já podia ser inferido através de uma análise das fontes até o momento apresentadas neste trabalho. Embora não seja possível identificar uma vinculação de todos os membros de Comissões Populares Democráticas ao PCB, é perceptível que os comunistas tinham uma considerável penetração nesses organismos e eram, em grande parte, responsáveis pelo seu funcionamento. A diversidade de pessoas que compunham os Comitês Populares provavelmente resultou na variação entre os programas produzidos pelo organismo de cada bairro, mas ainda assim a diferença entre esses planos era muito sutil. As Comissões Populares Democráticas tinham, basicamente, as mesmas características e normas, enquadrando-se no padrão sugerido pelos comunistas que, por meio da imprensa, divulgaram as instruções de como formar Comitês, como já foi apresentado neste trabalho, em edições dos jornais *Tribuna Popular, O Momento* e *O Imparcial*.

Os Comitês Populares Democráticos deveriam seguir o modelo elaborado pelos comunistas, que acompanhavam detidamente o desenvolvimento desses núcleos nos bairros e, inclusive, promoviam atividades conjuntas das Comissões de vários lugares de Salvador. Eram frequentes os eventos organizados por determinado Comitê que contavam com a presença de representantes de outros lugares, como o comício anti-integralista do Comitê Popular Democrático de Brotas, o qual incluiu a participação de membros das diversas comissões de bairros da cidade.[57] O primeiro comício do Comitê Popular do Engenho Velho contou com discursos de membros dos Comitês de Brotas, Pelourinho e Cabula, e com a presença do dirigente sindical Juvenal Souto.[58] Logo, havia um intercâmbio entre os organismos dos vários locais de Salvador, o que sugere que as ações dos Comitês ocorriam em unidade e de maneira coordenada, muito possivelmente pela própria agremiação comunista.

Além disso, representantes dos Comitês Populares participavam de atividades do PCB, como a sessão pública de instalação da sede do Comitê Estadual do Partido, em julho de 1945.[59] Ainda nesse mesmo mês, no Teatro Jandaia, as Comissões Populares conduziram cartazes e dísticos,

56 ESPIÑEIRA-GONZALEZ, 1997, p. 30.

57 REALIZAÇÕES do Comitê de Brotas. *O Momento,* [S. l.], 23 jul. 1945.

58 COMISSÃO Popular Democrática do Engenho Velho. *O Momento,* [S. l.], 6 ago. 1945.

59 FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci*: 20 anos de clandestinidade. Salvador: Contexto e Arte, 2000.

com palavras de ordem do Partido, no comício em homenagem a Pablo Neruda, então em visita à capital baiana.[60] Os Comitês Populares Democráticos também enviaram telegramas e se empenharam na organização de comícios de apoio ao candidato pelo PCB à presidência da República, Yeddo Fiúza.[61] Depreende-se disso que, por mais que fossem idealizados para serem organismos com autonomia para preparar seus próprios estatutos e realizar suas próprias atividades, na prática, os Comitês Populares Democráticos funcionaram como órgãos auxiliares do PCB para atuar junto à população dos bairros, visando uma maior penetração do Partido nas massas, fora dos espaços sindicais.

---

60 REALIZOU-SE, ontem, o Comício Pablo Neruda. *Estado da Bahia*, [S. l.], 31 jul. 1945.

61 O MOMENTO. [S. l.: s.n.], 27 nov. 1945.

PARTE III

DO MANIFESTO DE JANEIRO DE 1948 À DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958 E ALÉM

Insubordinações das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950

Ede Ricardo de Assis Soares

HISTÓRIA E MEMÓRIA SOBRE ATUAÇÃO DO PCB APÓS A CASSAÇÃO DE 1947

Impactada com a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil (PCB),em maio de 1947 e a consequente cassação dos parlamentares comunistas, em janeiro de 1948, a direção do "Partido de Prestes" promoveu mudanças radicais em sua linha política oficial. Até aquele momento, a linha de União Nacional continuava sendo aplicada e rendendo ao PCB avanços no campo de disputa política, desvelado com o fim do Estado Novo.

Segundo a historiografia, a ilegalidade levou o Partido Comunista a alterar suas táticas para a consecução da revolução burguesa, etapa que, para os pecebistas, era necessária à revolução socialista no Brasil. Consolidadas as cassações do registro do Partido e de seus parlamentares, o Comitê Central do PCB passou a orientar os militantes a abandonarem a via eleitoral e os sindicatos oficiais, além da criação de sindicatos paralelos.

O marco da inflexão foi a publicação do Manifesto de Janeiro de 1948. No documento, a direção do Partido divulgou sua análise acerca dos acontecimentos políticos recentes e orientou os seus militantes a abandonarem a linha política de União Nacional. Segundo Anita Prestes,

a partir de então, aquela tática passou a ser considerada pela direção do Partido como o principal fator que conduziu os comunistas a empreenderem uma "[...] sistemática contenção da luta das massas proletária sem nome da colaboração operário patronal e da aliança com a 'burguesia progressista' [...]".[1]

Existe uma considerável produção acadêmica e memorialística sobre esse contexto.[2] Iniciaremos nossas analises com a obra *O Partidão*: *a luta por um partido de massas (1922-1974),* do ex-militante Moisés Vinhas. Este autor analisa a militância dos comunistas após os manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950, defendendo que apesar de continuarem assinando seus artigos, os líderes comunistas permaneciam numa clandestinidade extremada, que tinha a ver mais com suas concepções políticas dominantes no período do que com a realidade objetiva. Para o autor, o "subjetivismo" e o "sectarismo" dessas concepções havia levado o partido a uma fragorosa derrota nas eleições de 1950. À base de uma política de "classe contra classe" – apesar do fraseado mencionar uma "frente democrática de libertação nacional", e admitir a aliança com a "burguesia nacional" sob hegemonia dos comunistas – conseguiram eleger com muita dificuldade, um deputado federal pelo Distrito Federal, Roberto Morena, pela legenda do Partido Republicano Trabalhista (PRT), um deputado estadual em Pernambuco, Paulo Cavalcanti, pela legenda do Partido Social Democrático (PSD),[...] Vale a pena observar de passagem, a "coincidência": Distrito Federal e Pernambuco são dois estados onde malgrado a linha do "Manifesto de agosto", os comunistas conservam algo assemelhado a uma política de alianças.[3]

Pode-se observar que o autor se refere à perda de força política que se abateu sobre os comunistas, por conta do Manifesto de Agosto de 1950, documento que ratificou as orientações do Manifesto de Janeiro de 1948. Segundo Moisés Vinhas, somente no Distrito Federal e em Pernambuco, o PCB manteve uma política de alianças frente às eleições, o que garantiu àqueles núcleos pecebistas algumas vitórias no campo eleitoral. Em seguida, o autor reflete sobre os efeitos da nova linha política dos comunistas frente aos trabalhadores:

---

1 PRESTES, A. L. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)*: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 114.

2 Selecionamos algumas obras e dividimo-las entre as de cunho memorialista e as historiográficas. Certamente que a bibliografia sobre a temática é vasta, no entanto, precisamos fazer uma seleção para respeitar os limites de um artigo.

3 VINHAS, M. *O Partidão*: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 129.

> [...] os comunistas se lançam agora com ímpeto à 'revolução'. Passam a considerar os sindicatos como órgãos do Estado e do governo burgueses e latifundiários, logo, como órgãos a serviço da burguesia e do latifúndio. E tratam de criar organizações novas, revolucionárias, puras, 'autônomas', 'independentes' e 'paralelas'[...] As consequências são as de praxe. A rede de militantes de base, tanto nos sindicatos como nos bairros e em outros setores sociais, se desfaz e muitos abandonam o partido – não conseguem se ajustar a essa política.[4]

No trecho citado, Moisés Vinhas dá continuidade aos seus argumentos acerca das modificações táticas do PCB, dessa vez tendo por base a ação dos comunistas entre os trabalhadores e seus órgãos de classe. Nesse sentido, o autor afirma que o PCB se distanciou da classe trabalhadora por conta da aplicação da nova linha política.Semelhante visão consta na obra *O Partido Comunista que eu conheci 20 anos de clandestinidade*, do ex-militante comunista João Falcão[5]. Em sua análise sobre as mudanças na linha do PCB, o autor considera que o Manifesto de Janeiro de 1948 foi uma consequência da cassação do registro do PCB e dos mandatos dos comunistas, ressaltando que:

> [O Manifesto de agosto de 1950] causou um grande impacto entre os militantes. Era de uma agressividade inaudita. Em nenhum momento o Partido Comunista foi tão violento contra o governo Dutra, a classe política e a burguesia nacional[...] Diante disso, os comunistas votaram em branco nas eleições de outubro de 1950, virando as costas para as massas populares e para os próprios militantes, que queriam votar em Getúlio Vargas[....] Nos comícios, nas portas de fábricas, os comunistas eram vaiados e ameaçados quando atacavam Getúlio.[6]

No trecho citado, percebe-se que o autor somente nesse momento faz referência a um distanciamento entre o PCB e a classe operária, em consequência da nova linha que os comunistas estavam pondo em prática, análise semelhante à defendida por Moisés Vinhas.

Na obra, *Cadernos do militante comunista: Questões Históricas e atuais do PCB*, o ex-militante pecebista, Salomão Malina, também tece críticas à

---

4 VINHAS, 1982, p. 129-130.

5 FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*. 2 ed. Salvador: Contexto & Arte editorial, 2000, p. 332.

6 VINHAS, 1982, p. 378-379.

nova orientação do PCB, considerando que o Partido adotou uma política sectária, iniciada no Manifesto de Janeiro de 1948 que só seria modificada dez anos depois:

> [...] entre 1948 e 1956/58, a prática política do partido foi um processo linear, marcado pelo sectarismo e pelo golpismo [...] Entre nós, isto derivava também da linha política equivocada, já expressa no Manifesto de 1948: divulgado, se não me falha a memória, em janeiro daquele ano, nele nós chegávamos a propor a renúncia do presidente Dutra! Depois veio o Manifesto de Agosto de 1950, onde o divórcio em relação à realidade nacional alcançava o paroxismo. É claro que esta política oficial do partido era errada – a nossa posição face à candidatura de Getúlio (recomendamos o voto em branco) prova-o cabalmente.[7]

O raciocínio de Salomão Malina também se aproxima das análises de João Falcão e de Moisés Vinhas no que se refere à influência decisiva do Manifesto de Agosto de 1950 para a linha política pecebista. O então militante considera que os comunistas viraram as costas para o jogo político-institucional, afirmando que o Partido se precipitou ao aderir assumir a ilegalidade como clandestinidade:

> Quer dizer: a realidade posta pela ilegalização não conduzia, necessariamente, à clandestinidade tal como nós a entendemos e praticamos naquele momento. Recuamos para o subterrâneo, perdemos o contato com as massas, retrocedemos na compreensão da realidade brasileira – como atesta o Manifesto de Agosto.[8]

Nesse trecho, o autor se refere à perda de contato do PCB com as massas, um gradativo abandono da política institucional e distanciamento junto aos diversos setores da classe trabalhadora por parte do Partido, considerando que a agremiação poderia ter mantido suas posições por conta do contexto relativamente favorável, ao invés de colocar-se num clandestinidade absoluta.

Em suma, vê-se determinada similaridade nas leituras memorialísticas desses ex-militantes: em geral, eles condenam a posição do partido, principalmente a postura de sua direção, e não fazem referência às ações dos núcleos do PCB nos diversos municípios e distritos do país. De toda

---

7 QUESTÕES históricas e atuais do PCB: entrevistas com Salomão Malina. São Paulo: Novos Rumos, 1986. p. 29-30.

8 QUESTÕES..., 1986, p. 22.

sorte, é importante lembrar que essas obras são memorialísticas, portanto, fontes fecundas para análises historiográficas. Apesar de não ser o caso da experiente historiadora Anita Prestes, em *Os Comunistas brasileiros (1945-1956/1958)*: *Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*, a autora se aproxima da versão dos ex-militantes por outras vias, como se percebe a seguir:

> Em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, ocorria uma guinada 'esquerdista' na tática do PCB. Abandonava-se a proposta de 'União Nacional', decisão provocada pelo avanço da Guerra Fria e pelos seus desdobramentos. Em especial, tal virada tática seria motivada pela intensificação, por parte do governo Dutra, da repressão aos comunistas e às demais forças democráticas e populares.[9]

A diferença entre a leitura de Anita Prestes e as obras memorialísticas é que ela considera que a virada na tática do PCB se deu por conta dos efeitos da Guerra Fria e pela intensificação da repressão aos comunistas e às forças democráticas por parte do governo do presidente Dutra. A autora também reconhece os efeitos das mudanças táticas na relação do PCB com o proletariado, como se pode ver em suas palavras:

> No que se refere ao movimento operário e sindical, a política do PCB também sofreria uma guinada 'esquerdista' com o *Manifesto de Janeiro de 1948*. É o momento quando os comunistas iniciam a formação de entidades paralelas aos sindicatos oficiais, 'por meio de novas organizações profissionais nos próprios locais de trabalho', e adotam a política que ficou conhecida como 'greve pela greve'. Era a orientação de promover greves a qualquer custo, mesmo quando os trabalhadores não estavam mobilizados para tal e inexistiam condições propícias para a defesa dessa forma de luta.[10]

A análise de Anita Prestes se aproxima das versões de Moisés Vinhas, João Falcão e Salomão Malina, ao considerar que a radicalização do PCB levou a um distanciamento dos trabalhadores. A autora não aprofunda as suas análises sobre os efeitos da nova tática para o jogo político, provavelmente por esse não ser o objetivo de sua obra. Outra obra que tem semelhante análise é *Breve História do PCB*, de José Antônio Segatto. Assim como os ex-militantes e Anita Prestes, o autor considera que o PCB

9 PRESTES, 2010, p. 111.

10 Ibid., p. 122.

inflexionou a sua linha política à esquerda partir de 1948, buscando greves a todo custo e muitas vezes a transmutação da luta econômica pela luta política, com o objetivo de deflagrar a revolução em qualquer um desses movimentos. Segundo o autor, apesar da eleição de Roberto Morena, os comunistas abandonaram os espaços de disputa política institucional durante aqueles anos. Por conta dessa atuação, o PCB perdeu sua influência entre os operários e em suas instituições de classe.

José Antonio Segatto se refere à obra de Moisés Vinhas, *O Partidão: a luta por um partido de massas*, diversas vezes. No que se refere ao contexto em que foram lançados os Manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950, Segatto afirma que a partir de 1948 a política do PCB se tornou cada vez mais radical e distante da realidade. Essa linha que afastava o partido das camadas populares e da classe trabalhadora. Tal interpretação se aproxima muito daquelas que foram escritas pelos ex-militantes citados, bem como por Anita Prestes. A interpretação sobre a atuação do PCB que permanece hegemônica na historiografia.

Por fim, podemos citar o texto "O equilibrista e a política: o Partido da classe operária (PCB) na democratização", lançado no volume dois da obra organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, intitulada *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*.

Os autores do texto sobre o Partido Comunista, Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana, fazem uma leitura que considera o Manifesto de Janeiro de 1948, enquanto ponto de partida na mudança da linha política pecebista. Segundo os autores, o PCB passou a acusar o governo do então presidente Eurico Gaspar Dutra de submissão ao imperialismo americano. Ao mesmo tempo, os comunistas afirmavam que os partido políticos das classes dominantes eram antidemocráticos criticando a passividade do Partido Comunista frente esse panorama. Essas críticas, segundo os autores, foram reafirmadas no Manifesto de Agosto de 1950, quando os comunistas opuseram-se radicalmente ao governo de Getúlio Vargas, propondo greves a todo custo, a criação de organismos paralelos à estrutura sindical oficial e se distanciaram das disputas eleitorais. A análise dos autores não se distancia daquela preconizada pelas obras apresentadas. No entanto, a obra apresenta novas perspectivas de análise, principalmente no que tange às discrepâncias entre a linha política oficial do Partido e sua aplicação nas bases do Partido, o que representa, sem dúvida, um avanço na análise acerca da trajetória do PCB.[11]

11 SILVA, F. T.; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical*

As diferentes análises assemelham-se quanto à leitura acerca da militância do PCB nos anos posteriores à cassação do seu registro, em 1947. Em geral, os discursos historiográficos e memorialísticos consideram que o Partido Comunista se distanciou do jogo político e da classe trabalhadora quando optou pela política de enfrentamento, com o consequente abandono dos sindicatos e espaços onde a classe atuava. Entretanto, os membros do Comitê Municipal de Alagoinhas, durante anos de 1950 a 1954, mantiveram uma linha ação semelhante àquela praticada durante a legalidade, apesar das deliberações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950, como veremos a seguir.[12]

COMUNISTAS FORA DA LINHA

Tudo indica que no município, os comunistas resistiram às modificações deliberadas pelo Comitê Central, no Manifesto de Janeiro de 1948 e no Manifesto de Agosto de 1950. No campo sindical, a linha política oficial orientava os militantes a abandonarem os sindicatos oficiais e a construírem entidades operárias paralelas, visando a organização das bases com para as tarefas de libertação nacional.

Para Marco Aurélio Santana, a cassação registro do PCB, conduziu à esquerdização da linha política pecebista e permitiu ao governo Dutra intervir indiscriminadamente nos sindicatos, com o objetivo de expulsar comunistas e trabalhistas progressistas. Tal evento teria representado um duro golpe para o partido e para a ascensão organizativa e reivindicatória em que se encontrava o movimento dos trabalhadores, em termos de espaço sindical, paralisando-o até 1950. Coube aos militantes das bases pecebistasdar continuidade aos trabalhos nos sindicatos, ainda que de forma incongruente com a linha de atuação recém-posta em curso.[13]

Caso semelhante ocorreria com o Partido Comunista na cidade de Alagoinhas, onde os militantes locais não colocaram em curso as orientações contidas nos Manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950. São exemplos desse desalinhamento a liderança dos comunistas no Centro

(1945-1964): as esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

12 A cidade de Alagoinhas está localizada a 100 quilômetros de Salvador e no contexto se apresentava como um entroncamento ferroviário, visto que as três estações da sede ligavam a cidade à capital do Estado, à cidade de Joazeiro, bem como aos estados de Sergipe e Alagoas.

13 SILVA, F. T.; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964): as esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

Operário Beneficente de Alagoinhas e na Cooperativa de Consumo dos Operários nesse contexto.

Entre os anos de 1948 e 1950, o sapateiro e militante comunista, Joaquim Cabral de Souza era o presidente da Cooperativa de Consumo dos Operários em Alagoinhas e da Liga Alagoinhense de Dominó.[14] No entanto, a liderança do militante foi combatida em ambas as instituições pelo ex-comunista e então vereador pessedista Almiro de Carvalho Conceição.

Na sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas de 30 de julho de 1948, Almiro Conceição pediu a palavra para chamar atenção de seus pares quanto à solicitação feita pela casa à direção da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas – que era presidida pelo sapateiro comunista Joaquim Cabral: "[...] há mais de 30 dias, sem nenhuma resposta até esta data, encarecendo providências desta câmara, neste sentido".[15] O fato é que Câmara havia enviado um telegrama solicitando informações acerca da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas há quase um mês e não obtinha resposta até aquele dia. O documento dirigia-se a "Joaquim Cabral de Souza e demais membros da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas" e lhes solicitava "[...] os relatórios da Cooperativa referentes aos meses de Março, Abril e Maio do corrente ano".[16]

Almiro Conceição aproveitou o momento para explanar detalhes da instituição, dirigida pelo comunista e prestou "[...] esclarecimento sobre a fundação, diretores e exercício comercial daquela cooperativa".[17] Posteriormente, o requerimento foi submetido à votação e rejeitado pela maioria dos vereadores presentes. Tudo indica que a pressão de Almiro Conceição fazia parte dos interesses do ex-comunista em usurpar as bases pecebistas que, inclusive, o elegeram à vereança e que poderiam lhe garantir vitórias futuras.

Para além da disputa política entre Almiro Conceição e Joaquim Cabral de Souza, chama atenção a posição de liderança do sapateiro da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas, em um contexto em que crescia o anticomunismo e a consequente repressão aos comunistas, por um lado, e por outro, em um momento em que o PCB havia divulgado

---

14 Joaquim Cabral de Souza integrou um grupo que buscou negociar melhores condições para os comunistas ferroviários junto ao então candidato à prefeitura municipal, Pedro da Costa Dórea. Ver: SOARES, E. R. de A. *Os Comunistas e a formação da esquerda em Alagoinhas (1945-1956)*. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

15 CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS. *Livro de atas*. Alagoinhas. 30 jul. 1948a.

16 CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS. Telegramas expedidos. Alagoinhas, 3 jul. 1948b.

17 CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA, 1948a. O documento não oferece maiores detalhes sobre a fala de Almiro, o que poderia revelar a participação de outros membros do PCB na instituição.

há seis meses o Manifesto de Janeiro de 1948, que radicalizava à esquerda a luta sindical, como dissemos no início.

O sapateiro também dirigia a Liga Alagoinhense de Dominó e tinha ligação com o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. Relações que indicam a força política desse militante e explicam, em parte, a permanência de Joaquim Cabral de Souza na presidência da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas.[18]

Em outro momento Joaquim Cabral e Almiro Conceição entraram em conflito, dessa vez, Almiro Conceição conseguiu tomar a presidência da Liga Alagoinhense de Dominó de Joaquim Cabral, acontecimento que foi noticiado, com destaque, na segunda página do jornal alagoinhense *O Nordeste*, de 13 de março de 1950. Sob o título "Deposto o comunista sr. Joaquim Cabral de Souza, da Presidência da 'Liga Alagoinhense de Dominó'", o jornal pôs a matéria com letras maiúsculas, em negrito e sublinhadas no topo da página, o que a destacava frente as demais notícias daquela edição.[19]

Em *O Nordeste*, somente as matérias mais importantes estavam destacadas de modo semelhante àquela referente à deposição do militante comunista, como é o caso da matéria da primeira página, intitulada "A candidatura do Cel. Juracy Magalhães marcha para a vitória, declara ao '*O Nordeste*' o deputado Liberato de Carvalho", que noticiava, após encontro casual ocorrido na Sorveteria Moderna, em que o ex-comandante da Polícia Militar e deputado, Liberato Carvalho, falava para um pequeno público de militares, em sua maioria, sobre o seu apoio à candidatura de Juracy Magalhães. A matéria coadunava com os interesses políticos do jornal; na mesma página constava a matéria intitulada "A construção do posto de higiene", que noticiava problemas advindos daquele equipamento urbano, que levou à mobilização de munícipios junto ao prefeito e, consequentemente, à escolha de outro local para a construção do posto; ainda na primeira página, constava uma matéria, com foto, sobre o estado de saúde delicado do então governador do Estado, Otávio Mangabeira.[20]

---

18 Joaquim Cabral de Souza também esteve entre os comunistas que dirigiram a reunião que tinha por objetivo a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas.

19 Ao lado da matéria, estava a noticia do vindouro aniversário de Antônio Ornelas dos Santos, funcionário da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, colaborador "intelectual" do jornal com a direção da "Secção Passa Tempo"; abaixo consta uma pequena nota sobre a visita da professora e funcionária dos telégrafos Valdir Coelho Costa à sua família; ainda na página constava a noticia da morte do ex-prefeito de Entre Rios, Euclides M. De Almeida; e no fim da página havia um anúncio anônimo de um cidadão a procura de uma candidata a sua esposa, que preferencialmente fosse de boa família, educada e que dispusesse de recursos. O NORDESTE, Alagoinhas : [s.n.], n. 42, p. 2, 13 mar. 1950.

20 A CONSTRUÇÃO do posto de higiene. O Nordeste, Alagoinhas, n. 42, p. 1, 13 mar. 1950.

Na quarta página, igual destaque era dado para o apoio do prefeito de Rio Real, Antônio Guimarães à candidatura de Juracy Magalhães, na matéria intitulada, "'Rio Real, por seu Povo, seus Líderes e seu Governo, está com Juracy Magalhães, afirma o prefeito Antônio Guimarães". No decorrer da matéria, o articulista teceu vários elogios à administração do prefeito, que em entrevista afirmou que "Somente os invejosos e os despeitados ou os representantes do credo-comunista anticristão e antinacional, estão verdadeiramente empenhados em derrotar o candidato do povo", deixando clara sua posição frente aos adversários de Juracy Magalhães.[21]

Na última página, estavam destacadas duas matérias em negrito, caixa alta e sublinhadas, uma delas referia-se à poda das árvores da praça J.J. Seabra, agradecendo à prefeitura pelo feito; e a outra que demonstrava indignação frente à infestação de jogos de azar entre a população local. Em resposta às inquirições de populares quanto ao silêncio do periódico *O Nordeste* frente ao recorrente acontecimento.

A notícia da deposição de Joaquim Cabral era, de fato, um dos destaques daquela edição de *O Nordeste.* Até porque a Liga Alagoinhense de Dominó era o órgão responsável pela organização dos esportes de salão no município. Sua ligação com a política fica evidente quando se leva em conta a escolha do deputado Bião de Cerqueira para Presidência de Honra e a eleição do vereador Almiro Conceição para a presidência efetiva da agremiação, após o mal-estar causado pela disputa entre o pessedista e o então presidente da liga, o comunista Joaquim Cabral.[22]

Segundo a matéria, Joaquim Cabral de Souza era o presidente da Liga Alagoinhense de Dominó desde o inicio de 1948. Em *O Nordeste* consta que sua deposição foi promovida pelos presidentes dos clubes de dominó que, descontentes com sua gestão, recorreram ao estatuto da entidade e "propuseram" ao comunista a realização de uma nova eleição, iniciativa que foi por ele rejeitada, o que resultou em sua deposição por unanimidade. Em seguida, foi marcada a eleição para o dia sete de fevereiro de 1950. A reunião seguinte foi presidida por Joaquim Cabral de Souza, que realizou a prestação de contas à assembleia geral, entregou um total de setenta e dois cruzeiros e algumas atas redigidas à mão.[23]Concorreram à presidência o então vereador Almiro de Carvalho Conceição e um ferroviário

21 RIO REAL, por seu Povo, seus Líderes e seu Governo, está com Juracy Magalhães, afirma o prefeito Antônio Guimarães. *O Nordeste,* Alagoinhasn, n. 42, p. 4, 13 mar. 1950.

22 DEPOSTO o comunista Joaquim Cabral de Souza da presidência da Liga Alagoinhense de Dominó. *O Nordeste,* Alagoinhas, n. 42, p. 2, 13 mar. 1950.

23 Ibid.

chamado Adauto. O vereador pessedista venceu por três votos a dois. Entretanto, foram levantadas dúvidas quando à idoneidade do "voto de minerva" do secretário em exercício, Armando Rodrigues Nova. Com isso, uma nova data foi marcada para certame, dia 15 de fevereiro de 1950, que não aconteceu, apesar do ofício enviado aos clubes afiliados. As eleições só foram realizadas, de fato, no dia 1 de março de 1950, onde o deputado Bião de Cerqueira foi escolhido presidente de honra, e Almiro de Carvalho Conceição foi eleito presidente da Liga.

O discurso de posse do ex-pecebista, na presidência da Liga de Dominó, foi assim descrito por *O Nordeste*:

> O Presidente Sr. Almiro de Carvalho Conceição, logo que foi empossado fez um histórico do estado crítico em que a Liga se encontra, motivada pela inoperância do ex-Presidente e concitou a todos a trabalharem afim de soerguer aquela entidade e traçou logo sua plataforma, sendo que em obediência a esta, já foi reorganizada a nova diretoria do Santa Cruz Dominó Clube, com a presença do Presidente da LDA (Liga Desportiva de Alagoinhas), aprovados a reforma dos Estatutos e outros assuntos internos da Liga.[24]

A matéria ressalta o suposto "dinamismo" de Almiro de Carvalho Conceição frente às más condições em que se encontrava a Liga, opondo-o à suposta "inoperância" do presidente deposto, Joaquim Cabral de Souza. No entanto, é preciso levar em consideração que a análise de *O Nordeste* acerca da atuação do militante comunista na presidência da Liga Alagoinhense de Dominó, tinha o objetivo de valorizar o presidente recém-eleito, até porque o pessedista era próximo ao periódico onde, inclusive, escreveu diversas notas e chegou a colaborar com o jornal através de um texto que analisava o jogo político local, intitulada "Política e Políticos", publicada em *O Nordeste* em janeiro de 1953.[25]

Os acontecimentos ocorridos na Liga Alagoinhense de Dominó contribuíram para o andamento do projeto do ex-comunista de conquistar os espaços políticos ainda ocupados pelos comunistas. A cada vitória, Almiro de Carvalho Conceição se colocava enquanto uma alternativa legal às bases pecebistas – camadas de trabalhadores, em sua maioria ferroviários que estavam impedidos de votar no PCB – com as quais, o pessedista havia sido eleito no pleito anterior, quando era militante do Partido Comunista.

24 Ibid.

25 POLÍTICA e políticos. *O Nordeste,* Alagoinhas, n. 117, p. 6, 10 jan. 1953.

Com a obtenção da direção da Liga Alagoinhense de Dominó, o ex-ferroviário, de imediato, promovia seu nome e, consequentemente, poderia utilizar-se da instituição recreativa de acordo com seus interesses. Por outro lado, a deposição de Joaquim Cabral da entidade esportiva representava mais um golpe na força política do PCB em Alagoinhas.

No entanto, os comunistas mantiveram-se no controle do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, inclusive durante o período de vigência dos manifestos de 1948 e 1950. A entidade proletária foi criada em 07 de setembro de 1931 e reconhecida como de utilidade pública por decreto estadual, em 1º de março de 1932.[26] A matéria publicada no dia 17 de março de 1949, pelo jornal local *Sete Dias,* intitulada: "Tornava-se necessária e imperiosa a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas", demonstra que os militantes comunistas continuavam no controle da instituição.[27] Segundo o referido periódico, no dia 03 de março daquele ano, foi realizada uma assembleia visando a reestruturação da entidade, na sede da filarmônica local, União Ceciliana.[28] A reunião foi motivada pela captação da verba orçada em Cr$10.000 para a instituição, através do deputado federal Nelson de Souza Carneiro, com a qual pretendia-se reestruturar o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. Com a palavra, o militante comunista Jonas Batista de Oliveira – então diretor do Centro e do jornal *Sete Dias* – reconheceu que a instituição esteve com problemas, assumindo a culpa do fracasso da gestão anterior. No decorrer de seu pronunciamento, Jonas Batista de Oliveira fez menção à necessidade de celeridade na eleição da nova direção, indicando os nomes de José Lopes da Conceição Filho para a presidência executiva e de Veridiano Alves de Souza para a presidência de honra. Indicações que, segundo o *Sete Dias*, "[...] foram abafadas por uma prolongada e bem significativa salva de palmas, forçando o orador a suspender, por alguns minutos, a sua oração, cujo prosseguimento foi de justificativa às vitoriosas indicações".[29]

Posteriormente, o dirigente comunista pediu uma salva de palmas para Nelson de Souza Carneiro, representante da Bahia na Câmara dos Deputados, por ter obtido a subvenção federal para a entidade. Em seguida,

---

26 FUNDAÇÃO IRACI GAMA. Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas. Tornava-se necessária e imperiosa a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. *Jornal Sete Dias*, Alagoinhas, 17 mar. 1949. p. 3.

27 Ibid.

28 Chama a atenção a forte relação dos comunistas e a filarmônica, que indica uma relação orgânica entre ambos. Diversos militantes do Partido Comunista fizeram parte do corpo de músicos e da direção da Filarmônica União Ceciliana.

29 FUNDAÇÃO IRACI GAMA, 1949. p. 3.

foi procedida a eleição, onde os candidatos sugeridos por Jonas Batista de Oliveira foram eleitos por aclamação, secundado pelo próprio pecebista que passou a ocupar o posto de Primeiro Secretário do Centro. A direção da instituição ficou assim formada: Presidente, José Lopes Conceição Filho, Primeiro Secretário, Jonas Batista de Oliveira; Segundo Secretário, Maurício Pontes dos Santos; Primeiro Tesoureiro, Henrique da Cunha Dias (reeleito); Segundo Tesoureiro, João Francisco de Melo; Orador, Hidelbrando Ribeiro Dias.[30]

Chama atenção a participação massiva dos comunistas locais na reunião, como é caso de Maurício Pontes dos Santos, eleito segundo secretário, e de Vitório da Rocha Pitta, na presidência da assembleia. Deve-se destacar também a presença ativa do então presidente da Liga Alagoinhense de Dominó, o comunista Joaquim Cabral.

A mesa que dirigiu os trabalhos foi composta por membros da sociedade alagoinhense, como é o caso do Delegado José Farano da Silva, Hermano Maciel dos Santos, diretor do clube de futebol dos ferroviários, o Cruz de Ferro; Nestor Ribeiro, diretor da filarmônica União Ceciliana e João de Deus Brito, presidente do Órgão Social dos Operários.

Nas últimas linhas da matéria, consta uma discussão sobre a necessidade de sede própria para a entidade, momento em que foi lembrada a entrega de uma memorial ao então governador do estado da Bahia, Otávio Mangabeira, solicitando o auxílio necessário para tornar realidade aquela aspiração do operariado local.

No conclave, as indicações de Jonas Batista de Oliveira lograram êxito, apesar do fracasso de sua gestão à frente da entidade, como o próprio militante afirmou em discurso, o que atesta sua influência política entre os operários. Influência que não era exclusiva do diretor e proprietário do jornal *Sete Dias,* mas, parece ter sido irradiada pelos militantes do Partido Comunista presentes que, como vimos, dirigiram com desenvoltura a reunião.

Sabe-se que, a relação entre os comunistas e o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas teve início, ao menos oficialmente, a partir da eleição do então Secretário Político do Comitê Municipal do PCB, Vitório da Rocha Pita à presidência da instituição, em 1945. Pita foisucedido pelo então diretor do periódico local.[31]

O outro periódico local na ativa, *O Nordeste,* não fez qualquer menção à realização daquele evento, apesar da nota de um parágrafo publicada em 31 de dezembro de 1948 que convocava "[...] os antigos associados

30 FUNDAÇÃO IRACI GAMA, 1949. p. 3.

31 Para maiores detalhes, ver: SOARES, 2013.

e os operários em geral" para a Assembleia Geral que visava reestruturar "[...] esta velha associação de classe".[32] Como a nota, era de fato um convite público, e provável que tenha sido encomendado pela direção do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas para dar visibilidade ao alvissareiro acontecimento, o que indica o conhecimento da realização daquele evento pelo jornal. É provável que o silêncio do jornal *O Nordeste* estivesse ligado aos interesses do vereador Almiro Conceição, que no ano seguinte, fundaria o Círculo Operário de Alagoinhas. A fundação mereceu uma página inteira do jornal, e constavam os nomes da direção completa eleita na reunião, uma breve entrevista com Almiro de Carvalho Conceição e palavras do governador Otávio Mangabeira sobre seu interesse em "[...] dotar Alagoinhas de sociedades beneficentes e recreativas para maior conforto dos trabalhadores de nossa terra".[33]

Igualmente, o jornal *O Nordeste* destacou a participação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas nas festividades de primeiro de maio de 1949, dois meses após a reunião que definiu os rumos da reestruturação da organização operária. A matéria intitulada "O Dia do trabalho. O 'Centro Operário' comemorou a grande data" indicava que a organização e a realização daquele evento teve "[...] à frente o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, fazendo realizar uma sessão no edifício do Curso do Barão do Rio Branco, seguindo-se várias realizações festivas de caráter desportivo e recreativo[...]".[34] Tudo indica que a fundação do Círculo Operário de Alagoinhas destituiu o interesse de *O Nordeste* pelos acontecimentos referentes ao Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, até mesmo porque Almiro de Carvalho Conceição, declarado adversário dos comunistas, era um colaborador do periódico, como foi dito anteriormente.

Efetivamente, a reunião referente à reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas teve cobertura detalhada do jornal *Sete Dias*, que era dirigido por Jonas Batista de Oliveira. A matéria publicada na edição de março de 1948, intitulada "Saúde e Esporte", oferece um bom panorama do estilo editorial do *Sete Dias*. Após toda uma reflexão acerca da importância do esporte para a vida dos jovens alagoinhenses,

---

32 ASSEMBLEIA do Centro Operário Beneficente. O Nordeste, Alagoinhas, n. 42, p. 2, 13dez. 1948.

33 FUNDADO nesta cidade o Círculo Operário de Alagoinhas. O Nordeste, Alagoinhas, n. 25, p. 2, 2 jun. 1949. Nelson Carneiro foi citado por Almiro de Carvalho Conceição enquanto contato valioso, segundo a matéria. O apoio do deputado foi requerido pelo ex-comunista, como se pode verificar na carta por ele enviada em 23 de julho de 1952, visando convencê-lo a não conseguir verbas para o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, como havia feito em 1949, mas fazê-lo em nome do Círculo Operário de Alagoinhas. Problemática que será discutida no tópico seguinte.

34 O DIA do trabalho: o 'Centro Operário'comemorou a grande data. *O Nordeste*, Alagoinhas, n. 23, p. 8, 1 maio 1948.

o autor não resiste e resolve apelar ao Ministério de Educação e Saúde. A primeira página destaca uma matéria referente a movimentação visando a construção de um campo de aviação para a cidade de Alagoinhas. Sob o título, "Positivando o campo de aviação" impresso em negrito e em grandes caracteres, o articulista destaca a captação de Cr$45.000 pelo prefeito municipal, João Dourado de Cerqueira Bião, para o início das obras. No corpo da matéria, o autor chama atenção para o prestígio pessoal que o líder do município goza junto ao governador Otávio Mangabeira que, por sua vez, foi um fator fundamental para a obtenção de recursos para obras na cidade anteriormente. Ilustrando a matéria, vêm-se as fotos do prefeito de Alagoinhas e do governador do estado da Bahia, esta com a seguinte legenda: "Dr. Otávio Mangabeira, de quem ainda muito esperamos para o nosso engrandecimento".[35]

Ainda na primeira página do periódico, sejam evidenciados elogios às ações da administração do município, que estava terminando a pavimentação da praça onde está localizado o prédio da prefeitura, e por sugestão do jornal *Sete Dias* ao Conselho Municipal, receberia o nome de Graciliano de Freitas, pai de Lauro de Freitas.[36] Homenagem que contava com o apoio do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas e da filarmônica União Ceciliana, ambas sob influência de Jonas Batista de Oliveira. Segundo as memórias de Salomão de Barros, reunidas na obra *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*, o diretor do periódico havia sido diretor da Sociedade Filarmônica União Ceciliana. Desse modo, o apoio da filarmônica à nomeação da praça, como afirmou o *Sete Dias*, torna-se compreensível, já que o diretor do jornal local era o presidente do Centro Operário de Alagoinhas e um "Cecilianista fervoroso", nas palavras de Salomão de Barros.[37]

O discurso democrático só foi radicalizado quando houve referência aos eventos ocorridos na eleição da Câmara Municipal de 1948, na matéria intitulada, "Qual será a nova Mesa da Câmara?", onde o articulista fazia uma reflexão sobre a eleição da Câmara Municipal em 1949, levando em conta os acontecimentos do ano anterior. Não foi por acaso que o parlamentar do PTN acusado de corrupção na matéria é Almiro de Carvalho Conceição. Aproveitando o ensejo, o jornal segue com duras críticas ao vereador, afirmando que a câmara não pode ter como integrante da sua representação

35 FUNDAÇÃO IRACI GAMA, 1949, p. 1.

36 FUNDAÇÃO IRACI GAMA. Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas. Tornava-se necessária e imperiosa a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. *Jornal Sete Dias*, Alagoinhas, 17 mar. 1949, p. 3.

37 BARROS, S. de. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador: [s.n.], 1979. p. 234.

"quem não tem compostura para tão alto cargo".[38]Certamente que essa crítica fazia parte da disputa política travada entre o vereador Almiro Conceição e seu ex-partido, o PCB.

Independentemente da relação do *Sete Dias* com o Partido Comunista, o fato é que o periódico pertencia a um conhecido militante comunista, Jonas Batista de Oliveira. Consequentemente, não se pode deixar de relacionar os acontecimentos decorridos após a cassação do registro do PCB e a política editorial do jornal para entender que, ao que parece, o jornalista deixou inalterada a abordagem do seu jornal, até mesmo porque o pecebista não parece ter aderido às novas orientações do partido.

Em um balanço da resistência que os comunistas empreenderam junto aos trabalhadores, é possível afirmar que ela estava diretamente ligada aos seus interesses no jogo político eleitoral. Ao que parece, este ainda representava para os militantes de Alagoinhas um caminho possível para a busca de melhorias à condição clandestina em que se encontravam, ou mesmo de ascensão individual. De toda sorte, em que pese os esforços despendidos, os comunistas não conseguiram manter intacta sua força política, até porque surgiram concorrentes e adversários políticos interessados nos votos dos setores sociais sensíveis à causa operária e na defesa das demandas das camadas populares.

A partir da documentação levantada, podemos afirmar que os comunistas de Alagoinhas traçaram seu próprio caminho frente ao turbulento contexto que se depararam. Ao mesmo tempo, percebemos que as grandes sínteses sobre a trajetória do PCB são insuficientes; se elas partem dos documentos oficiais e das ações dos dirigentes nacionais do Partido, obviamente não oferecem condições para que se possa saber mais acerca do militante da base, atuante no interior do Brasil. Cabe aos novos pesquisadores desvelar as características locais do comunismo, revelando como se organizaram e como atuaram.

A linha anterior à de 1948 e 1950 permaneceu, é isso que a documentação indica. Ao contrário dos trabalhos sobre o PCB que focam suas análises nos documentos oficiais e nas ações da direção do Partido, principalmente nos grandes centros econômicos. A presente pesquisa indica que o PCB de Alagoinhas, cidade do interior da Bahia, resistiu às alterações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950.Talvez por considerar a nova linha política inaplicável para a realidade local ou mesmo pela crença de que a linha de aliança de classe era a melhor opção. É preciso levar

38 FUNDAÇÃO IRACI GAMA, 1949, p. 7. Nessa página consta um evento futebolístico promovido por *O Momento*, o que evidencia uma relação de proximidade entre os periódicos publicados pelos comunistas.

em consideração que anos anteriores ela havia garantido aos comunistas uma inserção política única em sua história até então. Esse passado recente certamente pesava sobre as ações dos comunistas que, ao que parece, evocavam-no com a esperança de manter seu capital político e longe da repressão policial. Desse modo, não seria exagero afirmar que o aprofundamento de pesquisas sobre a atuação do PCB nos interiores do Brasil irá mostrar uma peculiaridade na atuação pecebista, destoando daquela que se encontra cristalizada na historiografia, o que nos proporcionará uma compreensão mais ampla acerca da atuação dos comunistas no Brasil.

A Declaração de Março de 1958 na história do PCB

Frederico José Falcão

INTRODUÇÃO

A História Política brasileira contou, desde o início da década de 1920, com a presença ativa do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em fevereiro de 1922. Seção brasileira da Internacional Comunista (IC), extinta pelo líder soviético José Stalin em 1943, o PCB teve presença marcante em todos os mais destacados acontecimentos políticos da história do país até os nossos dias. Perseguido, reprimido, seguidamente jogado na clandestinidade, o "Partidão", como ficou popularmente conhecido, passou por inúmeras experiências que acabaram por forjar uma militância aguerrida, que impediu, em diversos momentos, que a sua existência pudesse ter solução de continuidade.

O foco do trabalho aqui apresentado é o PCB do final dos anos de 1950 e, mais diretamente, o norte político implementado pela direção partidária nesse período e que teria grande repercussão nas décadas posteriores. Torna-se, porém, imprescindível, que sejam explicitados alguns dos elementos centrais da trajetória do Partido, principalmente após o encerramento da chamada Segunda Guerra Mundial (1939 -1945), para que fiquem mais claros as razões e objetivos dessa política pecebista.

O período posterior a 1945 é riquíssimo na História do PCB. Naquele ano, por exemplo, refletindo as mudanças ocorridas no mundo e que

repercutiam no Brasil, o Partido, que tinha permanecido na mais completa clandestinidade e sofrido uma brutal perseguição durante a ditadura de Getúlio Vargas (Estado Novo, 1937-1945), conseguiu sua legalização, tendo à sua frente, como secretário-geral, a figura emblemática de Luís Carlos Prestes, o antigo "Cavaleiro da Esperança" da mítica Coluna Prestes dos anos de 1920. A ação política do PCB, durante seu curto suspiro de legalidade, até 1947, se deu baseada em uma visão ultrarreformista que compreendia a conjuntura de derrota do fascismo e de ascensão da União Soviética como um inevitável caminho de vitória rumo ao socialismo. E, dentro de uma visão muito divulgada à época, a da União Nacional contra os "restos fascistas", a política pecebista diluía de forma completa – e porque não dizer, lamentável – os conflitos de classe existentes no Brasil e no mundo, considerando ser viável a convivência pacífica entre trabalhadores e patrões, comunistas e capitalistas, no caminho de um "desenvolvimento brasileiro e mundial". É importante, aqui, observar que essa política de "União Nacional" vinculava-se a uma formulação soviética do após a Segunda Guerra, sob a égide de Stalin, e que foi adotada por partidos comunistas de diferentes países capitalistas além do PCB.

Cabe aqui um rápido esclarecimento sobre como o autor desse trabalho analisa o chamado stalinismo. Esse, enquanto fruto das concepções do líder soviético, não se limitava a um conjunto de práticas ultracentralizadoras e repressivas, voltadas a garantir de forma inquestionável a construção do socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O "culto à personalidade", a submissão da sociedade ao Estado, a destruição, inclusive física, dos adversários, reais ou supostos, eram sem dúvida elementos do stalinismo. Este, porém, ia bem além dessas práticas. Um conjunto de formulações políticas lhe dava uma base de sustentação, o que permite que se fale em um corpo de doutrina muitas vezes afastado do próprio marxismo. Podem-se citar como exemplos a ideia de construção do socialismo em um só país, que acabaria por evoluir para uma concepção de internacionalismo proletário, princípio marxista, transformado então em defesa intransigente da URSS e de seus interesses pelos partidos comunistas a ela vinculados. Ou ainda, no fortalecimento do Estado no caminho do socialismo, justificado pela necessidade de combate ao capitalismo e aos inimigos da revolução. Essa "nova versão" do marxismo combinava-se com a ideia de Stalin do aguçamento da luta de classes no processo de construção do socialismo. Esses dois elementos serviriam de base para a centralização política, a hipertrofia estatal com o fortalecimento do aparato burocrático e a repressão a todas as formas de dissensão em relação à "doutrina oficial". O marxismo, colocado como ideologia

de Estado, foi cristalizado em um modelo o soviético que deveria, necessariamente, ser seguido pelos partidos revolucionários de todo o mundo. Abriam-se as portas para o determinismo economicista, para as visões da inevitabilidade da chegada ao socialismo, que rompiam com a necessidade imperiosa da ação política revolucionária no processo de construção da hegemonia operária, no quadro da derrubada do Estado burguês.[1]

A política de "Ordem e Tranquilidade" desenvolvida pelo PCB durante seu curto período de legalidade, e que representou, na prática, uma rendição à ação da burguesia brasileira e à política cada vez mais antioperária e antipopular do governo de Eurico Dutra (1946-1951), não impediu que o Partido acabasse lançado de volta à clandestinidade e à perseguição por parte dos esbirros do governo e do poder burguês. Um Partido que tinha alcançado a marca de perto de 200 mil filiados, com grande influência no meio político e intelectual e uma bancada parlamentar de 14 deputados e um senador, foi levado à ilegalidade por meio de um processo claramente político e antidemocrático, sem que o PCB esboçasse qualquer reação de monta. A partir dessa nova realidade, o PCB acabaria por seguir a lógica da chamada Guerra Fria e, como consequência desta, da Conferência de Varsóvia (1947), que (re)arrumaou o "Mundo Soviético" sob a égide da Teoria dos Dois Mundos.[2] A partir dessas premissas, formularia uma política ultrarradical (ao menos, no discurso) e sectária, que acabaria por afastar o Partido, durante vários anos, de muitos de seus possíveis aliados. Essa política atingiria seu auge com a divulgação do Manifesto de Agosto de 1950, com uma análise que refletia a percepção pecebista de uma conjuntura mundial do início da Guerra da Coréia (1950-1953) e de risco de uma Terceira Guerra Mundial.

A política expressa no Manifesto de Agosto sofreria uma inflexão a partir de 1952-1953,[3] mas o maior contributo para uma completa reformu-

---

1 É importante, também, que se afirme o stalinismo como fruto de uma época e, também, como uma construção coletiva. Ao contrário das "explicações" de Nikita Kruschev em 1956, o stalinismo não foi responsabilidade única de seu maior formulador e beneficiário. Muitos dirigentes partidários conviveram acriticamente com essas teorias e práticas. Muitos galgaram posições na máquina do PCUS baseados na fidelidade absoluta ao "guia genial dos povos", como foi chamado Stalin até a sua morte.

2 Formulação do teórico stalinista Andrei Zdhanov que defendia uma visão dicotômica na qual se defrontavam o "mundo capitalista", liderado pelos Estados Unidos da América, e o "mundo socialista", capitaneado pela União Soviética. Segundo essa visão, não havia escapatória para nenhuma outra opção, como, na época, buscavam os iugoslavos do marechal Tito, com a proposta de um socialismo diferente do modelo soviético. Para os stalinistas, quem não estava alinhado ao seu modelo era um traidor fascista ligado aos interesses burgueses-imperialistas do capital estadunidense.

3 As repercussões do Manifesto de Agosto no meio sindical e a "nova política" aprovada no Pleno do Comitê Nacional do PCB de março de 1953 podem ser encontradas em: FALCÃO, F. J. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. 1. ed. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012. p. 90.

lação da linha política do Partido só viria com a crise surgida com a divulgação do famoso "relatório secreto" de Nikita Kruschev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Nele, o então secretário-geral do Partido Comunista Soviético e ex-braço direito de Stalin denunciava inúmeros crimes praticados por seu antigo "chefe". O "relatório", apresentado somente para alguns convidados do Congresso, acabou publicado pela imprensa burguesa e gerou uma das maiores crises do "mundo comunista".

No Brasil, além de não abrir a discussão sobre o assunto, o PCB jamais assumiu a veracidade do "relatório", ao contrário de vários partidos comunistas, como o italiano. O debate sobre o tema surgiu na imprensa pecebista por ação de seus jornalistas, à revelia da direção partidária, em outubro de 1956. A grande maioria dos dirigentes partidários repudiou esse processo e, sob a batuta de Prestes, ainda em quase completa clandestinidade, bloqueou a livre discussão, o que redundou na saída do Partido de Agildo Barata, dirigente histórico e um dos líderes do levante de 1935 contra o governo Getúlio Vargas, e de muitos dos militantes partidários, durante o primeiro semestre de 1957. Porém, as condições internas do PCB haviam se alterado profundamente durante os meses em que se defrontaram "abridistas" e "fechadistas" – como eram denominados aqueles que se colocavam a favor e contra o debate, respectivamente. O antigo "núcleo dirigente" do Partido, claramente vinculado ao stalinismo e, então, fragilizado pelas denúncias de Kruschev ao seu líder e pelo setor da militância pecebista que denunciou práticas stalinistas da direção partidária, acabou afastado de suas funções dirigentes quando da reunião do Comitê Central em agosto de 1957. A "nova" direção, respaldada por Prestes recém-egresso da clandestinidade, iria ser responsável pela implementação de uma nova política para o PCB, que veio à luz sem passar por uma discussão congressual, mas que iria assumir o papel de programa partidário para os anos – e décadas – posteriores. Denominado de Declaração sobre a Política do PCB, esse texto viria a ser mais conhecido como a Declaração de Março de 1958. E dada a sua importância para a História do Partido a partir dessa época, aqui se buscará esmiuçar alguns de seus parâmetros mais destacados.

AS ORIGENS DA DECLARAÇÃO DE MARÇO

Em agosto de 1957, em reunião do Comitê Central do PCB, foi formalizada a expulsão de Agildo Barata do próprio Comitê e do Partido e aprovado um informe de Prestes sobre a direção do PCB no qual eram denunciados

os aspectos mais proeminentes das práticas do antigo "núcleo dirigente" stalinista: mandonismo, sectarismo etc. A partir dessa aprovação foi realizada a alteração da composição do Presidium e do Secretariado, órgãos superiores da direção partidária. Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Sérgio Holmos, representantes do "núcleo" desde a reorganização partidária em 1943, foram excluídos do Presidium e extinguiu-se a suplência para impedir a subida de Orlando Piotto, primeiro suplente, que não contava com a confiança da nova direção "centrista" – não vinculada aos stalinistas, nem aos "renovadores", como foram chamados os que romperam com o PCB à época. Ascenderam ao órgão máximo da direção partidária Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Carlos Marighella, recém-convertido a "centrista". A habilidade, o pragmatismo e o apoio de Prestes garantiam o poder da nova maioria. O Comitê Central designou, ainda, uma comissão para preparar um documento sobre os reflexos do "culto" dentro do PCB, composta por Moisés Vinhas, Sérgio Holmos, Jover Telles, Leivas Otero e Francisco Gomes.[4]

Apesar da afirmação de Horácio Macedo[5] de que a discussão interna do PCB não influenciava na época os "renovadores" que editavam *Novos Tempos*, revista criada por jornalistas e militantes rompidos com o Partido, não há dúvida de que pelo menos alguns dos críticos do dogmatismo pecebista mantiveram-se "antenados" com as mudanças internas ocorridas no Partido após o Pleno de agosto de 1957. Um desses era Armênio Guedes, um "abridista radical", segundo suas palavras, que, sem sair do Partido, participava de Novos Tempos, "[...] para ter maior liberdade." [6] Quando a reunião do Comitê Central de agosto aprovou a comissão para dar sugestões para uma nova linha política do Partido, Guedes participou de uma articulação paralela, secreta, na qual estavam, além dele, Mário Alves, Jacob Gorender, Giocondo Dias e Alberto Passos Guimarães.

> Como não confiávamos que essa comissão (tirada no Pleno) criasse algo de produtivo, o próprio Dias nos apareceu uma ocasião no apartamento do Alberto Passos [...] com a proposta de formação de uma comissão [...] Numa primeira reunião também esteve presente o Jorge Amado [...], mas ele só foi nessa reunião e não foi mais.[7]

---

4 VINHAS, M. *O partidão*: a luta por um partido de massas (1922 – 1974). 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 181.

5 MACEDO, Horácio. Entrevista ao autor em nov. 1992.

6 GUEDES, Armênio. Entrevista ao autor em jan. 1993.

7 GORENDER, Jacob. entrevista ao autor em jan. 1993. Dinarco Reis, militante comunista, em suas memórias, fala de sua participação na comissão, assim como a de Orestes Timbaúba, dentre outros. (REIS, D. *A luta de classes no Brasil e o PCB*. 1. ed. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1983. p. 132.). Leôncio Bas-

Essa aparição de Jorge Amado no encontro não caracterizou sua participação na comissão. Segundo Gorender, ela explica-se talvez por sua relação de amizade com Dias. O próprio Jorge Amado afirma ter-se desligado do Partido em dezembro de 1956.[8] Essa comissão secreta, voltada a preparar um documento de orientação política para o PCB alternativo ao Programa aprovado durante o IV Congresso do Partido em 1954, era conhecida e aprovada por Prestes, muito ligado a Dias. Prestes não participou da preparação do documento, apenas aceitou seu conteúdo.

> Ele vê que a única coisa que podia ter relação com a URSS era aquele grupo, composto por pessoas diferentes, mas ainda com o objetivo de manter o Partido, sem aquela ortodoxia dos outros.[9]

As palavras de Armênio Guedes tomam mais força quando se observa um artigo escrito por Prestes na ocasião do 40º aniversário da Revolução Russa.[10] Nele, o líder pecebista fez autocrítica do posicionamento do Partido, referenciando-se nas resoluções do XX Congresso do PCUS. Dentre os erros do PCB, citava a transposição mecânica do modelo russo, o dogmatismo e o sectarismo, o não reconhecimento do crescimento do capitalismo e da burguesia nacional. Não se enxergava, segundo Prestes, o crescimento das contradições desta com o imperialismo, e nem a possibilidade de união de amplas forças que sustentassem um governo de caráter democrático e nacional contra o imperialismo norte-americano, que se tornou incapaz de realizar seus objetivos pelo fortalecimento do campo socialista. No artigo, Prestes "rendia homenagem" ao Programa de 1954 ao caracterizar no Brasil um regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo. Porém, em seu texto, o dirigente pecebista vislumbrava, então, uma nova situação, com a presença de setores nacionalistas no governo do então presidente da República Juscelino Kubitschek, conhecido como J. K. Como reflexo das mudanças políticas que, então, se realizavam

---

baum, antigo dirigente do PCB, diz ter sido também chamado, na época, por Armênio Guedes para participar de uma articulação com cerca de dez pessoas, inclusive do Comitê Central, voltadas, segundo o autor, para fazer com que o Partido "[...] entrasse nos eixos e voltasse a ser o Partido de Prestes e de Lenine, conforme disse um dos presentes". Explica Basbaum que a reunião que fecharia um documento do grupo não se realizou, desconhecendo o motivo. Provavelmente, Basbaum foi excluído do grupo por alguma razão de natureza política. (BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos – memórias*. 1. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. p. 246.).

8 AMADO, J. Entrevista a Antônio Roberto Espinosa. In: GOMES, A. C. (Org.). *Jorge Amado, literatura comentada* (seleção de textos históricos e críticos e exercícios). 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1981. p. 28.

9 GUEDES, Armênio. Entrevista ao autor em jan. 1993.

10 PRESTES, L. C. Sobre o 40º aniversário da Revolução de Outubro. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 9 nov. 1957.

na União Soviética e em parte do "mundo comunista", Prestes indicava como possível e correta a resolução pacífica dos problemas brasileiros. E, ainda, demonstrando uma continuada confusão em relação aos objetivos dos comunistas, afirmava que, naquele momento, se deviam acumular forças para se conquistar "[...] o objetivo revolucionário, nossa meta final, a substituição do regime de latifundiários e grandes capitalistas por um novo regime democrático e popular".[11] Indo adiante na autocrítica, dizia que o "governo nacional e democrático" ali defendido não era o "democrático de libertação nacional" proposto por ele mesmo na virada da década no já citado Manifesto de Agosto de 1950, mas um levava ao outro pela pressão de massas contra as vacilações da burguesia. Isso redundaria na luta "[...] para atrair e ganhar (a burguesia) para as posições revolucionárias da classe operária [...]". Propunha o estudo da realidade brasileira para melhor formular-se a política pecebista. O objetivo desse estudo aparecia claramente explicitado: "Será assim que prestaremos nossa melhor homenagem aos povos soviéticos e ao grande Partido Comunista da União Soviética que os dirige."[12]

A autocrítica de Prestes, contida nesse artigo aqui analisado, assumiu as posições defendidas à época pelos chamados "renovadores", porém sem abrir mão dos compromissos tradicionais com as políticas formuladas, então, pelo PCUS e pelo organismo divulgador, por excelência, dessas ideias, o Kominform.[13] Foi, em verdade, a *avant-premiére* da resolução do Comitê Central de março de 1958.

O texto dessa resolução, a "Declaração sobre a Política do PCB", terminou de ser redigido pela comissão secreta em fevereiro de 1958. Teve prioridade de discussão na reunião do Comitê Central do mês seguinte, já que Prestes apresentou-o como substitutivo ao da comissão oficial e pediu precedência para ele, o que acabou sendo aceito. Após a discussão de seu conteúdo, a direção partidária aprovou o documento com votos contrários de Amazonas e Grabois, renitentes representantes do antigo "núcleo dirigente" stalinista, então em desgraça na direção pecebista.[14]

---

11 Prestes talvez tenha "esquecido", naquele momento, que a meta final dos comunistas é a derrubada do capitalismo e a construção de uma sociedade sem classes, comunista.

12 Ibid.

13 O Kominform foi um organismo criado em 1947, reunindo os partidos comunistas da Europa, como sucedâneo da Internacional Comunista, extinta por Stalin em 1943, para coordenar as ações desses partidos sob a ótica soviética e fazer a divulgação das políticas oriundas da URSS e das "democracias populares".

14 GORENDER, J. Entrevista. *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 11, jul./ set. 1990. Moisés Vinhas confirma a informação, acrescentando que Sérgio Holmos e Calil Chade se abstiveram na votação. VINHAS,1982. p. 181.). Já Dinarco Reis cita a diferença de apenas um voto na aprovação do documento. REIS, D. *A luta*

A DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958

Partindo do reconhecimento da existência de um desenvolvimento capitalista no Brasil, o que o Programa de 1954 negava, e do aguçamento do antagonismo com o imperialismo norte-americano, a Declaração de Março dizia ser necessária, para que o desenvolvimento se ampliasse, a completa independência política do país (política externa independente e proteção ao capital nacional). Para os autores da Declaração, o Estado brasileiro representava os interesses tanto dos latifundiários e de setores ligados ao imperialismo, quanto da burguesia nacional, havendo, por isso, uma disputa no interior do aparelho de Estado pela implementação de diferentes políticas que interessavam a esses grupos frequentemente em choque. O documento assinalava, ainda, uma tendência crescente à democratização e à luta nacionalista, com um número cada vez maior de parlamentares apoiando uma política nacionalista e democrática.

A Declaração via o governo de Juscelino Kubitschek como fruto das contradições do aparelho de Estado, utilizando formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, mas permitindo que as empresas estatais fizessem políticas favoráveis ao imperialismo. Se, por um lado, Juscelino Kubitschek não atendia aos interesses nacionais, seu governo tinha, por outro, aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático.

O documento apresentava uma visão ufanista da situação mundial, na qual se fortaleciam os partidos comunistas e operários pela justa aplicação do marxismo-leninismo às condições nacionais, e o socialismo avançava impetuoso, enquanto o imperialismo mergulhava em decomposição. Esse tipo de análise abria espaço, na verdade, para que se justificasse a visão defendida pelo PCUS kruschevista, e em boa parte do movimento comunista internacional, que aventava a possibilidade de um processo revolucionário de conquista do poder pelos trabalhadores sem utilização de métodos de luta violentos ou armados, o que revisava a tradição marxista. A Declaração chegava a afirmar a possibilidade dos "[...] mais variados caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica se tornou real numa série de países."[15]

A Declaração apontava duas contradições fundamentais no Brasil: da nação *versus* o imperialismo e seus agentes internos, e das forças

de classes no Brasil e o PCB. 1. ed. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1983. p. 132.

15 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Declaração sobre a política do PCB. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1958.

produtivas em desenvolvimento contra as relações semifeudais na agricultura. Recuperava um tipo de análise ultrarreformista correspondente às que eram realizadas no período da legalidade pós-Estado Novo, afirmando que "[...] o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e do povo, e, por isso, a contradição proletariado x burguesia, embora existente, [...] não exige uma solução radical na atual etapa."[16] A revolução exibia então um caráter anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrático. As lutas da sociedade, sob a direção do proletariado, criariam as condições de passagem ao socialismo.

Das contradições fundamentais, a principal seria a primeira, entre nação e imperialismo estadunidense e seus agentes. Para o combate a esse imperialismo haveria que se formar uma frente única com proletariado, camponeses, pequena-burguesia urbana, burguesia nacional, latifundiários com contradições com o imperialismo estadunidense e até a burguesia ligada aos monopólios estrangeiros rivais dos norte-americanos. Defendendo a heterogeneidade da frente pelo interesse comum de todos os que dela participavam, a Declaração visualizava que esta frente única podia materializar-se no movimento nacionalista e na Frente Parlamentar Nacionalista, criada dentro do Congresso brasileiro. O documento expressava a disposição dos comunistas de tudo fazer para manter unida a frente, inclusive não condicionando a sua permanência nela à aceitação total de suas opiniões, nem de sua prévia direção, trabalhando, sim, para que as massas aceitassem a liderança do proletariado na luta.

A aliança do proletariado com a burguesia se explica pelo fato daquele sofrer menos com as explorações desta do que com a exploração imperialista e com o atraso do país. A burguesia tinha interesses contraditórios aos do proletariado, apesar de marcharem juntos. A burguesia queria todos os frutos do desenvolvimento para si, explorando as massas trabalhadoras cada vez mais. Seria, assim, uma força revolucionária inconsequente, vacilante e tendente a compromissos com o imperialismo, temente da ação das massas. Já o proletariado empunhava uma política anti-imperialista e democrática consequente e defendia seus interesses específicos, além de lutar por amplas liberdades democráticas. Isso sem isolar ou tentar romper a aliança com a burguesia na frente ampla, evitando tratar as contradições dentro da frente no mesmo nível da contradição principal. O proletariado devia, entretanto, salvaguardar sua independência ideológica,

16 Ibid.

política e orgânica dentro da frente única, mesmo não ficando claro como isso poderia se realizar.

O documento defendia a unidade da classe operária para o fortalecimento do movimento sindical, o impulsionamento do até então desorganizado movimento camponês com base em "reivindicações mais imediatas e viáveis como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos, e evitando no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização".[17] Sustentava-se ainda mais a importância na frente única dos setores da pequena-burguesia urbana como a intelectualidade e os estudantes. A Declaração propunha uma plataforma de "soluções positivas"[18] para a frente única, a saber:

1) Política exterior independente e de paz;
2) Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional;
3) Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas com a facilitação do acesso à terra aos camponeses, particularmente junto aos grandes centros e vias de comunicação, além da entrega de títulos de propriedade aos posseiros;
4) Elevação do nível de vida do povo;
5) Consolidação e ampliação da legalidade democrática. A luta da frente única se direcionaria, segundo a Declaração, para a conquista de um governo nacionalista e democrático nos quadros do regime vigente.

O governo, apoiado nas massas, ao realizar um programa da frente única "abrirá caminho para uma nova correlação de forças, que possibilite completar as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria."[19] O documento frisava, ainda, o compromisso dos pecebistas com esse governo, independentemente de sua participação nele.

---

17 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 22 mar. 1958.

18 A referência às "soluções positivas", tão louvada pelos analistas do documento de 1958, não era nova na história do Partido. Já no documento de Prestes de janeiro de 1948, aparecia a referência a um "programa positivo". CARONE, E. *O PCB (1943-1964)*. 1. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 86.

19 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL., 22 mar. 1958.

A Declaração expressava a possibilidade da via pacífica para a revolução anti-imperialista e antifeudal, que conviria à classe operária e à nação. Para isso, era necessária a defesa e extensão da legalidade em benefício das massas e a acumulação de reformas na estrutura econômica e nas instituições políticas, "chegando até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação." [20]

A conquista do governo nacionalista e democrático se daria pelo afastamento dos entreguistas do governo, pelas eleições ou pela resistência dos setores da frente a qualquer tentativa golpista. A possibilidade de uma solução não pacífica dependeria do emprego da violência pelos inimigos do povo, apesar de os pecebistas confiarem que, pelas circunstâncias internacionais, tal não aconteceria.

O documento criticava as restrições antidemocráticas das eleições brasileiras, defendendo o voto dos analfabetos, soldados e marinheiros, além da legalidade para o PCB. Defendia como objetivo principal para o pleito que seria realizado no segundo semestre de 1958 a eleição de membros da frente única. Para isso, os pecebistas deveriam construir grandes coalizões e aprofundar as contradições entre nacionalistas e entreguistas, apoiando os verdadeiros nacionalistas e denunciando os falsos, "[...] que procuram enganar o povo com sua demagogia eleitoreira."[21]

Em relação às questões internas do Partido, o texto citava a necessidade de depuração das concepções sectárias e dogmáticas que se opunham às posições então aprovadas, sem o abandono dos princípios gerais do marxismo-leninismo.

A Declaração de Março, tratada em geral pelos pecebistas como "[...] momento de inflexão, de ruptura qualitativa, [...] um marco na luta para libertar o pensamento político dos comunistas brasileiros das malhas do sectarismo e do dogmatismo [...]" [22] não foi muito mais do que a sistematização do conjunto de posicionamentos desenvolvidos pelos "renovadores" no debate na imprensa pecebista e nas páginas da revista *Novos Tempos*. Tomando-se por base o documento de Agildo Barata, "Pela Renovação e Fortalecimento do Partido", dado à luz durante o curto período de debates no PCB acerca da crise no movimento comunista internacional, acrescido de alguns complementos apontados em artigos da revista, pode-se notar a Declaração quase como uma cópia daqueles, a explicação do

20 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL., 22 mar. 1958.

21 Ibid.

22 VINHAS, 1982, p. 181.

fato pode ser variada. Fruto da participação do "abridista" Armênio Guedes na comissão que a concebeu, ou da absorção, por parte da nova direção? Talvez tudo isso e mais algo. Porém, o importante é discutir os aspectos políticos mais destacados incluídos na Declaração.

Além de conter a diretriz estratégica da revolução democrático-burguesa, o documento mantinha a visão do Programa de 1954 de centrar fogo especificamente no imperialismo estadunidense, conforme afirmado anteriormente. Nesse sentido, em seu furor conciliatório, incluiu na frente única até setores ligados a outros monopólios imperialistas. Além dessa análise de base staliniana[23], geradora de ilusões e erros, chegava-se a supor a possibilidade da construção de uma frente de tal extensão, que sobraria do outro lado, como afirma a própria Declaração, uma minoria verdadeiramente ínfima. A contradição aflorava aí – ou os pecebistas e a classe operária diluiriam seus interesses em uma frente tão ampla, o que o documento dizia não aceitar, ou esta frente não se construiria. Os interesses dos monopólios europeus ou canadenses, por exemplo, estavam em choque muito maior com os da classe operária do que com os dos Estados Unidos. E isso era, em geral, verdade, também, para os interesses da burguesia nacional. A independência político-ideológica da classe operária na frente única não se faria só com a proclamação de sua importância. Essa declaração de intenções do documento chocava-se com um texto no qual a questão classista ficava completamente diluída. Como manter independência ideológica com um programa que remetia o socialismo para as calendas e propunha evitar as contradições de classe dentro da frente única? O documento falava em marchar juntos para atingir um objetivo comum. Só que esse objetivo jamais poderia se materializar em uma sociedade de classes. O proletariado perdia, nessa "frente única", toda sua independência, absorvendo uma ilusão, passada pela sua "vanguarda" (o PCB), de que a conquista de um programa nacionalista-burguês seria a resolução de muitos de seus problemas. E que seus verdadeiros inimigos de classe – as burguesias nacional ou estrangeira, seriam seus aliados na "frente" e nos objetivos a serem conquistados. O resultado funesto desse conjunto de ilusões que impregnaram a classe operária brasileira apareceu alguns anos depois. A burguesia nacional, os "diferentes imperialismos", o latifúndio,

23 Pouco antes de sua morte, Stalin formulara uma "teoria" sobre as contradições, nos anos de 1950, entre o imperialismo estadunidense em expansão e os interesses dos imperialismos europeus, o que levaria a um conflito entre ambos, auxiliando a ascensão do socialismo. Essa aposta, como logo se viu, revelou-se incorreta, tanto quanto as políticas dela derivadas. A prioridade absoluta do PCB no combate ao imperialismo estadunidense, excluindo explicitamente os demais (que, inclusive, tinham atuação ativa e deletéria para os interesses populares no Brasil) é consequência dessa formulação de Stalin.

todos montaram uma "frente única" contra os interesses dos trabalhadores durante o golpe empresarial-militar de abril de 1964.

Uma outra questão diz respeito ao campo: se o documento reconhecia o atraso da organização e das lutas camponesas naquela conjuntura, acabava propondo reivindicações "imediatas e viáveis", evitando palavras de ordem "mais radicais". Não levava em consideração que a falta de uma pregação de conteúdo mais avançado era, também, causa do atraso do movimento camponês. Além disso, a reforma agrária não aparecia nas "reivindicações viáveis", e, mesmo quando a Declaração falava dela, na plataforma da frente, isto se dava de forma genérica ("entrega de títulos de propriedade") sem tocar nas formas cooperativas e nem nos financiamentos dessas novas propriedades, quanto mais em questões como a nacionalização da terra. E mais, "facilitar o acesso à terra [...] junto aos centros urbanos e vias de comunicação"[24] era não enfrentar o problema do latifúndio, evitando o problema central da questão agrária no Brasil, lembrando muito a proposta pecebista sobre o assunto na Constituinte de 1946, no tempo da "Ordem e Tranquilidade". Na verdade, dentro do conjunto de ilusões a serem passadas como "proposições positivas" para os trabalhadores, a possibilidade de, na "frente única", participarem lado a lado latifundiários e trabalhadores do campo, como propõe a Declaração, é, talvez, o ápice, no documento, do reformismo e do abandono de princípios do marxismo como o da luta de classes. Quem sabe não foi por isso que, como uma autocrítica não explicitada, a proposta de participação dos latifundiários na "frente" desapareceu misteriosamente do projeto de tese para o V Congresso do PCB que a direção partidária apresentou em 1960, projeto esse que era, praticamente, uma cópia da Declaração de 1958.

Por fim, o "caminho pacífico", já antes sustentado por diversos renovadores, partia de uma visão ufanista da conjuntura mundial lançada por Kruschev, conforme já tratado anteriormente. É, porém, mais importante discutir aqui uma questão não comentada até hoje pelos diferentes analistas do documento pecebista. A Declaração deixava clara sua opção pela via pacífica para a revolução anti-imperialista e antifeudal. E mesmo ao defender a resolução pacífica dos problemas brasileiros até a "resolução completa das transformações radicais da nação", em momento algum se falava na passagem pacífica para o socialismo. Esquecimento? Tudo indica que não. A própria resolução política aprovada no V Congresso em 1960 repetiria a mesma formulação, sem nenhuma referência ao socialismo,

24 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 22 mar. 1958.

mas apontando novamente a solução pacífica para a revolução agrária e anti-imperialista. A explicação do fato talvez estivesse na luta interna, na dificuldade de passar essa visão para a militância ou, até, na despreocupação de analisar algo "tão distante" como a revolução socialista, para a qual o Partido não se voltava naquele momento. O interessante é que vários dos historiadores do pecebismo passam por essa questão como se fosse líquida e certa a definição da passagem pacífica também na "etapa" socialista. O que explica tal posicionamento? Uma opção política pessoal de cada um desses analistas, que valorizaram essa opção pacífica para todo o processo que leva ao socialismo? Isso, sem dúvida, só cabe a eles próprios responder.

OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS IMEDIATOS DA DECLARAÇÃO DE MARÇO NO PCB

A reunião do Comitê Central de março de 1958 aprovou, além da Declaração, um documento de Prestes[25] no qual este buscava sistematizar as novas posições partidárias. Nele, Prestes repetiu, basicamente, o que já tinha publicado em novembro de 1957 e as posições da Declaração de Março. Aprofundou, porém, a revisão da política pecebista ao afirmar, ao contrário do que aparecia na Declaração, que o Estado brasileiro não era de latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo estadunidense, mas um Estado – e não mais só o governo – com a participação da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Disse ainda que, em seu artigo sobre o 40º aniversário da Revolução Russa, persistia a separação mecânica entre tática e objetivos estratégicos. Advertiu, porém, para o risco de ao se ligar ao processo político em curso no país, o Partido perdesse de vista a meta revolucionária da classe operária – meta que, como foi analisado no artigo de Prestes acerca da Revolução Russa, era a revolução anti-imperialista e antifeudal. Isso poderia redundar, segundo o líder pecebista, em reformismo e reboquismo frente à burguesia. E, como para "salvar a pele" diante de tantos erros existentes nos últimos documentos pecebistas, Prestes citou alguns êxitos do Partido, inclusive a tática correta de apoio à eleição de Juscelino Kubitschek, contrária à linha geral do Programa de 1954. A emenda ficou pior que o soneto: o que era uma tática correta de uma linha geral estrategicamente

25 PRESTES, L. C. É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1958.

errada? Na verdade, continuava explícita a incompreensão dos conceitos e, certamente, também, das razões políticas dos erros cometidos.

A autocrítica assumiu em seu final, um tom entre o retumbante e o patético: "Não temos nenhum motivo para renegar o passado, passado glorioso de lutas a serviço da classe operária e do povo brasileiro."[26]

Aproveitando-se da revogação da ordem de prisão existente contra Prestes e outros dirigentes partidários, estes puderam, ainda em 1958, vir mais facilmente à luz do dia defender suas posições. Luís Carlos Prestes, por exemplo, deu uma entrevista à imprensa na época em que o Partido aprovava a Declaração, em março de 1958. Nela, expressou a possibilidade de os latifundiários apoiarem uma reforma agrária democrática, com divisão de terras devolutas e de fazendas abandonadas. Sobre as eleições de 1958 disse aceitar sua candidatura por qualquer partido, inclusive o Partido de Representação Popular, da tradição integralista. Segundo Prestes:

> O PRP é um partido como qualquer outro, [...] Seria um anacronismo seu voltar à mística e aos símbolos do passado. O senhor Plínio Salgado certamente não retornará àqueles tempos, pois o fascismo está sepultado no mundo inteiro.[27]

Em outra entrevista, no mês seguinte, o líder pecebista discorreu sobre sucessão presidencial, afirmando serem Osvaldo Aranha e Adhemar de Barros passíveis de receber o apoio do Partido, apesar das divergências com este último no passado.[28] E sobre a lei de greve discutida no Congresso e cujo projeto fora aprovado até por setores conservadores, declarou que este estava formulado de forma radical e, por isso, "[...] trabalhistas e comunistas se preocupam em incluir modificações que, excluindo o radicalismo, mantenham íntegro o direito de greve assegurado na Constituição."[29]

A comparação entre as posições de Prestes em 1958 e em 1945 é inevitável. O recurso ao abrandamento do discurso e rebaixamento da política do PCB é igual em ambos. Só que, agora, a crise interna enfraquecera o velho "Partidão" e o quadro ainda era confuso, com o afastamento de muitos "renovadores" que tinham posições semelhantes às da Declaração de

---

26 PRESTES, 29 mar. 1958

27 PRESTES, L. C. Entrevista à imprensa. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1958.

28 Adhemar de Barros, eleito governador de São Paulo, com o apoio do PCB após o fim do Estado Novo, notabilizou-se pela repressão ao Partido durante seu governo. FALCÃO, F. J. *Os homens do passo certo:* o pcb e a esquerda revolucionária no brasil (1942-1961*)*. 1. ed. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012. p. 90.

29 PRESTES, L. C. Entrevista à imprensa. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1958.

Março, e a permanência em postos de direção importantes de antigos dirigentes acusados de dogmatismo.[30]

CONCLUSÃO

A "nova política" do PCB, inaugurada pela Declaração de Março, que para muitos analistas representava uma virada em direção a uma maior inserção do Partido na política do país, não superou as contradições das formulações anteriores. Se havia o mérito de ficar mais próximo de um Brasil real, ao reconhecer o processo de desenvolvimento capitalista do país, mesmo aí, permaneceu aferrado em uma análise baseada no dualismo estrutural: cidade = avanço/capitalismo x campo = atraso/feudalismo . Isso levou à manutenção da visão da revolução brasileira, jogando para as calendas a preparação do enfrentamento de classe dos trabalhadores contra o capital como objetivo estratégico e à incompreensão da situação agrária brasileira, rebaixando as reais reivindicações dos trabalhadores rurais em nome de uma "frente única" com setores do latifúndio. A Declaração não rompeu com o "seguidismo" em relação aos interesses soviéticos – agora sob a égide do kruschevismo – , assumindo, de forma confusa e sem maiores análises, a perspectiva da "revolução pacífica".

O novo, no PCB, tinha mais uma vez, a aparência de um passado já visto. Além disso, a crise no PCB, resultante dos conflitos surgidos com as denúncias do Relatório Kruschev no XX Congresso do PCUS, tinha deixado feridas expostas que a Declaração de Março não conseguiu cicatrizar. Nesse final dos anos 1950, colocavam-se novos problemas que exigiam definições para aqueles que se propunham a fazer uma política de acordo com os interesses da classe operária. Uma juventude ganha para a revolução pela radicalização dos processos políticos brasileiros e latino-americanos, em especial pela Revolução Cubana, e não influenciada pela tradição stalinista, iria buscar novas alternativas. Começaria, então, a ser questionada a longa hegemonia pecebista, dentro da esquerda brasileira. Esse, porém, é um assunto para ser discutido em outro trabalho.

30 Como exemplos dessa situação podem ser citados os nomes de João Amazonas e Maurício Grabois, membros do antigo "núcleo dirigente" do PCB e que, apesar de afastados de altos cargos no Partido, mantinham, no final da década de 1950, posições importantes na vida partidária. Amazonas passara a dirigir o Partido no Rio Grande do Sul e Grabois era o secretário político do Comitê Estadual do Rio de Janeiro.

A contradição principal: PCB e outros comunistas entre a "classe" e a "nação" (1956-1959)

Eurelino Coelho

> A respeito da questão nacional, como de qualquer outra, a posição do partido operário deve se diferenciar claramente, por seu próprio método e pela concepção básica do problema, das posições adotadas pelos partidos burgueses, inclusive os mais radicais, e também das posições dos partidos pseudo-socialistas da pequena burguesia.
>
> Rosa Luxemburgo, *O Direito dos Povos à Autodeterminação*

> A burguesia coloca sempre em primeiro plano suas reivindicações nacionais. Coloca-as incondicionalmente. Para o proletariado elas estão subordinadas aos interesses da luta de classes.
>
> Lênin, *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação*

"Questão nacional" é o termo mais comum empregado pelos comunistas para se referir a um feixe de problemas com os quais estiveram, desde sempre, muito ocupados. Seria bem extenso, se fosse feito, o inventário dos textos dedicados ao tema por intelectuais e por organizações políticas marxistas de todos os tempos.[1] Os aspectos abordados variaram ampla-

---

1 Jaime Pinsky, selecionando a partir de critérios bastante estreitos, reuniu 38 textos para a sua coletânea. PINSKY, J. (Org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980. Ele, aliás, reconhece que seu trabalho deve muito a outra coletânea: HAUPT, G.; LÖWY, M.; WEILL, C. *Les Marxistes et la*

mente desde os textos de Marx e Engels sobre pretensões nacionais de poloneses, eslavos e irlandeses no século XIX até o caráter da revolução nos países semicoloniais e dependentes ou o problema da autonomia política dos Estados ditos socialistas, no século XX, para mencionar apenas três de um universo bem maior. A Segunda e a Terceira Internacionais trataram da questão em inúmeras resoluções que influenciaram militantes marxistas em todos os continentes.

A despeito da produção volumosa, o balanço qualitativo da elaboração marxista sobre a questão nacional é, frequentemente, negativo. Marx e Engels teriam subestimado a força do nacionalismo[2] e seus seguidores tiveram que seguir por conta própria. Mesmo Hobsbawm, que não endossa as críticas e considerou "preconceituoso" este comentário, reconhece que ele é habitual.[3] A abundância de escritos produzidos ao longo de mais de um século, segundo os críticos, deveria ser lida como indicador da persistência do problema, de sua não resolução pelo marxismo.

Não faltou quem visse aí um ponto cego na própria teoria marxista, uma "carência na análise", um defeito de origem, talvez incorrigível: o marxismo "permaneceu sem uma concepção de nação que a colocasse na lógica dos modos de produção e das lutas de classe, conquanto estas sejam indicadas como o fundamento da história".[4] Comprometidos com o internacionalismo, fiéis à máxima do Manifesto Comunista segundo a qual "os operários não tem pátria", os marxistas teriam permanecido aquém dos desafios cognitivos lançados pela questão nacional. Para piorar as coisas, os problemas envolvendo a concepção e o posicionamento diante da nação e dos diferentes nacionalismos não perderam relevância prática com o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário das expectativas de Marx e Engels. Ao invés disso, eles se impuseram com complexidade crescente e urgência avassaladora a intelectuais marxistas cujas tentativas teóricas para compreender a nação, porém, teriam raramente escapado do pragmatismo. Diante do enigma incontornável, a fragilidade teórica de origem dos marxistas não os teria defendido do risco de serem devorados pela esfinge da história. Por conseguinte,

---

question nationale (1848-1914). Paris: Maspero, 1974.

2 Cf. o verbete *nacionalismo* no dicionário de BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

3 HOBSBAWM, E. Nacionalismo e Marxismo. In: PINSKY, J. (Org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

4 GALISSOT, R. Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário. In: HOBSBAWM, E. (Org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v. 4. p. 174.

> [...] o que hoje se chama de crise do marxismo – parcialmente devida também à subestimação da coerção estatal e da força do nacionalismo, assim como, [...] ainda mais gravemente, ao influxo do nacionalismo sobre o movimento operário e à alienação do nacionalismo em ideologia de Estado – evidencia somente a gravidade dos danos.[5]

Pretendo submeter essa hipótese geral a um teste restrito. Ao invés de lutar com ela no plano abstrato dos conceitos[6], ou no plano da história geral do marxismo[7], como outros já fizeram, proponho operar na dimensão do particular: confrontá-la com documentos históricos que registram a elaboração concreta feita por alguns marxistas brasileiros sobre a questão nacional. A aposta metodológica consiste em esperar que, reduzindo a escala, melhoremos o grau de resolução em que observamos nosso objeto. Os resultados da investigação talvez não permitam um julgamento definitivo sobre a "hipótese Galissot", mas ao verificar sua validade para um caso particular teremos dito algo a respeito de suas pretensões de verdade geral sobre a suposta "carência teórica" marxista.

Examinarei os termos do debate sobre a questão nacional envolvendo intelectuais e organizações marxistas no Brasil dos anos 1956-1959. Não se trata de um momento inaugural ou algo do gênero, pois a questão nacional já havia percorrido um longo caminho entre os marxistas brasileiros antes dessa época. O período é marcado, isso sim, pela proliferação de outras vozes que estiveram até então ausentes do campo marxista ou encobertas pelo discurso comunista oficial. Acredito poder demonstrar que a questão nacional, longe de ter sido subestimada, foi objeto de um rico debate, no qual podemos detectar algumas elaborações teóricas perspicazes, criativas e politicamente promissoras. A história dessas elaborações e das políticas que elas inspiraram não foi traçada na origem por uma carga genética marxista supostamente deficiente, mas pelo resultado dos embates em que se viram enredadas.

Uma palavra, ainda, sobre o significado de "questão nacional" no âmbito deste experimento. Não trataremos de muitos dos aspectos que, em outros contextos, foram prioritários na questão, mas sim de suas formulações específicas para o caso brasileiro.[8] Para os marxistas brasileiros

---

5 GALISSOT, R. 1986, p. 178.

6 Cf. SILVA, M. C. da. *A questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Cortez- Autores Associados, 1989.

7 Cf. PINSKY, 1980.

8 Ficam excluídos, portanto, problemas tão sérios quanto a questão das nacionalidades e da extraterritorialidade, que se impunha nos tempos de Marx e da II Internacional ou, no século XX, o da autodeter-

tratava-se, mais que tudo, de compreender e dar respostas políticas às condições criadas pelo desenvolvimento histórico do capitalismo no país, interpretadas como fortemente condicionadas pela posição de subalternidade do Brasil perante as potências imperialistas, em especial, no período que nos interessa, os Estados Unidos da América. A dominação imperialista propriamente dita e sua importância eram amplamente reconhecidas por todos os comunistas, mas os consensos não vão muito além deste ponto. Quando se tratava de qualificar as modalidades dessa dominação, determinar seus efeitos e traçar cursos de ação para lidar com eles, a unidade dava lugar a um agudo dissenso, com desdobramentos políticos importantes. Por isso examinaremos separadamente as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dos outros comunistas.

QUESTÃO NACIONAL, GIRO TÁTICO E ESTRATÉGIA DO PCB

Em agosto de 1957, o Comitê Central do PCB destituiu de suas funções diretivas Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Sergio Holmos. O que estava em curso não era uma mudança pequena. Por nove anos, aqueles homens haviam constituído o "núcleo dirigente" do partido e, sob a direção granítica do primeiro, foram executores fiéis da linha política traçada no contexto do retorno à ilegalidade e da cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas. O Manifesto de Agosto de 1950, tinha sido o documento de referência daquela política[9] que, agora, estava para ser considerada como desvio esquerdista e, junto com os dirigentes, excluída. O PCB vivia mais uma guinada tática.

Era pressionado a isto, de um lado, pelos desdobramentos das denúncias contra Stalin feitas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética por Nikita Kruschev, em fevereiro de 1956. O grupo de Arruda, muito a contragosto, teve de abrir algum espaço para as discussões, o que tornou evidente a necessidade de um acerto de contas com as formulações programáticas anteriores, profundamente comprometidas pela lealdade incondicional a Stalin. O próprio Comitê Central confessa, contrito, sua culpa: "infringimos os princípios do marxismo [...] ao deixar de

minação dos povos ou o da independência das colônias na África e Ásia.

9 Frederico José Falcão lembra que, mais de um ano antes do Manifesto de Agosto, as linhas gerais daquela virada tática do PCB foram demarcadas por Prestes no artigo "Forjar a mais Ampla Frente Nacional em Defesa da Paz, da Liberdade e Contra o Imperialismo". FALCÃO, F. J. *Os homens do passo certo*. São Paulo: José Luiz e Rosa Sundermann, 2012. p. 126. As resoluções do IV Congresso do PCB, de 1954, confirmaram a política já aprovada pela direção do partido anos antes.

apreciar com espírito crítico tudo que provinha de Stalin, do PC da URSS e da URSS".[10] O pequeno espaço de discussão foi rapidamente fechado, no interior do partido, por certas medidas de força, dentre as quais a famosa "carta rolha" de Prestes, em novembro de 1956.[11] Quando chegou a hora, nem mesmo a contrição impediu que a direção do partido perseguisse e expulsasse os responsáveis por alguns dos questionamentos mais incômodos – militantes que ficaram conhecidos como "grupo renovador".[12] Foi o último serviço prestado por Arruda e seus companheiros de núcleo dirigente, antes da queda. Nada disso podia impedir, porém, que os efeitos devastadores do relatório Kruschev continuassem a se propagar descontroladamente, dentro e fora das fileiras partidárias. Um dos canais que se mantiveram abertos ainda por algum tempo foi a revista *Novos Tempos*, uma iniciativa que congregava pecebistas do grupo "renovador" e outros comunistas que viam com boas expectativas a crise no PCB – voltaremos a falar desta revista mais à frente.

Por outro lado, a linha política oficial do PCB era questionada num outro aspecto que, por envolver a questão nacional, nos interessa ainda mais diretamente. Os documentos programáticos posteriores a 1948 eram unânimes quanto à constatação da indigência do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil devido ao bloqueio imperialista. Em maio de 1949, em seu informe político ao Comitê Central, Prestes apresentou a seguinte avaliação:

> O que é certo é que se acentua cada vez mais o processo de colonização do Brasil, aumenta dia a dia sua situação de dependência econômica, política e militar frente ao império norte-americano [...]
> Desse processo de colonização, de penetração crescente do capital ianque, que se faz com conservação dos restos feudais, a conservação no país de uma estrutura econômico-social arcaica e decadente, que entrava de maneira violenta o desenvolvimento das forças de produção, é que decorre a agravação crescente da situação das massas trabalhadoras e sua consequente radicalização.[13]

---

10 IMPRENSA POPULAR, 1956 apud KONDER, L. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 103.

11 Cf. FALCÃO, 2012, p. 219.

12 Cf. SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista*: reflexos do XX congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

13 PRESTES, L. C. Informe político ao Comitê Nacional do PCB. In: CARONE, E. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982. v. 2. p. 90.

O tom é ainda mais lúgubre no célebre Manifesto de Agosto:

> A dominação imperialista assume, dia a dia, em nossa terra, aspectos mais violentos e sombrios. Marchamos no caminho da escravidão colonial e da perda total de nossa soberania nacional. [...]
> E dessa forma agravam-se todas as causas da miséria e do atraso em que se debate o nosso povo e que estão fundamentalmente na estrutura arcaica de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais e no monopólio da terra que impedem a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional[14].

Ora, os fatos, que eram ainda mais eloquentes do que Prestes, não lhe davam razão. A realidade com a qual cotidianamente se defrontavam os militantes comunistas era absolutamente incompatível com a tese do desenvolvimento bloqueado. O conjunto da economia cresceu, entre 1948 e 1958, em média, 7,2% ao ano, um desempenho impressionante. O papel da indústria neste crescimento foi decisivo: no mesmo período, o setor industrial aumentou sua participação na renda nacional de 24,9% para 32,2%, enquanto a agropecuária caia de 23,4% para 19%. O desenvolvimento industrial que o PCB não conseguia ver era, no entanto, alardeado em triunfo pelo nacionalismo burguês que exibia seus troféus: em 1941 entrava em funcionamento a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1953 era inaugurada a Petrobras e, em 1955, a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso. A vida mudava rapidamente naqueles anos. A população crescia e acorria em massa para as cidades: 45% dos brasileiros moravam nos centros urbanos em 1960, contra 36% dez anos antes. [15] As cidades eram o lar de um jovem e robusto proletariado que se impunha decisiva e definitivamente no cenário político nacional. Vargas, ao reconhecer, inclusive na forma de leis, uma pauta significativa de direitos trabalhistas, deixava claro que ninguém mais poderia pensar em tocar a política nacional sem levar em consideração – de algum modo! – aqueles trabalhadores.[16]

---

14 PRESTES, L. C. *Manifesto de Agosto*. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 5 ago. 1950. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1h kU2VNZUdfTGc/edit?usp=drive_web&pli=1>. Acesso em: 22 set. 2013

15 Os dados foram obtidos nas séries históricas disponibilizadas pelo IBGE em seu portal eletrônico: Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx>. Acesso em: 22 set. 2013.

16 O crescimento da pesquisa histórica mais recente sobre política e movimento operário a partir dos anos 40 tem aberto perspectivas novas ao rever a problemática da manipulação ou controle da classe trabalhadora a partir dos significados que as experiências de luta por direitos assumiram para os próprios trabalhadores. Dentre várias obras significativas vale mencionar, por sua influência: GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005; FORTES, A. et al. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: UNICAMP, 1999.

O Estado brasileiro, tanto por suas formas institucionais quanto por seu conteúdo de classe, havia se modificado substantivamente, mas isso também era ignorado pelo PCB: o segundo governo Vargas é visto, em dezembro de 1953, como "regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo" que servem ao propósito de "impedir o progresso do Brasil" e "condenam a maioria da nação à miséria e à escravidão e o próprio país ao estancamento, ao atraso crescente e à decomposição."[17]

Vê-se que não é só na política sindical que é pertinente falar em desencontro da "lógica partidária oficial, daquilo que constava nos documentos"[18] com a realidade. É certo, a força daquelas evidências socioeconômicas fez com que a tese do desenvolvimento bloqueado aparecesse nuançada já na resolução do IV Congresso, em 1955: a "dupla opressão, dos imperialistas e dos restos feudais" é responsável por "*retardar* o desenvolvimento do capitalismo no Brasil". E, logo a seguir: "No entanto, no correr do século XX desenvolveu-se no país a indústria nacional e surgiu a burguesia brasileira como nova classe social, em boa parte ligada aos latifundiários e dependentes dos bancos estrangeiros."[19] Mas, de fato, o PCB só desistiu oficialmente de tapar o sol com a peneira no documento que marcaria a virada para a nova linha política.

A guinada tática que o expurgo de 1957 demarcou ganharia sua formulação própria com a aprovação pelo Comitê Central, em março de 1958, da "Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro". O documento havia sido escrito por uma comissão secreta constituída por Mario Alves, Giocondo Dias, Jacob Gorender, Alberto Passos Guimarães e Armênio Guedes e foi apresentado por Prestes como substitutivo ao documento elaborado pela comissão oficial, que tinha sido criada pelo próprio Comitê Central na mesma reunião em que Arruda e seus companheiros caíram em desgraça.

No que diz respeito à questão nacional, a Declaração de Março era particularmente inovadora, para os padrões do PCB. Em plena aceleração dos anos do governo de Juscelino Kubitschek, o PCB finalmente se convencia de que, a despeito do latifúndio com suas relações "*pré-capitalistas* de trabalho" e da "dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro", o capitalismo se desenvolvia no Brasil:

---

17 CARONE, E. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982. p. 114.

18 SANTANA, M. A. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIRIO; São Paulo: Boitempo, 2001. p. 72. A tese de Santana, como se sabe, é a de que a militância concreta dos comunistas no movimento operário os fez seguir por caminhos que aqueles documentos oficiais nunca previram.

19 CARONE, 1982.p. 126, grifo nosso.

> Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este *desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material, de novas relações de produção, mais avançadas***.** [...]
> O desenvolvimento capitalista nacional já trouxe resultados que modificaram sensivelmente a vida econômica e social do país. [20]

Segundo a nova linha política, o imperialismo não era mais considerado como um impedimento ao desenvolvimento do capitalismo e sim, ao lado do latifúndio, como um dos "fatores negativos que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido".[21] O documento dava passos na direção de interpretar, nessa nova perspectiva, as formas pelas quais o imperialismo afetava negativamente o desenvolvimento da nação:

> A exploração imperialista impõe pesado tributo à nação, transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população.
> A independência política do Brasil sofre sérias restrições em virtude da situação de dependência econômica. À medida que a nação se desenvolve, aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano.[22]

Eis a questão nacional tal como formulada pela Declaração de Março: a nação se desenvolve graças ao capitalismo, mas nesse desenvolvimento, defronta-se com o imperialismo e o latifúndio como antagonistas. O PCB mostrava otimismo diante deste confronto:

> Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional arcaica em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece. [23]

---

20 DECLARAÇÃO sobre a política do Partido Comunista do Brasil. In: NOGUEIRA, M. A. (Org.). *PCB*: vinte anos de política (documentos*)*. São Paulo: LECH, 1980. p. 4, grifo nosso.

21 Ibid., p. 5.

22 Ibid., p. 6, grifo nosso.

23 DECLARAÇÃO..., 1980, p. 8.

O otimismo do documento transparecia, também, na análise das forças sociais e de seus interesses diante dos "interesses gerais da nação". De um lado, os imperialistas e seus aliados, "setores de latifundiários e setores da burguesia". Do outro lado, "forças muito amplas" – a rigor, quase a sociedade inteira, convidados para a "frente única":

> [o] proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada [...]; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado externo ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos.[24]

A Declaração reconhecia a existência de interesses contraditórios entre a burguesia e o proletariado, recomendando que este último salvaguardasse "sua independência ideológica, política e organizativa dentro da frente única". No entanto, de modo algum os comunistas "condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento"[25] ou "à total aceitação de suas opiniões".[26] Mudava também a visão sobre o Estado, que deixava de ser considerado, como em 1953, um "regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano"[27] e assumia uma característica nova:

> O Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e *também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional*. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado.[28]

---

24 DECLARAÇÃO..., 1980, p. 14.

25 Ibid., p. 15.

26 Ibid., p. 16

27 CARONE, 1982, p. 116.

28 DECLARAÇÃO..., op. cit., p. 8, grifo nosso. Esta caracterização do Estado é a base da política do PCB diante do governo Juscelino, visto como resultado de um compromisso frágil entre um setor pró-imperialista ("entreguista") e outro "nacionalista burguês". Ibid., p. 6-7.

Depois de analisar nesses termos a correlação de forças na sociedade brasileira, não surpreende que a Declaração proclame a

> [...] possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista [sic] e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade.[29]

Estão postos os elementos definidores do caráter da revolução no Brasil, segundo o PCB, "antiimperialista [sic] e antifeudal, nacional e democrática". A questão nacional é equacionada nos termos das necessidades de acumulação de capital, sem meias palavras: "*Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo*". Não que inexista contradição entre o proletariado e a burguesia "que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual." Nas condições atuais " *a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a 'contradição principal' na sociedade brasileira*".[30]

Muitos autores sublinham o caráter inovador das formulações propostas pela Declaração de Março, alguns até com certo exagero.[31] Nem todos, é bom que se diga, viram com simpatia as mudanças. Foi o caso dos comunistas ligados ao velho núcleo dirigente que se opuseram à nova linha, considerada "oportunismo de direita" e, como tal, um desvio a ser combatido.[32] Derrotados na luta interna, viram a linha da Declaração de Março ser consagrada pelo V Congresso do PCB, em 1960, e um ano depois, quando o novo núcleo dirigente mudou o nome da organização para Partido Comunista Brasileiro, partiram para organizar o PCdoB. Sua atitude é mais um indicador de que algo mudara, tratava-se, evidentemente, de

---

29 DECLARAÇÃO..., 1980, p. 22.

30 Ibid., p. 13, grifo nosso.

31 Dentre muitos que poderiam ser citados cf. SEGATTO, J. A. *Breve História do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981; REIS FILHO, D. A. Entre a reforma e a revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.) *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002. v. 5.

32 Cf. GRABOIS, M. Duas concepções, duas orientações políticas. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

uma nova linha política. No entanto, é conveniente não superestimar o alcance das mudanças.

As inovações programáticas do final dos anos 50, inclusive a formulação da questão nacional, não obstante reais e bastante rumorosas, se mantiveram dentro dos limites estratégicos que o PCB adotara muitos anos antes no programa de revolução nacional e democrática (anti-imperialista e antilatifundiária).[33] Desta perspectiva, há mais continuidades que rupturas entre as distintas linhas políticas. Antes o imperialismo bloqueava o desenvolvimento do país e ameaçava devolver o Brasil à condição de colônia; agora ele é um fator negativo, mas o capitalismo (força progressista) abre caminho apesar dos percalços. Nos dois casos, o enfrentamento do imperialismo é concebido como expressão do interesse da nação e, mais importante, nos dois casos o interesse da nação é definido em termos de compromisso com o desenvolvimento do capitalismo. A via pacífica de 1958 é uma novidade e a frente única da Declaração de Março é bem mais ampla que a do Manifesto de Agosto, mas os objetivos finais da revolução pela qual lutavam os comunistas não foram modificados. Mesmo durante a fase considerada "esquerdista", criticada pela nova linha política, o PCB jamais chegou a excluir a burguesia nacional, ou setores da burguesia, do protagonismo diante da resolução da questão nacional.[34] A tática foi alterada, não a estratégia.

Como se pode interpretar a longa sobrevivência da estratégia da revolução nacional e democrática? Quartim de Moraes vê aí um "grande mérito teórico", pois explicaria "o atraso brasileiro em termos de atrofia, bloqueio e frustração da revolução burguesa. [...] O Brasil é atrasado porque o capitalismo brasileiro é atrasado, na medida em que não superou dois bloqueios fundamentais, o latifúndio e a dominação imperialista."[35] Segundo este autor o programa nacional-democrático perdurou porque

---

33 Para as origens da estratégia pecebista, ainda na década de 20, ver ZAIDAN FILHO, M. O Grande Tournant: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: REIS FILHO, D. A. et al. *História do marxismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. v. 1. Carlos Zacarias estudou os "impasses" dessa estratégia num momento anterior ao que discutimos aqui: SENA JUNIOR, C. Z. de. *Os impasses da estratégia. Os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. Salvador: UNEB; São Paulo: Annablume, 2009.

34 No Manifesto de Agosto, carta magna da fase dita "esquerdista", as "classes dominantes" são considerada "caducas e impotentes, incapazes de resolver qualquer problema nacional". Mesmo assim, entre as forças agrupadas entre os que querem "paz, liberdade e lutam pela independência da pátria do jugo imperialista" estão os "pequenos comerciantes e industriais". Prestes aponta aos brasileiros [...] PRESTES, 1982, p. 7.

35 MORAIS, J. Q. O Programa Nacional-Democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, J. Q.; DEL ROIO, M. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2000. p. 160. v. 4. No trecho citado o autor se refere especificamente à obra de Nelson Werneck Sodré, considerado por ele um autorizado advogado da estratégia nacional-democrática.

enfrentava, com mais acertos que erros, as “contradições não resolvidas da revolução burguesa no Brasil”[36], enquanto os outros marxistas, que se opunham ao PCB, eram portadores de “uma concepção verbalmente intransigente e ideologicamente messiânica da missão histórica da classe operária”.[37] Mesmo a aliança com a burguesia nacional, apesar de nascer de uma “avaliação demasiado otimista”, não seria um equívoco tão grave quanto seus detratores pretendem:

> Não era fatal que o ‘empresariado’ brasileiro optasse pela condição de sócio menor do Império estadunidense. Valia a pena lutar para que não passasse, como passou majoritariamente em 1964, para o campo da contra-revolução. As consequências continuamos a amargá-las até hoje.[38]

O que significa, exatamente, a expressão “não era fatal”? Afinal, a opção por tornar-se sócio minoritário do império respondia objetivamente aos interesses de classe do empresariado ou foi motivada por um fator de outra natureza? A um autor que condena tão duramente as teses que considera messiânicas se poderia perguntar em que análise materialista de interesses de classe ele se apoia para crer que a burguesia brasileira consideraria que ‘sua contradição principal’ era com o imperialismo e não com os trabalhadores.

Há quem pense de outro modo. Anita Leocádia Prestes registra a “recorrência de posições nacionalistas”[39] ao longo de toda a história do PCB. Analisando o debate sobre a nova linha política de 1957-58, conclui que os comunistas estavam sob a “influência da ideologia do nacional-desenvolvimentismo [...] segundo a qual caberia um papel destacado à burguesia nacional no processo de conquista da independência nacional. [...] O nacionalismo, mais uma vez, levava a melhor entre os comunistas brasileiros.”[40]

A história dos partidos comunistas mostra que eles não mudam sua estratégia com frequência e nem sem traumas. No caso do PCB, a estratégia nacional democrática foi mantida e, com ela, a identificação da questão nacional com as exigências da acumulação de capital. Mas, o PCB,

---

36 MORAIS, 2000, p. 183.

37 Ibid., p. 158.

38 Ibid., p. 184.

39 PRESTES, A. L. *Os Comunistas Brasileiros (1945-1956/58)*: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010. p 38.

40 Ibid., p. 153.

ainda que largamente majoritário, não detinha o monopólio do marxismo no Brasil. Havia outras vozes que, justamente naqueles anos, começavam a falar um pouco mais alto.

Outros comunistas face à questão nacional

De quem estamos falando? Ao contrário do PCB, que dispensa apresentações, os outros comunistas brasileiros são menos conhecidos, inclusive dos historiadores.[41] A Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), e, sobretudo, a Liga Socialista Independente (LSI) não mereceram, até aqui, muita atenção: foram analisadas apenas em poucos artigos, dissertações de mestrado ou mencionadas no interior de textos que tratavam de outros assuntos.[42] Comecemos pela LSI e com uma advertência: não temos meios para sanar esta importante lacuna historiográfica, mas a silhueta da questão nacional aparece nos poucos documentos disponíveis com suficiente nitidez para que seja observada.

O pouco que sabemos sobre a história da LSI provém de alguns depoimentos colhidos por historiadores que pesquisavam outras organizações. Hermínio Sachetta, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Alberto Luiz da Rocha Barros, Maurício Tragtemberg, Emir e Eder Sader e Michael Löwy estiveram envolvidos nas discussões, iniciadas provavelmente em 1956, para criar uma "nova organização, ao mesmo tempo revolucionária, marxista e anti-stalinista". A Liga "nunca passou de um grupo de 20 pessoas (no máximo) que publicava um pequeno jornal, 'Ação Socialista'." Exceto Sachetta, chamado afetuosamente de "o velho", e um "sapateiro de origem anarquista", os demais eram jovens estudantes.[43] Tanto Löwy quanto Moniz Bandeira[44] concordam que a influência mais nítida sobre a LSI era a de Rosa Luxemburgo, cujo retrato "era a única decoração no austero

---

41 O Partido Operário Revolucionário (POR), trotskista, enquadra-se, obviamente, na minha categoria de "outros marxistas". Não está incluído neste estudo por duas razões: não tenho como consultar, no momento, os documentos dessa organização e, de qualquer modo, a eventual inclusão poderia dar a este texto mais páginas do que é razoável. Recomendo, sobre o tema, o livro de LEAL, M. À *esquerda da esquerda*: Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

42 No caso da POLOP, um grupo de pesquisadores da UEFS vem desenvolvendo uma pesquisa cujos resultados começam a aparecer. Além deles, há o importantíssimo trabalho de preservação e divulgação do patrimônio teórico da POLOP levado à frente pelo Centro Victor Meyer, uma iniciativa de ex-militantes da organização.

43 LÖWY, M. Depoimento. In: SACHETTA, H. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes; UNICAMP, 1992. p. 81.

44 Apud OLIVEIRA, J. A. *POLOP*: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). 2007. f. 42. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

quartinho da Av. Brigadeiro Luiz Antônio que servia de sede à Liga". De acordo com Löwy, Hermínio Sachetta, que havia rompido com o trotskismo, passou a considerar o marxismo luxemburguista como a "verdadeira resposta ao eterno problema do movimento operário – a síntese efetiva entre revolução e democracia, socialismo e liberdade."[45]

Uma Declaração de Princípios, um Programa e os Estatutos da LSI foram publicados em um folheto em 1956 em cuja contracapa os responsáveis anunciavam uma conferência nacional "a ser realizada proximamente".[46] Não temos notícia de que a conferência tenha, de fato acontecido, mas sabemos, por Luiz Alberto Moniz Bandeira, que o programa foi escrito por ele e os estatutos por Alberto Luiz da Rocha Barros.[47] A análise da questão nacional, que aparece sobretudo no primeiro desses documentos, é mediada pelo desenvolvimento do conceito de "capitalismo de Estado", basilar na interpretação que a LSI fez do capitalismo do seu tempo.

Forma específica do capitalismo da "nossa época, de decadência geral do sistema capitalista", o capitalismo de Estado caracterizar-se-ia pela "crescente intervenção do Estado em todas as atividades sociais, basicamente nas de caráter econômico." O fenômeno seria, por um lado, a resposta consciente da classe dominante "para vencer a anarquia da produção em um mundo que, tecnicamente, se integra em áreas econômicas cada vez maiores e mais complexas, e para não sucumbir ante a pressão emancipadora cada vez mais forte da classe operária". Por outro lado, seria decorrência das

> [...] leis internas de seu [do capitalismo] próprio desenvolvimento. A livre concorrência gera o monopólio. O monopólio, por sua vez, [...] tende a subsistir como monopólio de Estado. O poder econômico, que se contentava, antes, em controlar indiretamente o poder político, agora necessita controlá-lo diretamente e se funde com ele. O capitalismo clássico desaparece e surge o capitalismo de Estado.[48]

45 LÖWY, 1992, p. 81.

46 LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE. *Projeto de Programa*. São Paulo: UNESP: CEDEM, Fundo POLOP, 1956. Mimeo.

47 A informação consta em trecho de carta endereçada a Osvaldo Coggiola e por ele parcialmente publicada: COGGIOLA, O. O Trotskismo no Brasil (1928-1964). In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (Org.). *Corações vermelhos*. *Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 266-267.

48 LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE. Declaração de Princípios. In: LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE. *Projeto de Programa*. São Paulo: UNESP: CEDEM, Fundo POLOP, 1956. p. 4.

Esta transformação do capitalismo e do Estado, que se torna o "capitalista coletivo real", ocorreria em escala mundial: tanto em países subdesenvolvidos como naqueles de mais alto desenvolvimento e concentração das forças produtivas ocorreria a "alienação, em favor do Estado, por parte da burguesia, de prerrogativas e funções que [...] eram especificamente suas."[49] No caso dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, a

> [...] incipiência da acumulação primitiva de capital impõe, às burguesias retardatárias, a necessidade imperiosa de atribuir aos seus 'Estados nacionais' a tarefa de mobilizar os recursos econômico-financeiros indispensáveis para a criação das estruturas econômicas e políticas necessárias à sua própria sobrevivência, como classe.[50]

Sob esta perspectiva os investimentos estatais diretos, tão festejados pelo nacional-desenvolvimentismo, são interpretados em chave crítica. Se é verdade que eles criam condições para a industrialização e, assim, para a libertação dos trabalhadores de formas servis de exploração agrícola, por outro lado eles significam "a necessidade que a burguesia sente de transferir, para o conjunto social, os ônus impostos pelos empreendimentos, conjunturalmente deficitários, mas fundamentais para a sobrevivência e o desenvolvimento da economia capitalista."[51]

O imperialismo, por seu turno, ainda que mantivesse muito de suas características "antigas" de exploração direta dos povos coloniais e semicoloniais, ganhava a nova função de,

> [...] mediante empréstimos, ajudas, concessões, intervenções militares diretas ou indiretas, *manter no poder as burguesias nacionais* incapazes, corruptas ou fracas, que não podem resistir isoladas à pressão emancipadora dos trabalhadores, especialmente ao avanço dos chamados movimentos nacionalistas nos países retardatários.[52]

Salta aos olhos o quanto a relação entre o imperialismo e as burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos é pensada, pela LSI, em bases inteiramente distintas da estratégia pecebista. A ideia de um antagonismo – ou antes, uma contradição – entre os interesses da burguesia nacional e

---

49 LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE, 1956, p. 4.

50 Ibid. p. 5.

51 Ibid. p. 6.

52 Ibid. p. 7, grifo do autor.

o imperialismo que fosse suficientemente profunda para levar a burguesia a tomar seu lugar numa frente anti-imperialista e participar da revolução nacional simplesmente não existe na formulação da LSI. Ao contrário de lutar contra ele, as burguesias retardatárias dependem do imperialismo para conquistar e manter-se no poder de Estado. A condição de sócio do imperialismo não é negociável e o saque imperialista não é realizado apenas "contra" as burguesias nacionais, mas principalmente, "com" elas: "Ao mesmo tempo em que concede esse amparo às burguesias das regiões desenvolvidas, *o imperialismo arranca para si, através dessas mesmas burguesias, largas parcelas das rendas nacionais*."[53] Evidentemente, isso desautorizava qualquer expectativa de que essas burguesias se movimentassem com independência diante do imperialismo, já que as "veleidades de independência das burguesias nacionais não são, na prática, senão esfarrapadas cortinas ideológicas velando toda sorte de acordos entre o Imperialismo e seus aliados ou agentes crioulos nos países subdesenvolvidos".[54]

Eis a questão nacional posta sobre outros fundamentos. *Como o PCB*, a LSI vê os problemas fundamentais do Brasil a partir de sua condição de "país retardatário que não resolveu ainda a questão agrária e nem se libertou de sua sujeição ao imperialismo." Diferentemente do PCB, no entanto, a LSI dá muita ênfase ao fato de que, devido a esta situação, "redobrada exploração recai sobre o trabalhador do Brasil, por ação direta da burguesia nacional e, através dela, do imperialismo." Devido às deficiências da sua acumulação, a "burguesia nacional industrial e latifundiária [...] multiplica as formas de extorsão de mais-valia" visando "taxas de lucro de alto nível, o que redunda em brutal exploração econômica".[55] Finalmente, em contraposição direta à estratégia do PCB, a LSI considera como incompatíveis os interesses da burguesia nacional (ou seja, as exigências da acumulação de capital) e a luta pela resolução da questão nacional (o latifúndio e a subordinação ao imperialismo).

> A solução desses dois problemas – o agrário e a sujeição ao imperialismo – que historicamente deveria ter sido encontrada pela própria burguesia nacional, hoje, dada a fraqueza e a integração desta nos interesses gerais da economia capitalista, constitui missão histórica do proletariado e dos trabalhadores em geral. Essas tarefas históricas, de caráter burguês, ainda não realizadas, *serão*

---

53 Ibid., grifo nosso.

54 LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE, 1956, grifo nosso.

55 Ibid., p. 11.

> *resolvidas pelos trabalhadores em um processo único e entrelaçado com seus objetivos socialistas*. Os passos iniciais desse processo serão dados ao concretizar-se a unidade de ação entre o proletariado urbano e rural.[56]

O fragmento acima confirma o óbvio: outra maneira de formular a questão nacional é parte de outra estratégia revolucionária. Em lugar do etapismo, um processo único entrelaçado com os objetivos socialistas. Em lugar da aliança com a burguesia nacional, ação independente do proletariado e dos trabalhadores em geral. Em lugar da revolução nacional democrática e da frente popular, ecos da teoria da revolução permanente, que o ex-trotskista Sachetta conhecia bem.

Por tudo quanto sabemos, a LSI teve vida efêmera. Foi dissolvida no começo dos anos 60, com o surgimento da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (OMR-POLOP). Hermínio Sachetta, que não aceitou ingressar na POLOP, organizou o Movimento Comunista Internacionalista (MCI), que existiu por alguns anos, sempre muito pequeno e restrito a São Paulo.[57] Seria precipitado, porém, concluir daí que a Liga não teve importância na história recente do marxismo no Brasil, ao menos no que diz respeito aos debates sobre a questão nacional. Veremos, abaixo, que algumas teses da LSI foram apropriadas pela POLOP – e parte delas circulou por espaços ainda mais amplos. Nos poucos documentos de que dispomos pudemos constatar que o argumento desenvolvido na Declaração de Princípios, em 1956, continuou por algum tempo a ser esgrimido por Hermínio Sachetta nas páginas do Ação Socialista. Em um artigo sobre o risco de um golpe bonapartista publicado em dezembro de 1958 ele menciona a "chantagem usada pelas podres e impotentes burguesias dos países subdesenvolvidos como o nosso, para se encherem e, mais ainda, aos seus SÓCIOS ricos de Wasghington, que levam a seiva do trabalho nacional em polpudos juros, *royalties* e amortizações."[58] Um ano depois, escrevendo sobre as candidaturas Lott e Jânio à presidência, vaticina: "qualquer dos dois que venha a ser eleito [...] subordinará sua administração aos interesses da burguesia brasileira e de seus sócios imperialistas."[59] Se

---

56 LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE, 1956, p. 12, grifo nosso.

57 Cf. GORENDER, J. Epílogo para um romance à revelia do autor. In: SACHETTA, H. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes: UNICAMP, 1992.

58 SACHETTA, H. Frente Única Burguesa e Golpe Bonapartista. In: SACHETTA, H. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes: UNICAMP, 1992 p. 105-106, grifo do autor.

59 SACHETTA, H. Nem Lott, nem Jânio: por uma política de classe. In: SACHETTA, H. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes: UNICAMP, 1992, p. 110.

é verdade que a Declaração foi escrita por Moniz Bandeira, a semelhança não é mera coincidência. Significa que, embora muito pequena e de vida breve, a Liga conseguiu certo grau de unidade política.

Vários militantes da LSI participaram, em 1961, do congresso de fundação da ORM-POLOP. As articulações que resultaram na criação dessa nova organização começaram, porém, alguns anos antes e já apareciam nitidamente no cenário de debates criado pelas repercussões do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A revista *Novos Tempos*, mencionada acima, circulou entre 1957 e 1958 (seis números ao todo) e abriu espaço até para intervenções que criticavam aberta e firmemente os limites da política do PCB, inclusive sobre a questão nacional, e sinalizavam para a construção de alternativas organizativas. Uma dessas intervenções apareceu em janeiro de 1958, no n.º 4 de *Novos Tempos*, no artigo "O Movimento Revolucionário Brasileiro na Encruzilhada", assinado por Eurico Mendes. O texto, assim como outros que aquele autor publicou na mesma época, antecipava componentes do que viria a ser, mais tarde, a linha política da POLOP.

Não há surpresa nessa constatação. Eurico Mendes era, na verdade, Erich (depois chamado Érico) Czaczkes Sachs, que viria a ser o mais influente dirigente e teórico da POLOP. Nascido em Viena, em 1922, numa família judia, Sachs viveu em Moscou na adolescência, onde iniciou seus estudos do marxismo até ser expulso, em 1937, por seus contatos com a oposição a Stalin. Nos anos seguintes, em Paris, aproximou-se dos líderes do Partido Comunista Alemão – Oposição (KPO), Brandler e Thalheimer. A ameaça que a guerra significava para comunistas judeus pesou na decisão de emigrar para o Brasil, com sua mãe, em 1939. Trabalhou como gráfico e jornalista, publicando alguns artigos no Correio da Manhã.[60] O homem que publicou os artigos que vamos examinar a seguir falava a partir de um lugar muito peculiar do campo marxista no Brasil dos anos 50. Com menos de 40 anos de idade, diferente de qualquer comunista brasileiro, tinha experiências e contatos internacionais com marxistas que participavam de práticas organizativas alternativas seja aos partidos comunistas oficiais, alinhados com os ditames do PCUS, seja ao trotskismo. Suas referências fundamentais provinham do comunismo alemão de oposição, sem vínculos com a tradição ou com as estruturas do Partido Comunista

60 As informações sobre a vida de Érico Sachs foram obtidas em MEYER, V. Ernesto Martins, Érico Czaczkes Sachs. In: MIRANDA, O.; FALCÓN, P. (Org.). *Polop*: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010. p. 15-33.

Brasileiro. Sua crítica ao stalinismo era anterior ao discurso de Kruschev, e baseava-se em outros critérios. Uma voz nova, portanto.

O objetivo do artigo na revista *Novos Tempos* era aproveitar o momento de convulsão vivido pelo PCB na esteira das repercussões do XX Congresso, inclusive o surgimento da "corrente renovadora" que animava a revista, para fazer uma crítica radical e propor uma saída da "encruzilhada": a construção de um partido revolucionário alternativo ao PCB. Para Sachs o "partido falhou" em sua tarefa primordial, que era a de construir no proletariado a "consciência de classe que lhe permitisse preencher um papel independente na política nacional."[61] Mais que isso, o PCB sequer conseguiu aplicar os fundamentos teóricos do marxismo à realidade brasileira: "Ainda não foram criadas as bases teóricas e práticas do marxismo brasileiro".[62]

Ao fazer a crítica ao PCB o artigo, dentre vários aspectos considerados, aciona argumentos que envolvem a questão nacional, tema a que vamos nos limitar. "A nação", escreve Sachs, está

> [...] desprotegida pela falta da existência de um proletariado com consciência socialista, capaz de polarizar, reunir em torno de si e impulsionar um movimento de emancipação mais amplo, para o qual as condições estão maduras. Enquanto não existir no Brasil um proletariado como fator político independente, em condições de arrastar camadas mais vastas da população na defesa dos interesses vitais do país, a resistência ao imperialismo dependerá dos oscilantes e inconsequentes movimentos pequeno-burgueses e burgueses, que capitularão nos momentos decisivos, isto é, todas as vezes em que o imperialismo der uma prova de força.[63]

Combater o imperialismo é uma tarefa que se impõe inelutavelmente em um país como o Brasil, mas tudo muda de significado a depender do modo de formular o problema. Para Sachs a questão determinante, que subordina todas as demais, é a participação independente da classe trabalhadora nas lutas. Um "movimento nacionalista ainda tem um papel progressista a desempenhar no Brasil"[64], mas "existem nacionalistas e existem comunistas" e "não é possível abraçar as duas correntes ao

---

61 MENDES, E. O Movimento Revolucionário Brasileiro na Encruzilhada. *Novos Tempos*, n. 4, jan. 1958. Citamos o documento a partir de uma edição eletrônica, sem numeração de páginas: <http://www.marxists.org/portugues/sachs/1958/01/movimento.htm>, acesso em: 22 set. 2013.

62 MENDES, 1958.

63 Ibid.

64 Ibid.

mesmo tempo."[65] Isso porque o "nacionalismo é evidentemente uma ideologia burguesa e sua expansão no seio da classe operária deixaria esta à mercê da liderança ideológica e — para isso basta apenas um passo — orgânica da burguesia."[66]

Sachs não condenava a aliança entre a classe operária e os nacionalistas "dentro de um movimento anti-imperialista mais vasto", mas tal aliança não poderia ser feita com sacrifício dos interesses de classe dos trabalhadores. A condição de exploração imperialista não subordina nem posterga a luta da classe operária por sua emancipação frente ao capital, ao contrário: é a condição de classe que leva à luta anti-imperialista. Sendo assim, no caso de uma aliança com correntes nacionalistas cuja política fosse efetivamente anti-imperialista, seria essencial

> deixar claro para eles que a atual situação internacional do país é um produto de sua estrutura interna. Sem reforma social radical não há emancipação nacional. Somente o socialismo transformará os nossos caboclos em homens do Século Vinte e fará do Brasil uma nação verdadeiramente livre e independente, com direitos iguais a outros povos emancipados deste mundo.[67]

No ano seguinte o início de circulação da revista *Movimento Socialista*, cujo editor era Moniz Bandeira, deu mais um passo na direção do agrupamento de marxistas com vistas à criação do novo partido revolucionário. A revista foi um momento importante no processo de articulação de intelectuais e militantes que, três anos depois, fundariam a POLOP. Érico Sachs tomou parte ativa no projeto editorial, contribuindo com três artigos nos dois números que saíram e, no primeiro deles, intitulado "Marxismo ou Apologética Nacionalista", retomou e aprofundou sua abordagem sobre a questão nacional.[68] O argumento é montado com cuidado, desde a formulação do problema, passando pela recuperação de textos clássicos de marxistas que trataram da questão nacional em diferentes momentos e sob diferentes perspectivas, até a apresentação de sua própria análise da luta anti-imperialista nas condições do Brasil e dos encaminhamentos políticos que, à luz de sua reflexão, lhe pareciam pertinentes. O ano era

---

65 MENDES, 1958.

66 Ibid.

67 Ibid.

68 Os dois outros artigos foram publicados no segundo número de *Movimento Socialista*. Uma curiosidade: um deles, assim como o do primeiro número, foi assinado como Eurico Mendes e o outro como Ernesto Martins, outro pseudônimo de Sachs.

1959, e já eram bem conhecidas dos marxistas no Brasil a Declaração de Março e sua tese sobre a "contradição principal". O tom do artigo é, pois, fortemente polêmico na denúncia da capitulação das forças da esquerda brasileira, particularmente o PCB, que

> em nome de 'alianças' e 'frentes', defendem a tutela ideológica da burguesia sobre o proletariado. O que todas essas facções [...] têm em comum é a defesa de uma colaboração de classes sob o rótulo do nacionalismo, na qual o sacrifício das reivindicações do proletariado é tido como condição '*sine qua non*' da luta antiimperialista [sic].[69]

Sachs desafiava abertamente a autoridade do PCB no campo do marxismo, um procedimento coerente com seu objetivo de abrir caminho para a construção de uma alternativa de organização revolucionária. Por isso, parte do artigo foi dedicada ao propósito de desmascarar o estratagema pecebista que consistia em justificar a adesão ao nacional-reformismo com argumentos marxistas. Demonstrando um conhecimento extenso e, no Brasil de então, pouco comum sobre a obra de Marx e Engels, Sachs recorreu a diversos textos dos próprios autores do Manifesto Comunista para sustentar que não é possível, sem ser desonesto, apoiar-se neles para legitimar o nacionalismo. Em todas as ocasiões em que trataram da questão nacional, tal como ela se apresentou em diferentes momentos no século XIX, Marx e Engels sempre consideraram que "o problema nacional e da independência nacional não representava um fator isolado ou um princípio em si. Eles subordinaram conscientemente a questão às necessidades da classe operária europeia e do seu movimento revolucionário."[70]

Até mais do que Marx e Engels, era Lênin e, antes de 1956, o "leninista" Stalin que o PCB convocava para emprestar sua autoridade à causa nacionalista. Para Sachs, tratava-se do mesmo estratagema ilegítimo. Antes da Primeira Guerra, em uma polêmica travada com Rosa Luxemburgo, Lênin defendera a validade, para o contexto russo, do artigo do programa do seu partido que afirmava o direito dos povos à autodeterminação, contestado por Rosa. Já então o líder dos bolcheviques não confundia sua política com a dos nacionalistas e recomendava ao proletariado da Rússia (Sachs cita Lênin)

---

69 MENDES, E. Marxismo ou apologética nacionalista. *Movimento Socialista*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 38, 1959a. O exemplar consultado está depositado no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP, fundo POLOP.

70 MENDES, 1959a, p. 41. Sachs cita, além do Manifesto de 1848, vários escritos de Marx e Engels, incluindo artigos e cartas que nunca tinham sido traduzidas para o Português.

> uma tarefa dupla, ou bi-lateral [sic]: 'Combate a qualquer nacionalismo e em primeiro lugar contra o nacionalismo grão-russo [...]; simultaneamente, no interesse do combate bem sucedido contra todo nacionalismo de qualquer nação: defesa da luta proletária e das organizações proletárias, sua integração mais estreita numa comunidade internacional, contrária às tendências burguesas de separação nacional'[71]

As formulações mais maduras de Lênin sobre a temática seriam, de acordo com Sachs, as "teses sobre a questão nacional e colonial", escritas por ele e aprovadas como resolução da Internacional Comunista em seu III Congresso, em 1920. Elas partiam do princípio de que "a exploração imperialista é um produto do capitalismo e que não será possível eliminar a opressão nacional e a desigualdade sem a derrocada final do capitalismo. E este é o objetivo da classe operária mundial."[72] Nos países "atrasados feudais ou patriárquico-camponeses" as teses indicavam o apoio aos movimentos de libertação nacional combatendo "resolutamente qualquer tendência de fusão com tais movimentos ou de adesão ideológica". A tarefa indicada pela resolução da Internacional Comunista (IC) aos comunistas de tais países seria "educar e desenvolver os germes dos movimentos proletários existentes nesses países, preparando-os para suas tarefas próprias, isto é, ao combate às tendências burguesas em seu próprio país." Lênin via, nos movimentos de libertação nacional, aliados do proletariado soviético, mas em momento algum, ele ou Bukharin, também citado por Sachs, tiveram em mente o "sacrifício de um movimento proletário a um aliado nacionalista passageiro."[73]

Essa inversão do programa da IC teria sido obra, isso sim, de Stalin, que "subordinou os interesses da luta do proletariado mundial aos interesses imediatos da União Soviética e sacrificou a revolução europeia e mundial às conveniências da diplomacia soviética." Stalin necessitava de aliados no cenário internacional e, para tanto, "não mostrou os escrúpulos dos revolucionários de 1920: liquidou o conteúdo marxista do comunismo internacional e reabilitou justamente o os dois fatores, que provocaram a cisão da Segunda Internacional: a paz social e o social-patriotismo."[74] O aban-

---

71 MENDES, 1959a, p. 43. O trecho entre aspas é uma citação de um dos parágrafos finais do artigo de Lênin "Sobre o direito das nações à autodeterminação", de 1914. A supressão de um trecho intermediário da citação, indicada por "[...]", foi feita por mim.

72 Ibid., p. 44.

73 Ibid., p. 44.

74 Ibid., p. 45.

dono do internacionalismo operário e a subordinação da classe operária à política externa de Moscou seriam características do stalinismo. Se não fossem superadas, a proclamação de desestalinização, – em voga desde o XX Congresso, inclusive em setores "renovadores" do comunismo brasileiro – continuaria a soar no vazio.

Depois de denunciar o estratagema através do qual o PCB, em nome do marxismo, assumia posições não marxistas, Sachs voltou sua atenção para a questão nacional brasileira. A tese, transformada em lugar-comum, de que o Brasil é um país subdesenvolvido não explicaria muita coisa: "Arábia Saudita é incluída nessa categoria, e Ghana, Afeganistão e Etiópia também." O Brasil se distinguiria de todos esses países pelo "grau do seu desenvolvimento industrial, a existência de uma burguesia e de um proletariado bem definidos". Visto por este ângulo "estamos mais próximos de certas nações europeias do que de um país africano médio". Sachs caracteriza o conteúdo de classe do Estado brasileiro em perspectiva completamente distinta do PCB, que via nele alguma forma de composição variável envolvendo latifundiários, burguesia entreguista e burguesia nacional. Para ele, a revolução de 1930 "trouxe a burguesia industrial ao poder, que ela, por sua vez, confiou a Getúlio Vargas. Desde o fim da guerra ela exerce o poder, diretamente mediante os órgãos legislativos, tendo responsabilidade pela situação objetiva do país." Considerando ainda que era um país com uma classe operária de três milhões de indivíduos, e criando meio milhão de empregos anualmente, com boa parte da população trabalhadora do campo constituída pelo proletariado rural, o Brasil só poderia ser considerado subdesenvolvido em comparação com regiões de capitalismo antigo. Frente à maioria da humanidade e, particularmente à América Latina, o Brasil já seria "economicamente desenvolvido nos padrões do modo de produção capitalista". [75]

A questão do latifúndio, inseparável da questão nacional, é melhor trabalhada no artigo "Luiz Carlos Prestes e seus Aliados", publicado no número seguinte da revista. O desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro se deu sobre a base de uma "economia agrária latifundiária que até hoje conserva traços de monocultura"[76], o que, por um lado, atuou como um freio ao restringir o mercado interno. Por outro lado, são as exportações agrícolas que financiam a industrialização do país. Esses dois aspectos, combinados, configuram uma relação tanto de antagonismo como de comunidade de interesses e explicam a posição dessas classes

75 MENDES, 1959a, p. 46.

76 MENDES, E. Luiz Carlos Prestes e seus Aliados. *Movimento Socialista*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 30, 1959b.

dominantes perante o imperialismo, de cujo mercado elas dependem para realizar o valor da produção nacional.

Sachs reconhece, naturalmente, que o imperialismo explora economicamente o país, intervém em suas políticas interna e externa, lesa e limita a sua soberania. Mas, a opressão imperialista sobre países como o Brasil assumiria duas características que a tornariam diferente tanto da questão nacional europeia do século XIX quanto da colonização direta do século XX:

> Em primeiro lugar [...] é compatível com a existência de Estados nacionais, formalmente soberanos, e dispensa do domínio direto dos países explorados. [...] Em segundo lugar, a nova forma do domínio imperialista não seria possível sem a cumplicidade das classes dominantes dos países oprimidos.[77]

Aqui estamos muito longe da crença no potencial revolucionário da contradição entre a burguesia nacional e o imperialismo. É verdade que as burguesias se "defendem contra certos aspectos do domínio imperialista, procuram resistir à sua pressão em determinados ramos econômicos, *mas não combatem o sistema*." A razão para a tendência à conciliação com os imperialistas deve ser buscada, evidentemente, nos interesses de classe: os burgueses

> sabem que a guerra ao imperialismo implica num ataque frontal às bases do capitalismo mundial e isso significa às bases do seu próprio domínio de classe. As burguesias que chegaram tão tarde ao cenário histórico, como a nossa, lutam simplesmente para uma melhor integração na economia mundial, para condições de existência mais favoráveis dentro do sistema imperialista.[78]

Noutras palavras, que não são as de Sachs: nossos burgueses sempre souberam que só podiam pleitear, no máximo, melhorias em suas acomodações de sócios menores. Não quer dizer que a burguesia não tenha conflitos com o imperialismo, afinal o "capital financeiro internacional explora não só o nosso operário, entra também em choque com a burguesia nacional." Só que as posições dessas classes "em relação ao adversário diferem tão profundamente, como difere a sua posição na sociedade atual.

77 MENDES, 1959a, p. 47.

78 Ibid., p. 47, grifo nosso.

Enquanto o proletariado combate o imperialismo numa guerra sem trégua, a burguesia o combate e colabora com ele ao mesmo tempo".[79]

Seria vã, igualmente, a esperança daqueles que contavam com a cisão política da burguesia em dois setores, um nacional e outro pró-imperialista. Se a defesa de sua propriedade particular coloca parte da burguesia "em antagonismo com a burguesia de outros países e com o imperialismo", por sua vez a

> defesa da propriedade em geral cria o internacionalismo do capital, que encontra uma linguagem comum. É por isso mesmo, que a nossa burguesia mostra uma cabeça de Janus com duas faces: uma 'entreguista' e outra 'nacionalista'. A esperada divisão de águas da burguesia nacional não se dará. Há sim facções que defendem interesses imediatos, mas, como classe, a burguesia como classe não renuncia nem ao nacionalismo e nem às negociatas.[80]

Eis porque a luta anti-imperialista consequente só poderia ser liderada pelo proletariado, com a condição de que ele atue com "independência ideológica e orgânica" perante as correntes nacionalistas pequeno-burguesas que tendem a se aliar.

Sachs cuidou de mostrar que toda essa questão não tem natureza puramente teórica, pois incide em problemas concretos da luta de classes no país. Mencionou, no artigo, dois exemplos dos efeitos práticos da influência ideológica do nacionalismo nas lutas contra o imperialismo: a campanha "O petróleo é nosso" e um episódio envolvendo as indústrias Matarazzo que ganhara as páginas dos jornais. Quanto à nacionalização do petróleo, declarou-se favorável, já que ela impedia a fixação do imperialismo num setor chave da economia. Mas assinalava que, exatamente por cair no controle do Estado nacional burguês, o petróleo "ainda não é nosso". Omitir que o petróleo será "nosso", isto é, de todo o povo, somente quando o proletariado tiver tomado o poder e promovido a socialização dos meios de produção é esconder do operário "o conteúdo da luta de classes e é impedir que ele tome consciência da sua posição social."[81]

O caso envolvendo o grupo Matarazzo era igualmente emblemático. O anúncio da implantação de uma unidade fabril da American Can & Co., no Brasil preocupou o grupo Matarazzo, dono de uma fábrica nacional de

---

79 MENDES, 1959b, p. 33.

80 MENDES, 1959a, p. 48.

81 Ibid., p. 49.

latas metálicas. Desencadeou-se, segundo Sachs, uma onda de protestos nacionalistas contra a vinda da multinacional e em defesa da indústria brasileira, mas a coisa fugiu do controle quando uma comissão de inquérito no Congresso Nacional "teve de tomar conhecimento de uns fatos desagradáveis". Matarazzo era, na verdade, sócio de um concorrente norte-americano da American Can. Pior que isso, ficou provado que ele deixava de adquirir matéria prima na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de igual qualidade e a preços menores, para comprá-los de uma fornecedora belga. O mistério tinha, apesar de tudo, uma explicação racional: era um expediente para transferir, através da companhia belga, lucros ao sócio internacional. "Matarazzo, como concessionário da companhia americana, age justamente da mesma forma que qualquer capital estrangeiro, e transfere parte da mais-valia, criada pelo proletariado brasileiro, evitando que seja acumulada no Brasil."[82] Vale a pena lembrar que as indústrias Matarazzo eram ícones da indústria nacional.

A dimensão prática da questão nacional se configura, mais do que nos exemplos acima, nas orientações políticas que Érico Sachs extrai de sua análise. Para os que confundiram o marxismo com o nacionalismo, o socialismo no Brasil é um tema que pertenceria somente ao futuro distante. Sua proposta, por isso mesmo, é a de lutar por um Brasil desenvolvido e soberano, livre do jugo imperialista e convertido em nova potência capitalista do hemisfério sul. Ora, a realização desta miragem seria dificílima nas atuais condições de domínio imperialista norte-americano sobre um sistema que integrou, a uma escala inédita, grande parte da economia mundial. Esta fase atual do imperialismo

> representa um desenvolvimento histórico, que somente a revolução socialista mundial pode superar. O combate ao imperialismo mediante o restabelecimento das velhas economias nacionais, representa um sonho reacionário e utópico. *O imperialismo só poderá ser vencido em escala mundial e por um proletariado com consciência internacionalista*.

A necessidade do desenvolvimento da consciência internacionalista do proletariado é o que explica a exigência política da luta contra a submissão ideológica da classe operária à ideologia nacionalista. Reações nacional-libertadoras provocadas pelo imperialismo nos povos do mundo são aliados naturais da classe operária, assim como os nacionalistas

---

82 MENDES, 1959a, p. 50.

brasileiros – "na medida em que são verdadeiramente anti-imperialistas." Mas tais movimentos não podem oferecer uma solução para a questão, do mesmo modo que não solucionam o conflito capital-trabalho. Por isso

> combateremos a sua ideologia, como qualquer outra ideologia pequeno-burguesa, que queira dominar o proletariado e que visa à colaboração de classes, buscando apoio para o governo e a burguesia em nome da industrialização do país. *A burguesia que cumpra sua tarefa histórica, – na medida que está em condições para isso – nós temos a nossa*.[83]

O corolário político da análise desenvolvida nestes artigos é, já sabemos, a proposta de organização do partido marxista revolucionário no Brasil, proposta que ganharia novo fôlego apenas dois anos depois, em Jundiaí, na fundação da POLOP.

Sobre a contradição: trocadilhos finais

Nosso pequeno experimento chegou ao final e é tempo de passar em revista os resultados obtidos. Encontramos um debate intenso sobre a questão nacional no campo marxista brasileiro nos anos pesquisados – e foram apenas quatro anos. O leitor formará sua própria opinião sobre a qualidade desse debate, obviamente, mas de nossa parte cabe registrar a variedade de teses e a multiplicidade dos recursos teóricos mobilizados. As mudanças táticas do PCB e, talvez de modo ainda mais evidente, a emergência das vozes dissonantes (a LSI e a intervenção de Érico Sachs) demonstram que os marxistas brasileiros foram capazes de iniciativas, no plano teórico, para tentar dar conta da questão nacional.

É provável que a fertilidade das discussões tenha conexão com a dinâmica que atravessava a vida social no Brasil dos anos 50. Os dados socioeconômicos que apresentamos permitem uma visão, mesmo pálida, do que foi a agitação da década. A questão nacional, no sentido em que lidamos com ela neste texto, se impôs com força diante de vários fenômenos interligados dentre as quais a aceleração da industrialização, que repunha em bases novas o problema da dependência externa; a mobilização dos trabalhadores rurais, vista com grande susto pelos grupos dominantes; a agitação operária, aproveitando e alargando, pela práxis, as possibilidades dadas pela estrutura sindical e pela legislação. Os comunistas tiveram de

83 MENDES, 1959a, p. 53, grifo nosso.

responder às provocações que a experiência de viver os anos 50 lhes jogava na face, e isso levava, em muitos aspectos, ao estudo da questão nacional.

Tais hipóteses, contudo, terão de ser testadas em outro momento. O que temos é suficiente apenas para que nos voltemos para o nosso objetivo, que é o de verificar a "hipótese Galissot". Recuperamos modalidades diferentes de interpretação marxista da questão nacional e exploramos as profundas divergências entre elas. Para dizer melhor, entre a formulação da questão nacional, tal como aparece no interior da teoria da revolução nacional e democrática defendida pelo PCB, e as elaborações da LSI e de Sachs há mais do que uma simples divergência. Estas são "negações determinadas" daquela, trata-se de uma contradição, na verdade, a contradição principal entre o PCB e os outros marxistas. Nos dois polos dessa contradição – as abordagens da questão nacional feitas pelos comunistas do PCB e os "outros" – a verificação da hipótese Galissot adquire significado e alcance distintos. Em um caso, efetivamente, o acolhimento da questão nacional é feita com o sacrifício da luta de classes e, por conseguinte, confirma a carência teórica: trata-se de um marxismo que precisou abandonar o núcleo de suas referências ontológicas para lidar com o problema da revolução nacional.

Quando criticaram e negaram a estratégia do PCB, e com ela a sua expressão tática, a noção de contradição principal, os "outros marxistas" expuseram uma contradição da linha política daquele partido com a centralidade da luta de classes, fundamento do marxismo. A dinâmica da acumulação de capital foi identificada com o interesse geral da nação e, como tal, estabeleceu os parâmetros da política do PCB. Interpretado em termos de luta hegemônica, esse passo significou acolher como sua a visão de mundo da classe dominante, ou seja, uma vitória estupenda para a classe que comandava o processo de acumulação – nem sempre "nacional", como vimos – da riqueza obtida mediante a exploração do trabalho. A mesma Declaração que, ao propor a "frente única", mencionava a necessidade de salvaguardar a independência ideológica dos comunistas, levava os comunistas a assimilar o núcleo ideológico do nacionalismo. Quanto à autonomia organizativa que, de acordo com aqueles comunistas, deveria ser também salvaguardada, vale lembrar que nenhum dos grandes aliados nacionalistas do PCB se comprometeu sequer com a legalização do partido, o que não impediu o apoio dos comunistas a Juscelino e ao Marechal Lott. Ao aceitar as premissas do nacionalismo na formulação da questão nacional, do modo como fez, o PCB adotou a perspectiva "incondicional", que Lênin via como característica da concepção burguesa, ao invés de subordiná-la à luta de classes. A conclusão a que temos de chegar como consequência da análise é que, ao tratar

da questão nacional, os pecebistas deixaram de lado elementos essenciais do marxismo, confirmando, embora parcialmente, a hipótese de que partimos. As consequências para a luta de classes, considerando as posições orgânicas ocupadas pelo PCB na classe trabalhadora brasileira, foram ainda mais sérias.

Significado oposto têm as formulações da LSI e de Érico Sachs. A questão nacional foi inteiramente concebida dentro da lógica da luta de classes, o que nega a "hipótese Galissot" do começo ao fim. As relações da burguesia nacional com o imperialismo e com os setores latifundiários envolvem antagonismos pontuais e colaboração estratégica, o que torna ilusória – e perigosa – a expectativa na movimentação revolucionária da burguesia contra os exploradores externos ou contra o "atraso". A luta contra a opressão imperialista depende do protagonismo independente do proletariado, que deve ser preparado ideológica e organizativamente para este desafio. Daí decorre a necessidade de romper com a "tutela ideológica" do nacionalismo. Por ser um sistema de abrangência mundial e por ser a expressão do processo de integração internacional do capitalismo, o imperialismo não pode ser vencido individualmente por países nos quais a colaboração de classes viesse a proporcionar alguma variedade de "união nacional". Só a revolução socialista mundial pode derrotar o imperialismo, razão por que a consciência política do proletariado não pode ser nacionalista, e sim internacionalista.

Um pequeno incômodo, para concluir. Por mais que a comparação feita hoje, em ambiente controlado como foi o caso deste experimento, resulte numa aparente superioridade teórica dos "outros marxistas" sobre o PCB, e, possivelmente, não só no que diz respeito à questão nacional, o fato histórico incontornável é que a LSI era microscópica e se desfez rapidamente, enquanto a organização que Érico Sachs viria a dirigir permaneceu muito pequena e com pouca influência sobre a classe operária, se comparada ao partido de Prestes. Para toda organização cujos objetivos se orientam para a direção da classe operária em movimento, a constatação de sua debilidade como força dirigente representa um fator muito negativo em qualquer avaliação política ou histórica.

Em defesa da relevância histórica dos "outros marxistas" poderíamos mencionar os débitos para com ela de um empreendimento teórico da importância da teoria da dependência ou, numa dimensão mais prática, influências bastante nítidas, ainda que difusas, nas experiências organizativas postas em movimento pelos trabalhadores brasileiros no final dos anos 70. De fato, as questões em torno das quais se fez, no período que estudamos, a luta política entre os marxistas do PCB e os "outros",

prosseguiriam abertas ainda por vários anos, talvez até hoje, com muitas idas e vindas. Toda a história posterior não só do marxismo no Brasil – que é também a história das contradições entre os marxistas – mas da própria classe trabalhadora, guarda relação com essas questões.

Ademais, a pesquisa da luta política entre os marxistas brasileiros, e o papel dos "outros", os pequenos, nessa disputa, tem ainda um valor que não precisa ser anexado aos desdobramentos históricos posteriores. Uma das lições da história da esquerda, quando analisada levando-se em conta a interação antagônica entre as diferentes forças, é aprender que a luta política não é necessariamente vencida pela "melhor" tese, mas pelo contendor mais forte – e força, neste caso, vai muito além da qualidade teórica dos argumentos. Outra lição, esta com maior probabilidade de interpelar escolhas da esquerda brasileira de hoje, é a confirmação reiterada da validade inexorável daquela máxima antiga: quem pauta sua luta pelos objetivos dos adversários é sempre derrotado, mesmo quando parece vencer.

Um capítulo não escrito da história do comunismo brasileiro: a trajetória e as funções da *Revista Internacional (Problemas da Paz e do Socialismo)* no período: 1958-1990.

Muniz Gonçalves Ferreira

INTRODUÇÃO

O foco da digressão realizada neste artigo é a revista *Problemas da paz e do Socialismo*, publicação teórica e informativa dos partidos comunistas e operários do mundo editada nos anos 1958 a 1990, em Praga, então capital da República Socialista da Tchecoslováquia, e que contou com várias edições nacionais, inclusive brasileiras. Durante as três décadas de sua existência, esta publicação funcionou como o principal veículo de interação permanente entre os partidos comunistas e operários, exercendo um papel antes desempenhado pelo *Kominter1* (1919-1943) e pelo *Kominform* (1947-1956)[2].

1 Do alemão *Kommunistische Internationale*, também referida como Internacional Comunista ou III Internacional. Organização revolucionária internacional fundada em março de 1919 em Moscou com a finalidade de coordenar as ações dos partidos comunistas e outras organizações revolucionárias na luta contra o imperialismo e o poder do capital. Foi dissolvida por iniciativa soviética em 1943.

2 Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (1947-1956). Este órgão foi criado em fins dos anos 40, em uma atmosfera marcada pelo início da Guerra Fria e o cisma iugoslavo. Teve sua primeira sede em Belgrado, transferida em 1948 para Bucareste na Romênia, em consequência do anátema lançada por Stalin sobre os comunistas iugoslavos. Pretendia reforçar a unidade política e ideológica dos partidos comunistas em uma nova atmosfera de confrontação e tensão internacional, exemplificada pela Guerra da Coréia (1950-1953). O veículo de informação e formação então criado para cumprir os objetivos

De seu conselho editorial chegaram a fazer parte representantes de 68 países, incluso o Brasil. A participação neste conselho, juntamente com o comparecimento às reuniões periódicas de consulta entre os partidos comunistas e operários, geralmente realizadas na cidade de Moscou, capital da então União Soviética, constituíam as principais manifestações de pertencimento ao Movimento Comunista Internacional, que tinha no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) sua principal expressão política e organizativa. Era, portanto, um fator de legitimação de cada partido comunista nacional em face da comunidade internacional de "partidos-irmãos". Representava também um dos principais momentos de compartilhamento de uma determinada cultura política e de socialização de critérios fundamentais para a apreciação dos acontecimentos e processos em curso no cenário internacional.

Desde os primórdios do movimento comunista, os jornais, revistas e demais publicações têm desempenhado um papel de grande importância. Isto pode ser constatado na atividade exercida por Karl Marx ao longo de sua vida, o fundador da tradição, que teve no jornalismo sua principal atividade profissional. Editor sucessivamente da *Rheinische Zeitung* (*Gazeta Renana*) e da *Neue Rheinische Zeitung* (*Nova Gazeta Renana*), jornais dos círculos democráticos radicais do mundo alemão na primeira metade do século XIX, Marx e seu companheiro Engels colaboraram com diversas publicações periódicas europeias ao longo de quatro décadas. A dedicação a tal atividade atendia, no caso de Marx, a uma necessidade profissional, mas correspondia também à aspiração dos demiurgos da filosofia da práxis no sentido de disseminar ao máximo suas ideias, fazendo do periodismo uma trincheira de luta na defesa de suas posições revolucionárias. Tendo reivindicado para o proletariado a condição de herdeiro da filosofia clássica alemã, Marx e Engels tinham em alta condição a produção, difusão e discussão de ideias, não negligenciando nenhuma oportunidade de animar tais debates mesmo nas páginas dos jornais e revistas sustentados por círculos liberais e mesmo conservadores. Quando da criação do Partido Social-Democrata Alemão, o espaço de reflexão teórica e desenvolvimento da batalha das ideias no interior do movimento socialista foi garantido através da criação de uma rede de publicações tanto de massas quanto teóricas. Dentre estas últimas destacava-se a revista *Neue Zeit*, que teve primeiro em Friedrich Engels, mais tarde em seus discípulos pelo menos

---

assinalados tinha por título *Por Uma Paz Duradoura, por uma Democracia Popular* (Editorial Bucareste). O PCB esteve representado no conselho deste órgão pelo militante e jornalista Osvaldo Peralva, autor do livro *O Retrato* (RS: Editora Globo, 1962), no qual registra e avalia essa sua experiência.

por certo tempo, Karl Kautsky e Eduard Bernstein, alguns de seus principais animadores.

Alguns anos mais tarde, Vladimir Lenin reivindicava para a imprensa revolucionária russa da virada do século XX, a função de coesão de pensamento e unificação político-prática. Em outras palavras, uma organizadora coletiva. Mas, Lenin também discernia nitidamente a necessidade de que a atividade política da social democracia russa junto às massas e à intelectualidade revolucionária contemplasse duas funções distintas: a de agitação e a da propaganda. A agitação, para Lênin, consistia na transmissão de um número limitado de ideias para um amplo espectro de pessoas, particularmente das massas trabalhadoras. A propaganda consistia na divulgação de um número grande de ideias junto a um número menor de pessoas, a saber, a intelectualidade revolucionária ou potencialmente revolucionária.

Sob a influência destas ideias e noções, a socialdemocracia e depois o movimento comunista demonstraram notável competência na produção de um sistema de publicações tanto teóricas quanto de massas capazes de dar conta da dupla função de agitação e propaganda das ideias, proposições, críticas, palavras de ordem e elementos programáticos dos respectivos partidos políticos de esquerda.

Contudo após o término da Primeira Guerra Mundial, aprofundou-se, no âmago da socialdemocracia alemã – até então a mais poderosa vertente do socialismo mundial –, um processo de reavaliação e revisão das formulações teóricas mais radicais – tanto no sentido teórico-conceitual quanto programático – legadas pelos fundadores do marxismo clássico, em um sentido nitidamente reformista. Inversamente, no campo do socialismo russo, o triunfo revolucionário de outubro de 1917 e a esperança de rápida irradiação daquele processo pelos países do ocidente europeu então alimentada pela liderança bolchevique sustentaram os projetos de aglutinação política e instrumentalização teórica das lideranças revolucionárias para os embates decisivos que alegadamente se avizinhavam. Convém assinalar que, as diferentes alternativas esposadas pelas duas grandes formações políticas mencionadas decorriam de forma quase imediata das diferentes avaliações feitas, então por seus principais teóricos – do lado russo Lenin, do alemão Kautsky – , sobre a essência dos fenômenos históricos mundiais em curso na época. Se a teoria lenineana do imperialismo como capitalismo completo, planetário, parasitário e manifestando sinais de decomposição convidava à luta sem quartel por sua superação revolucionária, a hipótese kautskeana do ultra-imperialismo como capitalismo em processo de organização e superação de suas tendências anárquicas e destrutivas apontava, por outro lado, para uma estratégia de avanços

graduais e progressivos em direção ao dia em que a república do trabalho completaria a obra de socialização iniciada pelo próprio capital.

Tão profundas divergências teóricas e programáticas não poderiam conduzir a outro resultado senão a cisão orgânica do socialismo internacional. No calor das polêmicas verificadas no curso de tal ruptura, não faltavam esforços para justificar as posições assumidas por uns e outros através da reivindicação da ortodoxia marxista e de acusações recíprocas de heterodoxia e revisionismo. Este problema se acentuava no momento em que sociais-democratas alemães e bolcheviques russos tentavam caracterizar uns aos outros. Se para Lenin e os bolcheviques os "desvios de direita" do partido alemão objetivavam a vocação adaptativa da "aristocracia operária", formada e cevada pelo imperialismo alemão com as migalhas do botim arrancado aos povos explorados; para Kautsky e os seus, o leninismo era uma nítida manifestação de jacobinismo tardio, subproduto daquela que, para eles, longe de ser uma revolução proletária, constituía a última das revoluções burguesas da Europa.

Estas divergências e polêmicas não estão apresentadas aqui com intenções anedóticas, mas sim, com a pretensão de ilustrar como a disputa de interpretações, caracterizações e proposições representou um fator de importância essencial e incontornável no movimento comunista desde seus primeiros tempos. Em outras palavras, quero demonstrar que a batalha das ideias ou a "luta ideológica", como definida pelos líderes comunistas, foi, ao longo dos anos, uma tarefa de primeira importância. Ora, para além das polêmicas retratadas, o regime soviético, que desde o seu aparecimento proclamou o ingresso da humanidade na era da revolução mundial, teve, na produção regular de diagnósticos sobre a "crise geral do sistema imperialista mundial", uma atividade permanente. Esta percepção cultivada pelos líderes soviéticos estabelecia um entrelaçamento orgânico entre a luta política e o combate ideológico. Assim, do ponto de vista histórico concreto, o Movimento Comunista Internacional (MCI), ao longo de toda a sua existência, jamais prescindiu do esforço de combinar sua atividade de agitação e organização política das massas trabalhadoras com o trabalho de propaganda de suas propostas, críticas ás posições adversas e o desenvolvimento da batalha das ideias. Não houve um só partido comunista do mundo, por mais modesto que fosse ou pouco influente, que não procurasse dividir esforços entre estas duas frentes de atuação, tidas como igualmente indispensáveis.

As duas grandes agências formais da história do comunismo mundial, o *Kominter* (1919-1943) e o *Kominform* (1947-1956) preservaram a tradição da publicação de revistas e jornais informativos e formadores com o

propósito de contribuir para a preparação política dos quadros comunistas e influenciar parcelas da opinião pública internacional. No caso da Internacional Comunista, publicações procuraram cumprir estas funções. Para ficarmos apenas no âmbito da América latina, tivemos aqui *El Trabajador latinoamericano, Correspondência Sudamericana, Internacional Comunista, Revista Continental*, entre outras. Como publicações organicamente vinculadas a uma entidade internacional de reivindicação revolucionária, estes jornais, revistas e boletins concentravam-se no tratamento das questões consideradas candentes da realidade internacional, muito particularmente aos problemas que atingiam as classes subalternas e aos povos oprimidos. As discussões de fôlego mais longo, de caráter filosófico ou estético, por exemplo, não integravam o temário daquelas publicações, cujo objetivo era a preparação dos quadros para a intervenção nos processos históricos e sociais concretos. No caso do *Kominform*, sua publicação, que possuía título extenso mais dimensões modestas tanto sob o aspecto quantitativo, quanto qualitativo, exibia um conteúdo eminentemente agitativo. Qual seria o motivo? Perda de prioridade da "ideologia" face às premências da guerra fria e do acirramento do cerco dos países ocidentais à URSS e seus vizinhos, agora "democracias populares"? Ou o declínio da reflexão no topo do PCUS e de um Movimento Comunista Internacional stalinizado?

Também no Brasil, não obstante as dificuldades políticas e as limitações culturais que demarcavam o terreno histórico-social, no qual foram dados os primeiros passos de sua trajetória, os comunistas brasileiros procuraram concretizar os objetivos de agitação e propaganda reclamados pela matriz do comunismo mundial. Antes mesmo da fundação do PCB, em 1922, a revista *Movimento Comunista*, editada no Rio de Janeiro sob a direção de Astrojildo Pereira, já procura desempenhar a função de órgão de unificação política e ideológica. Veiculando tanto textos produzidos por teóricos então autorizados, como Kamenev, Bukharin, Trotsky e Lenin, como matérias informativas sobre a situação da Rússia revolucionária e a marcha do poder dos sovietes.

Posteriormente, de forma inusitada, haja vista sua condição de um partido quase sempre clandestino e atuando em um país periférico de capitalismo atrasado, o PCB construiu e desenvolveu uma extensa gama de publicações teóricas e culturais, voltadas seja para preparação ideológica de seus quadros dirigentes, como a revista *Problemas*, no período 1947-1955, seja no intuito de influenciar e dialogar com setores avançados da intelectualidade e das camadas médias da sociedade brasileira (revistas *Seiva, Fundamentos, Estudos Sociais* etc.).

Um dos componentes deste esforço foi a reedição entre nós da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*. Publicada no Brasil sob os auspícios do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sua circulação esteve sujeita às oscilações e incertezas características da realidade política brasileira dos anos 1950-1980. Sendo assim, marcou presença em nosso mercado editorial em duas fases distintas. A primeira delas no período de ampliação das liberdades democráticas que caracterizou o governo de Juscelino Kubitschek (1959) até o golpe civil-militar de 1964. Trazia como título *Problemas da Paz e do Socialismo* tendo como principais editores Rui Facó e Henrique Cordeiro. A segunda fase se deu no contexto da transição democrática dos anos 1980, quando a Edições Novos Rumos, sob a direção do PCB, voltou a editá-la após mais de 16 anos de interrupção, agora com os títulos *Revista Internacional/ Problemas da paz e do Socialismo*. Nesta nova fase, a revista teve como principais diretores Francisco Almeida, João Aveline e Noirma Murad, sendo publicada no Brasil até o triunfo da chamada "Revolução de Veludo na Tchecoslováquia", que teve como resultado o colapso do governo comunista naquele e em outros países do leste europeu, o que acarretou o encerramento das atividades da revista no ano seguinte (1990).

No que concerne ao conteúdo da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, o primeiro aspecto que merece ser destacado, diz respeito a sua dupla intenção de servir de veículo de informação política geral sobre os eventos e processos em curso na cena mundial ao mesmo tempo em que pretendia ser também um instrumento de formação teórica de seus leitores – militantes e dirigentes de partidos comunistas e militantes de movimentos de libertação nacional, disseminados ao redor do mundo. Para tanto, seu conteúdo se subdividia de maneira a cumprir esta dupla finalidade, combinando as atividades de socialização de interpretações e análises de fenômenos correntes, com a preservação e reprodução dos princípios teóricos da tradição comunista.[3]

Analisando a disposição dos conteúdos no interior da revista em três momentos diferente, final dos anos 50 e início da década de 60, primeiros anos da década de 80 e os derradeiros anos desta última década, efetuamos a seguinte constatação: no primeiro período considerado, a revista se inicia com uma relação de artigos que abordam tanto aspectos da vida política e econômica internacional, dentre os quais podemos citar o texto

3 A este respeito, a *Revista Internacional* oferece uma interessante alternativa à contraposição realizada por Hannah Arendt entre a propaganda e a ideologia, na medida em que veiculava textos que, segundo a caracterização arendtiana, poderiam ser incluídos nas duas classificações. Ver ARENDT, H. *Totalitarismo, o paroxismo do poder*: uma análise dialética. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1979. Cap. 2- 3.

"Em torno do desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado nos EUA", quanto aos assuntos de natureza cultural e filosófica destacamos os artigos "A juventude francesa ante a tragédia argelina" e "As concepções filosóficas de Gyorgy Luckács". Tal seção era normalmente sucedida pelas colunas "Intercâmbio de opiniões" ou "Nossos comentários" que eram dedicadas à divulgação dos resultados de encontros internacionais e/ou conferências organizadas pela revista, nas quais representantes de diferentes partidos debatiam questões da atualidade mundial ou problemas teóricos. Em seguida, existia uma seção dedicada ao relato das experiências dos partidos participantes do movimento comunista no desenvolvimento de suas atividades no interior de cada país, chamada de "Nos partidos comunistas e operários". Após a seção citada, surgia uma seção de resenhas intitulada de "Livros e revistas", concluída por outra de cartas e notas encaminhadas por partidos ou leitores. Eventualmente, abria-se um espaço para o relato de lutas, ações revolucionárias, processos políticos protagonizados pelos Partidos Comunistas no passado, chamada de "Páginas da História" e, em outras ocasiões, a leitura da revista se encerrava em um apêndice ou "suplemento" sobre temas variados.

Este formato geral sofreu poucas modificações nos dois outros períodos, cujos exemplares disponho para observação. Afora pequenas alterações na denominação das colunas, observamos, nos últimos quatro anos da década de 1980, o aparecimento esporádico de uma coluna denominada "Para a sobrevivência da humanidade", na qual problemas relativos à corrida armamentista e às negociações de paz entre as grandes potências eram submetidos à apreciação.

Uma hipótese preliminar que pode ser formulada a respeito da revista diz respeito ao seu valor enquanto veículo de legitimação e autorização de posicionamentos e concepções sobre diferentes aspectos da contemporaneidade internacional. Conquanto fosse uma publicação de caráter coletivo, na qual o relacionamento entre os partidos que integravam seu conselho editorial era formalmente igualitário, não é difícil perceber a presença, em suas páginas, de certa hierarquia de prestígio e autoridade. Por isto as questões consideradas mais candentes da realidade internacional eram geralmente "explicadas" e "solucionadas" por autores vinculados aos partidos mais influentes no MCI, no topo dos quais se encontrava o PCUS, seguido pelos partidos governantes dos países socialistas e dos grandes partidos comunistas fora do poder, tanto no ocidente quanto no mundo periférico. Aos demais partidos comunistas, através de seus representantes na revista ou do envio de contribuições para a mesma a partir do próprio país, cabia principalmente relatar sua atividade política e compartilhar

suas experiências político-organizativas com os demais partidos do mundo. Esta hierarquia não declarada, porém perceptível, vigente no processo de tratamento autorizado de assuntos de grande repercussão pode ser entendida como um dos fatores responsáveis pela reprodução, nas páginas da publicação, de certo enrijecimento teórico que caracterizaria a vida de boa parte dos partidos comunistas e operários do mundo, em particular nas últimas três décadas do século XX.

Sua criação no ano de 1958 coincidiu, como já foi dito, com a iniciativa dos comunistas soviéticos de preservar a unidade política do movimento comunista internacional nas condições de inexistência de uma Internacional Comunista e da inviabilidade de recriá-la após a dissidência iugoslava (1948), a denúncia dos crimes de Stálin (1956) e a dissolução do *Kominforn* neste mesmo ano. Creio não ser abusivo considerar que este esforço de reunificação e/ou preservação da unidade do movimento também atendia ao objetivo do Partido Comunista da União Soviética de preservar sua posição de liderança no movimento em uma época de crescente tendência à autonomia política, teórica e organizativa dos partidos e nascente "policentrismo".[4] Por outro lado, a publicação seria também o veículo privilegiado para apresentação, no âmbito mundial, de novos discursos e perspectivas que abriam espaço no movimento comunista internacional em seu processo de "desestalinização". Foi através da revista *Problemas da Paz e do Socialismo* que se difundiu mundialmente a nova perspectiva soviética de busca da coexistência pacífica com os estados do mundo ocidental, se afirmou a possibilidade da transição pacifica ao socialismo nos países capitalistas e se manifestou um tratamento mais tolerante e dialógico com outras forças políticas democráticas e progressistas do mundo, em particular com a socialdemocracia internacional. Entendo que este ensaio de renovação da reflexão comunista, esboçado nas páginas da revista em seus primeiros anos de existência, pode ser comprovado através do estudo comparativo das posições enunciadas, com aquelas explicitadas no jornal semanal *Por Uma paz duradoura, por uma Democracia Popular* entre os anos 1950 e 1956.

Elemento de possível comprovação das assertivas anteriores é a observação do conteúdo das informações, mais particularmente, dos debates políticos veiculados pela revista no período 1959-1963. Do ponto de vista do tratamento conferido às grandes questões da política internacional,

4 Esta formulação, atribuída ao dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti, anunciava o fim da existência de um centro dirigente único para o movimento comunista internacional e de um modelo único de construção de socialismo, abrindo espaço para a autonomização do pensamento e da prática dos partidos comunistas. Em tais condições, o anterior "centro único" do movimento daria lugar a uma multiplicidade de centros, já que cada partido seria senhor soberano de suas próprias opções.

este momento foi marcado pela reaproximação entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a República Socialista Federativa da Iugoslávia, pela Revolução Cubana e pelo conflito sino-soviético. No apoio imediato da revista à obra dos revolucionários cubanos, antes mesmo que a revolução reivindicasse seu caráter socialista e proclamasse o papel dirigente do partido comunista, pode-se localizar uma manifestação da abertura do MCI para o reconhecimento do valor das experiências políticas de outras forças revolucionárias e de esquerda. Possivelmente, tal manifestação também pode ser percebida na reaproximação com a Iugoslávia, estigmatizada anos antes por Stalin ao adotar um modelo de edificação socialista aparentemente federativo e autogestionário, distante do sistema soviético de estatização completa, centralização e planos quinquenais.

Mas talvez o momento mais significativo do processo de implementação de uma nova orientação política pelo MCI e a maior prova à sua unidade naqueles primeiros anos tenha ocorrido por ocasião da divergência sino-soviética. Ainda que a publicização do debate nas páginas da revista tenha sido controlada pelo PCUS através de sua posição preponderante no conselho editorial, a simples admissão pública do debate e os esforços de restauração da unidade do movimento – enquanto durou – foram manifestações dos novos tempos pós-stalinianos. A minimização do ônus da dissidência através da conservação da maioria esmagadora dos partidos comunistas no MCI e no conselho editorial da revista pode ter sido um dos fatores determinantes no papel desempenhado pela revista durante o curso daquela crise. Se isto puder ser comprovado, teremos ao nosso alcance importantes elementos de ratificação da tese acerca da centralidade da revista *Problemas da Paz e do Socialismo* enquanto fator de socialização de ideias e construção de consensos políticos e teórico-culturais no interior do Movimento Comunista Internacional.

Porém, as hipóteses acima enunciadas demandam uma investigação minuciosa das edições da revista publicadas entre os anos de 1968 e 1980, época de intensa discussão teórico-política no movimento comunista internacional, exemplares estes de difícil acesso aos pesquisadores brasileiros, uma vez que correspondem aos anos de interrupção da publicação da revista em nosso país. É neste período que ocorrem as grandes polêmicas relacionadas á experiência do "socialismo de face humana" e à "Primavera de Praga" na Tchecoslováquia, bem como, à reversão de tal experiência através da prática da chamada "Doutrina Brejnev".[5]

5 Esta doutrina relativizava o direito à soberania nacional dos países signatários da Organização do Tratado de Varsóvia sempre que, segundo os dirigentes daquela organização, particularmente os lideres soviéticos, houvesse algum perigo à manutenção de algum deles na comunidade de estados socialistas.

É também a época de desenvolvimento das experiências insurrecionais na América Latina, patrocinadas pela Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) e pelo Partido Comunista de Cuba. Anos do triunfo das revoluções de libertação nacional em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, da transição democrática na Espanha, das revoluções portuguesa, iraniana e nicaraguense. Insere-se ainda neste momento histórico a experiência do governo da Unidade Popular no Chile e a elaboração e discussão das teses do chamado "eurocomunismo".

OS COMUNISTAS BRASILEIROS E A REVISTA *PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO*

O primeiro dirigente comunista a chamar a atenção para a importância da publicação foi Carlos Marighella. Em artigo divulgado no Semanário Novos Rumos, então órgão legal de massas da PCB, Marighella fez uma apresentação da revista ao público leitor do jornal. Suas primeiras palavras mencionam as origens e a trajetória até então percorrida pela publicação teórico-política dos comunistas,

> A revista 'Problemas da Paz e do Socialismo' é um órgão teórico e de informação internacional que circula vitoriosamente há mais de três anos. Conta com a colaboração de teóricos marxistas de vários países, e presta enormes serviços a tantos quantos lutam pela transformação da atual sociedade e desejam ver a humanidade livres dos horrores da guerra e da dominação do imperialismo.[6]

e apresentam as credenciais da publicação, enquanto referencial teórico fundamental do Movimento Comunista Internacional,

> Problemas da Paz e do Socialismo é uma revista marxista-leninista. Orienta-se pelas ideias dos documentos programáticos do marxismo leninismo contemporâneo. Sua linha de conduta deriva da Declaração e do Manifesto da Paz, aprovados em Moscou, em 1957 e reafirmados na mesma cidade, em 1960, na reunião dos 81 partidos comunistas e operários.[7]

---

6 MARIGHELLA, C. Problemas da Paz e do Socialismo: uma revista marxista. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, p. 4, 30 mar./abr. 1962.

7 Ibid.

Mais adiante, destacam o papel formador e organizador da revista, enquanto instrumento teórico e político de preparação para as grandes lutas então travadas pelas forças revolucionárias no plano internacional.

> As questões mais palpitantes da situação internacional, da luta pela paz, pela independência nacional, a democracia e o socialismo são sistematicamente focalizadas por esta publicação. Sua ajuda é inestimável na elaboração e no esclarecimento dos problemas da teoria marxista, no combate à ideologia burguesa, na luta contra o revisionismo, o dogmatismo e o sectarismo, e na troca de experiências entre os partidos comunistas e operários.
> Problemas da Paz e do Socialismo é uma trincheira de luta das forças da paz, do progresso, da democracia e do socialismo, de tudo o que há de mais avançado no mundo. Ela reflete o espírito de nossa época, cuja característica principal consiste no fato de que o sistema socialista mundial está se transformando no fator decisivo do desenvolvimento da sociedade humana.[8]

O Marighella, que no ano de 1961, fazia uma apresentação elogiosa da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, era, então, um dos principais quadros políticos do Partido Comunista Brasileiro, membro de seu Comitê Central e de sua Comissão Executiva, possuidor de um prestígio e de uma notoriedade, dentro do partido, somente superados, na opinião de alguns estudiosos e testemunhas da época, pelos de Luiz Carlos Prestes, histórico secretário geral. Seu texto revelava uma concordância plena em relação às diretrizes políticas e a linha teórica geral que orientavam o MCI naquele momento e que tinham na postulação de uma possível transição pacífica ao socialismo – e, por extensão, da possibilidade de realização pacífica das tarefas da revolução brasileira enunciada na Declaração de Março de 1958 – um de seus componentes fundamentais. Neste sentido, é interessante constar que menos de um lustro depois, Marighella entraria em dissidência com esta mesma política, vinculando-se, a partir de 1967, a uma nova orientação político-revolucionaria de repercussão internacional, que tinha no desenvolvimento da guerra de guerrilhas o caminho exclusivo para o sucesso da revolução na América Latina (e no Brasil), rompendo completamente com a orientação seguida pelo movimento comunista internacional em seu conjunto.[9]

---

8 MARIGHELLA, 1962.

9 FERREIRA, M. Carlos Marighella: revolução e antinomias. In: NÓVOA, J.; NOVA, C. *Carlos Marighella, o homem por trás do mito*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 221-255. Ver também, FERREIRA, M. Do Partido à Guerrilha: a produção teórico-política de Carlos Marighella no período de 1965-1967. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2002, Ilhéus. *Anais*..., Ilhéus, 2002.. Passim.

Depois de 22 anos, Severino Teodoro Melo, então secretário de Relações Internacionais do comitê central do PCB, publicava na revista *Problemas da Paz e do Socialismo* publicação teórica e informativa do PCB, que reproduzia artigos da *Revista Internacional* – , um artigo comemorativo dos 25 anos de existência da *Revista Internacional*. Assim como no texto assinado por Carlos Marighella 22 anos antes, a intervenção de Melo se propunha a apresentar ao leitor brasileiro a origem, o caráter e a importância da revista.

Seu primeiro parágrafo reproduzia os termos de seu antecessor, contextualizando o advento da revista na sequência da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscou, em 1957. Esta conferência, convocada e organizada pelo PCUS, teve por objetivo sancionar, junto ao MCI, as deliberações do seu XX Congresso referentes à denúncia dos crimes de Stalin, a reiteração da política externa de coexistência pacífica, bem como a enunciação da chamada "via pacífica de transição ao socialismo". Também de forma semelhante ao artigo de Marighella, Melo se referia ao caráter global da revista, "divulgada em quarenta línguas e circulando em cento e quarenta países".[10] A legitimidade e a representatividade da publicação eram destacadas na afirmação segundo a qual,

> [...] do seu Conselho de Redação participam permanentemente representantes do movimento comunista de mais de sessenta países, o que lhe confere um traço exclusivo e singular – trata-se do único órgão editorial que, real e autenticamente, se constitui num foro legítimo do movimento operário revolucionário em escala mundial.[11]

e seu significado, enquanto instrumento teórico-informativo singular a serviço da revolução mundial, seria enfatizado na afirmação segundo a qual,

> [...] a peculiaridade da Revista Internacional reside justamente no fato de ela se instaurar como caixa de ressonância das três correntes que vitalizam hoje a revolução: a força atrativa, polarizadora e propulsiva do sistema socialista mundial, o movimento operário dos países capitalistas e os movimentos revolucionários e de libertação nacional. Nenhum outro órgão de imprensa atualmente existente cumpre este papel.[12]

---

10 MELO, T. Os vinte e cinco anos da Revista Internacional. *Problemas, publicação teórica e informativa*, [S.l.], n. 6, p. 5-7, jul./set. 1983.

11 MELO, 1983, p. 5.

12 Ibid.

Teodoro Melo – escrevendo em nome da direção nacional do Partido Comunista Brasileiro que, na época, procurava reafirmar diante da sociedade brasileira o caráter nacional e autônomo do partido – descrevia o caráter da revolução mundial reportando-se ao policentrismo revolucionário proclamado pelo dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti em 1956,

> O reconhecimento do caráter inédito e autônomo de cada processo revolucionário nacional, a compreensão da pluralidade das vias de transição ao socialismo e a constatação da inexistência de um único centro de direção do movimento revolucionário mundial têm garantido e legitimado o papel pedagógico e científico da Revista Internacional.

Reeditando em mais uma passagem o artigo de Marighella, Melo destacava o papel formador e organizador da revista na socialização, no âmbito do movimento comunista, das diretrizes "oficiais" ou hegemônicas do movimento em contraposição aos desvios políticos e ideológicos que ameaçavam sua unidade,

> [...] a sua programática, assentada na luta pela preservação da pureza do marxismo-leninismo, sua integralidade e desenvolvimento criador, contra o revisionismo, o dogmatismo e o mecanicismo, vincula-se organicamente ao plano das lutas históricas e concretas que se desenrolam na construção do socialismo, nas batalhas proletárias contra o capitalismo estabelecido e nos combates anti-imperialistas pela libertação nacional.

Espelhando mais uma vez a exposição de Carlos Marighella duas décadas antes, Melo reservava os parágrafos finais de seu artigo à narrativa sobre a publicação da revista no Brasil, desde seus primeiros números até o golpe de 1964, que interrompeu sua edição legal no país. O PCB, no entanto, segundo Melo, teria mantido seus vínculos com a revista, mesmo nos momentos mais desfavoráveis. Segundo o autor,

> Em todo período da resistência democrática, porém, a Revista Internacional esteve ao nosso lado: continuamos participando do seu Conselho de Redação e dela sempre tivemos a mais militante das solidariedades ao nosso povo. Nas novas condições criadas no país com o declínio histórico do regime implantado em 1964, uma das nossas primeiras iniciativas foi implementar a divulgação dos textos da Revista Internacional. Assim é que, desde 1982, a coleção

> Problemas, sob a chefia da Editora Novos Rumos, vem trimestralmente, publicando materiais originalmente difundidos pela Revista Internacional.

Sua conclamação final à leitura e divulgação da revista, repete o espírito manifestado vinte e dois anos antes pelo texto de Marighella,

> Não consideramos que a divulgação da Revista Internacional seja, para nós, uma questão formal. Entendemo-la e assumimos como tarefa revolucionária: trincheira do marxismo-leninismo, permite-nos contribuir ponderavelmente para elevação do nível teórico e ideológico dos comunistas brasileiros. Através da informação veraz, ela comprova os êxitos e a superioridade do sistema socialista. Através do debate científicamente organizado e orientado, ela colabora para liquidar com deformações teóricas e contrafações ideológicas. Através da difusão de conhecimentos e documentos, ela auxilia no melhoramento do nosso perfil cultural.[13]

Nas extensas coincidências de conteúdo presentes nas caracterizações da *Revista Internacional* realizadas em diferentes décadas e períodos históricos e por personagens que desempenharam papéis tão diferentes na história do comunismo brasileiro evidencia-se o papel central da *Revista Internacional/Problemas da Paz e do Socialismo*, enquanto instrumento de reprodução de uma concepção de mundo e de diretrizes políticas aceitas consensualmente pelos partidos e organizações que reivindicavam o seu pertencimento ao movimento comunista internacional e que tinha no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) sua expressão mais influente.

A REVISTA INTERNACIONAL COMO CONTRAPONTO ÀS LEITURAS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ELABORADAS NO SEIO DO *STABLISHMENT* ACADÊMICO OCIDENTAL

O politólogo alemão C. D. Kernig, organizador de uma extensa obra de confrontação do marxismo com outras correntes do pensamento ocidental[14] afirmava expressamente que as obras dos fundadores da tradição marxista "não contém nenhuma teoria própria das relações internacionais, mas

---

13 MELO, 1983, p. 13.

14 KERNIG, C. D. (Org.). Marxismo y democracia: enciclopédia de conceptos básicos. Madrid: Ediciones Rioduero, 1975. Grifo nosso.

somente uma teoria *derivada*". Tal afirmação encontrou uma exposição mais circunstanciada nas obras de V. Kubalkova e A. A. Cruishank, autores dos livros: *Marxism-Leninism and Theory of International Relations* e *Marxism and International Relations*, ambos dedicados à crítica dos fundamentos da política externa dos países do antigo bloco socialista.[15] Reeditando a suposição acerca da inexistência de uma reflexão autônoma sobre os problemas internacionais na produção intelectual dos demiurgos da filosofia da práxis, afirmavam que: "A principal dificuldade que cerca o estudo das idéias de Marx sobre as relações internacionais parece se dever ao fato de que ele dedicou muito pouca atenção explicita ao tema". Para eles, portanto, uma concepção marxiana sobre as questões globais só poderia ser apreendida enquanto "derivação" de suas análises acerca de outros fenômenos

> Poderíamos considerar acertadamente que as relações internacionais parecem ser o que poderia ser descrito como um conceito contextual; e mesmo sendo verdadeiro afirmar que *as idéias de Marx sobre o assunto nunca foram formuladas explicitamente ou reunidas em um único lugar,* muitos de seus discursos possuem uma incidência direta no tema e é apenas através do cotejamento das implicações dos mesmos que o pensamento do autor sobre o assunto poderá ser adequadamente apreciado.[16]

Este postulado é radicalizado em uma citação de Martin Wight, reproduzida na obra de Kubalková e Cruishank, intitulada de *Marxism and International Relations*,

> Nem Marx, Lenin ou Stalin ofereceram qualquer contribuição sistemática à teoria internacional; o Imperialismo de Lenin é o que mais se aproxima de tal objetivo e mesmo assim tem pouco a dizer sobre a política internacional.[17]

Mesmo ao admitirem a existência de um verdadeiro interesse pelo estudo das relações internacionais por parte de Marx e Engels, Kubálkova e Cruishank trataram, no entanto, de relativizar a sua importância no universo global das preocupações dos iniciadores da tradição marxista,

---

15 KUBÁLKOVÁ, V.; CRUISHANK, A. *Marxism-Leninism and theory of international relations*. Londres: Routledge & Kegan, 1980; KUBÁLKOVÁ, V.; CRUISHANK, A. *Marxism and international relations*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

16 KUBÁLKOVÁ; CRUISHANK, op.cit., p. 13, grifo nosso.

17 WIGHT, 1966 apud KUBÁLKOVÁ; CRUISHANK, 1989.

> Embora Marx e Engels tenham inscrito as relações internacionais no planejamento de suas investigações futuras, tal tema ocupava um lugar bem subalterno na lista, e, assim como no caso de vários outros assuntos, tal estudo não foi completado, aliás, mal foi iniciado.[18]

E tentavam explicar a razão de interesse tão diminuto em relação ao objeto,

> Em uma situação na qual a dinâmica do capitalismo e a do sistema internacional não possuíam qualquer conexão, Marx e Engels leram equivocadamente o futuro desenrolar de ambos: e isto é particularmente verdadeiro no que se refere às relações internacionais.[19]

A análise de Kubálkova e Cruishank foi ainda mais longe ao tentar revelar o fundamento teórico da incapacidade do marxismo clássico em enfocar adequadamente as questões da realidade internacional. Para eles, tal limitação adviria do paradoxo entre o caráter universal e abstrato da conceituação marxiana acerca do modo de produção capitalista e sua consequente inabilidade na apreensão da especificidade do Estado e a necessidade de adaptar tal leitura à objetividade dos fenômenos e processos que possuíam como cenário histórico as sociedades nacionais,

> Sua [de Marx] análise econômica no Capital, por exemplo, não se vincula a qualquer contexto nacional em particular: é a análise do modo de produção capitalista em sua forma pura e abstrata que entretêm predominantemente a sua atenção. Desta maneira, o marxismo se apresenta como uma doutrina universalista por definição, comprometido com a noção de sociedade mundial através de seu conceito de luta de classe internacional. E ainda assim suas categorias habitam uma sociedade doméstica, os desprezados estados nacionais.[20]

Em ocasião anterior, procurei demonstrar como tais assertivas se baseavam em um desconhecimento completo de uma parcela numericamente muito expressiva, conquanto teoricamente pouco valorizada, dos escritos de Marx e Engels sobre os assuntos da contemporaneidade internacional

---

18 KUBÁLKOVÁ; CRUISHANK, 1980, p. 28.

19 Idem, ibidem. A observação de Kubálkova e Cruishank, além de mal informada, é altamente controvertida na medida em que desvincula o funcionamento do sistema internacional do século XIX da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo.

20 Idem, p. 29. Chamo a atenção nesse passo, sem, no entanto, me prender ao tema nem ao precário conhecimento aqui demonstrado pelos autores a respeito das reflexões marxianas sobre o Estado.

no período em que viveram.[21] Sem querer reproduzir tal argumentação, o que me afastaria muito dos objetivos perseguidos neste projeto, limito-me a dizer que tal entendimento se converteu em um lugar comum entre os estudiosos de relações internacionais das academias ocidentais.

Parto, porém, do entendimento de que esta "negação" da validade da tradição marxista como suporte teórico metodológico para o estudo da política mundial contemporânea e das Relações Internacionais possui outras motivações. Podemos localizar os pressupostos de tal negação na atitude geral que a sociologia e a politologia acadêmica ocidental vêm adotando em face do marxismo desde os fins do século XIX. Tal atitude foi sinteticamente avaliada e exemplificada por Marco Aurélio Nogueira em um ensaio dedicado ao estudo dos processos de especialização e fragmentação do conhecimento nas últimas décadas do século retrasado,

> Na verdade, o processo de fragmentação das ciências sociais - que, como resposta burguesa às contradições do capitalismo, é estranho e oposto ao marxismo - afetou a todas reciprocamente. A pretensão de autonomia da sociologia ou da 'ciência política' teve seu contrapeso na especialização mesquinha da economia (que de *clássica*, tornou-se *vulgar,* como mostrou Marx) e, até mesmo, no empobrecimento da filosofia. Aquilo que o marxismo *sintetizou* a ponto de poder representar a *superação* das mais altas expressões teóricas da época 'heróica' da burguesia - a economia política, a filosofia clássica alemã e o socialismo utópico - começa a aparecer, com a decadência burguesa, sob forma espúria, indicando já sua pulverização extrema. O que Marx sintetizou, superando, o pensamento científico burguês do século XIX separou, especializando. A constituição de uma sociologia, de uma 'ciência política' e de uma antropologia autônomas entre si e em relação à economia, à filosofia e à história, teve como contrapartida a especialização dessas últimas, sua consolidação como ciências particulares.[22]

Esta caracterização pode, de certa maneira, ser utilizada para a compreensão do desenvolvimento histórico do ramo da politologia, que no curso do século XX procurou se constituir na disciplina acadêmica das relações internacionais. Como assinala Ekkehart Krippendorff,

---

21 FERREIRA, M. *Mercados, diplomacia e conflitos*: uma abordagem histórica das relações internacionais, a partir dos artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily Tribune no período 1851/1862. 1999. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

22 NOGUEIRA, M. A. Anotações preliminares para uma história crítica da sociologia. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 3, p. 22-23, 1978.

> A Guerra Mundial retirou da burguesia européia suas ilusões com relação ao progresso. O conflito se distinguiu das guerras anteriores tanto em extensão quantitativa quanto em qualidade. Falando propriamente, foi decisiva na medida em que criou uma consciência acerca das crises mundiais, a qual daí em diante solicitou o auxílio da ciência [...]. Sem embargo, foi necessária a própria catástrofe da guerra para que fosse despertado um interesse urgente, em toda a sociedade, por respostas científicas à questão sobre como evitar a ocorrência de tais 'acidentes' no futuro. E. O. Czempiel (1965, pp. 270-290, especialmente, p. 275), justificadamente fixou o 'nascimento' da ciência das relações internacionais no dia 30 de maio de 1919. Neste dia, as delegações inglesa e norte-americana concordaram em fundar instituições científicas para a investigação das relações internacionais em seus respectivos países.[23]

É, portanto, sob o peso da necessidade prática que se procura delimitar um campo de estudos voltado para o exame das causas das guerras entre os estados, logo, de uma "ciência" dos conflitos. Porém, o formato definitivo desta nova "ciência" social apenas seria configurado após a Segunda Guerra Mundial, quando politógos ocidentais como Hans Morgental, Morton Kaplan, Stanley Hoffman, entre outros, completaram a conceptualização e a autonomização da disciplina no âmbito da Ciência Política anglo-americana. Reapropriando-se e reelaborando conceitos como "poder", "equilíbrio", "estado de natureza internacional" sem apresentar suas matrizes intelectuais, estes estudiosos pretendiam fazer das relações internacionais a chave para a compreensão da situação mundial em um planeta dominado pela confrontação Leste-Oeste.[24] Destarte, de "ciência dos conflitos internacionais", que se propusera a ser após a Primeira Grande Guerra, o estudo das Relações Internacionais se transformaria, depois da Segunda Guerra Mundial, em "ciência da guerra fria".

Na resenha histórica que Krippendorff elabora acerca das relações internacionais, a trajetória desta disciplina nas décadas que se seguiram à sua institucionalização acadêmica é a crônica de um grande fracasso teórico.

---

23 KRIPPENDORFF, E. *Las relaciones internacionales como ciencia (Introducción)*. Traducción de Angelika Scherp. México: D. F. Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 28.

24 Neste sentido, é bastante significativo que a obra, a qual praticamente desencadeia tal movimento de ideias, o livro *Politics among the nations*, de Hans Morgenthau, tenha vindo à luz no auge da guerra fria, em 1949.

> A jovem disciplina foi atingida quase sem preparação alguma pela Segunda Guerra Mundial. Por isso a escola 'realista' de Morgenthau se deparou com horizontes desconhecidos. Provocou um desagrado profundo a relativa simplicidade de suas categorias e sua incapacidade conceptual para compreender o sistema internacional como tal, incluindo todas as suas interdependências.[25]

Manipulando acriticamente os conceitos de nação e interesse nacional, excluindo ou menosprezando a importância do condicionamento econômico confundido com o "determinismo econômico" nas ações internacionais dos estados, abstraindo o problema dos interesses sociais divergentes e dos conflitos sociais, alienando as ideias e formas de pensamento de seus contextos histórico-culturais, as Relações Internacionais assumem o perfil de uma disciplina mistificadora e apologética.

> Um conhecedor muito competente da matéria nos Estados Unidos, Kenneth Boulding, opina que a 'International Relations Theory' é não apenas inadequada, mas também corrompida; não é simplesmente uma nulidade, porém ainda menos do que isto. Integra um enorme aparato que somente serve para produzir interpretações equivocadas e para impedir o acoplamento regenerativo das falsas visões do mundo [...]. Com efeito, sob um ponto de vista mais geral, a falta de resultados políticos desta disciplina constitui um fracasso. Poderiam haver conseqüências fatais, tendo em vista o potencial conflitivo que claramente se acumula no sistema internacional. O surgimento e o rápido desenvolvimento da investigação para a paz manifestam este fracasso e não é casual que seja mais uma vez o Estado quem desde o final dos anos sessenta a promova e solicite junto a ela resultados tangíveis.[26]

Destarte, possivelmente nenhum outro setor do *establishment* universitário do ocidente se revelou tão hostil às influências marxianas, marxistas ou marxistizantes quanto as escolas dedicadas à pesquisa das relações internacionais. As razões de tal fato já foram sugeridas anteriormente: a circunstância do campo de estudos internacionais haver se cristalizado no contexto da guerra fria, a ampla hegemonia teórica do funcionalismo e do estruturalismo anglo-saxões na construção das referências teóricas e metodológicas da disciplina e a sua subordinação à politologia ocidental. Há que se acrescentar também seu afastamento em relação à história

---

25 KRIPPENDORFF, op. cit., p. 36.

26 KRIPPENDORFF, 1993, p. 37.

– terreno no qual alguns aspectos da tradição marxista foram problematicamente assimilados – e a recusa da interdisciplinaridade – pressuposto indispensável para a vigência de uma perspectiva dialético-totalizadora. Percebe-se, portanto, que na construção do campo das relações internacionais, a rejeição da história, o desprezo pelo marxismo e a recusa da interdisciplinaridade constituíram o mais importante substrato teórico desta disciplina.

Se tomarmos como válidas as observações histórico-críticas elaboradas acima, poderemos ser impulsionados ao esforço de valorização de leituras alternativas da contemporaneidade histórica mundial desenvolvidas para além dos marcos da disciplina acadêmica que reivindicou o monopólio da legitimidade acadêmica para fazê-lo. Isto nos levará, por um lado ao encontro das vertentes historiográficas que se debruçam sobre o passado recente procurando compreendê-lo como objeto de uma História do Tempo Presente. Mas podemos operar a valorização do interesse por leituras da contemporaneidade histórica mundial realizadas fora do âmbito das instituições acadêmicas ocidentais dedicadas ao estudo e à pesquisa das relações internacionais. Nesta perspectiva, a produção informativa, teórica e política dedicada à avaliação de certos aspectos da vida cultural e à interpretação dos fenômenos e processos da realidade internacional veiculadas pela revista dos partidos comunistas e operários do mundo adquire validade como objeto de investigação. O caráter alternativo das leituras ali veiculadas decorre:

a) De sua natureza assumidamente engajada e partidarizada;

b) Da reivindicação de uma ideologia revolucionária como suporte analítico-metodológico de suas interpretações, no caso, o marxismo-leninismo;

c) Da especificidade da abordagem dos fenômenos mundiais enfocados à luz daquela ideologia, na qual os fenômenos da vida internacional eram considerados, metodologicamente falando, enquanto totalidade interativa, conflitiva e dialeticamente processual e tendo como arcabouço histórico mundial a existência do imperialismo e das lutas de classes;

d) Do objetivo confesso de contribuir para a derrota das forças adversárias (imperialismo capitalista e reação político-cultural), fazendo avançar a luta pelo socialismo e pelo comunismo.

É a partir de tais definições que a investigação acerca do papel desempenhado pela *Revista Internacional* pode ser entendida como uma contribuição à compreensão do período em questão (1958-1990), no qual a divisão bipolar do mundo, a atuação do movimento comunista internacional e os conflitos daí decorrentes constituíram impulsos fundamentais para o desenrolar dos processos históricos mundiais.

Por fim, resta dizer que este artigo convida ao estudo das especificidades e da validade ou não das leituras da história mundial realizadas por um dos mais relevantes segmentos do pensamento político contemporâneo e que teve como uma de suas principais fontes de inspiração a obra dos fundadores da tradição marxista.

Sobre os autores

Carlos Zacarias de Sena Júnior – Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Grupo de Pesquisa História dos Partidos e Movimentos de Esquerda na Bahia e pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidade (CRH) da UFBA e autor de *Os impasses da estratégia:* os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948. São Paulo: Annablume, 2009.

Dainis Karepovs – Doutor em História pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e pós-doutor em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP). Coautor do livro *Na Contracorrente da História*. São Paulo: Sundermann, 2015 e autor de *A classe operária vai ao Parlamento*. São Paulo: Alameda, 2006.

Ede Ricardo de Assis Soares – Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde defendeu a dissertação *Os comunistas e a formação da esquerda (Alagoinhas, 1945-1956)* Salvador, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (PPGH/FFCH/UFBA), 2013. Pesquisador do Centro de Documentação e Memória Hostílio Dias (CENDOMA) da Fundação Iraci Gama de Cultura (FIGAM). Coordenador da Linha Ferroviária e Relações Sociais do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alagoinhas (GEPEA) e coautor do livro *Ditadura Militar na Bahia*: *histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador: Edufba, 2014 e *Alagoinhas*: *histórias e historiografia*. Alagoinhas: Editora FIGAM/Quarteto, 2015.

Eurelino Coelho – Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2005) e professor da Licenciatura em História e do Programa de Pós-graduação em História (mestrado) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Coordenador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU). Autor do livro *Uma Esquerda para o Capital*: *o transformismo dos grupos dirigente do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012 e co-organizador das coletâneas *História, Cultura e Poder*. Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS Editora, 2010 e *Lutas Sociais, Intelectuais e Poder*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

Frederico Falcão – Doutor em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) e professor titular EBTT do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Autor do livro *Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária brasileira (1942/1961)*. São Paulo: Sundermann, 2012.

Marcelo da Silva Lins – Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) onde defendeu a dissertação *Os vermelhos nas terras do cacau: atividades comunistas no sul da Bahia (1935-1936)*. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (PPGH/FFCH/UFBA) 2008.

Marly de Almeida Gomes Vianna – Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP), professora aposentada da Universidade Federal de São Carlos e atualmente professora do Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Discurso, representações e práticas sociais. Autora do livro *Revolucionários de 1935, sonho e realidade*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; 2ª e 3ª edições São Paulo: Expressão Popular, 2007 e 2011 e também autora do livro *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1995.

Muniz Gonçalves Ferreira – Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Autor, co-autor e organizador de trabalhos sobre a atuação dos comunistas brasileiros, entre os quais destacam-se: *Carlos Marighella – o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP,1999; *Intelectuais Partidos: os comunistas e as*

mídias no Brasil. Rio de Janeiro: e-papers, 2012; *Escritos de Carlos Marighella no PCB*. São Paulo: ICP; Rio de Janeiro: FDR, 2013 e *100 Anos de Jorge Amado*. Ilhéus, Bahia: Editus, 2013.

Rafael Fontes – Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) onde defendeu a dissertação *A seiva de uma juventude: Intelectualidade, juventude e militância política (Salvador, Bahia, 1932-43)*. Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGHIS/DCH/UEFS), 2011. Atualmente dirige o Centro de Memória da Bahia, unidade da Fundação Pedro Calmon, autarquia vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Raimundo Nonato Pereira Moreira – Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenador do projeto de pesquisa "No rastro de Miranda: uma investigação histórica acerca da trajetória de Antônio Maciel Bonfim (1905 - c.1947)". Coautor dos *Capítulos de História da Bahia*: novos enfoques, novas abordagens. São Paulo: Annablume, 2009 e autor do livro *E Canudos era a Vendéia... O imaginário da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões*. São Paulo: Annablume, 2009.

Raquel Oliveira Silva – Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde defendeu a dissertação *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)* Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, PPGH/FFCH/UFBA, 2012.